

# 2

## O CENÁRIO DA **VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE** NO **BRASIL E** NO **CEARÁ**

**ANÁLISE COMPARATIVA**

## FICHA INSTITUCIONAL

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA Governador	ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR Secretaria da Educação
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO Vice-Governadora	ALINE BEZERRA OLIVEIRA LIMA Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas
JOSÉ ÉLCIO BATISTA Gabinete do Governador	JOSÉ EULER DE OLIVEIRA BARBOSA Secretaria do Esporte
FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA Gabinete do Vice-Governador	CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO Secretaria da Fazenda
JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA Casa Civil	LÚCIO FERREIRA GOMES Secretaria da Infraestrutura
JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA Procuradoria-Geral do Estado	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO Secretaria da Justiça e Cidadania
JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO Secretaria do Meio Ambiente
JOSÉ LINHARES PONTE Conselho Estadual de Educação	FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR Secretaria do Planejamento e Gestão
EUVALDO BRINGEL OLINDA Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA Secretaria dos Recursos Hídricos
JESUALDO PEREIRA FARIAS Secretaria das Cidades	HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA Secretaria da Saúde
INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	ANDRÉ SANTOS COSTA Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
FABIANO DOS SANTOS Secretaria da Cultura	JOSBERTINI VIRGÍNIO CLEMENTINO Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA Secretaria do Desenvolvimento Agrário	ARIALDO DE MELLO PINHO Secretaria do Turismo
CESAR AUGUSTO RIBEIRO Secretaria do Desenvolvimento Econômico	RODRIGO BONA CARNEIRO (RESPONDENDO) Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR	04
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>2. ÓBITOS POR AGRESSÃO E OS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE</b>	<b>15</b>
2.1. Óbitos por Agressão: visão geral	16
2.2. Óbitos por Agressão e características sociodemográficas	28
2.2.1. Óbitos por Agressão, segundo o sexo da vítima	30
2.2.2. Óbitos por Agressão, segundo a faixa etária da vítima	32
2.2.3. Óbitos por Agressão, segundo cor/raça da vítima	34
2.3. Óbitos por Agressão, segundo o meio utilizado	37
2.4. Óbitos por Agressão, segundo o porte dos municípios	41
<b>3. REGISTROS OFICIAIS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA</b>	<b>53</b>
3.1. Criminalidade Violenta contra o Patrimônio (CVP)	56
3.1.1. Criminalidade Violenta contra o Patrimônio (CVP) em Fortaleza	62
3.2. Criminalidade Violenta Letal Intencional (CVLI)	66
3.2.1. Criminalidade Violenta Letal Intencional (CVLI) em Fortaleza	86
<b>4. CRIMINALIDADE VIOLENTA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>90</b>
4.1. A Vulnerabilidade Social no Brasil	92
4.2. A Vulnerabilidade Social no Ceará	97
4.2.1. Criminalidade Violenta e Vulnerabilidade Social no Ceará	104
4.3. Criminalidade Violenta e Indicadores Socioeconômicos em Fortaleza	110
<b>5. NOTA COMPLEMENTAR</b>	<b>116</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>124</b>
BIBLIOGRAFIA	126
ANEXOS E APÊNDICE	127

## Apresentação do Governador

Garantir a segurança da população do Estado do Ceará é uma agenda prioritária do Governo do Estado. O compromisso com a construção de uma sociedade justa e pacífica foi assumido no plano “Os 7 Cearás”, com suas diretrizes que contemplavam aspectos da segurança pública, da justiça e cidadania, da política sobre drogas e do desenvolvimento urbano, e visavam a redução dos índices criminais e a construção de uma cultura de paz no Estado.

Inúmeros progressos haviam sido consolidados na gestão anterior, mas vários desafios precisavam ser debelados como a ampliação das oportunidades de lazer, cultura e esporte para os jovens cearenses, a transformação dos espaços públicos em arenas de convivência e sociabilidade, o fortalecimento institucional dos órgãos de segurança pública e o reforço às estruturas efetivas de combate à criminalidade, com a consequente valorização dos profissionais de segurança pública.

De 2015 para cá, muito foi feito. Delegacias passaram a funcionar 24 horas por dia, o Batalhão Raio e a Coordenadoria de Operações Aéreas foram interiorizados, foram criados novos núcleos de perícia forense e os planos de carreira das polícias foram reformulados. Os profissionais de segurança pública foram valorizados com promoções e aumento real de salários, além de terem seus esforços reconhecidos e estimulados por meio da instituição de um plano de metas, chamado Em Defesa da Vida, que conseguiu a redução sustentável dos índices de criminalidade no Estado. Assim, em 2015 conseguimos reduzir em 9,5% os crimes violentos letais intencionais do Estado, em comparação com 2014, e em 2016 esta redução seguiu firme, possibilitando o fechamento do ano com 15,2% menos homicídios do que em 2015. Isso significou a preservação de mais de mil vidas no Estado em apenas dois anos.

Os avanços foram importantes, mas é preciso fazer ainda mais e foi nesse sentido que desde 2015 começamos a construção de um importante processo de articulação de

parcerias interinstitucionais que resultou no Pacto por um Ceará Pacífico. Nesse processo, foram produzidos dois estudos que subsidiaram a elaboração de um Plano de Ação ancorado em um diagnóstico e em uma análise das melhores práticas no Brasil e no mundo. A presente publicação trata do diagnóstico da violência e da criminalidade focado especialmente nos crimes violentos letais intencionais, tendo em vista a centralidade da proteção à vida no Pacto. O Pacto foi construído conjuntamente pelos diversos poderes do Estado, envolvendo não apenas os diversos órgãos e secretarias do governo, mas também, e fundamentalmente, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, além de uma parceria com a sociedade civil por meio da organização não governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O Pacto por um Ceará Pacífico objetiva, fundamentalmente, a redução dos índices criminais e o aumento da segurança da população cearense, através da implementação de ações intersetoriais e interinstitucionais que proporcionarão a construção de uma Cultura de Paz no Ceará. Essas ações englobam os aspectos da segurança pública no sentido estrito, mas não se resumem a eles e estendem-se a iniciativas voltadas à melhoria do contexto urbano, ao acolhimento às populações mais vulneráveis e ao enfrentamento à violência como um todo, a partir da atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, e da sociedade civil.

Como diz a canção, “se muito vale o já feito, mais vale o que será, e o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”. Prosseguiremos juntos e fortes, corrigindo erros e fortalecendo os acertos, na construção conjunta de um Ceará Pacífico para toda a população cearense.

Camilo Santana

# 1.

## INTRODUÇÃO

As ciências sociais se dedicaram ao estudo do crescimento do crime e da violência na sociedade brasileira durante a transição para a democracia ao longo dos anos 1980. Apesar dos reduzidos estudos e dados criminais sobre o período do regime militar, Soares (2005) demonstra que o crescimento das taxas criminais, sobretudo a taxa de homicídios, foi iniciado ainda durante o regime militar, mais intensamente a partir de 1979, tendo se estabilizado, em patamares mais altos, a partir de 1984. Este fenômeno atingiu seu pico nos anos 1990 e um exemplo nesse sentido é que o Jardim Ângela, na zona sul da capital São Paulo, foi considerado o bairro mais violento do mundo em 1999. Naquele contexto, as taxas de homicídio paulistas e cariocas apresentavam tendência de crescimento e as taxas regionais do Nordeste e Norte permaneciam relativamente estáveis em patamares bastante inferiores às do Sudeste.

No entanto, o movimento das estatísticas de homicídios a partir da década de 2000 apresentou tendências inversas às observadas nos anos 1980 e 1990. Enquanto a taxa média de homicídios da região Sudeste se destacou nos anos 2000 pela sua redução acentuada, fortemente impactada pelos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, a tendência inversa foi observada nos estados do Nordeste e Norte. Curiosamente, os estados que mais reduziram desigualdades na última década apresentaram tendência de crescimento em suas taxas de homicídio. Este fenômeno ainda não foi suficientemente estudado e interpretações de suas possíveis causas e significados não são numerosos.

Apesar dos limites de uma produção científica consolidada que interprete as transformações recentes nas tendências dos homicídios no Brasil, é possível identificar esforços de alguns autores no sentido compreender os elementos mais importantes e que poderiam desempenhar papel determinante em sua dinâmica.

Segundo Kahn (2013), em termos absolutos, o conjunto dos estados brasileiros apresentou crescimento socioeconômico na última década. No entanto, o ritmo do desenvolvimento foi mais intenso nos estados que apresentavam níveis socioeconômicos mais baixos. Assim, verificou-se a redução de desigualdades, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o incremento do comércio e da renda da população, de forma mais intensa nas regiões Nordeste e Norte.

Sapori (2012) identifica a mudança na dinâmica socioespacial do fenômeno dos homicídios no Brasil: na década de 1990, os estados do Sudeste (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro) eram decisivos para a elevação das estatísticas sobre violência no País; já a partir dos anos 2000, os estados do Nordeste assumiram a posição de protagonistas no fenômeno de elevação dos homicídios. Contudo, para este autor, não há paradoxo na simultaneidade entre os processos de crescimento econômico e social e no recrudescimento da violência no Brasil, tendo em vista que não há uma relação causal exclusiva entre indicadores socioeconômicos e criminais. Apesar das recentes mudanças econômicas e sociais mencionadas, que contribuíram para a redução das desigualdades no

País, os homicídios permaneceram bastante concentrados em territórios e populações vulneráveis. Não houve a disseminação desse tipo de crime para bairros de classe média e os homens pobres e negros permanecem como principais vítimas desses crimes (SAPORI, 2012).

Sapori elenca alguns aspectos que estão intimamente associados com o crescimento da violência letal no Brasil. Em primeiro lugar está a disseminação do tráfico de drogas pelo País, segundo o modelo de redes de “bocas”<sup>1</sup> instaladas em territórios urbanos com alta vulnerabilidade social. Tal modelo constitui-se enquanto varejo muito fragmentado e bastante conflitivo, pois aglutina grupos e gangues juvenis rivais com acesso facilitado a armas de fogo. Neste contexto, a inserção de jovens pobres no universo da criminalidade e violência guarda relações com a redução das distâncias simbólicas entre o mundo dos pobres e o mundo dos ricos, e com a simultânea manutenção de estruturas de desigualdade social (SAPORI, 2012, p. 152). Em segundo lugar, o autor aponta os altos níveis de impunidade verificados no Brasil, fruto da fragilidade do sistema de justiça criminal, e cristalizados no baixo grau de certeza da punição pelos atores criminais. Por fim, Sapori aponta o ineficiente padrão de atuação observado nos governos no que tange a questão do provimento do direito a segurança aos cidadãos. Este padrão seria caracterizado pelo gerenciamento de crises periódicas na ordem pública, inexistindo processos de planejamento sistemático, com utilização racional e eficiente dos recursos disponíveis, monitoramento e avaliação das políticas implementadas.

Baseado em teorias da criminologia e em exercícios estatísticos com dados socioeconômicos e criminais, Kahn (2013) sustenta a hipótese segundo a qual o crescimento da criminalidade e dos homicídios nos estados das regiões Nordeste e Norte na última década pode ser explicado, ao menos em parte, segundo o seguinte modelo: o forte desenvolvimento econômico na maioria dos estados dessas regiões aumentou a renda e os bens em circulação; com mais bens em circulação, verificou-se crescimento nas taxas de crimes patrimoniais; as taxas crescentes de crimes patrimoniais contribuíram para o aumento da sensação de insegurança da população; por sua vez, a sensação de insegurança impulsiona o crescimento do número de armas de fogo em circulação para defesa pessoal; finalmente, mais armas de fogo em circulação concorrem decisivamente para o aumento nas taxas de homicídio. Também contribuem para o resultado verificado nas regiões Nordeste e Norte no período a baixa eficiência do sistema de justiça criminal e o uso pouco intensivo de estratégia de prevenção situacional pela população (KAHN, 2013, p. 162).

Assim, segundo o mesmo modelo, Kahn (2013) argumenta que a queda nas taxas de homicídio da região Sudeste, em tendência contrária à verificada no Nordeste e Norte no

1. “Boca de fumo”, “boca” ou “biqueira” são termos comumente utilizados para designar o local onde é realizado o comércio de substâncias ilícitas como maconha, cocaína e crack.

mesmo período, seria explicada, entre outros fatores, pelo crescimento econômico não tão elevado, que não favoreceria a uma elevação acelerada dos crimes patrimoniais e da sensação de insegurança. Por conviver há mais tempo com elevadas taxas de crimes patrimoniais, a população se utilizaria mais intensamente de equipamentos de segurança privada, buscando diminuir as oportunidades para esse tipo de criminalidade. Em outro sentido, verifica-se atuação intensa das instituições policiais com o objetivo de retirar armas de fogo de circulação. Finalmente, por conta da renda média mais elevada, as instituições do sistema de justiça criminal dispõem de mais recursos no Sudeste, contribuindo para maiores taxas de encarceramento e de policiais por habitante.

O estudo de Cerqueira (2013) sobre os homicídios ocultos traz elementos importantes para a análise das taxas de homicídio no País. O aumento significativo nos homicídios no Brasil é fenômeno comprovado, entretanto, a magnitude e a distribuição desse aumento na última década se deram de forma distinta do que os números oficiais puderam captar. Este autor verificou que a melhoria na qualidade dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, pode explicar uma parcela do aumento das taxas de homicídio por meio da redução da subnotificação.

Ao analisar alguns aspectos sobre a qualidade dos dados sobre mortes violentas do SIM, Cerqueira demonstrou como uma média anual de 8.600 homicídios foram camuflados em meio aos registros de mortes por causa indeterminada, entre 1996 e 2010. Segundo o autor, com base nos registros oficiais, a taxa de homicídio brasileira aumentou 36,2% entre 1996 e 2010. Contudo, ao levar em consideração os homicídios ocultos, esse aumento seria de 30,2%. Assim, uma parcela do aumento verificado pelas estatísticas oficiais decorre de subnotificação (anterior) quando do registro incorreto destas ocorrências como morte por causa indeterminada, em vez do registro como homicídio.

Cerqueira (2013) aponta também que tais distorções não foram observadas de maneira uniforme em todos os estados brasileiros. Do ponto de vista da série histórica, a melhoria da qualidade dos registros de homicídio no SIM no período distorceu a magnitude do aumento da taxa de homicídio em treze estados. Segundo o autor, as maiores distorções foram verificadas no Rio Grande do Norte e em Sergipe. Segundo os dados oficiais, estes estados sofreram aumentos de 176,6% e 127,7% em suas taxas de homicídio, enquanto as estimativas de Cerqueira, ao corrigir a subnotificação, apontaram crescimento substancialmente menor: de 40,1% e 4,3%, respectivamente.

A análise de Cerqueira posicionou o Ceará entre os estados do grupo de qualidade intermediário no preenchimento das informações socioeconômicas e situacionais das ocorrências de morte violenta. Este estado também foi posicionado no grupo de estados com prevalência intermediária de “mortes indeterminadas” desde 2000, tendo verificado um aumento nos registros desse tipo nos últimos anos da série histórica então analisada (até o ano de 2010). Outro estudo de Cerqueira (2014) demonstrou que aproximada-

mente 66% da variação na taxa de homicídio nas últimas três décadas no Brasil pode ser explicada levando em consideração sete fatores comumente mobilizados pela literatura internacional, a saber, renda per capita, desigualdade de renda, proporção de homens jovens na população, taxa de efetivo policial, taxa de encarceramento, prevalência de drogas ilícitas e disponibilidade de armas de fogo. No entanto, a importância relativa de cada um desses fatores é variável no tempo e de acordo com a localidade analisada.

Este autor evidenciou que após a tendência de crescimento expressivo entre os anos 1980 e meados dos anos 2000 é possível verificar o início de uma curva decrescente na taxa de homicídio do Brasil (CERQUEIRA, 2014, p. 35-36). Contudo, destaca que há grande heterogeneidade regional na evolução das taxas de homicídio, conforme também mencionado por Saporì (2012) e Kahn (2013). Com esse pano de fundo, analisa que diversos fatores contribuíram para a queda na taxa de homicídio brasileira a partir de 2001: aumento da renda per capita, diminuição da desigualdade de renda, envelhecimento da população, aumento de 64% na taxa de encarceramento, o Estatuto do Desarmamento aliado às campanhas do desarmamento e à política de controle das armas de fogo. A queda nos homicídios do País foi fortemente impactada pela redução de 60% verificada em São Paulo entre 2001 e 2007. A redução se deu de forma mais acentuada após o Estatuto do Desarmamento e os crimes geralmente praticados com utilização de armas de fogo também tiveram decréscimo, ao passo que outras modalidades de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio cresceram 20% no mesmo período (CERQUEIRA, 2014, p. 147). Adicionalmente, indica que a redução dos homicídios esteve associada ao envelhecimento da população, enquanto as taxas aumentaram mais em estados que também verificaram aumento na proporção de jovens na população. Destoando do cenário favorável à redução dos homicídios, o estudo apontou a expansão no mercado de drogas ilícitas no País.

Com relação ao período 2003-2009, Sachsida e Mendonça (2014) encontraram evidências de que, nos estados brasileiros onde houve redução da taxa de homicídio, o aumento na taxa de policiamento e de encarceramento foi variáveis na explicação da redução da violência. Entretanto, nos estados onde a taxa de homicídio aumentou, as taxas de policiamento e de encarceramento demonstraram pouca relevância no período. Assim, contrariando resultados observados pela literatura norte-americana (LEVITT, 2004), sustenta-se que diferentes estratégias para controle do crime têm impactos distintos sobre a taxa de homicídio. Os autores ressaltam ainda que diversos estados reduziram a razão de seu efetivo policial em relação à população, o que pode estar correlacionado com o incremento nas taxas de violência identificadas ao final do período analisado. Por fim, verificou-se que a aprovação da nova lei antidrogas de 2006 diminuiu a eficácia da taxa de encarceramento na redução da taxa de homicídio. Os autores levantam a hipótese de que, ao não estabelecer uma clara diferenciação entre usuários e traficantes, a nova legislação contribuiu para o aumento da taxa de encarceramento de indivíduos de baixa periculosi-

dade, sem a correspondente redução na taxa de homicídio observada no período anterior (SACHSIDA; MENDONÇA, 2014, p. 29).

Em relação à região Nordeste, estudos dedicados à análise da dinâmica dos homicídios em algumas capitais nordestinas nas últimas décadas contribuem para esclarecer o perfil das vítimas e a configuração do contexto onde ocorrem.

Moraes et. al. (2003) observaram a evolução das mortes violentas em São Luís entre 1980 e 1999. Apesar da cobertura do SIM no Maranhão ser bastante deficitária, há indícios de melhoria na qualidade das informações sobre homicídios, com a redução no percentual de mortes por causas externas ignoradas. Os autores verificaram crescimento de 70% na mortalidade por homicídios no período. Contudo, a curva dos homicídios observada em São Luís não apresenta uma tendência inequívoca. Em termos absolutos, verifica-se crescimento, mas o pico se dá em anos intermediários na série. Do ponto de vista da taxa de homicídio por 100 mil habitantes, fenômeno semelhante é verificado, sendo seu pico em 1991, observando-se em 1999, último ano do período considerado, uma taxa ligeiramente superior ao do primeiro ano da série.

Estudo realizado por Sousa et. al. (2014) para o período 2004-2006 focalizou a dinâmica dos homicídios na cidade de Fortaleza entre os anos de 2004 e 2006, verificando que o perfil da vítima de homicídio em Fortaleza é composto, sobretudo, por homens jovens, entre 15 e 29 anos, solteiros, de cor parda e baixa escolaridade. Esse perfil é semelhante ao observado em outras capitais brasileiras. Segundo os autores,

o fenômeno [dos homicídios] ocorre de forma similar em Recife e Fortaleza, sobretudo pela característica peculiar às duas de acelerado crescimento populacional, impulsionado pelo êxodo rural que “inchou” as periferias das capitais nordestinas com pessoas de baixas escolaridade e renda [...]. O resultado evidencia que os fatores relacionados com pobreza, escolaridade e juventude explicam em 51% a variação da taxa de homicídio, denotando risco mais elevado para indivíduos jovens, de baixa escolaridade e pobres. Cerca de 1/3 da população de Fortaleza vive em favelas, existentes em quase todas as regiões da cidade e alimentadas pela contínua migração (SOUSA et. al., 2014, p. 201).

O mesmo estudo observou a grande prevalência de homicídios provocados por arma de fogo na capital cearense, refletindo o mesmo perfil dos municípios de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Uberlândia, onde cerca de 80% dos homicídios foram provocados por esse meio (SOUSA et. al., 2014, p. 202). Os autores argumentam que a consolidação e expansão do narcotráfico, a maior disponibilidade de armas de fogo e a elevação da taxa de homicídio estão fortemente correlacionadas no contexto cearense, assim como em outros grandes municípios brasileiros.

Garcia Filho e Sampaio (2014) observam que o perfil da vítima de homicídio em Fortaleza entre 1996 e 2011 é representado pelo homem pardo jovem, solteiro, de baixa escolaridade e morto por arma de fogo em via pública no final de semana. Segundo os autores, tais características correspondem ao perfil do jovem desempregado ou subempregado nas periferias urbanas brasileiras, desassistido pelas políticas de proteção social. Garcia Filho e Sampaio argumentam ainda que o contexto social da violência está associado a um descompasso histórico entre o crescimento econômico do Estado e a melhoria das condições de vida da população. No período recente, os autores apontam que as ações em saúde e educação, baseadas unicamente na suposta objetividade da melhoria de indicadores, não lograram realizar modificações na estrutura social do Ceará. (GARCIA FILHO; SAMPAIO, 2014, p. 1218-19).

Por fim, a narrativa etnográfica apresentada por Sá (2011) contribui para a compreensão da inserção de jovens moradores de favelas em Fortaleza em redes criminais de tráfico de drogas. Regra geral, tais redes relacionam-se intimamente com outras práticas criminais, como assaltos à mão armada e homicídios. O campo de pesquisa deste autor representa as constantes transformações econômicas e sociais observadas nas grandes cidades brasileiras no período: neste caso específico, a desestruturação de atividades econômicas tradicionais como a pesca a partir dos anos 1930, a construção do Porto de Fortaleza entre as décadas de 1940 e 1960, os intensos fluxos migratórios que caracterizaram os anos 1980, a emergência das gangues juvenis nos anos 1990. A narrativa de Sá permite traçar algumas aproximações com a perspectiva de Saporì (2012), segundo a qual o estabelecimento de redes de tráfico de drogas, segundo o modelo varejista baseado em redes de “bocas” operado por gangues juvenis armadas em territórios vulnerabilizados, contribui de forma decisiva para a expansão dos homicídios por meio de ciclos de vingança. Tanto Sá (2011) quanto Saporì (2012) verificam relações importantes entre a construção da identidade desses jovens em contextos de desigualdade socioeconômica e ausência de direitos e as vantagens relativas, materiais e simbólicas, oferecidas pelo desenvolvimento de atividades criminais ligadas ao tráfico de drogas e à violência.

Conforme o exposto, os principais esforços interpretativos da dinâmica dos homicídios no Brasil na última década, partindo de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, identificaram um conjunto de variáveis com influência nas tendências verificadas no período. Assim, os estudos verificaram a importância de aspectos como: disponibilidade de armas de fogo; conflitualidade ligada ao tráfico de drogas; juventude, questão racial, territorialidade e vulnerabilidades; eficácia do sistema de justiça criminal e segurança pública, como a taxa de encarceramento (com foco em crimes violentos); estratégias policiais de controle do crime (o foco na retirada das armas de fogo em circulação foi importante no caso paulista); subnotificação de casos de homicídios nas estatísticas oficiais. São cenários que, ao conjugar fatores estruturais e conjunturais, favorecem o recrudescimento da violência, embora não se possa afirmar que haja consensos categóricos em torno das variáveis explicativas do fenômeno.

Considerando a complexidade dos cenários em que diversos fatores podem contribuir para o aumento da violência, o presente relatório apresenta um primeiro esforço de diagnóstico tendo como base os dados quantitativos disponíveis, com destaque para os relativos a crimes violentos letais intencionais e crimes violentos patrimoniais. Com objetivo de iniciar um processo de caracterização e monitoramento da violência no Ceará, o trabalho foi elaborado no segundo semestre de 2015 e finalizado no início de 2016 com base nos dados então disponíveis, quais sejam os dados consolidados da saúde até o ano de 2013 e os dados da segurança até o ano de 2014 e 2015, a depender do nível de desagregação. Para fins da presente publicação, acrescentou-se uma nota complementar com breve atualização das principais informações coletadas considerando os dados consolidados da saúde para o ano de 2015 e da segurança para o ano de 2016, que se tornaram disponíveis em 2017.

Esse esforço, todavia, não se pretende exaustivo. A experiência recente do Ceará evidenciou a centralidade da temática da criminalidade organizada assim como das condições do sistema prisional na dinâmica da violência letal no Estado. Assim, estudos complementares ainda se fazem necessários para que se possa compreender o impacto da presença de grupos criminosos e da sua disputa por territórios no crescimento da violência letal, assim como avançar na compreensão das motivações relacionadas a essa violência.

O documento, dividido em três seções, apresenta portanto o diagnóstico das mortes por agressão, segundo a fonte da Saúde, o diagnóstico da criminalidade violenta, segundo os registros oficiais da Segurança Pública e, por fim, a análise dos indicadores socioeconômicos e de vulnerabilidade social no Estado.

2.

---

ÓBITOS POR  
AGRESSÃO E OS  
DADOS DO SISTEMA  
DE **INFORMAÇÕES  
DE MORTALIDADE**

---

# 2.1

## ÓBITOS POR AGRESSÃO **VISÃO GERAL**

Esta seção apresenta um diagnóstico das mortes por agressão no estado do Ceará a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), com objetivo de identificar a situação do Estado frente à realidade nacional assim como a situação dos municípios cearenses.

Os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) representaram por muitos anos a principal fonte de informação nacional acerca dos óbitos por causas externas no Brasil, dentre as quais se enquadram as mortes por agressão. Essa realidade tem se transformado com a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), que reúne estatísticas criminais produzidas pelas secretarias de segurança pública das unidades da federação. Porém, considerando a diversidade quanto aos padrões de qualidade dos registros criminais no país, assim como as suas limitações quanto à possibilidade de desagregação dos dados, as informações sobre mortalidade oriundas do sistema de saúde continuam oferecendo um bom retrato da violência letal no país.

Neste trabalho os dados do SIM classificados como óbitos por agressão são as mortes registradas em unidades de saúde, segundo o local de ocorrência e segundo o local de residência da vítima, que receberam na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) códigos que se enquadram nas categorias X85 a Y09<sup>2</sup>. Ou seja, as mortes por agressão correspondem ou se aproximam do conjunto de mortes violentas intencionais que na esfera jurídica são classificados basicamente como homicídios dolosos, latrocínios e lesão corporal seguida de morte, dos quais trataremos na seção 3.2. Porém, cabe já observar que cada fonte apresenta diferentes metodologias de classificação dos casos, de acordo com a lógica da área: à saúde interessa produzir informações para fins de controle

2. Categorias CID-10 de óbitos causados por agressão: (X85) Agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas/(X86) Agressão por meio de substâncias corrosivas/(X87) Agressão por pesticidas/(X88) Agressão por meio de gases e vapores/(X89) Agressão por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados/(X90) Agressão por meio de produtos químicos e substâncias nocivas não especificados/(X91) Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocação/(X92) Agressão por meio de afogamento e submersão/(X93) Agressão por meio de disparo de arma de fogo de mão/(X94) Agressão por meio de disparo de espingarda, carabina ou arma de fogo de maior calibre/(X95) Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada/(X96) Agressão por meio de material explosivo/(X97) Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas/(X98) Agressão por meio de vapor de água, gases ou objetos quentes/(X99) Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante/(Y00) Agressão por meio de um objeto contundente/(Y01) Agressão por meio de projeção de um lugar elevado/(Y02) Agressão por meio de projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento/(Y03) Agressão por meio de impacto de um veículo a motor/(Y04) Agressão por meio de força corporal/(Y05) Agressão sexual por meio de força física/(Y06) Negligência e abandono/(Y07) Outras síndromes de maus tratos/(Y08) Agressão por outros meios especificados/(Y09) Agressão por meios não especificados.

epidemiológico sobre as mortes por causas externas (não naturais), entre as quais se encontram as mortes por agressão em suas diversas categorias (ver nota 2), e a fonte do dado do sobre a causa da morte é a declaração de óbito. À segurança importa produzir estatísticas a partir dos registros policiais que são elaborados segundo as categorias jurídicas tipificadas no código penal, para fins de processamento no sistema de justiça criminal, tais como homicídio, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e ainda tipos como infanticídio, indução ao suicídio e outros de legislação específica que podem resultar em morte com caráter intencional – sendo a fonte do dado para produção da estatística criminal o registro policial oficial, ou seja, o boletim de ocorrência. Para fins de comparação entre as duas fontes, esses tipos penais que configuram um conjunto de casos de mortes intencionais vem corresponder ao conjunto de mortes por agressão da saúde. A questão da comparação entre as duas fontes e seus resultados será retomada na seção 3.2.

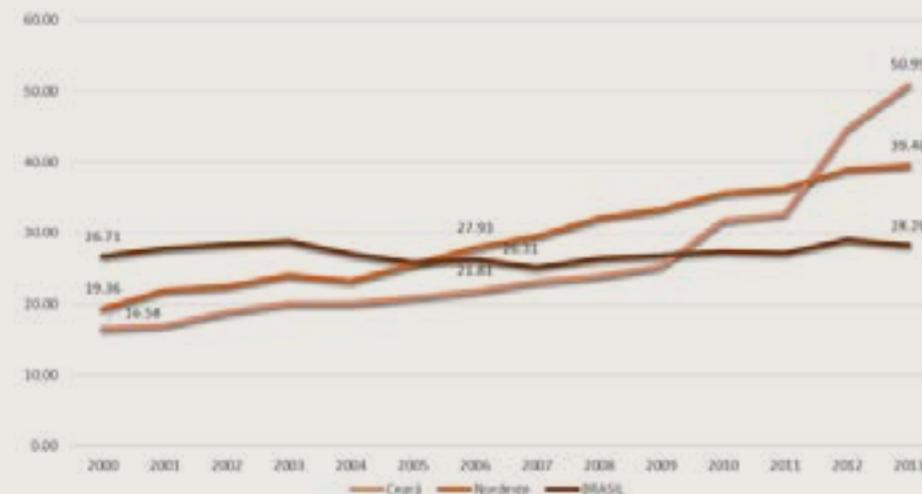
Partindo assim da base de dados da saúde, apresenta-se, na primeira parte desta seção, as taxas e números absolutos de óbitos causados por agressões no Ceará em comparação às demais Unidades da Federação do país, em uma série histórica com início nos anos 2000 e que se encerra no ano de 2013, o último com dados consolidados disponíveis para consulta no sistema TABNET, do Ministério da Saúde.

Em síntese, os resultados indicam que, apesar do crescimento médio de 5,77% na taxa de óbitos por agressão nos últimos 13 anos, esse crescimento não se deu de maneira homogênea entre as Regiões do país e, tampouco, entre as Unidades da Federação. O Nordeste, por exemplo, foi a região que experimentou o maior crescimento dos óbitos causados por agressão, passando de 19,36 mortes para 39,42 mortes por 100.000 habitantes, um crescimento de 103,80%.

Conforme se verifica no Gráfico 1 e Tabelas 1 e 2, o Ceará foi um dos estados que passaram por uma grande elevação das taxas de óbitos por agressão, com 207,32% de crescimento entre 2000 e 2013. Considerando a média dos últimos 3 anos analisados (2011-2013), o estado ocupa a 4ª posição no ranking nacional da taxa de óbitos causados por agressão, com média anual de 42,76 vítimas por 100.000 habitantes, após Alagoas, Espírito Santo e Goiás (Tabela 2). O Gráfico 1 deixa evidente que o crescimento desse tipo de óbito registrado pelo sistema de saúde no Ceará acelerou-se a partir de 2011, fazendo com que o estado alcançasse, em 2012 e 2013, taxas superiores às do Nordeste e do Brasil. Considerando apenas o último ano, 2013, o estado passou a ocupar a 2ª posição, seguindo apenas Alagoas.

**GRÁFICO 1**  
**EVOLUÇÃO ANUAL DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.)**

CEARÁ, NORDESTE E BRASIL  
2000 - 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 1**

**EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS**

BRASIL, 2000-2013

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>BRASIL</b>	<b>45.360</b>	<b>47.943</b>	<b>49.695</b>	<b>51.043</b>	<b>48.374</b>	<b>47.578</b>	<b>49.145</b>	<b>47.707</b>	<b>50.113</b>	<b>51.434</b>	<b>52.260</b>	<b>52.198</b>	<b>56.337</b>	<b>56.804</b>
<b>REGIÃO NORTE</b>														
<b>Acre</b>	106	121	151	147	114	123	158	135	133	153	165	164	208	234
<b>Amapá</b>	156	182	181	185	172	196	202	170	210	190	260	209	253	225
<b>Amazonas</b>	552	485	513	558	526	599	699	715	830	916	1.082	1.292	1.344	1.191
<b>Pará</b>	806	965	1.192	1.404	1.519	1.926	2.072	2.193	2.857	2.989	3.516	3.069	3.236	3.403
<b>Rondônia</b>	466	573	615	566	563	555	584	432	480	538	545	448	524	481
<b>Roraima</b>	130	108	122	106	85	93	111	116	104	117	121	95	143	214
<b>Tocantins</b>	175	211	169	203	196	190	227	223	237	288	325	359	379	349
<b>Norte</b>	<b>2.391</b>	<b>2.645</b>	<b>2.943</b>	<b>3.169</b>	<b>3.175</b>	<b>3.682</b>	<b>4.053</b>	<b>3.984</b>	<b>4.851</b>	<b>5.191</b>	<b>6.014</b>	<b>5.636</b>	<b>6.087</b>	<b>6.097</b>
<b>REGIÃO NORDESTE</b>														
<b>Alagoas</b>	727	830	991	1.039	1.035	1.203	1.618	1.835	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148
<b>Bahia</b>	1.242	1.622	1.759	2.164	2.261	2.816	3.288	3.628	4.788	5.384	5.756	5.464	5.938	5.554
<b>Ceará</b>	1.232	1.284	1.444	1.562	1.582	1.697	1.792	1.932	2.019	2.164	2.687	2.790	3.841	4.473
<b>Maranhão</b>	351	562	606	792	729	935	963	1.126	1.273	1.397	1.515	1.591	1.775	2.163
<b>Paraíba</b>	507	484	607	615	675	745	824	861	1.027	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551
<b>Pernambuco</b>	4.290	4.709	4.396	4.517	4.174	4.329	4.470	4.556	4.444	3.961	3.470	3.466	3.326	3.124
<b>Piauí</b>	230	262	308	298	327	368	418	383	360	385	411	436	525	595
<b>Rio Grande do Norte</b>	257	322	299	405	344	406	455	589	714	800	810	1.054	1.123	1.446
<b>Sergipe</b>	409	517	555	469	454	487	584	522	555	653	676	731	879	965
<b>Nordeste</b>	<b>9.245</b>	<b>10.592</b>	<b>10.965</b>	<b>11.861</b>	<b>11.581</b>	<b>12.986</b>	<b>14.412</b>	<b>15.432</b>	<b>17.067</b>	<b>17.880</b>	<b>18.867</b>	<b>19.390</b>	<b>20.978</b>	<b>22.019</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>														
<b>Espírito Santo</b>	1.432	1.452	1.644	1.629	1.619	1.602	1.762	1.877	1.946	1.984	1.792	1.672	1.667	1.619
<b>Minas Gerais</b>	2.107	2.366	2.993	3.865	4.283	4.219	4.175	4.120	3.880	3.741	3.641	4.260	4.558	4.713
<b>Rio de Janeiro</b>	7.328	7.349	8.298	7.819	7.374	7.084	7.099	6.304	5.383	5.064	5.253	4.562	4.586	4.886
<b>São Paulo</b>	15.581	15.731	14.488	13.901	11.203	8.732	8.177	6.261	6.144	6.345	5.848	5.664	6.344	5.882
<b>Sudeste</b>	<b>26.448</b>	<b>26.898</b>	<b>27.423</b>	<b>27.214</b>	<b>24.479</b>	<b>21.637</b>	<b>21.213</b>	<b>18.562</b>	<b>17.353</b>	<b>17.134</b>	<b>16.534</b>	<b>16.158</b>	<b>17.155</b>	<b>17.100</b>
<b>REGIÃO SUL</b>														
<b>Paraná</b>	1.779	2.034	2.238	2.531	2.805	2.965	3.092	3.098	3.440	3.680	3.575	3.321	3.455	2.910
<b>Rio Grande do Sul</b>	1.664	1.853	1.912	1.906	1.980	2.021	1.971	2.181	2.372	2.232	2.067	2.058	2.364	2.314
<b>Santa Catarina</b>	424	468	573	661	629	630	664	631	795	815	821	803	811	775
<b>Sul</b>	<b>3.867</b>	<b>4.355</b>	<b>4.723</b>	<b>5.098</b>	<b>5.414</b>	<b>5.616</b>	<b>5.727</b>	<b>5.910</b>	<b>6.607</b>	<b>6.727</b>	<b>6.463</b>	<b>6.182</b>	<b>6.630</b>	<b>5.999</b>
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>														
<b>Distrito Federal</b>	687	693	641	742	696	657	660	710	812	880	786	901	952	835
<b>Goiás</b>	1.082	1.166	1.368	1.346	1.524	1.466	1.508	1.521	1.792	1.902	1.979	2.271	2.793	2.972
<b>Mato Grosso</b>	990	973	948	908	853	906	895	888	936	997	971	990	1.060	1.154
<b>Mato Grosso do Sul</b>	650	621	684	705	652	628	677	700	695	723	646	670	682	628
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.409</b>	<b>3.453</b>	<b>3.641</b>	<b>3.701</b>	<b>3.725</b>	<b>3.657</b>	<b>3.740</b>	<b>3.819</b>	<b>4.235</b>	<b>4.502</b>	<b>4.382</b>	<b>4.832</b>	<b>5.487</b>	<b>5.589</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 2**  
**EVOLUÇÃO ANUAL E VARIÇÃO MÉDIA DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS (POR GRUPOS DE 100 MIL HAB.)**

BRASIL, 2000-2013

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2000/06	Δ 2006/13	Δ 2000/13	Média 2011/13	Ranking
<b>BRASIL</b>	<b>26,71</b>	<b>27,81</b>	<b>28,46</b>	<b>28,86</b>	<b>27,01</b>	<b>25,83</b>	<b>26,31</b>	<b>25,20</b>	<b>26,43</b>	<b>26,86</b>	<b>27,40</b>	<b>27,13</b>	<b>29,04</b>	<b>28,26</b>	<b>-1,50%</b>	<b>7,38%</b>	<b>5,77%</b>	<b>28,14</b>	<b>-</b>
<b>REGIÃO NORTE</b>																			
<b>Acre</b>	19,01	21,07	25,73	24,48	18,56	18,37	23,01	19,19	19,56	22,14	22,49	21,97	27,41	30,14	21,03%	30,97%	58,51%	26,51	20°
<b>Amapá</b>	32,70	36,49	35,04	34,59	31,10	32,96	32,81	26,70	34,25	30,32	38,83	30,54	36,22	30,61	0,32%	-6,69%	-6,39%	32,46	14°
<b>Amazonas</b>	19,63	16,72	17,32	18,41	16,97	18,53	21,11	21,10	24,84	26,99	31,06	36,51	37,43	31,28	7,57%	48,15%	59,36%	35,07	11°
<b>Pará</b>	13,02	15,22	18,47	21,35	22,69	27,63	29,14	30,25	39,02	40,22	46,38	39,92	41,37	42,70	123,88%	46,53%	228,05%	41,33	5°
<b>Rondônia</b>	33,77	40,70	42,95	38,88	38,04	36,17	37,38	27,17	32,14	35,77	34,88	28,42	32,96	27,83	10,67%	-25,54%	-17,59%	29,74	17°
<b>Roraima</b>	40,07	32,02	35,17	29,67	23,12	23,77	27,52	27,93	25,19	27,76	26,86	20,64	30,46	43,85	-31,33%	59,32%	9,41%	31,65	15°
<b>Tocantins</b>	15,12	17,81	14,00	16,50	15,64	14,55	17,04	16,41	18,51	22,29	23,49	25,63	26,73	23,61	12,64%	38,59%	56,11%	25,32	22°
<b>Norte</b>	<b>18,53</b>	<b>19,97</b>	<b>21,79</b>	<b>22,99</b>	<b>22,57</b>	<b>25,05</b>	<b>26,98</b>	<b>25,97</b>	<b>32,04</b>	<b>33,80</b>	<b>37,91</b>	<b>35,02</b>	<b>37,23</b>	<b>35,90</b>	<b>45,57%</b>	<b>93,70%</b>	<b>36,05</b>	<b>-</b>	
<b>Alagoas</b>	25,76	29,06	34,32	35,61	35,11	39,89	53,04	59,48	60,33	59,35	66,88	71,39	64,63	65,07	105,92%	22,69%	152,65%	67,03	1°
<b>Bahia</b>	9,50	12,27	13,20	16,10	16,68	20,38	23,57	25,76	33,01	36,78	41,06	38,76	41,89	36,92	148,04%	56,63%	288,51%	39,19	8°
<b>Ceará</b>	16,58	17,01	18,86	20,13	20,12	20,96	21,81	23,18	23,89	25,32	31,79	32,71	44,63	50,95	31,53%	133,65%	207,32%	42,76	4°
<b>Maranhão</b>	6,21	9,81	10,44	13,48	12,26	15,32	15,57	17,97	20,19	21,94	23,04	23,94	26,44	31,84	150,71%	104,45%	412,59%	27,40	19°
<b>Paraíba</b>	14,72	13,95	17,37	17,48	19,06	20,72	22,74	23,59	27,44	33,50	38,63	42,57	39,97	39,62	54,48%	-35,47%	169,14%	40,72	6°
<b>Pernambuco</b>	54,18	58,80	54,37	55,34	50,66	51,45	52,57	53,03	50,88	44,96	39,45	39,10	37,24	33,92	-2,96%	-37,38%	36,75	10°	
<b>Piauí</b>	8,09	9,12	10,63	10,19	11,09	12,24	13,77	12,49	11,54	12,24	13,18	13,88	16,61	18,69	70,19%	35,73%	131,00%	16,39	25°
<b>Rio Grande do Norte</b>	9,26	11,44	10,48	14,02	11,77	13,52	14,95	19,10	22,98	25,50	25,57	32,95	34,79	42,86	61,51%	186,70%	363,06%	36,87	9°
<b>Sergipe</b>	22,92	28,45	30,06	25,02	23,86	24,75	29,19	25,67	27,76	32,33	32,69	34,98	41,64	43,95	27,35%	50,57%	91,76%	40,19	7°
<b>Nordeste</b>	<b>19,36</b>	<b>21,92</b>	<b>22,45</b>	<b>24,03</b>	<b>23,23</b>	<b>25,45</b>	<b>27,93</b>	<b>29,57</b>	<b>32,15</b>	<b>33,36</b>	<b>35,54</b>	<b>36,24</b>	<b>38,92</b>	<b>39,46</b>	<b>44,21%</b>	<b>41,32%</b>	<b>103,80%</b>	<b>38,21</b>	<b>-</b>
<b>Espírito Santo</b>	46,23	45,02	51,35	50,12	49,08	47,00	50,86	53,33	56,35	56,90	50,98	47,14	46,59	42,17	10,01%	-17,09%	-8,80%	45,30	2°
<b>Minas Gerais</b>	11,78	13,05	16,32	20,83	22,83	21,93	21,43	20,89	19,55	18,67	18,58	21,59	22,96	22,89	82,00%	6,78%	94,34%	22,48	23°
<b>Rio de Janeiro</b>	50,92	50,48	56,36	52,55	49,05	46,05	45,62	40,05	33,91	31,63	32,85	28,31	28,25	29,85	-10,41%	-34,57%	-41,38%	28,81	18°
<b>São Paulo</b>	42,0																		

A seguir, as tabelas 3 e 4 apresentam os números absolutos e as taxas do estado do Ceará organizadas para capital, regiões metropolitanas e interior. A capital e sua região metropolitana são as áreas com maior taxa de mortes por agressão por 100.000 habitantes, 83,4 e 67,3 por 100.000 moradores, respectivamente, em 2013. Da mesma maneira, comparando a variação percentual desse indicador nas áreas verifica-se que ambas as regiões tiveram grande crescimento das taxas entre 2000 e 2013: 243,6% em Fortaleza e mais de 173% na região metropolitana e no interior. O gráfico 2 evidencia essa evolução ao longo do período 2000-2013.

**TABELA 3**

**EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA**

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2000 - 2013.

ANO	Fortaleza	RM Fortaleza (s/ Fortaleza)	RM Cariri	Interior	Ceará
2000	520	225	89	398	<b>1.232</b>
2001	527	197	106	454	<b>1.284</b>
2002	600	216	97	531	<b>1.444</b>
2003	674	219	140	529	<b>1.562</b>
2004	582	274	138	588	<b>1.582</b>
2005	731	243	131	592	<b>1.697</b>
2006	754	296	130	612	<b>1.792</b>
2007	895	328	141	568	<b>1.932</b>
2008	864	349	179	627	<b>2.019</b>
2009	867	355	167	775	<b>2.164</b>
2010	1.169	483	164	871	<b>2.687</b>
2011	1.224	435	184	947	<b>2.790</b>
2012	1.814	661	266	1.100	<b>3.841</b>
2013	2.129	828	259	1.257	<b>4.473</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 4**

**EVOLUÇÃO ANUAL E VARIAÇÃO MÉDIA DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.)**

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2000 - 2013

ANO	Fortaleza	RM Fortaleza (s/ Fortaleza)	RM Cariri	Interior	Ceará
2000	24,28	24,58	17,88	10,27	<b>16,58</b>
2001	24,13	21,04	20,94	11,58	<b>17,01</b>
2002	27,03	22,45	18,88	13,41	<b>18,86</b>
2003	29,87	22,25	26,86	13,24	<b>20,13</b>
2004	25,39	27,24	26,10	14,57	<b>20,12</b>
2005	30,78	23,03	24,01	14,36	<b>20,96</b>
2006	31,20	27,40	23,46	14,69	<b>21,81</b>
2007	36,40	29,68	25,06	13,49	<b>23,18</b>
2008	34,93	30,92	32,26	14,60	<b>23,89</b>
2009	34,60	30,88	29,81	17,89	<b>25,32</b>
2010	47,67	41,51	29,05	20,39	<b>31,79</b>
2011	49,42	36,80	32,30	22,01	<b>32,71</b>
2012	72,55	55,08	46,29	25,40	<b>44,63</b>
2013	83,43	67,27	44,20	28,50	<b>50,95</b>
Δ 2000-06	28,47%	11,47%	31,19%	43,08%	<b>31,53%</b>
Δ 2006-13	167,44%	145,53%	88,43%	94,02%	<b>133,65%</b>
Δ 2000-13	243,58%	173,68%	147,20%	177,60%	<b>207,32%</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2015.

**GRÁFICO 2**  
**EVOLUÇÃO ANUAL DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.)**

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2000 - 2013.

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.



As mesmas informações seguem detalhadas considerando agora a descrição das taxas de óbitos por agressão segundo as Áreas Integradas de Segurança do Ceará. A partir do ano de 2013, o território cearense foi dividido para fins de administração das ações de segurança pública em 18 Áreas Integradas de Segurança (AIS), sendo 6 delas situadas em Fortaleza e as demais na região metropolitana de Fortaleza e interior<sup>3</sup>, conforme ilustrado no Mapa 1.

**MAPA 1**

**ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA**

CEARÁ



3. Considerando a limitação de levantar por meio do SIM informações sobre mortalidade para unidades menores que município, nesta seção as 06 AIS de Fortaleza não serão contempladas separadamente. Ver no Anexo 2(a) a relação de AIS segundo seus respectivos municípios, observando-se que se trata da configuração então existente (em 2017 as AIS foram reconfiguradas para 10 em Fortaleza, totalizando 22 no Estado, conforme informado no Anexo 2(b)).

Os resultados das taxas, a variação percentual em relação ao ano de 2006 e a posição das AIS em relação à média dos últimos 3 anos são apresentados na Tabela 5 e no Gráfico 3. Percebe-se que a AIS 9, composta pelos municípios de Aquiraz, Cascavel, Chorozi-nho, Eusébio, Horizonte, Pacajus e Pindoretama, apresenta a maior taxa de mortes por agressão em todo o interior do estado, seguida pelas AIS 7 (Caucaia e São Gonçalo do Amarante) e AIS 8 (Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba).

A AIS 9 foi também aquela que apresentou maior crescimento percentual da taxa de óbitos por 100.000 habitantes, com variação positiva de 288,48% entre os anos de 2006 e 2013, passando de 18,28 para 71,00 óbitos por 100.000. Apesar de não participarem do grupo das três AIS com maiores taxas, as áreas 10 e 15 também apresentaram crescimento acentuado das mortes violentas resultantes de agressão. No período considerado, a AIS 10 teve incremento percentual de 283,51% enquanto esse valor foi de 120,62% para a AIS 15.

**TABELA 5**  
**EVOLUÇÃO ANUAL DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO A ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA (AIS)**

CEARÁ, 2006 - 2013

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>FORTALEZA (1 A 6)</b>	<b>754</b>	<b>896</b>	<b>864</b>	<b>867</b>	<b>1170</b>	<b>1225</b>	<b>1815</b>	<b>2130</b>
AIS 7	114	112	101	109	177	143	199	246
AIS 8	125	145	168	153	181	179	234	326
AIS 9	57	71	80	93	125	113	228	256
AIS 10	63	55	68	80	117	145	214	255
AIS 11	167	170	213	229	233	253	336	328
AIS 12	110	92	104	124	111	123	164	169
AIS 13	81	80	93	96	97	115	129	150
AIS 14	51	53	46	74	59	72	74	73
AIS 15	88	58	76	119	134	122	149	205
AIS 16	61	63	77	79	96	89	83	108
AIS 17	94	106	98	95	121	174	174	183
AIS 18	27	31	31	46	66	37	42	44
<b>Ceará</b>	<b>1792</b>	<b>1932</b>	<b>2019</b>	<b>2164</b>	<b>2687</b>	<b>2790</b>	<b>3841</b>	<b>4473</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 6**  
**EVOLUÇÃO ANUAL E VARIAÇÃO DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.), SEGUNDO A ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA (AIS)**

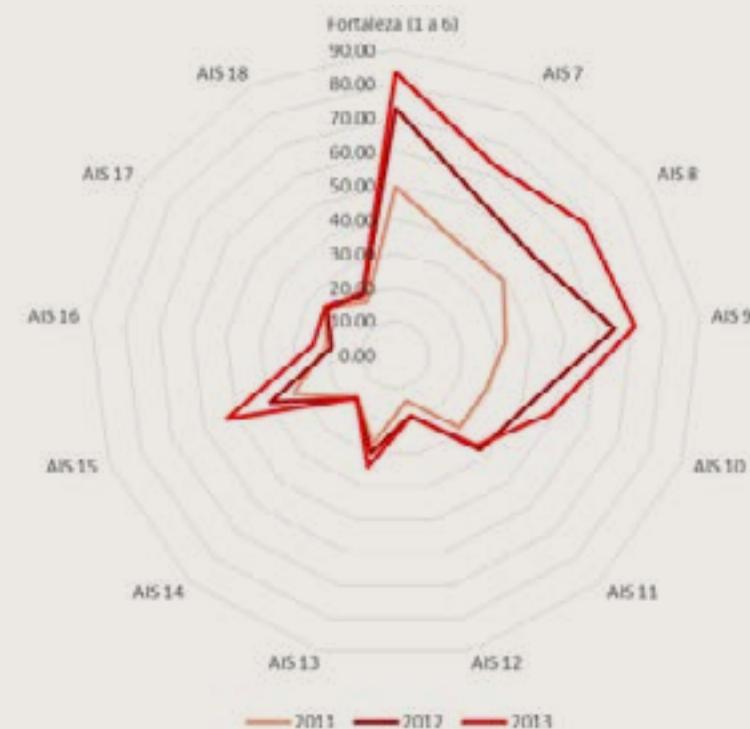
CEARÁ, 2000 - 2013

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2006/13	Média 2011/13	Ranking
<b>FORTALEZA (1 A 6)</b>	<b>31,20</b>	<b>36,44</b>	<b>34,93</b>	<b>34,60</b>	<b>47,71</b>	<b>49,46</b>	<b>72,59</b>	<b>83,47</b>	<b>167,56%</b>	<b>68,51</b>	-
AIS 7	32,22	30,76	27,36	28,89	47,92	38,09	52,20	62,89	95,20%	51,06	3ª
AIS 8	30,15	34,40	38,69	34,73	39,80	38,80	50,04	68,05	125,69%	52,29	2ª
AIS 9	18,28	22,21	24,58	28,03	36,83	32,72	64,94	71,00	288,48%	56,22	1ª
AIS 10	12,75	10,99	13,33	15,51	23,21	28,54	41,81	48,90	283,51%	39,75	5ª
AIS 11	19,15	19,24	24,42	26,04	26,37	28,42	37,46	35,90	87,53%	33,93	6ª
AIS 12	13,07	10,78	11,98	14,12	12,74	13,99	18,49	18,68	42,93%	17,06	11ª
AIS 13	19,49	19,05	21,65	22,15	22,78	26,82	29,89	34,14	75,15%	30,28	7ª
AIS 14	11,68	12,07	10,40	16,64	13,71	16,70	17,14	16,68	42,87%	16,84	12ª
AIS 15	23,96	15,68	19,93	31,01	35,53	32,16	39,07	52,87	120,62%	41,37	4ª
AIS 16	14,29	14,69	17,50	17,86	22,01	20,33	18,89	24,20	69,42%	21,14	9ª
AIS 17	14,17	15,73	14,16	13,56	17,28	24,56	24,29	25,00	76,43%	24,62	8ª
AIS 18	13,38	15,28	14,59	21,45	31,78	17,73	20,03	20,65	54,32%	19,47	10ª

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2015.

**GRÁFICO 3**  
**TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.), SEGUNDO AS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA (AIS)**

CEARÁ, 2010 - 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2015.

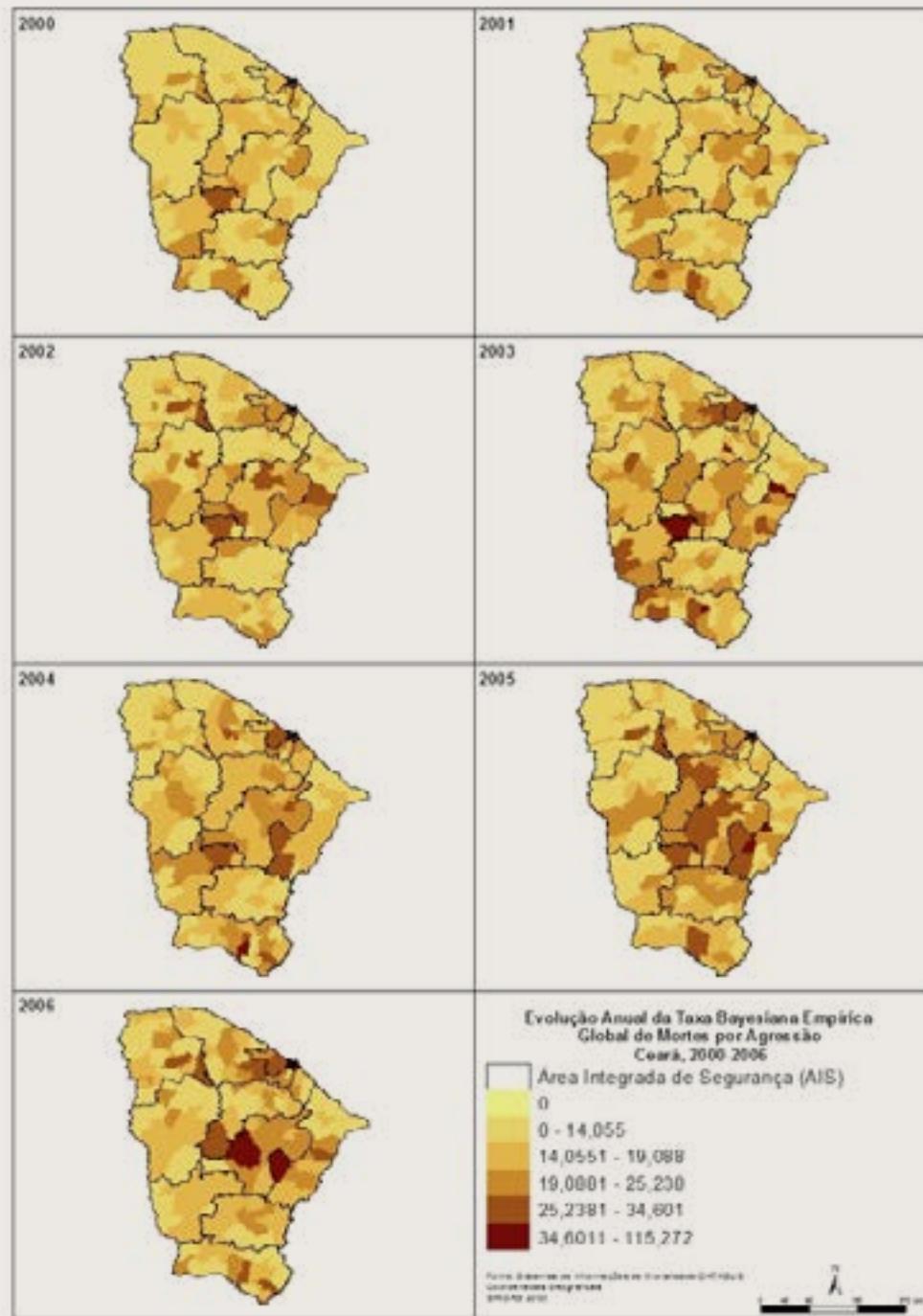
A seguir, os mapas 2(a) e 2(b) ilustram a evolução da taxa bayesiana empírica global municipal de mortes por agressão nos períodos 2000–2006 e 2007–2013, evidenciando as áreas onde houve agravamento do fenômeno e sua expansão para áreas do interior do Estado<sup>4</sup>.

4. O crime é um evento raro, principalmente em municípios e bairros pequenos. Por essa razão, a construção de mapas temáticos baseados em taxas brutas (evento/população exposta ao risco \* fator multiplicativo) de criminalidade pode sobrevalorizar valores em áreas com baixa incidência do evento analisado. Assim, para suavizar essas discrepâncias regionais, com o auxílio do software GeoDa 1.6.61 aplicou-se, às taxas brutas, uma transformação bayesiana de maneira a ponderar a taxa local pela média global (do Estado, no caso dos mapas municipais) e pelos bairros vizinhos (no caso dos mapas para os bairros de Fortaleza).

MAPA 2 (A)

TAXA BAYESIANA  
EMPÍRICA GLOBAL  
MUNICIPAL DE ÓBITOS  
POR AGRESSÃO (POR  
GRUPOS DE 100 MIL  
HAB.)

CEARÁ, 2000-2006<sup>5</sup>

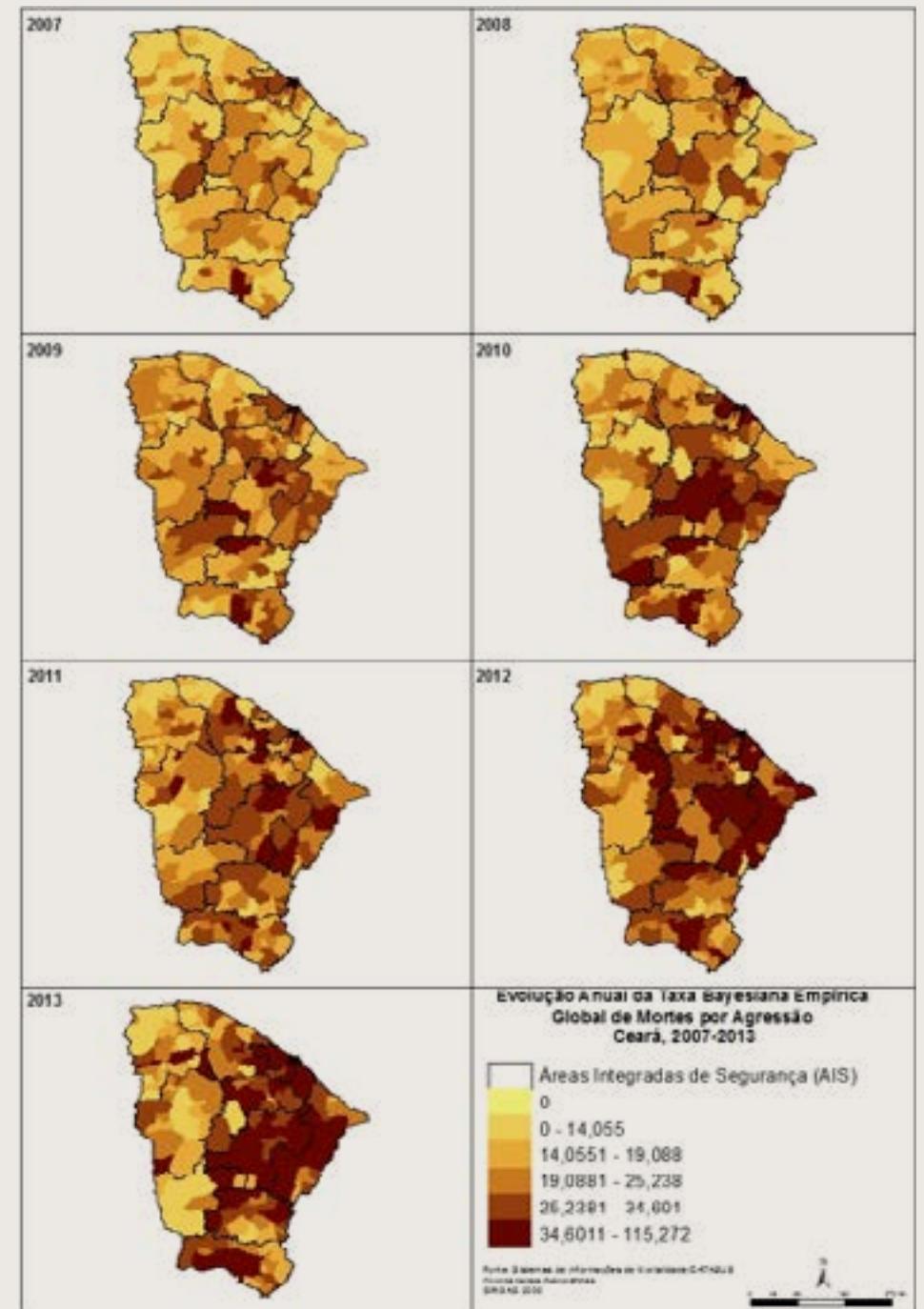


Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2000 e Estimativas Populacionais/IBGE, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

MAPA 2 (B)

TAXA BAYESIANA  
EMPÍRICA GLOBAL  
MUNICIPAL DE ÓBITOS  
POR AGRESSÃO (POR  
GRUPOS DE 100 MIL  
HAB.)

CEARÁ, 2007-2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

5. Os limites inferior e superior das categorias apresentadas em todos os mapas deste relatório foram calculados por meio do método de *Quebra Natural de Jenks* que busca identificar intervalos que reduzam a variação dentro dos grupos, formando categorias mais homogêneas (JENKS, 1967). Para os mapas comparativos de mais de um período no tempo, os limites foram definidos por meio da média daqueles calculados para cada período por meio do método de quebra natural.

# 2.2

## ÓBITOS POR AGRESSÃO E **CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS**

O homicídio, como tantos outros fenômenos sociais, está associado a uma série de fatores de natureza individual e coletiva. Nesta seção, características como o sexo, a faixa etária e a cor/raça da vítima serão analisadas de maneira a apresentar um retrato geral a respeito da relação entre a incidência de óbitos causados por agressões e as características sociodemográficas.

Em relação ao sexo, a grande maioria das vítimas é composta por homens, percentual que excede os 90%, em todo o Estado, no período descrito na Tabela 7 (2010 a 2013). A comparação das taxas do Ceará às do Nordeste e à média nacional indica que, no País, a média de homens vítimas de homicídio por 100.000 habitantes do sexo masculino é um pouco menor (Gráfico 4) e que o Ceará sofreu considerável elevação (38,1%) entre os anos de 2011 e 2012<sup>6</sup> (Gráfico 6).

No mesmo sentido, corroborando os resultados descritos nas literaturas nacional e internacional sobre homicídios e seus correlatos, os dados apresentados a partir da Tabela 8 informam sobre a maior concentração dos óbitos causados por algum tipo de agressão entre as pessoas jovens. Neste documento, utilizamos como critério para definição desse grupo as vítimas com idade entre 15 e 29 anos, as quais representaram, em 2013, 60,4% do total de óbitos registrados com causa agressão no estado do Ceará.

A observação das taxas por 100.000 habitantes destaca além do crescimento das mortes de jovens entre 2010 e 2012, a maior incidência desse tipo de óbito na região Nordeste e no Ceará, em comparação à média nacional. No ano de 2012, o Brasil apresentou média de 57,56 jovens vítimas de agressão resultante em morte por grupos de 100.000 habitantes, com idade entre 15 e 29 anos, enquanto no Nordeste, essa média foi de 79,49 óbitos por 100.000 e 94,61 por 100.000 no Ceará (Gráfico 7).

Comparando às capitais, regiões metropolitanas e interior, mais uma vez fica evidente a relevância da questão do homicídio nas maiores cidades do Estado. Em Fortaleza, por exemplo, a taxa no período foi sempre superior a 100 casos por 100.000, valor que excede consideravelmente os valores do Ceará (96,61 mortes por 100.000 em 2013) e demais regiões do Estado.

Um grave problema de segurança pública em todo o País, no estado do Ceará o homicídio de jovens sofreu, entre os anos de 2011 e 2012, crescimento da ordem de 46,94%, passando de 64,39 para 94,61 óbitos por 100.000 habitantes, superior ao crescimento observado na população em geral.

Encerrando a seção dedicada aos condicionantes sociodemográficos do crime de homicídio, aqui estimado por meio dos óbitos por agressão registrados pelo Sistema de Infor-

6. Devido à ausência de estimativas populacionais municipais por sexo e idade para o ano de 2013, as taxas compreendem apenas o período entre os anos de 2010 e 2012. Em nota complementar ao final do documento, ver atualização da informação sobre mortalidade de jovens.

mações de Mortalidade (SIM), a seção ainda conta com informações sobre a cor/raça das vítimas. Por se tratar de uma informação de natureza sensível e de difícil classificação por terceiros, a Tabela 9 indica entre outras coisas que o percentual de vítimas sem cor/raça declarada é alto, cresceu desde 2010 e alcançou em 2013 mais de 44% do total de casos. Nos municípios do interior e na pequena região metropolitana do Cariri os percentuais de subnotificação são bem menores. Basta observar que apenas 6,3% das vítimas no interior e 2,6% na RMC não foram classificadas em função da cor/raça.

Evidentemente, tal limitação compromete o alcance das conclusões acerca da incidência de mortes violentas segundo a categoria racial. Porém, ainda assim as informações expõem de maneira bastante contundente a maior participação da população negra como vítima de mortes por agressão, no Ceará. Considerando os casos sem informação, o total de vítimas classificadas segundo a cor parda alcança 48,7% do total de vítimas. Excluindo-se os 1.996 óbitos sem informação racial, os pardos chegam a 88,05% do total de vítimas.

## 2.2.1

### ÓBITOS POR AGRESSÃO SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA

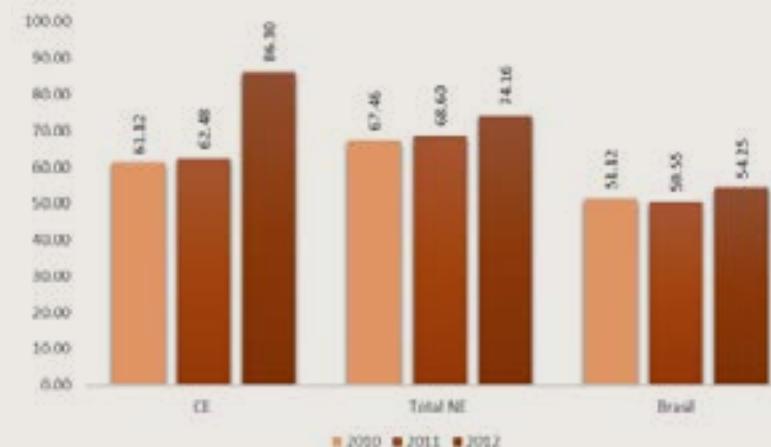
**TABELA 7**  
NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO, SEGUNDO O SEXO DA VÍTIMA  
FORTALEZA, RMF, RMC E OUTROS MUNICÍPIOS, 2010-2013.

	Fortaleza		RMF sem Fortaleza		RMC		Outros Municípios		Total - Ceará	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>2010</b>										
Óbitos masculinos	1.192	94,0%	411	94,5%	164	90,1%	751	93,1%	<b>2.518</b>	<b>93,5%</b>
Óbitos femininos	76	6,0%	24	5,5%	18	9,9%	56	6,9%	<b>174</b>	<b>6,5%</b>
Sexo Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.268</b>	<b>100,0%</b>	<b>435</b>	<b>100,0%</b>	<b>182</b>	<b>100,0%</b>	<b>807</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.692</b>	<b>100,0%</b>
<b>2011</b>										
Óbitos masculinos	1.255	93,9%	349	92,3%	180	95,7%	814	92,0%	<b>2.598</b>	<b>93,2%</b>
Óbitos femininos	82	6,1%	29	7,7%	8	4,3%	71	8,0%	<b>190</b>	<b>6,8%</b>
Sexo Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>378</b>	<b>100,0%</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>	<b>885</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.788</b>	<b>100,0%</b>
<b>2012</b>										
Óbitos masculinos	1.824	95,0%	577	93,1%	253	93,0%	966	94,1%	<b>3.620</b>	<b>94,3%</b>
Óbitos femininos	95	4,9%	43	6,9%	19	7,0%	61	5,9%	<b>218</b>	<b>5,7%</b>
Sexo Ignorado	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	<b>1</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.920</b>	<b>100,0%</b>	<b>620</b>	<b>100,0%</b>	<b>272</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.027</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.839</b>	<b>100,0%</b>
<b>2013</b>										
Óbitos masculinos	2.112	93,8%	727	94,7%	246	92,1%	1.103	93,6%	<b>4.188</b>	<b>93,8%</b>
Óbitos femininos	139	6,2%	41	5,3%	21	7,9%	76	6,4%	<b>277</b>	<b>6,2%</b>
Sexo Ignorado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>768</b>	<b>100,0%</b>	<b>267</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.179</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.465</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

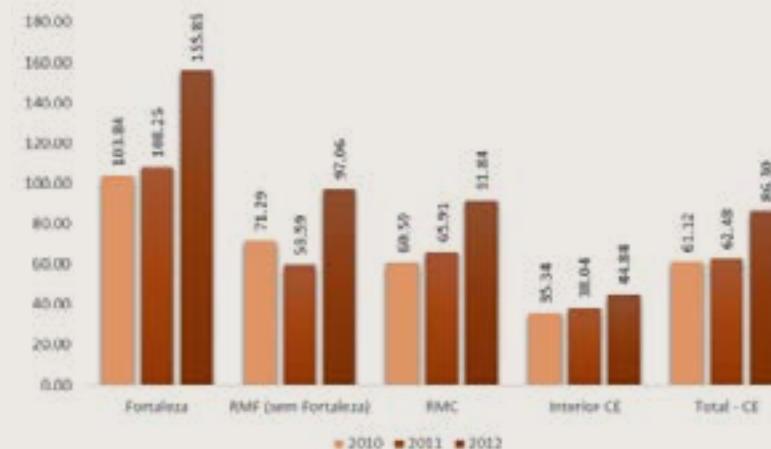
**GRÁFICO 4**  
TAXA DE ÓBITOS MASCULINOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

CEARÁ, NORDESTE E BRASIL, 2010 - 2012



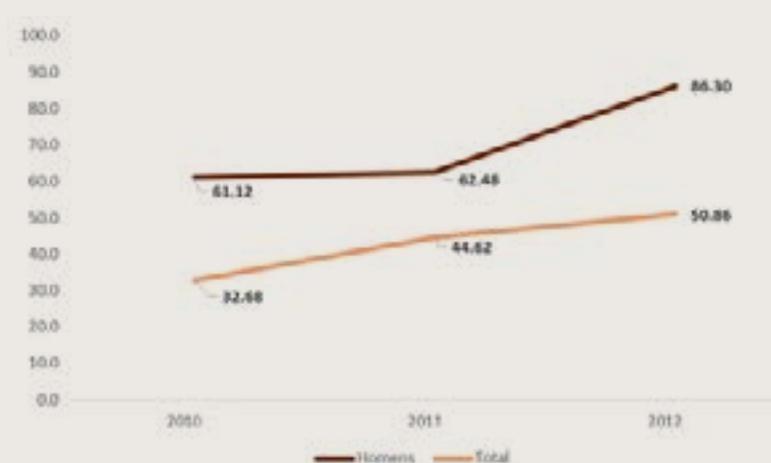
**GRÁFICO 5**  
TAXA DE ÓBITOS MASCULINOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2010 - 2012



**GRÁFICO 6**  
TAXA DE ÓBITOS TOTAL E MASCULINOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

CEARÁ, 2010 - 2012



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2015.

## 2.2.2

### ÓBITOS POR AGRESSÃO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA

**TABELA 8**  
NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA

FORTALEZA, RMF, RMC E OUTROS MUNICÍPIOS, 2000, 2010-2013.

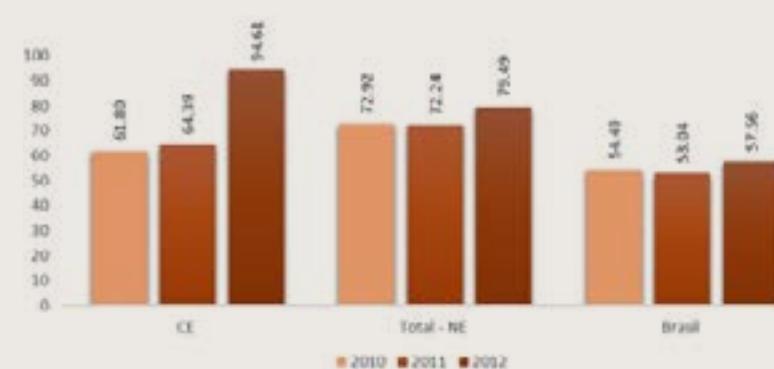
	Fortaleza		RMF sem Fortaleza		RMC		Outros Municípios		Total - Ceará	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>2010</b>										
10 a 14 anos	31	2,4%	9	2,1%	3	1,6%	9	1,1%	52	1,9%
15 a 19 anos	289	22,8%	71	16,3%	22	12,1%	71	8,8%	453	16,8%
20 a 24 anos	316	24,9%	86	19,8%	42	23,1%	152	18,8%	596	22,1%
25 a 29 anos	200	15,8%	86	19,8%	32	17,6%	124	15,4%	442	16,4%
30 a 39 anos	236	18,6%	94	21,6%	41	22,5%	194	24,0%	565	21,0%
40 anos ou mais	186	14,7%	88	20,2%	42	23,1%	257	31,8%	573	21,3%
Idade Ignorada	10	0,8%	1	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	11	0,4%
<b>Total</b>	<b>1268</b>	<b>100,0%</b>	<b>435</b>	<b>100,0%</b>	<b>182</b>	<b>100,0%</b>	<b>807</b>	<b>100,0%</b>	<b>2692</b>	<b>100,0%</b>
<b>2011</b>										
10 a 14 anos	26	1,9%	7	1,9%	5	2,7%	10	1,1%	48	1,7%
15 a 19 anos	317	23,7%	72	19,0%	19	10,1%	87	9,8%	495	17,8%
20 a 24 anos	307	23,0%	88	23,3%	48	25,5%	167	18,9%	610	21,9%
25 a 29 anos	210	15,7%	71	18,8%	34	18,1%	148	16,7%	463	16,6%
30 a 39 anos	282	21,1%	72	19,0%	43	22,9%	198	22,4%	595	21,3%
40 anos ou mais	183	13,7%	62	16,4%	39	20,7%	272	30,7%	556	19,9%
Idade Ignorada	12	0,9%	6	1,6%	0	0,0%	3	0,3%	21	0,8%
<b>Total</b>	<b>1337</b>	<b>100,0%</b>	<b>378</b>	<b>100,0%</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>	<b>885</b>	<b>100,0%</b>	<b>2788</b>	<b>100,0%</b>
<b>2012</b>										
10 a 14 anos	48	2,5%	6	1,0%	8	2,9%	13	1,3%	75	2,0%
15 a 19 anos	536	27,9%	134	21,6%	33	12,1%	133	13,0%	836	21,8%
20 a 24 anos	477	24,8%	148	23,9%	58	21,3%	198	19,3%	881	22,9%
25 a 29 anos	281	14,6%	108	17,4%	63	23,2%	156	15,2%	608	15,8%
30 a 39 anos	342	17,8%	126	20,3%	59	21,7%	237	23,1%	764	19,9%
40 anos ou mais	219	11,4%	98	15,8%	51	18,8%	288	28,0%	656	17,1%
Idade Ignorada	17	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,2%	19	0,5%
<b>Total</b>	<b>1920</b>	<b>100,0%</b>	<b>620</b>	<b>100,0%</b>	<b>272</b>	<b>100,0%</b>	<b>1027</b>	<b>100,0%</b>	<b>3839</b>	<b>100,0%</b>
<b>2013</b>										
10 a 14 anos	52	2,3%	17	2,2%	8	3,0%	13	1,1%	90	2,0%
15 a 19 anos	599	26,6%	177	23,0%	22	8,2%	164	13,9%	962	21,5%
20 a 24 anos	541	24,0%	193	25,1%	56	21,0%	208	17,6%	998	22,4%
25 a 29 anos	370	16,4%	116	15,1%	57	21,3%	195	16,5%	738	16,5%
30 a 39 anos	357	15,9%	149	19,4%	71	26,6%	312	26,5%	889	19,9%
40 anos ou mais	312	13,9%	115	15,0%	53	19,9%	286	24,3%	766	17,2%
Idade Ignorada	20	0,9%	1	0,1%	0	0,0%	1	0,1%	22	0,5%
<b>Total</b>	<b>2251</b>	<b>100,0%</b>	<b>768</b>	<b>100,0%</b>	<b>267</b>	<b>100,0%</b>	<b>1179</b>	<b>100,0%</b>	<b>4465</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 7**

TAXA DE ÓBITOS DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

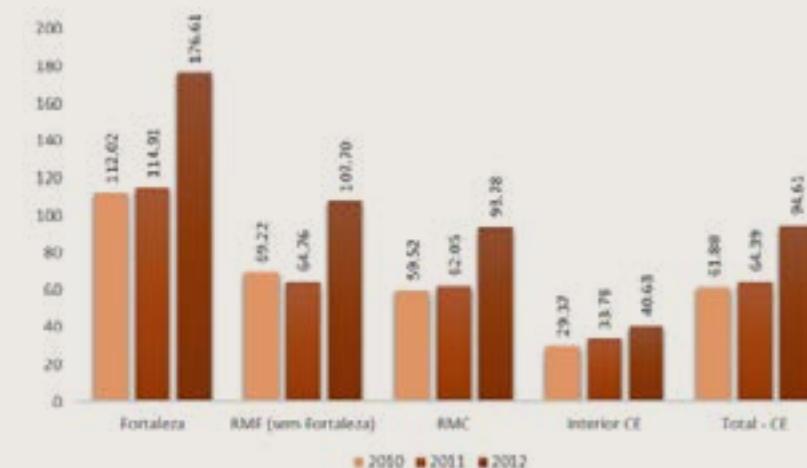
CEARÁ, NORDESTE E BRASIL, 2010 - 2012



**GRÁFICO 8**

TAXA DE ÓBITOS DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

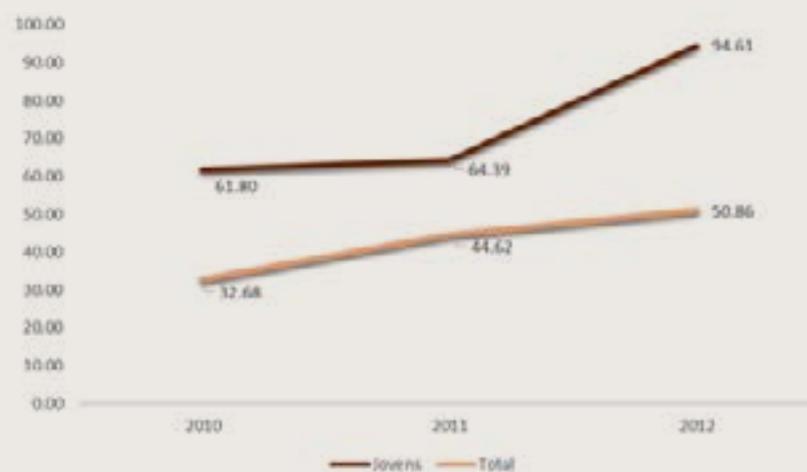
FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2010 - 2012



**GRÁFICO 9**

TAXA DE ÓBITOS TOTAL E DE JOVENS (15 A 29 ANOS) POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

CEARÁ, 2010 - 2012



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2015.

## 2.2.3 ÓBITOS POR AGRESSÃO, SEGUNDO COR/RAÇA DA VÍTIMA

**TABELA 9**  
NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO, SEGUNDO A COR/RAÇA DA VÍTIMA

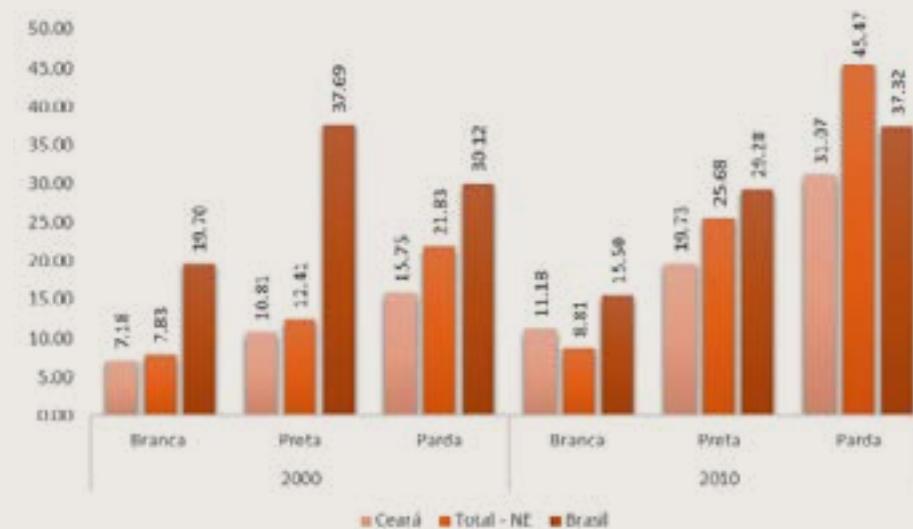
FORTALEZA, RMF, RMC E OUTROS MUNICÍPIOS, 2000, 2010-2013.

	Fortaleza		RMF sem Fortaleza		RMC		Outros Municípios		Total - Ceará	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>2000</b>										
Branca	79	13,1%	23	12,8%	20	22,2%	77	21,7%	199	16,2%
Preta	5	0,8%	1	0,6%	5	5,6%	22	6,2%	33	2,7%
Amarela	0	0,0%	0	0,0%	4	4,4%	3	0,8%	7	0,6%
Parda	327	54,1%	132	73,3%	38	42,2%	176	49,6%	673	54,8%
Indígena	0	0,0%	1	0,6%	0	0,0%	1	0,3%	2	0,2%
Cor/Raça Ignorada	193	32,0%	23	12,8%	23	25,6%	76	21,4%	315	25,6%
<b>Total</b>	<b>604</b>	<b>100,0%</b>	<b>180</b>	<b>100,0%</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>	<b>355</b>	<b>100,0%</b>	<b>1229</b>	<b>100,0%</b>
<b>2010</b>										
Branca	113	8,9%	38	8,7%	24	13,2%	124	15,4%	299	11,1%
Preta	34	2,7%	16	3,7%	4	2,2%	22	2,7%	76	2,8%
Amarela	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
Parda	636	50,2%	237	54,5%	152	83,5%	612	75,8%	1637	60,8%
Indígena	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Cor/Raça Ignorada	484	38,2%	144	33,1%	2	1,1%	49	6,1%	679	25,2%
<b>Total</b>	<b>1.268</b>	<b>100,0%</b>	<b>435</b>	<b>100,0%</b>	<b>182</b>	<b>100,0%</b>	<b>807</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.692</b>	<b>100,0%</b>
<b>2011</b>										
Branca	93	7,0%	30	7,9%	30	16,0%	119	13,4%	272	9,8%
Preta	16	1,2%	1	0,3%	8	4,3%	24	2,7%	49	1,8%
Amarela	0	0,0%	0	0,0%	2	1,1%	0	0,0%	2	0,1%
Parda	600	44,9%	161	42,6%	145	77,1%	687	77,6%	1593	57,1%
Indígena	0	0,0%	0	0,0%	1	0,5%	0	0,0%	1	0,0%
Cor/Raça Ignorada	628	47,0%	186	49,2%	2	1,1%	55	6,2%	871	31,2%
<b>Total</b>	<b>1.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>378</b>	<b>100,0%</b>	<b>188</b>	<b>100,0%</b>	<b>885</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.788</b>	<b>100,0%</b>
<b>2012</b>										
Branca	66	3,4%	29	4,7%	28	10,3%	119	11,6%	242	6,3%
Preta	7	0,4%	1	0,2%	13	4,8%	28	2,7%	49	1,3%
Amarela	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,1%	1	0,0%
Parda	598	31,1%	236	38,1%	223	82,0%	812	79,1%	1869	48,7%
Indígena	0	0,0%	1	0,2%	1	0,4%	2	0,2%	4	0,1%
Cor/Raça Ignorada	1249	65,1%	353	56,9%	7	2,6%	65	6,3%	1674	43,6%
<b>Total</b>	<b>1920</b>	<b>100,0%</b>	<b>620</b>	<b>100,0%</b>	<b>272</b>	<b>100,0%</b>	<b>1027</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.839</b>	<b>100,0%</b>
<b>2013</b>										
Branca	85	3,8%	25	3,3%	45	16,9%	104	8,8%	259	5,8%
Preta	6	0,3%	1	0,1%	17	6,4%	8	0,7%	32	0,7%
Amarela	1	0,0%	0	0,0%	1	0,4%	1	0,1%	3	0,1%
Parda	747	33,2%	253	32,9%	195	73,0%	979	83,0%	2.174	48,7%
Indígena	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,1%	1	0,0%
Cor/Raça Ignorada	1.412	62,7%	489	63,7%	9	3,4%	86	7,3%	1.996	44,7%
<b>Total</b>	<b>2.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>768</b>	<b>100,0%</b>	<b>267</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.179</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.465</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 10**  
TAXA DE ÓBITOS SEGUNDO A COR/RAÇA DA VÍTIMA IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

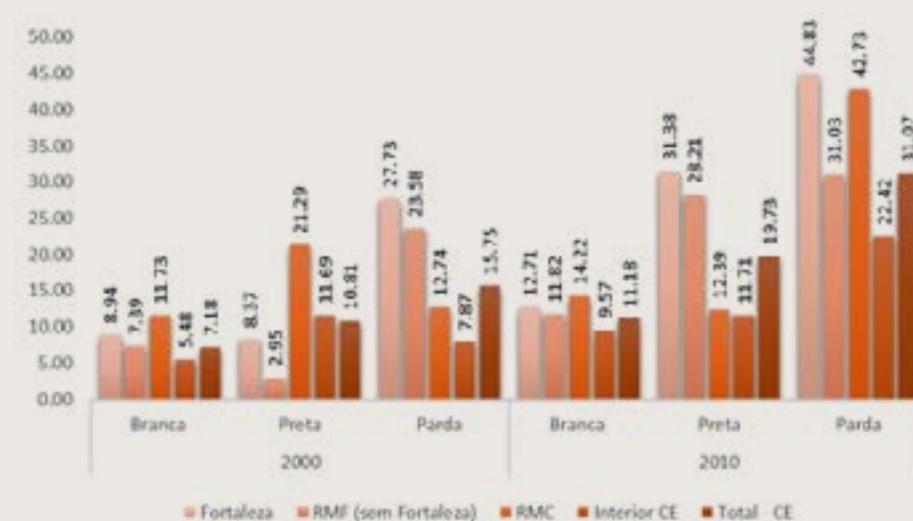
CEARÁ, NORDESTE E BRASIL, 2000 E 2010<sup>7</sup>



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000 e 2010/IBGE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 11**  
TAXA DE ÓBITOS SEGUNDO A COR/RAÇA DA VÍTIMA IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2000 E 2010



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000 e 2010/IBGE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

7. Devido à ausência de estimativas populacionais municipais por cor/raça, as taxas compreendem apenas os anos de Censo, a saber, 2000 e 2010.

Em relação ao perfil da vítima jovem, vale acrescentar que o Ceará apresentou Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) muito alta quando do estudo realizado com base em dados de 2012<sup>8</sup>. Indicador que estima a vulnerabilidade à violência de adolescentes e jovens, de 12 a 29 anos, nas 27 unidades da federação, tendo como universo de análise as cidades brasileiras com mais 100 mil habitantes, o IVJ-V traz informações relevantes sobre a situação da juventude. Entre as 27 unidades da federação, o Ceará ocupou a quarta posição no ranking do IVJ-V, apresentando contexto de vulnerabilidade muito alta (0,502). Lideraram o ranking os estados de Alagoas (0,608), Paraíba (0,517) e Pernambuco (0,506). Em relação a 2007, a variação do IVJ-V do Ceará foi de 18%, saindo de um contexto de alta vulnerabilidade em 2007 (0,426) para uma situação de vulnerabilidade muito alta (0,502). É perceptível que o agravamento da vulnerabilidade se deu de forma mais intensa nas primeiras faixas etárias analisadas: entre 2007 e 2012, a variação (agravamento do IVJ-V) foi de 176,7% na faixa etária entre 12 e 18 anos, de 104,6% na faixa etária de 19 a 24 anos e de 63,5% na faixa etária entre 25 e 29 anos. Complementando o quadro analítico, constatou-se que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio era 4 vezes maior do que o de um jovem branco no Ceará. Do ponto de vista dos municípios cearenses, dois apresentaram vulnerabilidade muito alta em 2012: Maracanaú (0,510) e Fortaleza (0,508), ocupando a 30ª e 33ª posições no ranking das 288 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes analisadas. Caucaia (0,456, 72ª) e Juazeiro do Norte (0,453, 77ª) apresentaram alta vulnerabilidade. Já em Itapipoca (0,427, 101ª), Crato (0,426, 105ª), Maranguape (0,418, 112ª) e Sobral (0,374, 154ª) observou-se contextos de média vulnerabilidade. Note-se que, dos indicadores que compõem o índice, houve melhora no Ceará em relação à maioria deles, por exemplo frequência à escola, emprego e pobreza, porém não em relação a homicídios e desigualdade racial na violência, o que acabou determinando o agravamento do IVJ-V no estado.

Ainda em relação à grave violência que acomete a juventude, seguem apresentados no Apêndice desta publicação os principais resultados do estudo Trajetórias Interrompidas, pesquisa recente sobre homicídio de adolescentes na capital Fortaleza e em seis municípios do Ceará, produzida no âmbito da estratégia de enfrentamento à violência contra o adolescente, em iniciativa que articula o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Governo do Estado (2016-2017).

8. O IVJ é um indicador sintético produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Ministério da Justiça e cuja edição mais recente foi elaborada com base em dados de 2012. Composto por quatro dimensões - violência entre jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade -, o índice é apresentado em escala de 0,0 até 1,0, sendo quanto maior o valor, mais intensas as vulnerabilidades dos jovens daquele território. A dimensão violência entre os jovens contempla indicadores de homicídios e de mortalidade por acidentes de trânsito nas faixas etárias da adolescência e da juventude (Secretaria Geral da Presidência da República/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015).

## 2.3

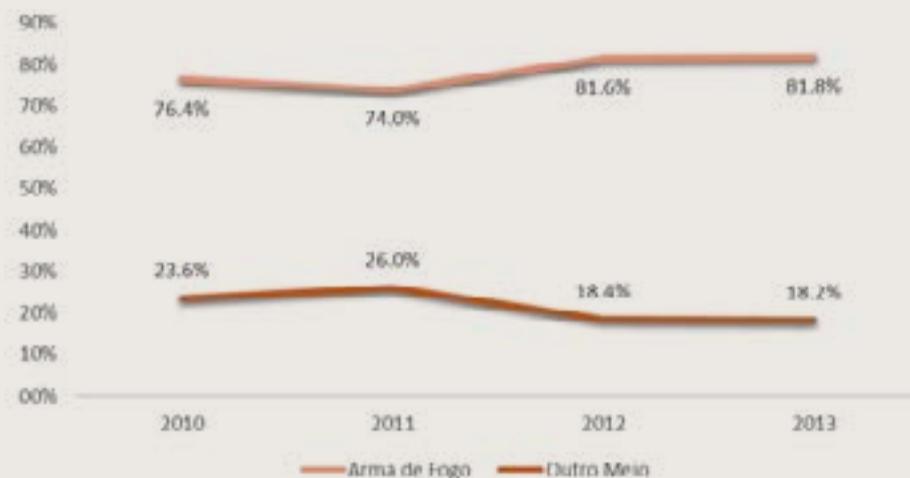
### ÓBITOS POR AGRESSÃO **SEGUNDO** **O MEIO UTILIZADO**

Dados consolidados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que as mortes por agressão no Brasil são, em sua maioria, causadas por disparo de arma de fogo. No ano de 2013 foram 40.369 casos em um total de 56.805 mortes no país, o que representa um percentual de 71,07% dos óbitos por agressão (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

No Ceará, entre os anos de 2010 e 2013, as mortes provocadas por arma de fogo cresceram, partindo de 76,4% para 81,8% do total de óbitos registrados pelas unidades de Saúde no Estado (Gráfico 12). O SIM classifica as armas de fogo em três tipos, as 'armas de fogo de mão', 'armas de fogo de maior calibre' e 'outras armas de fogo'. Possivelmente, a grande quantidade de casos classificados como provocados por outras armas de fogo evidencia certa deficiência de qualificação dos casos. Contudo, ainda assim, é possível afirmar a pequena participação de armas de maior calibre entre os tipos de meio utilizado (Tabela 10).

**GRÁFICO 12**  
**PERCENTUAL DE ÓBITOS POR**  
**AGRESSÃO IDENTIFICADOS**  
**PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA**  
**DO FATO COM MEIO**  
**UTILIZADO ARMA DE FOGO**

CEARÁ, 2010 - 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 10**  
**NÚMERO DE ÓBITOS POR**  
**AGRESSÃO COM MEIO**  
**UTILIZADO IDENTIFICADOS**  
**PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA**  
**DO FATO**

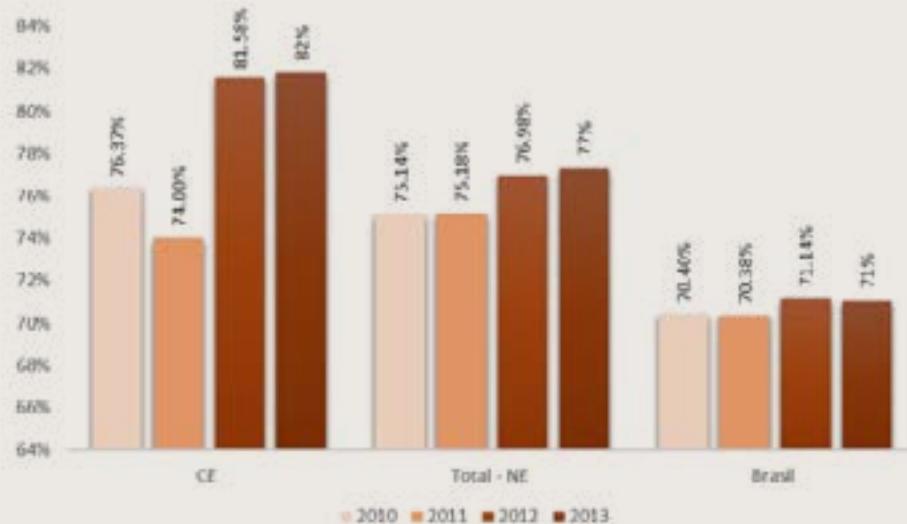
FORTALEZA, RMF, RMC E  
 OUTROS MUNICÍPIOS,  
 2010-2013

	Fortaleza		RMF sem Fortaleza		RMC		Outros Municípios		Total - Ceará	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>2010</b>										
Outra Arma de fogo	1137	90%	377	87%	98	54%	219	27%	1831	68%
Arma de fogo de mão	2	0%	0	0%	11	6%	209	26%	222	8%
Arma de fogo de maior calibre	0	0%	0	0%	0	0%	3	0%	3	0%
Força corporal	14	1%	2	0%	0	0%	4	0%	20	1%
Força física	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%	2	0%
Enfor./ Estrang./ Sufocação	8	1%	1	0%	1	1%	8	1%	18	1%
Objeto contundente	16	1%	8	2%	19	10%	52	6%	95	4%
Objeto cortante ou penetrante	82	6%	46	11%	49	27%	273	34%	450	17%
Outros	8	1%	1	0%	4	2%	38	5%	51	2%
<b>Total</b>	<b>1268</b>	<b>100%</b>	<b>435</b>	<b>100%</b>	<b>182</b>	<b>100%</b>	<b>807</b>	<b>100%</b>	<b>2692</b>	<b>100%</b>
<b>2011</b>										
Outra Arma de fogo	1173	88%	309	82%	120	64%	278	31%	1880	67%
Arma de fogo de mão	1	0%	4	1%	0	0%	176	20%	181	6%
Arma de fogo de maior calibre	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%	2	0%
Força corporal	7	1%	0	0%	3	2%	5	1%	15	1%
Força física	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%	2	0%
Enfor./ Estrang./ Sufocação	5	0%	3	1%	0	0%	7	1%	15	1%
Objeto contundente	27	2%	10	3%	8	4%	61	7%	106	4%
Objeto cortante ou penetrante	110	8%	51	13%	52	28%	306	35%	519	19%
Outros	13	1%	1	0%	5	3%	49	6%	68	2%
<b>Total</b>	<b>1337</b>	<b>100%</b>	<b>378</b>	<b>100%</b>	<b>188</b>	<b>100%</b>	<b>885</b>	<b>100%</b>	<b>2788</b>	<b>100%</b>
<b>2012</b>										
Outra Arma de fogo	1716	89%	518	84%	205	75%	465	45%	2904	76%
Arma de fogo de mão	0	0%	11	2%	2	1%	207	20%	220	6%
Arma de fogo de maior calibre	2	0%	0	0%	1	0%	5	0%	8	0%
Força corporal	23	1%	11	2%	1	0%	6	1%	41	1%
Força física	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Enfor./ Estrang./ Sufocação	6	0%	3	0%	1	0%	8	1%	18	0%
Objeto contundente	21	1%	13	2%	3	1%	35	3%	72	2%
Objeto cortante ou penetrante	142	7%	60	10%	56	21%	247	24%	505	13%
Outros	10	1%	4	1%	2	1%	54	5%	70	2%
<b>Total</b>	<b>1920</b>	<b>100%</b>	<b>620</b>	<b>100%</b>	<b>272</b>	<b>100%</b>	<b>1027</b>	<b>100%</b>	<b>3839</b>	<b>100%</b>
<b>2013</b>										
Outra Arma de fogo	1998	89%	656	85%	181	68%	616	52%	3451	77%
Arma de fogo de mão	0	0%	9	1%	0	0%	190	16%	199	4%
Arma de fogo de maior calibre	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%	2	0%
Força corporal	46	2%	15	2%	1	0%	2	0%	64	1%
Força física	0	0%	-	-	0	0%	0	0%	0	0%
Enfor./ Estrang./ Sufocação	9	0%	9	1%	0	0%	13	1%	31	1%
Objeto contundente	19	1%	11	1%	3	1%	57	5%	90	2%
Objeto cortante ou penetrante	166	7%	61	8%	79	30%	272	23%	578	13%
Outros	13	1%	7	1%	3	1%	27	2%	50	1%
<b>Total</b>	<b>2251</b>	<b>100%</b>	<b>768</b>	<b>100%</b>	<b>267</b>	<b>100%</b>	<b>1179</b>	<b>100%</b>	<b>4465</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 13**  
**PERCENTUAL DE ÓBITOS**  
**POR AGRESSÃO COM MEIO**  
**UTILIZADO ARMA DE FOGO**  
**IDENTIFICADOS PELO LOCAL**  
**DE OCORRÊNCIA DO FATO**

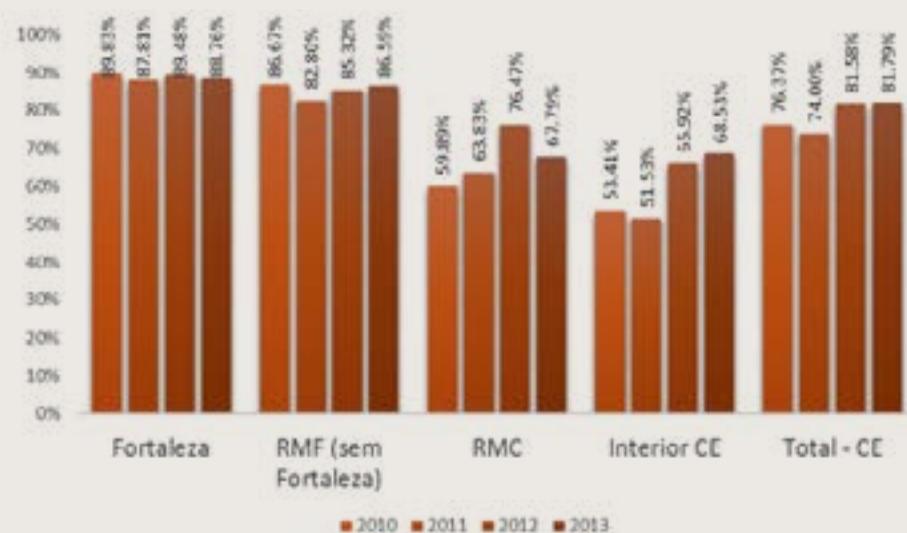
CEARÁ, NORDESTE E BRASIL,  
 2010 - 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 14**  
**PERCENTUAL DE ÓBITOS**  
**POR AGRESSÃO COM MEIO**  
**UTILIZADO ARMA DE FOGO**  
**IDENTIFICADOS PELO LOCAL**  
**DE OCORRÊNCIA DO FATO**

FORTALEZA, RMF, RMC E  
 INTERIOR, 2010 - 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

# 2.4

## ÓBITOS POR AGRESSÃO SEGUNDO **O PORTE** **DOS MUNICÍPIOS**



Considerando os efeitos do cálculo das taxas de óbitos por agressão registrados pelo SUS segundo o local do fato ou de residência da vítima optou-se neste documento por apresentar os resultados municipais em função do local de residência. A justificativa para tal escolha é o fato de que municípios pequenos que não contam com extensa rede de atendimento médico-hospitalar terão reduzidos os números de mortes violentas, mesmo que as agressões tenham ocorrido no interior de seus limites geográficos. Analisando os óbitos segundo o local de ocorrência, tais eventos tendem a ser contabilizados nos municípios de maior porte, para onde são conduzidas as vítimas para atendimento hospitalar. O óbito acontece no município que realizou o atendimento, mas a agressão, de fato, não ocorreu ali, de modo que alguns municípios, geralmente de grande porte, podem ter sua taxa “aumentada” quando da análise estatística segundo o local de ocorrência registrado no sistema da saúde. Por exemplo, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Barbalha são municípios que tiveram o hospital como “tipo de local” de ocorrência registrado em cerca de 30% ou mais dos casos (em Sobral, chegou a 60%), ou seja, são cidades que também recebem muitas vítimas de agressão para atendimento.

Por outro lado, há registros cuja localização é perdida por ausência de informações sobre o endereço da vítima, limitando também a análise segundo o município de residência. Esses casos são identificados como ocorridos em “município ignorado” e serão contabilizados somente em análises estaduais, regionais e nacionais. Contudo, a fim de evitar distorções, para a comparação dos números absolutos e taxas de óbitos por agressão entre os municípios, este documento conta com a apresentação dos resultados segundo o local de residência da vítima.

Assim, a seguir, serão descritos os resultados para os 184 municípios cearenses agrupados segundo o tamanho da população. Observa-se que tais resultados não diferem muito do padrão nacional de distribuição dos crimes, a saber, grandes municípios são poucos, mas concentram a maior parte dos casos.

De acordo com as duas tabelas a seguir, que indicam a distribuição das mortes por agressão segundo os grupos de municípios (por porte) e segundo a localização dos municípios nas regiões do Estado, considerando o ano mais recente, 2013, verifica-se que apenas 9 municípios possuem população superior a 100.000 habitantes, porém, no ano de 2013 eles concentraram 65% do total de óbitos por agressão no Estado (Tabela 11). Essa tendência fica ainda mais clara quando se observa que, no mesmo ano, quase 48% do total de mortes no Ceará aconteceram na capital Fortaleza e 66% na região metropolitana de Fortaleza, incluindo a capital (Tabela 12).

**TABELA 11**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO O PORTE DE MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	Óbitos p/ Agressão	%
<b>Até 15 mil hab.</b>	52	85	1,90%
<b>15 mil e 25 mil hab.</b>	53	248	5,55%
<b>25 mil e 50 mil hab.</b>	42	485	10,85%
<b>50 mil a 100 mil hab.</b>	27	748	16,73%
<b>+ 100 mil hab.</b>	9	2.905	64,97%
<b>Ceará</b>	<b>183</b>	<b>4.472</b>	<b>100,00%</b>

\*Um município ignorado segundo local de residência da vítima.  
Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

CEARÁ, 2013

**TABELA 12**

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	Óbitos p/ Agressão	%
<b>Fortaleza</b>	1	2.129	47,60%
<b>RMF sem Fortaleza</b>	14	828	18,51%
<b>RMC</b>	9	259	5,79%
<b>Interior</b>	160	1.256	28,10%
<b>Ceará</b>	<b>184</b>	<b>4.472</b>	<b>100,00%</b>

CEARÁ, 2013

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Visando precisar o nível de violência segundo o porte dos municípios, ao final desta seção as tabelas 13 a 17 discriminam o número absoluto e a taxa de mortes por 100.000 habitantes para o período compreendido entre 2010 e 2013 para municípios com população residente de até 15.000 habitantes, de 15.000 a 25.000 habitantes, de 25.000 a 50.000 habitantes, de 50.000 a 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes.<sup>9</sup> As principais posições, considerando a taxa média para o período 2010-2013, são visualizadas no diagrama a seguir.

**DIAGRAMA 1**  
**MUNICÍPIOS COM MAIS ELEVADA TAXA MÉDIA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL**



CEARÁ, 2010 -2013

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

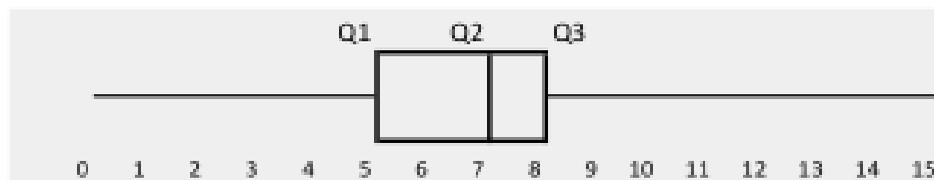
Analisando a média das taxas no período de referência, os municípios foram classificados dentro de cada categoria de tamanho populacional. No grupo de municípios de até 15.000 habitantes, São João do Jaguaribe, Jaguaribara e Ibicuitinga são os três municípios com maior taxa de mortes por agressão. Já no grupo de 15.000 a 25.000 habitantes o destaque é o município de Quixeré, que em 2013 apresentou taxa de 131,82 mortes por 100.000, alcançando pela média de 2010 a 2013 o primeiro lugar no ranking daquele grupo de municípios. No grupo dos municípios com população entre 25.000 e 50.000

9. Utilizou-se taxa por grupo de 100 mil habitantes mesmo nos municípios cuja população é pequena para permitir comparação entre todos os municípios.

habitantes, Itaitinga é aquele com maior taxa média no período, 77,3, com 18 mortes causadas por agressão registradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2010, 27 em 2011, 26 em 2012 e 43 em 2013.

Eusébio, Horizonte e Aquiraz foram os municípios que tiveram as maiores taxas médias de homicídios no grupo com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, chegando a 73,0, 65,6 e 62,0, respectivamente (Tabela 16). Por fim, Maracanaú é o município com maior taxa média entre aqueles com mais de 100.000 habitantes, com 65,9, seguido por Fortaleza, com 63,27 e Caucaia, com 52,36. Destaca-se ainda o grande crescimento desse tipo de crime no grupo entre 2010 e 2013, principalmente em Sobral, Fortaleza, Juazeiro do Norte e Maracanaú, os quais apresentaram variações entre 52% e 151% (Tabela 17).

Já o Gráfico 15 é uma interessante ferramenta para identificação dos municípios com taxas de criminalidade atípicas em relação ao grupo de porte populacional a que pertencem. O *box plot* é um gráfico construído com base em 5 pontos na distribuição da variável: o valor mínimo (ponto inicial da barra horizontal que perpassa a “caixa”), o primeiro quartil (linha inicial da caixa), o segundo quartil (mediana), o terceiro quartil (linha final da caixa) e o valor máximo (ponto final da barra horizontal). O Q1 separa os primeiros 25% da distribuição dos dados, o Q2 os 50%, coincidindo com a mediana, e o Q3 os 75%. Cada caixa é definida pelos limites do 1º e do 3º Quartil, sendo a linha interna o valor que distingue os 50% superiores e inferiores da distribuição, conforme exemplo abaixo.

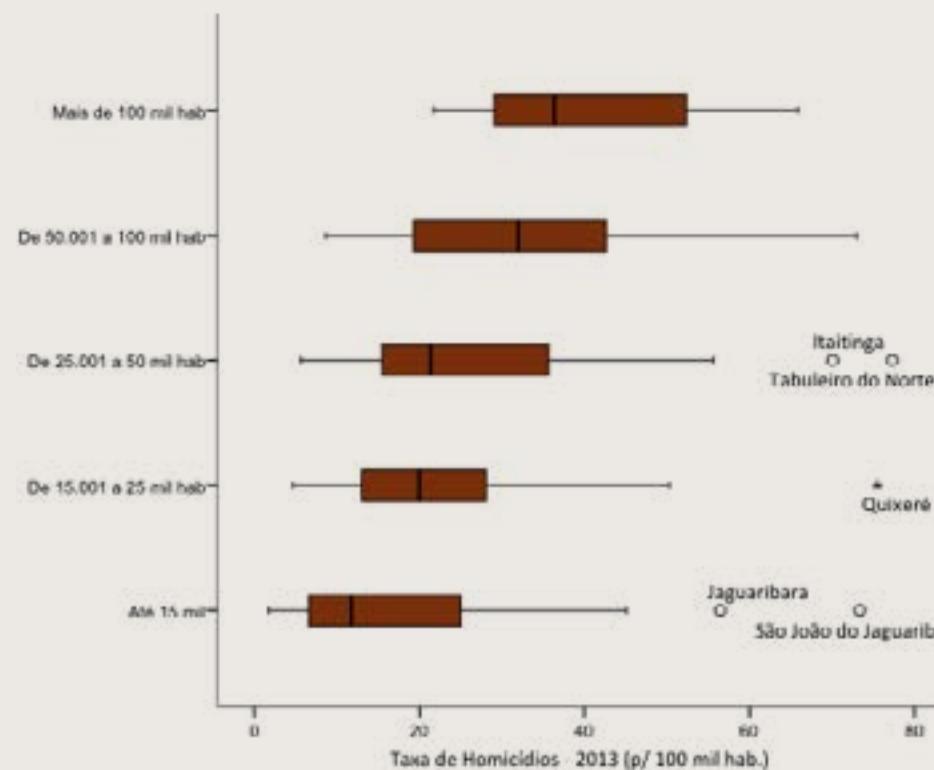


Os valores discrepantes são identificados fora das barras ligadas ao gráfico, nas pontas inicial e final da linha, e indicam casos atípicos em relação à distribuição daquela variável. O cálculo utilizado para a identificação desses valores é baseado na chamada Amplitude Interquartil (AIQ), ou a distância entre o terceiro (Q3) e o primeiro quartil (Q1), a qual corresponde ao comprimento da própria caixa. Valores atípicos, portanto, são identificados por um caractere especial, no caso do SPSS, um círculo vazio (o), e correspondem aos valores inferiores a Q1 ou superiores a Q3 em 1,5 x AIQ. Os valores extremos, identificados por asteriscos (\*) são aqueles cuja distância excede Q1 e Q3 em menos ou mais 2 x 1,5 x AIQ, respectivamente.

No caso da variável média da taxa de óbitos por agressão entre 2010 e 2013, os menores municípios são aqueles que apresentam menor dispersão, havendo poucos municípios com valores discrepantes, os chamados *outliers*. Para a média da taxa de óbitos entre 2010 e 2013, os municípios *outliers* são Jaguaribara e São João do Jaguaribe no grupo daqueles com até 15.000 habitantes; Quixeré nas cidades com população entre 15.000 e 25.000 habitantes; e, finalmente, Tabuleiro do Norte e Itaitinga na categoria dos municípios com população entre 25.000 e 50.000 habitantes. São cidades que apresentaram as taxas mais elevadas, muito discrepantes em relação aos demais municípios que compõem os respectivos grupos.

**GRÁFICO 15**  
**DISTRIBUIÇÃO DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO O PORTE DO MUNICÍPIO**

CEARÁ, 2013



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

TABELA 13

**EVOLUÇÃO ANUAL E  
VARIAÇÃO DA MÉDIA DA  
TAXA DE ÓBITOS POR  
AGRESSÃO IDENTIFICADOS  
PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA  
DA VÍTIMA NOS MUNICÍPIOS  
COM POPULAÇÃO DE ATÉ  
15MIL HABITANTES**

CEARÁ, 2010 – 2013

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS				TAXA POR 100.000 HABITANTES						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Δ 2010/13	Média 2010/13	Classificação
São João do Jaguaribe	5	3	5	10	63,29	38,25	64,20	127,73	101,81%	73,37	1º
Jaguaribara	7	3	7	7	67,31	28,50	65,72	64,27	-4,53%	56,45	2º
Ibicuitinga	4	3	6	8	35,29	26,13	51,63	67,28	90,66%	45,08	3º
Aratuba	4	7	4	5	34,70	61,05	35,08	43,55	25,51%	43,59	4º
Pacoti	3	6	1	6	25,85	51,52	8,56	50,60	95,78%	34,13	5º
São Luís do Curu	2	11	3	0	16,22	88,73	24,08	0,00	-100,00%	32,26	6º
Ibaretama	3	6	4	3	23,22	46,33	30,82	22,81	-1,77%	30,79	7º
Miraima	4	3	7	1	31,25	23,24	53,81	7,54	-75,87%	28,96	8º
Choró	4	3	6	2	31,12	23,22	46,22	15,16	-51,30%	28,93	9º
Antonina do Norte	4	0	2	2	57,27	0,00	28,34	27,89	-51,31%	28,38	10º
Iracema	3	4	7	1	21,86	29,06	50,70	7,14	-67,35%	27,19	11º
Palmácia	7	1	1	4	58,31	8,22	8,11	31,69	-45,66%	26,58	12º
Guaramiranga	1	0	2	1	24,02	0,00	50,56	25,58	6,52%	25,04	13º
Altaneira	1	2	3	1	14,59	28,79	42,66	13,90	-4,72%	24,98	14º
Ararendá	1	3	5	1	9,53	28,49	47,33	9,33	-2,16%	23,67	15º
Penaforte	2	1	2	3	24,31	12,02	23,58	34,62	42,38%	23,63	16º
Mulungu	1	2	3	5	8,71	17,12	25,26	41,00	370,85%	23,02	17º
Milhã	5	2	2	3	38,21	15,30	15,31	22,72	-40,55%	22,88	18º
General Sampaio	1	3	0	1	16,08	47,45	0,00	15,17	-5,66%	19,68	19º
Jati	2	3	0	1	26,11	39,01	0,00	12,88	-50,67%	19,50	20º
Ipaumirim	2	3	2	2	16,65	24,90	16,56	16,32	-2,02%	18,61	21º
Quixelô	0	4	4	3	0,00	26,75	26,83	19,94	-	18,38	22º
Moraújo	1	3	0	1	12,39	36,81	0,00	11,91	-3,85%	15,28	23º
Ererê	1	0	2	1	14,62	0,00	28,89	14,20	-2,85%	14,43	24º
Potengi	0	3	1	1	0,00	28,95	9,57	9,39	-	11,98	25º
Groaiaras	1	0	3	1	9,78	0,00	28,72	9,37	-4,12%	11,97	26º
Uruoca	2	1	3	0	15,52	7,70	22,91	0,00	-100,00%	11,53	27º
Paramoti	4	0	1	0	35,37	0,00	8,80	0,00	-100,00%	11,04	28º
Deputado Irapuan Pinheiro	1	2	1	0	11,00	21,86	10,87	0,00	-100,00%	10,93	29º
Senador Sá	1	1	1	0	14,59	14,39	14,20	0,00	-100,00%	10,80	30º
Poranga	1	0	2	2	8,33	0,00	16,61	16,39	96,69%	10,33	31º
Umari	0	1	1	1	0,00	13,24	13,22	13,05	-	9,88	32º
Chaval	2	0	2	1	15,85	0,00	15,77	7,77	-50,97%	9,85	33º
Palhano	1	1	0	1	11,28	11,21	0,00	10,96	-2,85%	8,36	34º
Catunda	2	0	0	1	20,10	0,00	0,00	9,79	-51,30%	7,47	35º
Meruoca	1	2	0	1	7,30	14,42	0,00	6,96	-4,76%	7,17	36º
Apuiarés	1	0	3	0	7,18	0,00	21,22	0,00	-100,00%	7,10	37º
Abaiara	0	0	2	1	0,00	0,00	18,49	9,02	-	6,88	38º
Ipaoranga	0	2	1	0	0,00	17,62	8,80	0,00	-	6,61	39º
Arneiroz	2	0	0	0	26,14	0,00	0,00	0,00	-100,00%	6,54	40º
Frecheirinha	1	0	1	1	7,70	0,00	7,59	7,46	-3,07%	5,69	41º
Tarrafas	0	0	1	1	0,00	0,00	11,28	11,17	-	5,61	42º
Granjeiro	1	0	0	0	21,60	0,00	0,00	0,00	-100,00%	5,40	43º
Pires Ferreira	0	1	1	0	0,00	9,72	9,65	0,00	-	4,84	44º
Pacujá	1	0	0	0	16,71	0,00	0,00	0,00	-100,00%	4,18	45º
Baixio	1	0	0	0	16,59	0,00	0,00	0,00	-100,00%	4,15	46º
Potiretama	0	1	0	0	0,00	16,25	0,00	0,00	-	4,06	47º
Barroquinha	0	1	1	0	0,00	6,89	6,87	0,00	-	3,44	48º
Itaigaba	1	0	0	0	13,67	0,00	0,00	0,00	-100,00%	3,42	49º
Martinópolis	1	0	0	0	9,79	0,00	0,00	0,00	-100,00%	2,45	50º
Alcântaras	1	0	0	0	9,28	0,00	0,00	0,00	-100,00%	2,32	51º
Mucambo	0	0	0	1	0,00	0,00	0,00	6,98	-	1,74	52º

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

TABELA 14

**EVOLUÇÃO ANUAL E  
VARIAÇÃO DA MÉDIA DA  
TAXA DE ÓBITOS POR  
AGRESSÃO IDENTIFICADOS  
PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA  
DA VÍTIMA NOS MUNICÍPIOS  
COM POPULAÇÃO ENTRE 15  
E 25 MIL HABITANTES**

CEARÁ, 2010 – 2013

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS				TAXA POR 100.000 HABITANTES						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Δ 2010/13	Média 2010/13	Classificação
Quixeré	7	15	12	28	36,06	76,50	57,66	131,82	265,56%	75,51	1º
Jaguetama	8	9	10	9	44,79	50,42	56,06	49,89	11,40%	50,29	2º
Acarape	4	10	8	8	26,08	64,48	51,04	49,97	91,59%	47,89	3º
Nova Olinda	4	8	7	5	28,06	55,46	47,99	33,54	19,53%	41,26	4º
Caridade	8	10	11	4	39,96	49,12	53,17	18,84	-52,86%	40,27	5º
Chorozinho	6	2	8	14	31,72	10,56	42,22	72,97	130,03%	39,37	6º
Tururu	2	8	6	7	13,88	54,67	40,41	45,98	231,24%	38,74	7º
Araripe	8	5	5	10	38,68	24,08	23,98	47,24	22,14%	33,49	8º
Saboeiro	4	6	4	7	25,39	38,18	25,51	44,21	74,08%	33,32	9º
Alto Santo	4	3	7	7	24,45	18,25	42,41	41,75	70,74%	31,72	10º
Itapiúna	4	7	4	9	21,48	37,19	21,04	46,37	115,92%	31,52	11º
Banabuiú	5	3	8	5	28,88	17,24	45,75	28,13	-2,59%	30,00	12º
Uruburetama	6	6	4	8	30,36	29,95	19,72	38,52	26,89%	29,64	13º
Orós	4	6	7	7	18,70	28,11	32,87	32,55	74,07%	28,06	14º
Pindoretama	2	8	3	8	10,70	42,17	15,59	40,54	278,72%	27,25	15º
Varjota	3	10	1	5	17,05	56,59	5,64	27,74	62,68%	26,76	16º
Solonópole	3	6	3	6	16,98	33,86	16,88	33,29	96,01%	25,25	17º
Monsenor Tabosa	5	3	5	3	29,93	17,93	29,83	17,66	-40,99%	23,84	18º
Porteiras	5	2	4	3	33,20	13,32	26,72	19,86	-40,19%	23,27	19º
Irauçuba	4	9	3	4	17,92	39,93	13,19	17,24	-3,78%	22,07	20º
Assaré	2	8	5	5	8,91	35,49	22,09	21,75	144,09%	22,06	21º
Santana do Cariri	3	2	3	7	17,47	11,63	17,42	40,13	129,66%	21,66	22º
Icapuí	6	3	6	1	32,62	16,15	32,01	5,23	-83,98%	21,50	23º
Aiuaba	7	4	3	0	43,20	24,48	18,22	0,00	-100,00%	21,48	24º
Fárias Brito	1	3	6	6	5,26	15,85	31,82	31,55	499,75%	21,12	25º
Piquet Carneiro	2	3	5	3	12,93	19,17	31,61	18,55	43,49%	20,57	26º
Jijoca de Jericoacoara	7	0	3	4	41,17	0,00	16,91	21,87	-46,89%	19,99	27º
Aurora	5	4	7	3	20,35	16,32	28,61	12,14	-40,36%	19,35	28º
Salitre	2	3	3	4	12,94	19,27	19,13	25,04	93,45%	19,09	29º
Barreira	2	4	2	7	10,22	20,23	10,02	34,36	236,29%	18,71	30º
Barro	4	7	2	3	18,59	32,36	9,20	13,57	-27,00%	18,43	31º
Umirim	3	4	3	4	15,96	21,15	15,77	20,67	29,56%	18,39	32º
Jucás	1	1	6	9	4,20	4,18	25,02	36,96	779,89%	17,59	33º
Catarina	2	3	4	4	10,67	15,80	20,80	20,33	90,54%	16,90	34º
Forquilha	5	2	7	0	22,95	9,04	31,20	0,00	-100,00%	15,80	35º
Quiterianópolis	5	2	1	4	25,10	9,98	4,96	19,51	-22,28%	14,89	36º
Fortim	0	1	5	3	0,00	6,65	32,82	19,23	-	14,68	37º
Coreaú	3	3	3	4	13,66	13,57	13,48	17,66	29,22%	14,59	38º
Capistrano	0	5	4	0	0,00	29,18	23,25	0,00	-	13,11	39º
Itatira	1	6	3	0	5,29	31,33	15,46	0,00	-100,00%	13,02	40º
Cariús	3	2	2	2	16,16	10,77	10,76	10,63	-34,21%	12,08	41º
Tejuçuoca	1	3	0	4	5,94	17,56	0,00	22,12	272,22%	11,41	42º
Ibiapina	1	3	3	4	4,20	12,53	12,47	16,35	289,37%	11,39	43º
Hidrolândia	2	3	3	0	10,35	15,43	15,35	0,00	-100,00%	10,28	44º
Carnaubal	0	1	4	1	0,00	5,93	23,56	5,79	-	8,82	45º
Cariré	0	2	4	0	0,00	10,89	21,75	0,00	-	8,16	46º
Madalena	0	4	2	0	0,00	21,82	10,77	0,00	-	8,15	47º
Reritaba	2	1	1	2	10,28	5,18	5,21	10,37	0,90%	7,76	48º
Cruz	1	1	3	2	4,45	4,41	13,11	8,57	92,59%	7,63	49º
Croatá	0	2	3	0	0,00	11,65	17,37	0,00	-	7,25	50º
Pereiro	1	0	2	1	6,35	0,00	12,63	6,23	-1,90%	6,30	51º
Graça	0	1	1	1	0,00	6,64	6,63	6,54	-	4,95	52º
Morrinhos	1	0	0	3	4,83	0,00	0,00	13,91	188,02%	4,69	53º

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

TABELA 15

**EVOLUÇÃO ANUAL E  
VARIAÇÃO DA MÉDIA DA  
TAXA DE ÓBITOS POR  
AGRESSÃO IDENTIFICADOS  
PELO LOCAL DE  
RESIDÊNCIA DA VÍTIMA  
NOS MUNICÍPIOS COM  
POPULAÇÃO ENTRE 25 E 50  
MIL HABITANTES**

CEARÁ, 2010 – 2013

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS				TAXA POR 100.000 HABITANTES						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Δ 2010/13	Média 2010/13	Classificação
Itaitinga	18	27	26	43	50,26	74,33	70,63	114,043	126,93%	77,314	1º
Tabuleiro do Norte	17	16	19	31	58,21	54,48	64,36	103,271	77,41%	70,082	2º
Senador Pompeu	13	6	20	20	49,11	22,71	75,81	75,030	52,77%	55,665	3º
Pentecoste	6	18	20	28	16,95	50,54	55,83	76,834	353,32%	50,039	4º
Pedra Branca	15	14	17	26	35,81	33,35	40,41	60,971	70,27%	42,636	5º
Missão Velha	5	13	16	24	14,59	37,79	46,34	68,462	369,29%	41,794	6º
Jaguaribe	10	17	15	13	29,06	49,47	43,71	37,482	28,97%	39,932	7º
Caririçu	11	9	12	9	41,68	34,05	45,33	33,556	-19,49%	38,654	8º
Mombaça	18	11	16	21	42,16	25,71	37,30	48,284	14,51%	38,364	9º
Baturité	8	5	18	19	24,01	14,88	53,16	55,053	129,30%	36,775	10º
Redenção	10	6	7	16	37,86	22,61	26,26	59,067	56,02%	36,447	11º
São Gonçalo do Amarante	11	10	18	24	25,06	22,46	39,88	51,895	107,06%	34,823	12º
Jaguaruana	1	4	14	24	3,10	12,34	42,93	72,346	2232,14%	32,677	13º
Paraipaba	8	11	11	10	26,63	36,19	35,79	31,834	19,54%	32,612	14º
Campos Sales	10	10	7	7	37,73	37,62	26,27	25,897	-31,36%	31,879	15º
Brejo Santo	10	11	13	11	22,13	24,07	28,13	23,296	5,28%	24,406	16º
Paracuru	4	5	10	12	12,64	15,65	31,00	36,453	188,31%	23,937	17º
Nova Russas	6	13	7	2	19,38	41,81	22,43	6,311	-67,43%	22,483	18º
Cedro	5	7	4	6	20,39	28,48	16,25	24,040	17,93%	22,289	19º
Ubajara	5	8	4	12	15,73	24,88	12,31	36,139	129,75%	22,266	20º
Guaiúba	4	3	2	13	16,60	12,29	8,09	51,363	209,35%	22,086	21º
Itarema	4	5	14	10	10,67	13,15	36,32	25,320	137,19%	21,367	22º
São Benedito	7	7	15	9	15,84	15,73	33,46	19,714	24,42%	21,188	23º
Novo Oriente	5	4	3	10	18,21	14,52	10,85	35,619	95,57%	19,799	24º
Santa Quitéria	4	6	15	8	9,35	14,02	35,03	18,451	97,26%	19,214	25º
Milagres	4	4	6	7	14,13	14,15	21,27	24,573	73,95%	18,532	26º
Amontada	6	6	11	6	15,29	15,09	27,31	14,554	-4,84%	18,062	27º
Ipueiras	7	8	4	8	18,49	21,16	10,59	20,965	13,40%	17,801	28º
Parambu	11	5	2	3	35,13	16,01	6,42	9,535	-72,86%	16,774	29º
Mauriti	9	6	8	7	20,34	13,47	17,84	15,337	-24,61%	16,748	30º
Tamboril	6	4	5	1	23,57	15,73	19,69	3,895	-83,48%	15,723	31º
Independência	4	4	6	2	15,64	15,63	23,42	7,708	-50,72%	15,599	32º
Ocara	2	6	1	6	8,33	24,80	4,10	24,165	190,07%	15,350	33º
Aracoiaba	3	3	3	6	11,82	11,77	11,72	23,088	95,41%	14,598	34º
Lavras da Mangabeira	8	4	2	3	25,73	12,87	6,44	9,544	-62,91%	13,645	35º
Santana do Acaraú	5	4	4	3	16,70	13,23	13,11	9,636	-42,29%	13,168	36º
Massapê	3	6	6	3	8,52	16,84	16,65	8,140	-4,51%	12,539	37º
Guaraciaba do Norte	3	4	7	5	7,94	10,53	18,33	12,876	62,13%	12,419	38º
Marco	2	2	3	4	8,10	7,99	11,83	15,418	90,43%	10,835	39º
Ipu	3	3	3	8	7,44	7,42	7,39	19,422	160,88%	10,420	40º
Várzea Alegre	5	4	1	3	13,01	10,34	2,57	7,566	-41,84%	8,370	41º
Jardim	2	2	2	2	7,49	7,49	7,48	7,389	-1,40%	7,463	42º
Bela Cruz	1	2	3	1	3,24	6,44	9,60	3,14	-2,91%	5,60	43º

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

TABELA 16

**EVOLUÇÃO ANUAL E  
VARIAÇÃO DA MÉDIA DA  
TAXA DE ÓBITOS POR  
AGRESSÃO IDENTIFICADOS  
PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA  
DA VÍTIMA NOS MUNICÍPIOS  
COM POPULAÇÃO ENTRE 50  
E 100 MIL HABITANTES**

CEARÁ, 2010 – 2013

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS				TAXA POR 100.000 HABITANTES						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Δ 2010/13	Média 2010/13	Classificação
Eusébio	27	21	43	49	58,65	44,65	89,60	99,08	68,92%	73,00	1º
Horizonte	23	29	48	53	41,68	51,03	82,17	87,48	109,91%	65,59	2º
Aquiraz	37	27	53	68	50,94	36,70	71,17	89,26	75,20%	62,02	3º
Quixadá	34	36	38	59	42,18	44,20	46,20	70,25	66,53%	50,71	4º
Morada Nova	16	20	28	47	25,78	32,32	45,37	75,46	192,70%	44,73	5º
Limoeiro do Norte	15	24	29	32	26,66	42,27	51,55	55,78	109,21%	44,07	6º
Boa Viagem	16	16	37	22	30,48	30,38	70,04	41,04	34,65%	42,98	7º
Russas	13	23	32	54	18,62	32,49	44,62	73,53	295,00%	42,31	8º
Itapagé	19	17	27	16	39,30	34,76	54,96	31,87	-18,91%	40,22	9º
Pacajus	18	10	43	31	29,11	15,82	66,64	46,61	60,12%	39,55	10º
Barbalha	16	18	26	28	28,92	32,17	45,96	48,43	67,45%	38,87	11º
Acopiara	22	15	13	22	43,00	29,14	25,11	41,78	-2,85%	34,76	12º
Cascavel	12	16	30	33	18,14	23,94	44,44	47,88	163,89%	33,60	13º
Quixeramobim	31	21	16	26	43,12	28,82	21,68	34,41	-20,21%	32,01	14º
Canindé	19	17	17	32	25,51	22,71	22,60	41,86	64,09%	28,17	15º
Pacatuba	12	13	20	40	16,60	17,60	26,52	51,46	210,07%	28,04	16º
Icó	19	11	18	22	29,03	16,75	27,31	32,89	13,32%	26,50	17º
Aracati	12	13	31	18	17,35	18,63	44,06	25,09	44,59%	26,28	18º
Tauá	19	9	11	9	34,10	16,07	19,54	15,72	-53,90%	21,36	19º
Tianguá	17	11	13	19	24,68	15,78	18,43	26,35	6,78%	21,31	20º
Beberibe	5	5	11	14	10,14	10,03	21,84	27,22	168,40%	17,31	21º
Trairi	8	8	11	8	15,56	15,40	20,97	14,94	-3,99%	16,71	22º
Crateús	8	7	12	20	10,99	9,59	16,42	26,99	145,64%	16,00	23º
Viçosa do Ceará	8	6	7	8	14,56	10,77	12,41	13,86	-4,79%	12,90	24º
Granja	4	4	8	4	7,60	7,66	15,23	7,49	-1,48%	9,49	25º
Acaraú	6	3	1	11	10,43	5,15	1,70	18,29	75,45%	8,89	26º
Camocim	5	8	5	3	8,31	13,22	8,21	4,85	-41,71%	8,65	27º

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2015.

TABELA 17

**EVOLUÇÃO ANUAL E  
VARIAÇÃO DA MÉDIA DA  
TAXA DE ÓBITOS POR  
AGRESSÃO IDENTIFICADOS  
PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA  
DA VÍTIMA NOS MUNICÍPIOS  
COM POPULAÇÃO COM MAIS  
DE 100 MIL HABITANTES**

CEARÁ, 2010 – 2013

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS				TAXA POR 100.000 HABITANTES						
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Δ 2010/13	Média 2010/13	Classificação
Maracanau	118	106	152	187	56,44	50,17	71,23	85,81	52,03%	65,91	1º
Fortaleza	1169	1224	1814	2129	47,67	49,42	72,55	83,43	75,01%	63,27	2º
Caucaia	166	133	181	222	51,01	40,20	53,85	64,36	26,18%	52,36	3º
Juazeiro do Norte	78	96	142	127	31,21	37,97	55,55	48,61	55,75%	43,33	4º
Crato	44	33	52	51	36,24	26,89	41,95	40,29	11,18%	36,34	5º
Itapipoca	24	49	28	39	20,68	41,62	23,47	31,91	54,32%	29,42	6º
Maranguape	29	30	34	43	25,54	25,98	28,98	35,71	39,85%	29,05	7º
Sobral	33	43	59	87	17,53	22,55	30,55	44,01	151,06%	28,66	8º
Iguatu	22	25	18	20	22,80	25,69	18,34	19,99	-12,32%	21,70	9º

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2015.

Por fim, considerando o perfil dos homicídios nos municípios que apresentaram maiores taxas, aquelas posicionadas acima da média nacional e/ou da do Estado do Ceará, segue no Anexo 3 um conjunto de tabelas que permitem comparar as diferenças em relação às variáveis analisadas município a município.

Se por um lado prevalece o perfil geral identificado para o Estado, qual seja, a vitimização de homens jovens e negros por meio de arma de fogo, por outro a desagregação permite verificar algumas diferenças entre os municípios. A partir da divisão dos municípios por porte, segue uma análise considerando apenas os dados dos anos de 2012 e 2013<sup>10</sup>, uma vez que apenas para 2012 estão disponíveis os dados populacionais desagregados por municípios que permitem elaborar a taxa segundo as variáveis sexo e idade, não havendo esse dado para calcular a taxa de vitimização por cor/raça. De forma complementar, são apresentados os dados do ano mais recente disponível (2013) sobre cor/raça, escolaridade e meio empregado apenas em termos percentuais.

No Grupo de 52 municípios de porte muito pequeno (com população até 15 mil habitantes), 35 (67%) tem registros de mortes por agressão. Em sua maioria, os municípios apresentam valores baixos em números absolutos. São João do Jaguaribe, Ibicuitinga e Jaguaribara, que ocupam as três primeiras posições no ranking deste grupo, com as maiores taxas, apresentaram, respectivamente, 10, 7 e 8 mortes por agressões em 2013. Considerando aqueles que apresentaram taxa superior à taxa nacional (28,3 por cem mil habitantes em 2013), somam 8 municípios. Do total, apenas 3 municípios registraram vítimas do sexo feminino. Sobressaem as taxas para a população jovem, com destaque para a faixa etária de 20 a 29 anos (em 2012). Em 1/3 desses municípios não houve registro de agressão por meio de arma de fogo, ou seja, a morte foi provocada por outro meio/instrumento, e em outro terço 100% dos óbitos foram provocados por arma de fogo (em 2013).

No grupo de 53 municípios com população entre 15 e 25 mil habitantes, apenas 8 não apresentaram registros de mortes por agressão em 2013 (em 2012 eram apenas 2). Em geral, esses óbitos também se distribuem pelos municípios em números absolutos baixos, contando entre 10 a 28 óbitos nos municípios com valores mais altos, no ano de 2013. Em termos relativos, Quixeré se destaca com taxa de 131,2 agressões por 100 mil habitantes, seguida por Chorozinho, com 72,9, ambos bem acima da taxa do Estado (50,95). Considerando aqueles que apresentam taxa superior à taxa nacional (28,3 por cem mil habitantes em 2013), somam 18 municípios. Sobressaem altas taxas para a população jovem, de 15 a 29 anos (dados de 2012), e prevalece a agressão por meio de

10. Assim, na tabela anexa o ranking dos municípios é apresentado segundo a taxa do ano mais recente disponível (2013), podendo haver alguma diferença de posicionamento em relação aos resultados apresentados nas tabelas 13 a 17, que consideraram a classificação da maior a menor taxa a partir da taxa média do período 2010-2013 (e não apenas do ano mais recente).

arma de fogo na maioria dos municípios: em 69% deles a arma de fogo foi o meio empregado na maior parte dos óbitos (de 50% a 100% dos óbitos) e em apenas 13% foi outro meio que não arma de fogo.

No grupo de 43 municípios com população de 25 a 50 mil habitantes todos possuem registros de mortes por agressão em 2013 (e também em 2012). Onze municípios apresentaram taxas superiores à média estadual, entre 104 e 51 mortes por agressão por cem mil habitantes: Itaitinga, Tabuleiro do Norte, Pentecoste, Senador Pompeu, Jaguaruana, Missão Velha, Pedra Branca, Redenção, Baturité, São Gonçalo do Amarante e Guaiúba. As elevadas taxas para o sexo masculino prevalecem, chegando a 132 por cem mil em Tabuleiro do Norte, mas observa-se também neste grupo uma presença maior de vítimas do sexo feminino do que nos dois anteriores. Essas vítimas estão distribuídas em 42% dos municípios, com taxas mais elevadas em Senador Pompeu, Itaitinga, Pedra Branca, Santa Quitéria e São Gonçalo do Amarante (variando entre 37,3 e 13,5 por cem mil mulheres em 2012). É alta a vitimização da população jovem (15 a 29 anos), com as mais altas taxas verificadas para a faixa de 20 a 29 anos, mas chama também a atenção a ainda mais alta vitimização da população de 15 a 19 anos em Itaitinga, com taxa de 233 óbitos por cem mil nesta faixa, e Senador Pompeu, com taxa de 191. Em 40% dos municípios verifica-se que o meio arma de fogo responde por 70% a 100% dos óbitos. Mas em 33% dos municípios outros meios se destacam, reduzindo a participação da arma de fogo (para entre 0,0% e 50% dos óbitos).

No grupo de 27 municípios de médio porte, com população entre 50 e 100 mil habitantes, todos possuem registros de mortes por agressão em 2013 (e também em 2012). Apresentaram as maiores taxas, superiores à média estadual, oito municípios: Eusébio, Aquiraz, Horizonte, Morada Nova, Russas, Quixadá, Limoeiro do Norte e Pacatuba (entre 99,1 e 51,5 agressões por cem mil habitantes em 2013). As elevadas taxas para o sexo masculino prevalecem, chegando a 171,3 por cem mil em Eusébio, mas observa-se presença de vítimas do sexo feminino distribuídas em 19 municípios, com maior taxa em Aquiraz (19,3 óbitos por cem mil mulheres). É alta a vitimização da população jovem (15 a 29 anos), com as mais altas taxas verificadas para a faixa de 20 a 29 anos. Mas em algumas cidades observa-se que a vitimização da população de 15 a 19 anos é ainda superior, com destaque para Horizonte e Aquiraz, cujas taxas alcançaram 182 e 133 mortes por cem mil nesta faixa, respectivamente. Prevalece o uso de arma de fogo: em 17 municípios entre 70% e 94% dos óbitos tiveram como meio a arma de fogo e em apenas 4 municípios esse percentual foi inferior a 50%.

Por fim, no grupo dos 9 municípios de grande porte, com população superior a 100 mil habitantes, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia apresentaram as maiores taxas de mortes por agressão, superando a taxa média do Estado. Em relação à vitimização da população jovem (15 a 29 anos), chama a atenção a ainda mais alta vitimização da população de 15

a 19 anos nessas três cidades, assim como em Sobral, cidades cujas taxas alcançaram 176, 224, 133 e 89,6 óbitos por cem mil nesta faixa etária, respectivamente. Em relação à vitimização feminina, observa-se a maior taxa em Juazeiro do Norte, com 8,2 óbitos por cem mil. Prevalece o uso de arma de fogo em mais de 71% dos óbitos ocorridos nas grandes cidades, com exceção de Itapipoca e Crato, onde esse percentual é de 56,4% e 64,7%.

A vitimização do sexo masculino prevalece - 94% são homens tanto em 2012 como em 2013 -, e em todos os grupos se destacam municípios com taxas muito mais elevadas do que a taxa média do Estado (86,3 óbitos masculinos por cem mil em 2012).

Em relação à variável cor/raça, conforme já observado anteriormente, é alta a falta de informação para o ano de 2013, quando para 45% dos óbitos por agressão no Ceará a cor/raça é ignorada. Considerando a limitação do dado, observa-se que as vítimas no estado do Ceará são negras em sua maioria, perfil que se mantém na maioria dos municípios (no Anexo 3 apresenta-se a informação desagregada por municípios segundo a população branca e negra). Valendo ainda retomar o ano de 2010, em que a subnotificação para cor/raça foi menor (25% dos casos) e para o qual temos a taxa segundo a cor/raça: 63,6% das vítimas eram negras (das quais 60,8% pardas) com taxa de 31,7 vítimas pardas por cem mil habitantes, 19,7 pretas e 11,8 brancas, o que vem confirmar a sobre-representação das primeiras.

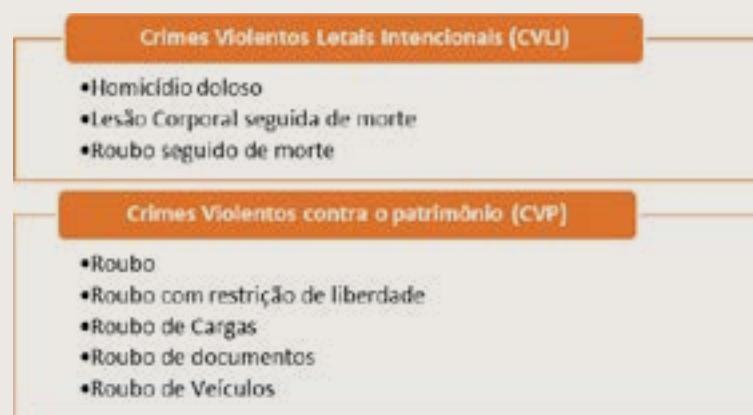
Por fim, considerando que para 15% das vítimas a informação sobre escolaridade é ignorada em 2013, observa-se que as vítimas com escolaridade superior a 12 anos não chegam a 1% no Ceará. Poucos municípios (apenas 16) registraram vítimas de agressão com escolaridade superior (12 anos ou mais). Em sua grande maioria, as vítimas tem baixa escolaridade: 75% tem até 7 anos de estudo, sendo a maior parte, 43%, com 4 a 7 anos de estudo. Contam-se ainda 10% das vítimas com 8 a 11 anos de estudo.

# 3.

## REGISTROS OFICIAIS DE **CRIMINALIDADE VIOLENTA**

Conforme o ressaltado nas primeiras páginas, os dados do SIM são absolutamente relevantes para a construção de um diagnóstico geral da criminalidade em território nacional, seja pelas limitações no registro de informações oficiais de crimes, seja pelas dificuldades de acesso aos dados coletados em todo o País. Contudo, não é difícil pensar em fatores que limitariam o uso daquelas informações como fonte exclusiva de informação criminal. A ausência de informações sobre crimes contra o patrimônio é uma dessas razões e isso é grave porque a maior parte dos crimes que acontecem em áreas urbanas não são aqueles contra a vida e sim, contra a propriedade. Grandes e pequenos furtos, roubos e extorsões são algumas das naturezas que vitimam e condicionam a sensação de insegurança, afetando, assim, a qualidade de vida da população. De tal maneira, conhecer a distribuição desse tipo de evento e estabelecer hipóteses acerca de suas principais causas é papel do Estado e, portanto, item indispensável em diagnósticos criminais.

**DIAGRAMA 2**  
**COMPOSIÇÃO DOS CRIMES**  
**VIOLENTOS LETAIS**  
**INTENCIONAIS (CVLI) E**  
**CONTRA O PATRIMÔNIO**  
**(CVP), SEGUNDO A**  
**NATUREZA DO CRIME**



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS/Ceará)

Por outro lado, além da possibilidade de inclusão de outros eventos criminais, os registros oficiais de criminalidade ainda permitem qualificar melhor os dados relativos aos homicídios. Esses registros são as estatísticas criminais oficiais que refletem os crimes que são notificados pela população e registrados pelas agências de segurança pública, por meio do registro do Boletim de Ocorrência. Analisando de maneira articulada aos dados do sistema de saúde, é possível estimar com certa precisão a diferença entre o total de casos ocorridos e aqueles que chegam ao conhecimento das instituições policiais, conforme comparação que segue apresentada na seção 3.2. Além disso, há maiores detalhes sobre as circunstâncias do crime, havendo possibilidade de delimitação mais precisa da natureza do fato, por meio do trabalho de investigação criminal. Como qualquer outra

fonte de informação, também há problemas com o uso de dados oficiais de criminalidade e eles estão ligados principalmente à baixa qualidade dos registros, aos vieses da produção da informação pelas instituições de segurança e ao grande percentual de casos não reportados às polícias.

Em síntese, há perdas e ganhos na utilização dos registros oficiais para a construção de diagnósticos e definição de políticas públicas de segurança, mas, se há deficiências em análises que consideram essa fonte, há ainda mais limitações em outras baseadas somente em registros não oficiais. Neste documento, a fonte de dados oficiais sobre a criminalidade no estado do Ceará foi a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), que disponibilizou informações sobre data e localização (municípios, AIS e bairro de Fortaleza) dos crimes violentos contra o patrimônio (CVP) e dos crimes violentos letais intencionais (CVLI). O CVLI está disponível para o período entre janeiro/2014 e dezembro/2015, enquanto o CVP contempla informações anteriores, a saber, janeiro/2013 a março/2014<sup>11</sup>.

Nas próximas seções esses dados serão apresentados na forma de números absolutos, de maneira a compor um esboço de evolução temporal e as taxas mais recentes serão comparadas às taxas do mesmo período do ano anterior. Os resultados ainda serão apresentados sob perspectiva espacial em mapas contendo a taxa bayesiana empírica global (Ceará) ou local (Fortaleza)<sup>12</sup> de CVLI e CVP e comparados a alguns indicadores socioeconômicos selecionados.

11. Em nota complementar ao final deste documento, apresenta-se a atualização das principais informações anuais referentes aos CVLI e CVP.

12. Sobre a taxa bayesiana, ver Nota 4.

# 3.1

## **CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP)**

Ao longo da série 2009-2014 observam-se variações acentuadas nos registros dos crimes violentos contra o patrimônio – CVP, indicador que reúne todos os tipos de roubo, excluídos os roubos seguidos de morte, e que pode ser desagregado segundo as seguintes categorias: roubo de veículo, roubo de carga, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de documento e roubos outros. Conforme nota técnica apresentada pela SSPDS,<sup>13</sup> as alterações pelas quais vem passando o Sistema de Informações Policiais, tendo em vista sua migração para plataforma Web, provocaram instabilidade na produção de dados referentes aos crimes patrimoniais, de modo que o indicador de CVP restou prejudicado. Trata-se de mudanças tecnológicas desenvolvidas em diferentes momentos com vistas a atualizar o sistema assim como ampliar sua cobertura para alcançar um maior número de delegacias e unidades da SSPDS, sendo a mais recente, iniciada em 2013, o desenvolvimento de um novo sistema SIP em ambiente Web que permitirá a atualização de novas versões somente no servidor e sua consequente distribuição automática aos usuários. No processo de implantação da plataforma Web, que implicou também o aprimoramento de regras de negócio para geração de informações estatísticas, houve instabilidade em relação à geração de dados sobre crimes patrimoniais, como roubo e furto, e cujo volume de ocorrências não permite uma revisão caso a caso. Por essa razão, dada a inconsistência das informações disponíveis, o índice de CVP, inicialmente previsto, foi excluído do cálculo das metas do Programa em Defesa da Vida (2014-2015). Somente a partir de julho de 2015 o novo sistema ganhou estabilidade no que diz respeito aos resultados estatísticos, de modo que a mensuração com confiabilidade deve ser considerada a partir desta data e, conseqüentemente, a comparabilidade mês a mês deverá ser retomada a partir de julho de 2016.

Essa instabilidade do sistema não afetou as estatísticas de CVLI porque esse processo de contabilização e checagem já era feito pela Assessoria de Análise Estatística e Criminal - AAESC/SSPDS, que confere, caso a caso, todas as vítimas desse tipo de crime para que se tenha um indicador mais fidedigno possível. Além disso, para compor o indicador, a Assessoria considera os dados de múltiplas fontes: além do SIP, são checados os relatórios de mortes violentas da Polícia Militar, da CIOPS e da perícia, conforme nota metodológica apresentada pela Assessoria:

“Os dados utilizados para a construção das estatísticas são oriundos da combinação de diferentes fontes. A principal é o Sistema de Informações Policiais (SIP/SIP3W) que engloba os procedimentos usuais utilizados pela Polícia Civil tais como: Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência e Inquérito Policial. Em se tratando de CVLI, se faz necessária a utilização de fontes secundárias de dados como os relatórios diários encaminhados pelo Comando de Policiamento do Interior (CPI), os relatórios diários encaminhados pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) e os

13. Sistema de Informação Policial (SIP) passa por migração para plataforma Web. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/Governo do Estado do Ceará (PDF). Também em versão sintética no site: [http://www.sspds.ce.gov.br/file\\_bd?sql=FILE\\_DOWNLOAD\\_FIELD\\_ARQUIVO\\_DOWNLOAD&parametros=4738&extFile=pdf](http://www.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD&parametros=4738&extFile=pdf)

relatórios de exames cadavéricos da Perícia Forense (PEFOCE). Cabe exclusivamente à AAESC a responsabilidade de reunir, sistematizar e divulgar as informações estatísticas referentes à criminalidade e violência da SSPDS/CE”<sup>14</sup>.

Assim, embora as informações produzidas a partir dos dados disponíveis (série 2009 – março 2014) devam ser relativizadas, apresenta-se, a título de registro, a distribuição dos CVPs a partir dos dados existentes, ressaltando que o presente resultado, que indicaria à primeira vista uma forte redução de roubos, de fato não reflete a realidade dos crimes notificados em razão de todas as limitações apontadas. Como explicado, a linha de base válida para crimes patrimoniais inicia-se em julho de 2015, de modo que somente a partir de julho de 2016 a análise comparada da evolução dos CVPs deverá ser considerada<sup>15</sup>.

A seguir, a sistematização dos dados sobre crimes patrimoniais que estão disponíveis, para o Estado, principais regiões e capital, foram desprezadas as análises comparativas no período, uma vez que o resultado (de expressiva redução) não necessariamente corresponde à realidade. A despeito das limitações, os principais resultados reiteram as tendências verificadas em análises sobre crimes patrimoniais. A capital e as grandes cidades concentram o maior volume de registros de ocorrências de CVPs: a capital concentra 68,5% do total de ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio registrados no Estado no primeiro trimestre de 2014 (Tabela 21 e Mapa 3). Quanto a Fortaleza são reunidos os demais municípios com mais de 100.000 habitantes esse percentual chega a 83,37% do total de ocorrências registradas nesse período. Na capital, os bairros centrais se destacam com maiores taxas de crimes patrimoniais, embora bairros mais periféricos também apresentem taxas elevadas.

**TABELA 18**

**REGISTROS MENSIS DISPONÍVEIS DA CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO**

CEARÁ, JAN/2009 – MAR/2014

MÊS	ANO DA OCORRÊNCIA					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	4.226	3.950	3.292	4.322	5.005	2.789
Fevereiro	3.682	3.565	3.100	3.353	4.151	2.436
Março	3.809	3.723	3.278	3.654	5.173	2.468
Abril	3.711	3.636	2.828	3.979	5.267	-
Mai	4.016	3.539	3.264	4.064	5.517	-
Junho	3.913	3.386	2.887	4.159	4.825	-
Julho	3.426	3.402	2.485	3.920	4.495	-
Agosto	3.437	3.344	2.884	4.296	3.661	-
Setembro	3.330	3.242	2.761	4.155	3.937	-
Outubro	3.747	3.295	2.775	4.348	3.713	-
Novembro	3.635	3.259	2.488	4.335	2.934	-
Dezembro	3.274	3.073	2.998	4.245	2.736	-
<b>Total</b>	<b>44.206</b>	<b>41.414</b>	<b>35.040</b>	<b>48.830</b>	<b>51.414</b>	<b>-</b>

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

14. Relatório estatístico mensal de CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais. Assessoria de Análise Estatística e Criminal - AAESC/SSPDS. Disponível na aba Estatísticas do site da SSPDS: <http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=2142&titulo=Reportagens&action=detail>

15. Ver ao final do documento a Nota Complementar, que apresenta a atualização das principais informações anuais referentes aos CVP.

**TABELA 19(A)**

**REGISTROS MENSIS DA CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN/2013 – MAR/2014

MÊS	Jan.13	Fev.13	Mar.13	Abr.13	Mai.13	Jun.13	Jul.13	Ago.13	Set.13	Out.13	Nov.13	Dez.13	Total 2013	Pop 13
	<b>Fortaleza</b>	3671	3066	3850	3943	4013	3627	3276	2582	2846	2642	2057	1901	<b>37.474</b>
<b>RMF (s/ Fortaleza)</b>	748	633	806	736	833	759	748	686	650	671	548	509	<b>8.327</b>	<b>1.230.829</b>
<b>RMC</b>	179	139	173	185	171	161	125	88	102	74	74	59	<b>1.530</b>	<b>586.010</b>
<b>Interior</b>	407	313	344	403	500	278	346	305	339	326	255	267	<b>4.083</b>	<b>4.409.931</b>
<b>Ceará</b>	<b>5005</b>	<b>4151</b>	<b>5173</b>	<b>5267</b>	<b>5517</b>	<b>4825</b>	<b>4495</b>	<b>3661</b>	<b>3937</b>	<b>3713</b>	<b>2934</b>	<b>2736</b>	<b>51.414</b>	<b>8.778.576</b>
MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14										1º Trim/ 2014	Pop 14
	<b>Fortaleza</b>	1925	1663	1685										<b>5.273</b>
<b>RMF (s/ Fortaleza)</b>	483	468	449										<b>1.400</b>	<b>1.246.484</b>
<b>RMC</b>	65	48	43										<b>156</b>	<b>590.209</b>
<b>Interior</b>	316	257	291										<b>864</b>	<b>4.434.202</b>
<b>Ceará</b>	<b>2789</b>	<b>2436</b>	<b>2468</b>										<b>7.693</b>	<b>8.842.791</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2015.

**TABELA 19(B)**

**TAXA MENSAL DE CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO**

**(POR 100 MIL HAB.), SEGUNDO OS REGISTROS DISPONÍVEIS**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN/2013 – MAR/2014

MÊS	Jan.13	Fev.13	Mar.13	Abr.13	Mai.13	Jun.13	Jul.13	Ago.13	Set.13	Out.13	Nov.13	Dez.13	TCVP - 2013
	<b>Fortaleza</b>	143,86	120,15	150,87	154,52	157,26	142,13	128,38	101,18	111,53	103,53	80,61	74,5
<b>RMF (s/ Fortaleza)</b>	60,77	51,43	65,48	59,8	67,68	61,67	60,77	55,73	52,81	54,52	44,52	41,35	<b>676,54</b>
<b>RMC</b>	30,55	23,72	29,52	31,57	29,18	27,47	21,33	15,02	17,41	12,63	12,63	10,07	<b>261,09</b>
<b>Interior</b>	9,23	7,1	7,8	9,14	11,34	6,3	7,85	6,92	7,69	7,39	5,78	6,05	<b>92,59</b>
<b>Ceará</b>	<b>57,01</b>	<b>47,29</b>	<b>58,93</b>	<b>60</b>	<b>62,85</b>	<b>54,96</b>	<b>51,2</b>	<b>41,7</b>	<b>44,85</b>	<b>42,3</b>	<b>33,42</b>	<b>31,17</b>	<b>585,68</b>
MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14										TCVP 1º Trim/ 2014
	<b>Fortaleza</b>	74,85	64,66	65,52									
<b>RMF (s/ Fortaleza)</b>	38,75	37,55	36,02										<b>112,32</b>
<b>RMC</b>	11,01	8,13	7,29										<b>26,43</b>
<b>Interior</b>	7,13	5,8	6,56										<b>19,48</b>
<b>Ceará</b>	<b>31,54</b>	<b>27,55</b>	<b>27,91</b>										<b>87,00</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2015.

**TABELA 20**  
**TAXA TRIMESTRAL DE CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN/MAR – 2013,2014

		Jan/Mar 2013	Jan/Mar 2014
<b>CVP</b>	Fortaleza	414.88	205.02
	RMF (s/ Fortaleza)	177.7	112.3
	RMC	83.8	26.4
	Interior	24.1	19.5
	<b>Ceará</b>	<b>163.23</b>	<b>87.00</b>
<b>ROUBO (OUTROS)</b>	Fortaleza	343.72	128.27
	RMF (s/ Fortaleza)	128.45	57.52
	RMC	74.06	12.54
	Interior	19.71	11.10
	<b>Ceará</b>	<b>132.77</b>	<b>51.82</b>
<b>ROUBO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DA VÍTIMA</b>	Fortaleza	1.69	1.09
	RMF (s/ Fortaleza)	1.22	1.85
	RMC	0.68	0.34
	Interior	0.18	0.18
	<b>Ceará</b>	<b>0.80</b>	<b>0.69</b>
<b>ROUBO DE CARGAS</b>	Fortaleza	1.65	1.21
	RMF (s/ Fortaleza)	1.54	1.28
	RMC	0.00	0.00
	Interior	0.18	0.29
	<b>Ceará</b>	<b>0.79</b>	<b>0.68</b>
<b>ROUBO DE DOCUMENTOS</b>	Fortaleza	6.94	3.50
	RMF (s/ Fortaleza)	7.15	2.17
	RMC	1.37	0.51
	Interior	0.75	0.68
	<b>Ceará</b>	<b>3.49</b>	<b>1.70</b>
<b>ROUBO DE VEÍCULOS</b>	Fortaleza	60.90	70.96
	RMF (s/ Fortaleza)	39.32	49.50
	RMC	7.68	13.05
	Interior	3.31	7.24
	<b>Ceará</b>	<b>25.39</b>	<b>32.12</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará; Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); FBSP, 2015.

**TABELA 21**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CVP SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	CVP	%
Fortaleza	1	5.273	68,5%
RMF sem Fortaleza	14	1.400	18,2%
RMC	9	156	2,0%
Interior	160	864	11,2%
<b>Ceará</b>	<b>184</b>	<b>7.693</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. FBSP, 2015

CEARÁ, JAN/MAR, 2014

**TABELA 22**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CVP SEGUNDO O PORTE DO MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	CVP	%
Até 15 mil hab.	52	42	0,55%
15 mil e 25 mil hab.	53	122	1,59%
25 mil e 50 mil hab.	43	324	4,21%
50 mil a 100 mil hab.	27	791	10,28%
+ 100 mil hab.	9	6.414	83,37%
<b>Ceará</b>	<b>184</b>	<b>7.693</b>	<b>100,00%</b>

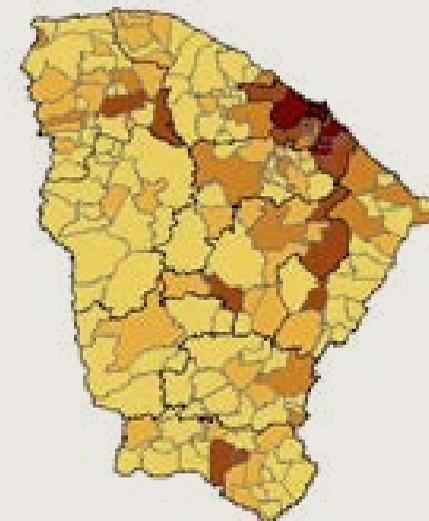
Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará; FBSP, 2015.

CEARÁ, JAN/MAR, 2014

**MAPA 3**  
**TAXA MUNICIPAL DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) (POR GRUPOS DE 100 MIL HAB.)**

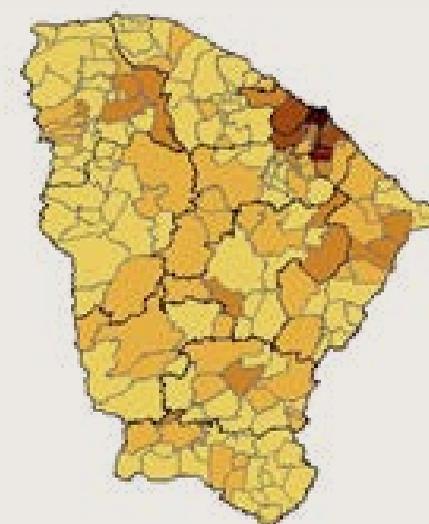
CEARÁ, 1º TRIM/ 2013- 2014

TCVP - 1º Trim/2013



TCVP - 1º Trim/2014

**Taxa Bayesiana Empírica Global de CVP por municípios - (p/ 100.000 hab.) Ceará, 1º Trimestre/2013-2014**



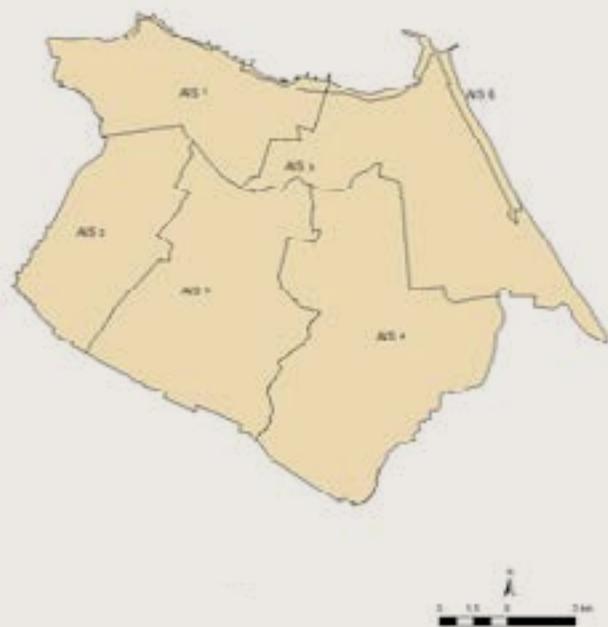
Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

### 3.1.1 CRIMINALIDADE VIOLENTA CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) EM FORTALEZA

Nesta subseção é possível observar a distribuição da criminalidade violenta contra o patrimônio na capital do Ceará por meio da observação dos registros de CVP nos bairros da cidade, segundo os dados disponíveis. Segundo o IPECE existem em Fortaleza um total de 121 bairros organizados em 06 Áreas Integradas de Segurança, dispostas no território tal como no Mapa 4<sup>16</sup>. A principal limitação na descrição da criminalidade violenta contra o patrimônio por bairro é a grande quantidade de casos sem identificação de bairro nos dois períodos. No primeiro trimestre de 2013 foram 651 registros (6,1%) sem adequado endereçamento, enquanto em 2014 esse número alcançou 5,1% do total de ocorrências (N=269).

Assim, em termos de distribuição espacial da criminalidade violenta contra o patrimônio torna-se claro pela observação do Mapa 5 que, a despeito da limitação dos dados disponíveis, a região central da capital ainda concentra os bairros com maiores taxas de CVP por grupos de 1.000 habitantes. Outras regiões como as dos bairros Maraponga e Pedras, ainda que distantes do centro também apresentaram elevadas taxa de criminalidade violenta contra o patrimônio.

**MAPA 4**  
**ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA**  
FORTALEZA, 2015



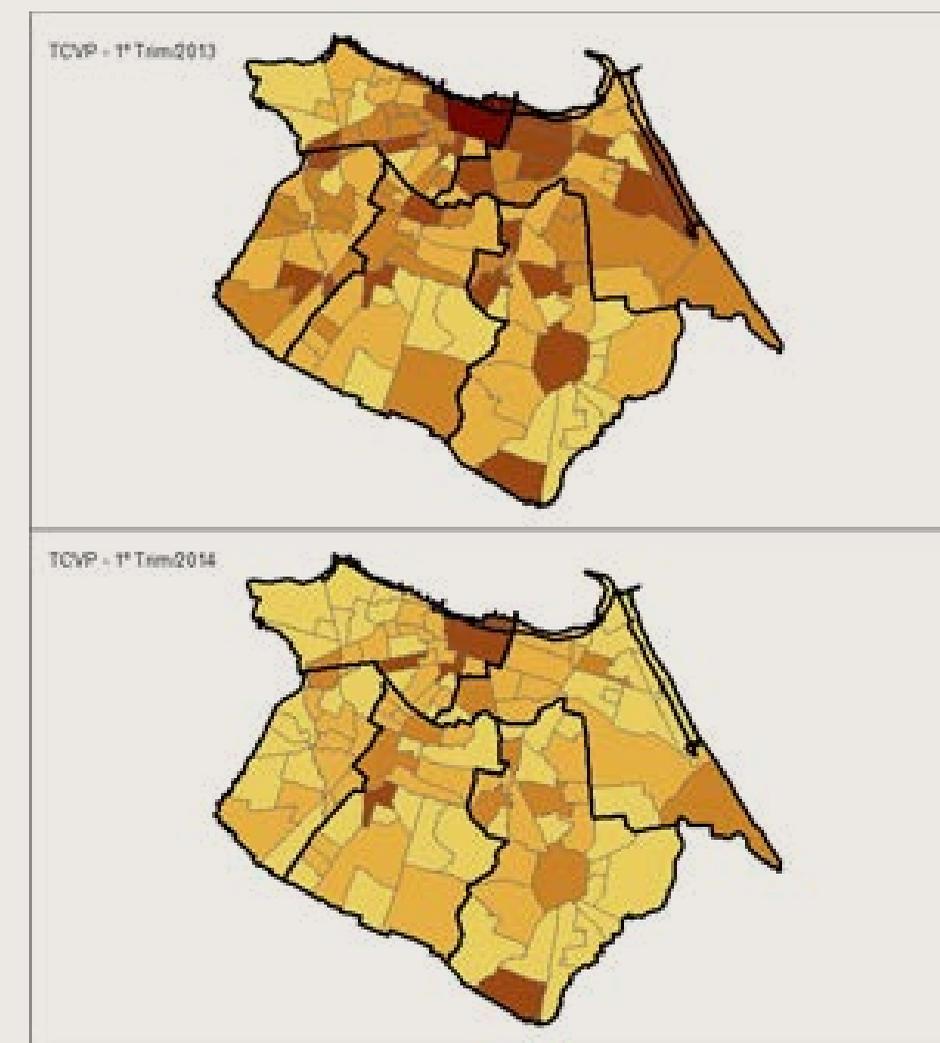
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE)

**MAPA 5**  
**TAXA BAYESIANA EMPÍRICA LOCAL DE CVP, SEGUNDO OS BAIRROS (POR GRUPOS DE 1000 HAB.)**

FORTALEZA, 1º TRIMESTRE/2013 - 1º TRIMESTRE/2014



A seguir, a Tabela 23 descreve em números absolutos a criminalidade violenta contra o patrimônio nos bairros de Fortaleza nos três primeiros meses de 2013 e 2014 e o Mapa 5, a taxa bayesiana de CVP segundo os bairros.



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

16. A partir de 2017 as AIS foram reconfiguradas de 6 para 10 em Fortaleza, conforme informado no Anexo 2(b).

**TABELA 23**  
**NÚMERO ABSOLUTO DE**  
**CRIMES VIOLENTOS CONTRA**  
**O PATRIMÔNIO (CVP),**  
**SEGUNDO OS BAIRROS DE**  
**OCORRÊNCIA**

FORTALEZA, SEGUNDO OS  
DADOS DISPONÍVEIS, 1º  
TRIMESTRE 2013-2014

BAIRROS	CVP - 1º TRIMESTRE/2013	CVP - 1º TRIMESTRE/2014
CENTRO	691	259
MESSEJANA	276	169
PARANGABA	194	154
ALDEOTA	276	142
MONDUBIM	200	139
MONTESE	195	138
JANGURUSSU	164	134
ANTÔNIO BEZERRA	331	125
PREFEITO JOSÉ WALTER	160	120
BARRA DO CEARÁ	205	109
CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	184	106
PARQUELÂNDIA	146	106
FÁTIMA	204	104
BOM JARDIM	299	100
MARAPONGA	145	97
HENRIQUE JORGE	131	79
MEIRELES	235	76
SIQUEIRA	172	72
BONSUCESSO	125	70
PASSARÉ	81	70
PAPICU	215	69
BENFICA	121	68
PRAIA DO FUTURO	188	64
CONJ. CEARÁ	177	60
CANINDEZINHO	97	58
CONJ. ESPERANÇA	64	58
DIONÍSIO TORRES	127	57
SÃO JOÃO DO TAUAPE	172	55
EDSON QUEIROZ	91	55
VILA PERI	89	55
CARLITO PAMPLONA	87	55
PIRAMBU	182	53
AEROLÂNDIA	120	53
ITAPERI	109	53
SÃO GERARDO ALAGADIÇO	71	50
PRAIA DE IRACEMA	154	49
VILA VELHA	60	49
RODOLFO TEÓFILO	57	49
SERRINHA	78	48
BARROSO	66	47
VILA MANUEL SÁTIRO	61	46
JOAQUIM TÁVORA	87	45
MONTE CASTELO	88	44
PRESIDENTE KENNEDY	100	41
JOÃO XXIII	87	41
CONJ. PALMEIRAS	64	41
CASTELÃO	77	40
AUTRAN NUNES	99	38
CRISTO REDENTOR	71	38
ENG. LUCIANO CAVALCANTE	56	38
JÓQUEI CLUBE	52	36
PARQUE SÃO JOSÉ	81	34
QUINTINO CUNHA	74	34
GENIBAÚ	81	33
LAGOA REDONDA	60	33
GRANJA PORTUGAL	89	32
ÁLVARO WEYNE	75	32
BELA VISTA	52	32

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

...CONTINUAÇÃO

BAIRROS	CVP - 1º TRIMESTRE/2013	CVP - 1º TRIMESTRE/2014
JARDIM IRACEMA	56	31
PANAMERICANO	47	31
JACARECANGA	91	30
VICENTE PINZON	106	29
PARQUE SANTA ROSA	46	29
FARIAS BRITO	45	29
DIAS MACEDO	50	28
VILA UNIÃO	67	27
LAGOA SAPIRANGA COITÉ	76	26
PICI	76	26
JARDIM AMÉRICA	65	26
JARDIM DAS OLIVEIRAS	62	26
CAJAZEIRAS	44	25
PADRE ANDRADE	47	24
DAMAS	64	23
GRANJA LISBOA	90	22
PARQUE DOIS IRMÃOS	26	22
VARJOTA	49	21
COCÓ	33	21
DEMÓCRITO ROCHA	41	20
CAMBEBA	22	20
MUCURIBE	40	17
PARQUE MANIBURA	39	17
PLANALTO AYRTON SENNA	15	17
JARDIM GUANABARA	51	16
ANCURI	20	16
CIDADE 2000	20	15
VILA ELLERY	37	14
PARQUE ARAXÁ	32	14
JOSÉ BONIFÁCIO	20	13
PEDRAS	16	13
GUARARAPES (PATRIOLINO RIBEIRO)	29	12
AMADEU FURTADO	14	12
SABIAGUABA	13	12
CAIS DO PORTO	63	11
PARREÃO	22	11
ALAGADIÇO NOVO (JOSÉ DE ALENCAR)	17	10
COUTO FERNANDES	11	10
PARQUE SANTA MARIA	17	9
PAUPINA	15	9
AEROPORTO	17	8
DUNAS (MANUEL DIAS BRANCO)	12	8
DOM LUSTOSA	7	8
ITAOCA	19	7
CURIÓ	10	7
ALTO DA BALANÇA	23	6
GUAJERU	8	5
PARQUE PRESIDENTE VARGAS	10	4
BOM FUTURO	8	4
JARDIM CEARENSE	5	4
MOURA BRASIL	14	2
PARQUE IRACEMA	1	2
SALINAS	6	1
FLORESTA	5	1
MATA GALINHA	2	1
COAÇU	1	0
DENDÉ	1	0
BAIRRO NÃO IDENTIFICADO	651	269
<b>TOTAL – FORTALEZA</b>	<b>10587</b>	<b>5273</b>

CONTINUA...

# 3.2

## CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI)

### CVLI 2009 a 2015: Evolução Anual e Comparação com os dados da Saúde

Também por meio da colaboração da SSPDS, este relatório foi construído utilizando informações sobre os crimes violentos letais intencionais (CVLI) - indicador que reúne as categorias homicídios dolosos, lesões corporais e roubos seguidos de morte - ocorridos no estado do Ceará, com dado anual agregado para a série correspondente ao período entre janeiro/2009 e dezembro/2015 e dado desagregado para o período entre janeiro/2014 e dezembro/2015<sup>17</sup>.

As estatísticas de CVLI são aquelas mais bem monitoradas no estado do Ceará, constituem uma das primeiras informações disponíveis no SINESPJC/SENASP e, consequentemente, subsidiam a principal publicação anual com informações sobre o crime no país, a saber, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Considerando a relevância de sempre observar a qualidade desse tipo de dado, vale retomar a comparação das estatísticas de CVLI com aquelas produzidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sob a rubrica de mortes por agressões, procedimento que permite o controle de qualidade da informação em ambas as bases de dados (SSPDS e Datasus/SUS).

Assim, antes de seguir para a análise detalhada dos CVLI no Estado e na Capital, segue uma análise comparativa entre as fontes da saúde e da segurança, a qual permite avaliar a qualidade dos dados ao longo do tempo (Tabela 24 e Gráfico 16).

TABELA 24

COMPARAÇÃO ENTRE  
O NÚMERO DE VÍTIMAS  
DE CVLI E O NÚMERO DE  
ÓBITOS POR AGRESSÃO

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
CVLI (SSPDS)	2.262	2.803	2.806	3.730	4.395	4.439	
AGRESSÕES (DATASUS)*	2.164	2.687	2.790	3.841	4.473	4.616	
DIFERENÇA SSPDS/DATASUS	°N	98	116	16	-111	-78	-177
	%	4,53%	4,32%	0,57%	-2,89%	-1,74%	-3,83%

CEARÁ, 2009-2014

\*Para o ano de 2014 os dados de mortes por agressão são preliminares (SIM/DATASUS).

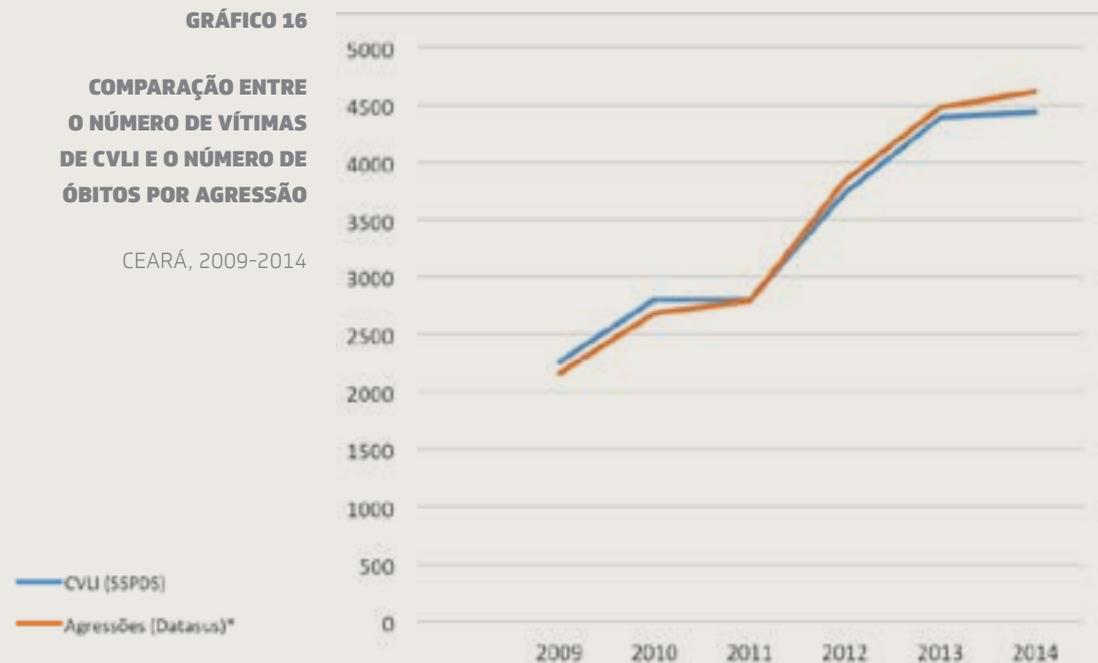
Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

17. Os dados desagregados disponibilizados pela SSPDS para o período entre ago/2015 e dez/2015 não dispõem da identificação dos municípios de ocorrência dos crimes. Por essa razão, os elementos gráficos cuja unidade de análise são municípios ou sua natureza administrativa (Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana do Cariri e Interior) são apresentados somente para o período correspondente a jan/2014 a Jul/2015. Ver ao final do documento a Nota Complementar, que apresenta a atualização das principais informações anuais referentes aos CVLI.

GRÁFICO 16

COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE VÍTIMAS DE CVLI E O NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO

CEARÁ, 2009-2014



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

\* Para o ano de 2014 os dados de mortes por agressão são preliminares (SIM/DATASUS).

Em primeiro lugar, observa-se que a evolução dos registros de CVLI e de agressões seguem a mesma tendência em ambas as fontes no período 2009-2014, o que indica que ambas as bases de dados são consistentes. Observa-se porém que a diferença no número de vítimas variou conforme a fonte e o período: entre 2009 e 2011, a SSPDS apresentou número superior de vítimas de CVLI em relação ao número de óbitos por agressão informado pela Saúde, sendo quase coincidentes no ano de 2011. Já em 2012 e 2013, os números da saúde superaram os da Segurança. Considerando os dados preliminares da Saúde para 2014, permanece a diferença, ainda maior neste ano: são + 177 óbitos por agressão em relação aos registros de vítimas de CVLI.

Antes de seguir na avaliação, é preciso ainda fazer uma ressalva: as mortes decorrentes de intervenção policial não estão incluídas nos CVLI, mas devem estar contabilizadas (“diluídas”) no conjunto dos óbitos por agressão (Datusus), visto que a categoria mortes por intervenção legal (Datusus) quase não apresenta valores, ou seja, é subnotificada.

TABELA 25

COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE VÍTIMAS DE CVLI E MDIP (SSPDS) E O NÚMERO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO E POR INTERVENÇÃO LEGAL (DATASUS)

CEARÁ, 2009-2014

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CVLI	2.262	2.803	2.806	3.730	4.395	4.439
MDIP					41	53
<b>TOTAL VÍTIMAS (SSPDS)</b>	<b>2.262</b>	<b>2.803</b>	<b>2.806</b>	<b>3.730</b>	<b>4.436</b>	<b>4.492</b>
AGRESSÕES	2.164	2.687	2.790	3.841	4.473	4.616
INTERVENÇÃO LEGAL	1	1	2			1
<b>TOTAL VÍTIMAS (DATASUS)*</b>	<b>2.165</b>	<b>2.688</b>	<b>2.792</b>	<b>3.841</b>	<b>4.473</b>	<b>4.617</b>
DIFERENÇA SSPDS/DATASUS	Nº	97	115	14	-111	-37
	%	4,50%	4,30%	0,50%	-2,90%	-0,80%

\*Para o ano de 2014 os dados de mortes por agressão são preliminares (SIM/DATASUS).

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

As oscilações podem decorrer de razões que dizem respeito às duas fontes, ou seja, podem refletir tanto um aprimoramento da cobertura (e da qualidade da definição da causa básica da morte) por parte da saúde, que passou a contabilizar melhor as mortes por agressão a partir das declarações de óbito, ou uma perda na cobertura dos crimes violentos letais intencionais por parte da Segurança. Assim, observada a inversão de tendência a partir de 2012, vale analisar a série de óbitos por causas externas no Ceará, considerando, além das categorias mortes por agressões e por intervenções legais, que correspondem diretamente ao universo dos CVLI, também a categoria de “eventos cuja intenção é indeterminada”. Conforme a CID 10 (Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde), as causas externas de mortalidade constituem o grande grupo que reúne os casos de mortes não naturais, provocadas acidentalmente ou intencionalmente, ou seja, aquelas decorrentes de acidentes, suicídios e atos de agressão a um terceiro. Nesse grupo, existe também a categoria “eventos cuja intenção é indeterminada” para os casos em que a morte resultou de uma causa externa porém não foi possível determinar se houve ou não intencionalidade no ato, ou seja, se foi um acidente, uma agressão (homicídio, roubo seguido de morte e similares) ou um suicídio. Assim, segue na tabela 26 a distribuição desses casos no Ceará, desde o ano 2000.

**TABELA 26**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ÓBITOS**  
**POR CAUSAS EXTERNAS**  
**SEGUNDO AS CATEGORIAS**  
**“AGRESSÕES” E “EVENTOS**  
**CUJA INTENÇÃO É**  
**INDETERMINADA”**

CEARÁ, 2000-2014\*

ANO	AGRESSÕES		INTENÇÃO INDETERMINADA		TOTAL - CAUSAS EXTERNAS
	Qtde.	%	Qtde.	%	
2000	1.232	31,26%	57	1,45%	<b>3.941</b>
2001	1.284	31,52%	127	3,12%	<b>4.073</b>
2002	1.444	32,23%	125	2,79%	<b>4.480</b>
2003	1.562	32,78%	217	4,55%	<b>4.765</b>
2004	1.582	32,26%	178	3,63%	<b>4.904</b>
2005	1.697	33,21%	140	2,74%	<b>5.110</b>
2006	1.792	34,02%	215	4,08%	<b>5.268</b>
2007	1.932	34,22%	382	6,77%	<b>5.645</b>
2008	2.019	34,80%	304	5,24%	<b>5.801</b>
2009	2.164	37,00%	408	6,98%	<b>5.849</b>
2010	2.687	38,13%	416	5,90%	<b>7.047</b>
2011	2.790	37,60%	552	7,44%	<b>7.420</b>
2012	3.841	45,55%	506	6,00%	<b>8.433</b>
2013	4.473	49,26%	336	3,70%	<b>9.081</b>
2014	4.616	49,90%	266	2,88%	<b>9.250</b>

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde

\* Para o ano de 2014 os dados são preliminares

Como indica a Tabela 26, houve redução importante das mortes por causas externas com intenção indeterminada,<sup>18</sup> com inflexão observada no ano de 2012, após 2011 registrar o maior valor da série (552 mortes cuja intenção é indeterminada no conjunto das mortes por causas externas). Isso significa uma melhora nas estatísticas da saúde que, ao reduzir os casos mal notificados (classificados como intenção indeterminada), aprimorou o registro das mortes por causas externas (agressão, acidentes ou suicídios) ao incluir casos que antes estavam perdidos (porque não devidamente identificados e classificados) na categoria de eventos com intenção indeterminada. No Ceará o percentual de 3,7% e 2,9% para eventos cuja intenção é indeterminada nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, apresenta-se bem inferior à média nacional, que foi de 6,5% e 6,8% no mesmo período.

18. O indicador “percentual de óbitos com intenção indeterminada em relação ao total de óbitos por causas externas” mede a qualidade da definição da causa. Se houver alta proporção de óbitos por causas externas sobre os quais não se conhece as circunstâncias, resta limitada a possibilidade de monitorar o impacto de políticas voltadas à redução de óbitos por agressões e acidentes, entre outras causas externas (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Consolidação da base de dados de 2011. Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica – CGI/AE, p. 7). Cabe observar que o aprimoramento nas estatísticas da Saúde em razão da melhor definição da causa da morte está também relacionada à melhoria das informações prestadas pela perícia e pela polícia, de modo a permitir, quando do preenchimento do formulário do SIM/Datasus, a identificação das características e as circunstâncias em que ocorreu o evento, o que por sua vez vai possibilitar identificar sua intencionalidade, ou seja, se foi acidente, agressão ou suicídio.

Assim, entende-se que, por um lado, o aprimoramento das estatísticas da saúde resultou na inversão dos resultados observados - se antes, entre 2009 e 2011, a SSPDS apresentava notificações superiores, a partir de 2012 seus registros criminais de CVLI tornam-se inferiores aos registros de mortes por agressão do Datasus. Partindo de uma situação em que a Saúde aprimora a cobertura no registro dos óbitos e a classificação de sua causa básica, como se verifica nos anos de 2013 e 2014, tende a apresentar estatísticas mais completas e portanto superiores às da Segurança, visto que contabiliza as mortes a partir da declaração de óbito enquanto as secretarias estaduais da Segurança Pública adotam diferentes metodologias para produzir as estatísticas criminais a partir dos boletins de ocorrência. A título de exemplo, alguns casos podem ficar excluídos da estatística criminal, tais como as tentativas de homicídio que resultam em morte depois de meses de internação (havendo estados em que se faz a inclusão posterior na estatística e estados que não o faz). Considerando a metodologia da Assessoria de Estatística e Análise Criminal da SSPDS, que faz o controle dos CVLI a partir do cruzamento de três fontes importantes: PC, PM e PEFOCE, e ainda revisa a estatística mensal incluindo os casos das tentativas de homicídio que vem se consumir posteriormente considerando o prazo de até três meses, e a diferença verificada entre as bases da Segurança e da Saúde (-2,57% em 2014) em um contexto em que houve melhoria nos registros da Saúde, pode-se afirmar que no Ceará as estatísticas de CVLI são bastante consistentes. Os mecanismos de revisão e correção dos dados são recursos fundamentais da gestão da informação e vem indicar o compromisso com a transparência na produção dos dados. Nesse sentido, é preciso seguir monitorando as duas fontes para verificar se há algum gargalo no fluxo de registros da segurança que produza desvios para além das diferenças esperadas que decorrem das especificidades de cada fonte. Deve-se monitorar para evitar o risco de subnotificação em razão do registro incorreto no Boletim de Ocorrência de casos de mortes violentas intencionais (agressão) que, por consequência, pode resultar em gaming (desvio na estatística criminal do indicador CVLI em razão de tipificação penal equivocada que escapa ao homicídio ou outro tipo de morte dolosa).

Nesse sentido, vale a recomendação de que seja agregado o controle de qualidade dos boletins de ocorrência de “morte suspeita” ao controle já realizado para os casos da CVLI pela Assessoria de Estatística e Análise Criminal da SSPDS. Os casos de “mortes suspeitas” correspondem a casos em que não é possível definir, no momento do registro da ocorrência no distrito policial, a natureza criminal (ou mesmo não criminal) do evento, por exemplo, envolvendo situações de mortes naturais não atestadas ou que não permitem identificar se a causa foi um acidente, um suicídio etc. Assim, o que importa nesse universo de possibilidades é evitar que casos que apresentem indícios de agressão dolosa sejam subnotificados como morte suspeita, assim como, na saúde, deve-se evitar que mortes por agressão sejam subnotificadas como evento cuja intenção é indeterminada no âmbito das mortes por causas externas.

Feito o esclarecimento, retoma-se a análise dos registros criminais, considerando os CVLI em seus três componentes: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). O Gráfico 17 e a Tabela 27 apresentam, respectivamente, a evolução da taxa anual e mensal de CVLI segundo os três tipos de delito que compõem o grupo dos crimes violentos letais intencionais no Ceará. De maneira geral, observa-se para a Unidade da Federação uma tendência de crescimento das mortes violentas a partir do ano de 2012, o que se manteve até o ano de 2014. Em 2015, porém, houve redução do CVLI e o Ceará encerrou o ano com média de 45,6 mortes por grupos de 100.000 habitantes.

**GRÁFICO 17**  
EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS POR NATUREZA

CEARÁ, 2009-2015



Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016

A partir da observação do gráfico ainda é possível constatar que a maior parte dos CVLI é composta por homicídios dolosos, enquanto os demais crimes não excedem em todo o período a taxa de 1,23 óbitos por 100.000 habitantes.

**TABELA 27**  
TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (POR 100.000), SEGUNDO A NATUREZA, ANO E MÊS DO FATO

CEARÁ, JAN/2009 A DEZ/2015

	TAXA POR 100.000 HABITANTES							
	ANO/MÊS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>HOMICÍDIO DOLOSO</b>	Janeiro	2,2	3,37	2,84	3,78	4,01	4,41	4,82
	Fevereiro	1,86	3,04	2,64	2,68	3,28	4,25	3,78
	Março	2,01	2,98	2,7	2,97	4,88	5,16	3,55
	Abril	1,73	2,87	2,12	3,28	3,18	3,90	3,64
	Maio	2,08	2,87	2,19	3,52	3,8	3,89	3,64
	Junho	2,01	2,38	2,56	3,32	3,84	4,12	3,13
	Julho	2,14	2,14	2,49	3,38	3,33	3,65	2,91
	Agosto	2,23	1,87	2,25	3,29	4	3,35	3,93
	Setembro	2,33	2,34	2,63	3,87	4,77	3,71	3,59
	Outubro	2,05	2,78	3,07	3,52	4,59	4,16	3,67
	Novembro	2,04	2,53	2,57	3,51	4,19	4,24	3,90
	Dezembro	2,19	2,76	3,22	4,29	4,08	4,31	3,94
	<b>Total</b>	<b>24,87</b>	<b>31,94</b>	<b>31,27</b>	<b>41,41</b>	<b>47,95</b>	<b>49,15</b>	<b>44,51</b>
<b>LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE</b>	Janeiro	0,08	0,06	0,09	0,09	0,05	0,05	0,02
	Fevereiro	0,15	0,06	0,07	0,02	0,13	0,05	0,02
	Março	0,11	0,07	0,04	0,06	0,06	0,09	0,03
	Abril	0,08	0,02	0,07	0,07	0,02	0,03	0,06
	Maio	0,11	0,09	0,06	0,07	0,09	0,10	0,02
	Junho	0,08	0,05	0,06	0,08	0,09	0,07	0,03
	Julho	0,06	0,04	0,05	0,08	0,05	0,08	0,04
	Agosto	0,09	0,06	0,04	0,1	0,07	0,07	0,02
	Setembro	0,09	0,07	0,09	0,02	0,1	0,12	0,02
	Outubro	0,08	0,06	0,01	0,08	0,09	0,05	0,06
	Novembro	0,07	0,02	0,12	0,02	0,14	0,05	0,01
	Dezembro	0,04	0,05	0,05	0,05	0,01	0,05	0,01
	<b>Total</b>	<b>1,04</b>	<b>0,65</b>	<b>0,74</b>	<b>0,76</b>	<b>0,89</b>	<b>0,79</b>	<b>0,36</b>
<b>ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)</b>	Janeiro	0,06	0,02	0,08	0,17	0,1	0,11	0,07
	Fevereiro	0,02	0,02	0,07	0,08	0,02	0,09	0,01
	Março	0,09	0,06	0,04	0,08	0,13	0,10	0,08
	Abril	0,04	0,05	0,06	0,05	0,13	0,02	0,08
	Maio	0,05	0,07	0,02	0,03	0,05	0,08	0,01
	Junho	0,01	0,06	0,08	0,07	0,13	0,03	0,06
	Julho	0,06	0,06	0,09	0,15	0,13	0,05	0,06
	Agosto	0,04	0,02	0,08	0,09	0,09	0,11	0,03
	Setembro	0	0,05	0,11	0,13	0,13	0,05	0,10
	Outubro	0,06	0,05	0,07	0,08	0,18	0,08	0,09
	Novembro	0,05	0,06	0,07	0,14	0,09	0,09	0,07
	Dezembro	0,08	0,05	0,12	0,09	0,07	0,03	0,08
	<b>Total</b>	<b>0,55</b>	<b>0,57</b>	<b>0,89</b>	<b>1,17</b>	<b>1,23</b>	<b>0,85</b>	<b>0,73</b>
<b>CVLI</b>	Janeiro	2,34	3,45	3,01	4,04	4,16	4,57	4,91
	Fevereiro	2,04	3,12	2,78	2,79	3,43	4,39	3,82
	Março	2,21	3,11	2,77	3,11	5,06	5,35	3,66
	Abril	1,85	2,95	2,25	3,39	3,33	3,96	3,77
	Maio	2,23	3,04	2,27	3,63	3,94	4,07	3,67
	Junho	2,11	2,48	2,7	3,47	4,06	4,22	3,22
	Julho	2,26	2,24	2,63	3,61	3,5	3,78	3,01
	Agosto	2,36	1,95	2,37	3,49	4,16	3,53	3,99
	Setembro	2,42	2,46	2,83	4,02	5	3,88	3,72
	Outubro	2,19	2,89	3,15	3,68	4,86	4,29	3,82
	Novembro	2,15	2,61	2,75	3,67	4,42	4,38	3,98
	Dezembro	2,3	2,85	3,39	4,43	4,16	4,39	4,03
	<b>Total</b>	<b>26,46</b>	<b>33,16</b>	<b>32,9</b>	<b>43,34</b>	<b>50,07</b>	<b>50,79</b>	<b>45,60</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

## CVLI Jan/14 a Jul/15: Evolução Mensal e análise municipal

A seguir apresenta-se a análise desagregada para o período de janeiro de 2014 a julho de 2015, visando a especificar as informações por municípios e, assim, detalhar as variações por regiões do Estado. Mesmo que a série estadual contemplando dados mensais de 2009 a 2014 apresente clara tendência de elevação do CVLI, os dados dos 17 meses considerados nessa série detalhada por municípios não deixa claro esse mesmo movimento em todas as regiões do Estado. É possível verificar que apesar de março/2014 ter sido um mês com elevadas taxas em todo o Estado, os meses seguintes (com poucas exceções) experimentaram redução (Tabela 29). Quando a comparação é feita entre os sete primeiros meses de 2014 e 2015 a queda desse tipo de criminalidade letal torna-se mais evidente. Para o conjunto dos CVLI a redução foi de 14,06% entre janeiro e julho de 2015 em comparação ao mesmo período de 2014, sendo que a lesão corporal seguida de morte, apesar de ser o CVLI menos frequente, sofreu a maior redução, passando de 0,46 para 0,24 mortes por 100.000 habitantes. Algumas naturezas, porém, apresentaram tendência de crescimento, como o homicídio doloso no interior e o roubo seguido de morte na capital, Fortaleza (Tabela 30).

Em relação à distribuição espacial do CVLI, mais uma vez, a capital Fortaleza concentrou a maior parte dos casos, como indicam a Tabela 31 e o Mapa 6, que apresenta a Taxa Bayesiana Empírica Global de CVLI nos dois primeiros trimestres de 2014 e 2015. Porém, o percentual de crimes violentos que terminam em óbito também é grande nos municípios do interior, que juntos responderam por 33,7% do total de crimes registrados nos primeiros sete meses de 2015.

A distribuição por municípios segue a mesma situação verificada quando da análise das mortes por agressão, com base na fonte da Saúde. Há concentração em municípios de maior porte, com 60% das ocorrências na região metropolitana de Fortaleza (inclusive a capital) e também no grupo de municípios com população superior a 100 mil habitantes (Tabelas 31 e 32). No Gráfico 19, *box plot*, apresenta-se a distribuição da taxa de CVLI segundo o porte dos municípios, com destaque para os municípios *outliers*, ou seja, aqueles que apresentaram taxas bem superiores aos valores que demarcam os 25% inferiores (primeiro Quartil) e superiores (terceiro Quartil) na distribuição, considerado agora o período de janeiro a julho de 2015.

Observando a variação trimestral ilustrada nos mapas, observa-se a redução principalmente nas AISs do interior norte no primeiro trimestre e naquelas do interior sul no segundo trimestre (Mapa 6).

TABELA 28

### EVOLUÇÃO MENSAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI)

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN/2014 – JUL/2015

	MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Abr.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14	Ago.14	Set.14	Out.14	Nov.14	Dez.14	Total - 2014	Pop 14
		2014													
	Fortaleza	174	179	222	155	180	174	163	143	156	156	169	149	2.020	2.571e.896
	RMF (s/ Fortaleza)	101	86	92	72	64	82	49	58	44	84	62	71	865	1.246.484
	RMC	25	21	25	21	20	18	26	11	14	22	29	24	256	590.209
	Interior	104	102	134	102	96	99	96	100	129	117	127	144	1.350	4.434.202
	<b>Ceará</b>	<b>404</b>	<b>388</b>	<b>473</b>	<b>350</b>	<b>360</b>	<b>373</b>	<b>334</b>	<b>312</b>	<b>343</b>	<b>379</b>	<b>387</b>	<b>388</b>	<b>4.491</b>	<b>8.842.791</b>
	MÊS	Jan.15	Fev.15	Mar.15	Abr.15	Mai.15	Jun.15	Jul.15						Jan-Jul / 2015	Pop 15
		2015													
	Fortaleza	196	126	142	130	132	125	115						966	2.591.188
	RMF (s/ Fortaleza)	92	70	51	69	72	52	41						447	1.261.517
	RMC	18	24	19	20	12	14	18						125	594.237
	Interior	131	120	114	117	111	96	94						783	4.457.517
	<b>Ceará</b>	<b>437</b>	<b>340</b>	<b>326</b>	<b>336</b>	<b>327</b>	<b>287</b>	<b>268</b>						<b>2.321</b>	<b>8.904.459</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

TABELA 29

### EVOLUÇÃO MENSAL DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN/2014 – JUL/2015

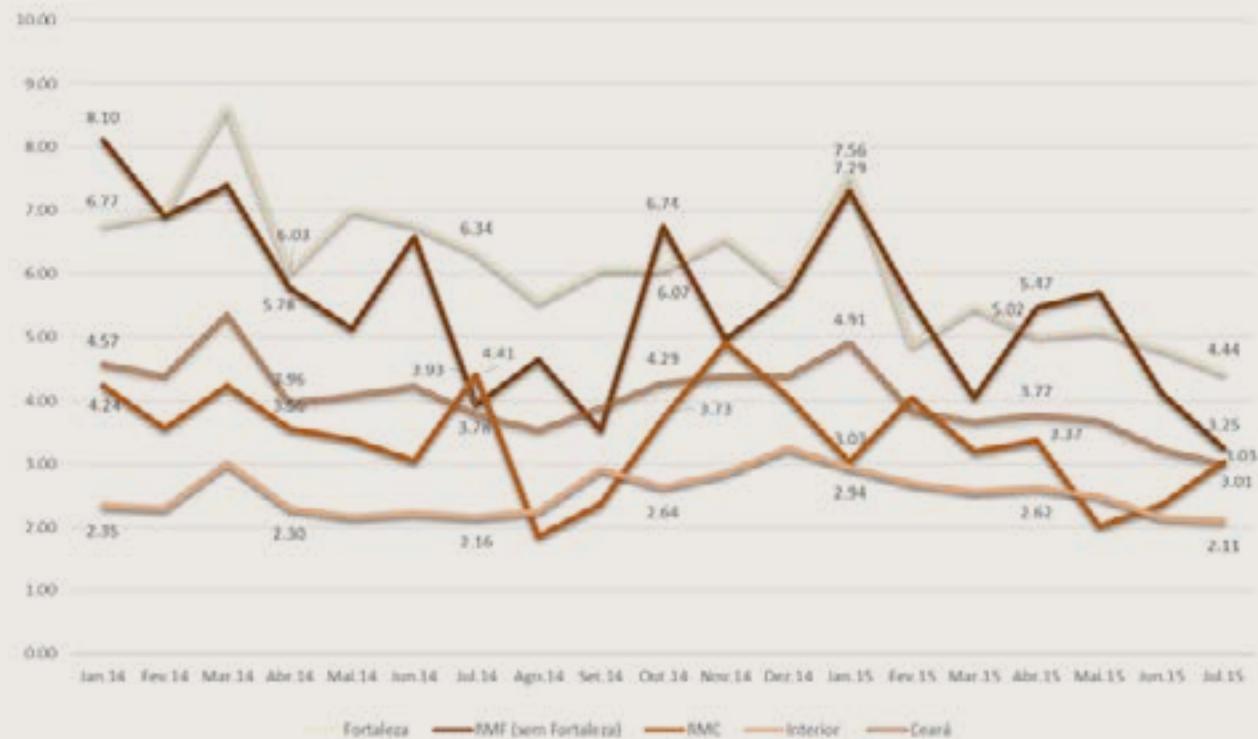
	MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Abr.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14	Ago.14	Set.14	Out.14	Nov.14	Dez.14	TCVLI - 2014
		2014												
	Fortaleza	6.77	6.96	8.63	6.03	7.00	6.77	6.34	5.56	6.07	6.07	6.57	5.79	78,54
	RMF (s/ Fortaleza)	8.10	6.90	7.38	5.78	5.13	6.58	3.93	4.65	3.53	6.74	4.97	5.70	69,40
	RMC	4.24	3.56	4.24	3.56	3.39	3.05	4.41	1.86	2.37	3.73	4.91	4.07	43,37
	Interior	2.35	2.30	3.02	2.30	2.16	2.23	2.16	2.26	2.91	2.64	2.86	3.25	30,45
	<b>Ceará</b>	<b>4,57</b>	<b>4,39</b>	<b>5,35</b>	<b>3,96</b>	<b>4,07</b>	<b>4,22</b>	<b>3,78</b>	<b>3,53</b>	<b>3,88</b>	<b>4,29</b>	<b>4,38</b>	<b>4,39</b>	<b>50,79</b>
	MÊS	Jan.15	Fev.15	Mar.15	Abr.15	Mai.15	Jun.15	Jul.15						TCVLI Jan-Jul/ 2015
		2015												
	Fortaleza	7.56	4.86	5.48	5.02	5.09	4.82	4.44						37,28
	RMF (s/ Fortaleza)	7.29	5.55	4.04	5.47	5.71	4.12	3.25						35,43
	RMC	3.03	4.04	3.20	3.37	2.02	2.36	3.03						21,04
	Interior	2.94	2.69	2.56	2.62	2.49	2.15	2.11						17,57
	<b>Ceará</b>	<b>4,91</b>	<b>3,82</b>	<b>3,66</b>	<b>3,77</b>	<b>3,67</b>	<b>3,22</b>	<b>3,01</b>						<b>26,07</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**GRÁFICO 18**

**EVOLUÇÃO MENSAL DA TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL E CEARÁ, 2014 -2015



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**TABELA 30**

**COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL E CEARÁ, JAN-JUL/2014 - JAN-JUL/2015

MÊS		Jan/Jul - 2014	Jan/Jul - 2015	Δ Jan-Jul 2014/2015 (%)
CVLI	Fortaleza	48.49	37.28	-23.11
	RMF sem Fortaleza	43.8	35.4	-19.1
	RMC	26.4	21.0	-20.4
	Outros Municípios	16.5	17.6	6.3
	<b>Ceará</b>	<b>30.33</b>	<b>26.07</b>	<b>-14.06</b>
HOMICÍDIO DOLOSO	Fortaleza	47.12	36.24	-23.10
	RMF sem Fortaleza	43.16	34.96	-19.01
	RMC	25.75	20.70	-19.63
	Outros Municípios	15.70	17.16	9.34
	<b>Ceará</b>	<b>29.38</b>	<b>25.47</b>	<b>-13.31</b>
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	Fortaleza	0.70	0.35	-50.37
	RMF sem Fortaleza	0.32	0.24	-25.89
	RMC	0.34	0.17	-50.34
	Outros Municípios	0.38	0.18	-53.19
	<b>Ceará</b>	<b>0.46</b>	<b>0.24</b>	<b>-49.14</b>
ROUBO SEGUIDO DE MORTE	Fortaleza	0.66	0.69	5.09
	RMF sem Fortaleza	0.32	0.24	-25.89
	RMC	0.34	0.17	-50.34
	Outros Municípios	0.45	0.22	-50.26
	<b>Ceará</b>	<b>0.49</b>	<b>0.36</b>	<b>-26.10</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**TABELA 31**

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CVLI SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

CEARÁ, JAN/JUL, 2015

	Qtde. Municípios	CVLI	%
Fortaleza	1	966	41,6%
RMF sem Fortaleza	14	447	19,3%
RMC	9	125	5,4%
Outros Municípios	160	783	33,7%
<b>Ceará</b>	<b>184</b>	<b>2.321</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. FBSP, 2016.

**TABELA 32**

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CVLI SEGUNDO O PORTE DO MUNICÍPIO**

CEARÁ, JAN/JUL, 2015

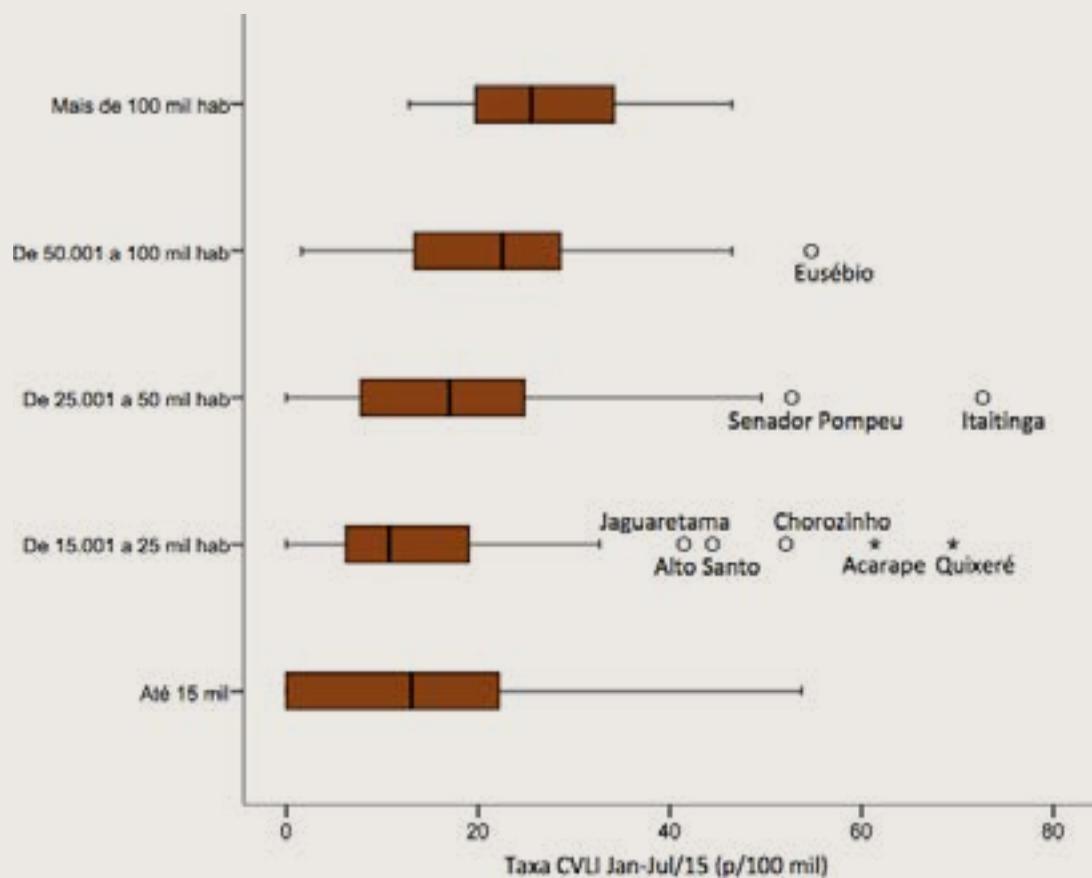
	Qtde. Municípios	CVLI	%
Até 15 mil	52	75	3,23%
De 15.001 a 25 mil hab	53	164	7,07%
De 25.001 a 50 mil hab	43	278	11,98%
De 50.001 a 100 mil hab	27	399	17,19%
Mais de 100 mil hab	9	1405	60,53%
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>2321</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. FBSP, 2016.

GRÁFICO 19

DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA DA TAXA DE CVLI, SEGUNDO O PORTE DO MUNICÍPIO

CEARÁ, JAN/JUL, 2015

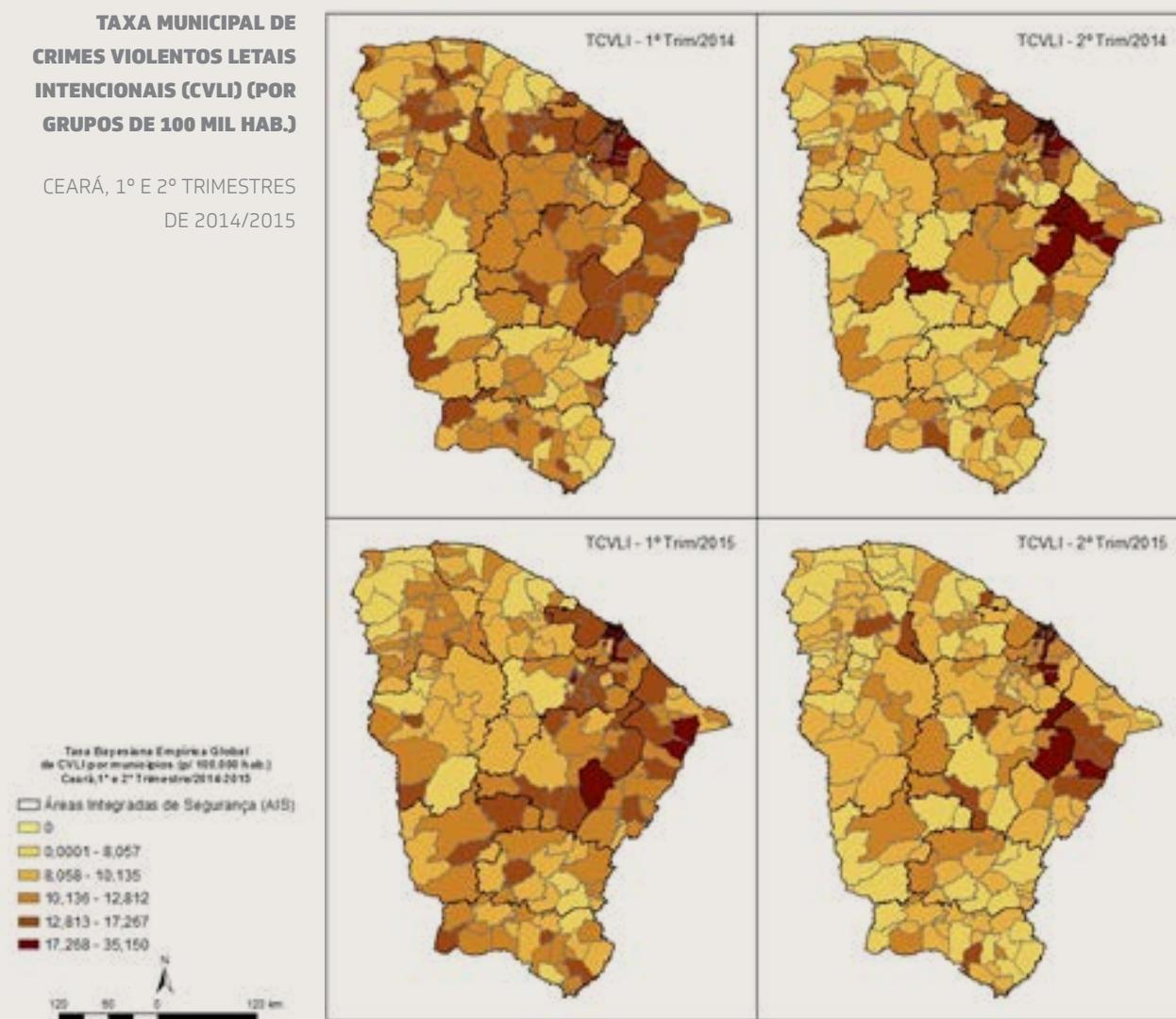


Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016

MAPA 6

TAXA MUNICIPAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) (POR GRUPOS DE 100 MIL HAB.)

CEARÁ, 1º E 2º TRIMESTRES DE 2014/2015

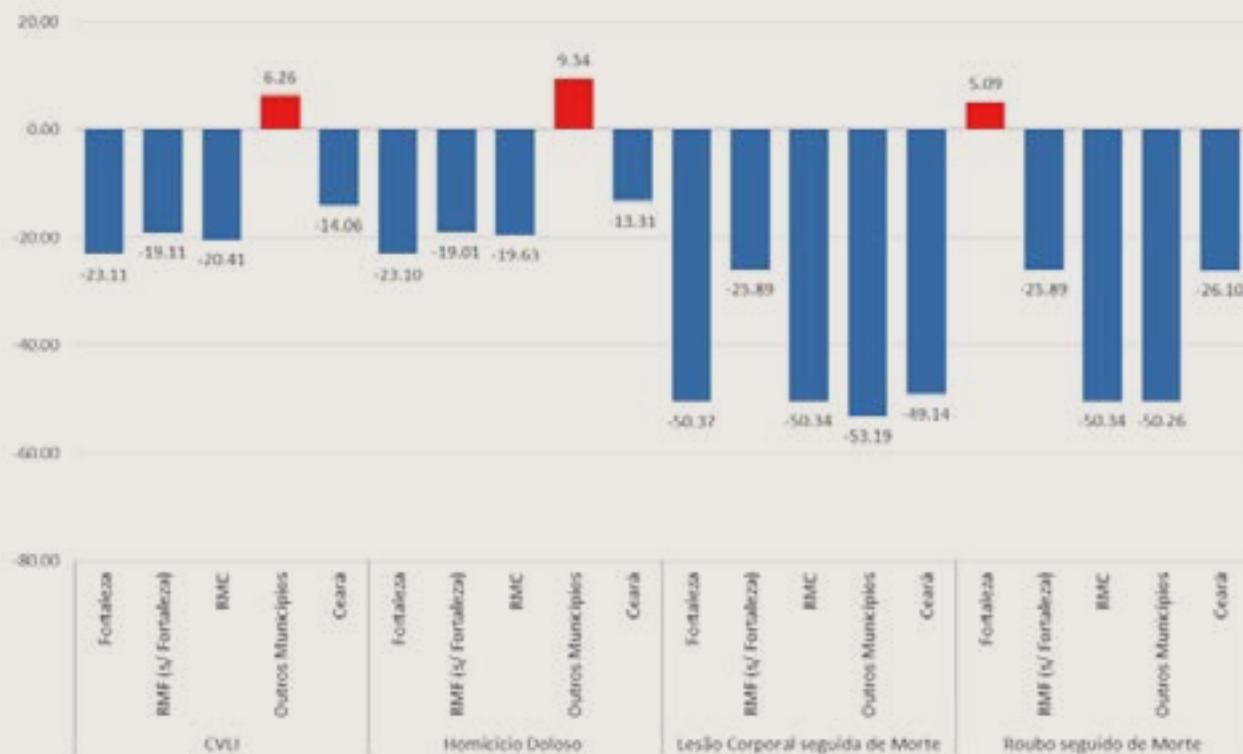


Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

GRÁFICO 20

**COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN-JUL/2014 - JAN-JUL /2015



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.

**CVLI Jan/14 a Dez/15: Evolução Mensal e análise municipal**

Os dados a seguir representam a evolução da criminalidade violenta letal intencional (CVLI) de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 segundo a distribuição territorial. Nesse momento, a distribuição da criminalidade violenta foi dividida segundo os territórios definidos pelo Governo do Estado do Ceará, agregando, além da capital, Fortaleza, a Região Metropolitana, e outras definidas como Interior Sul e Interior Norte (Tabela 33).

Comparando as duas novas categorias de interior (Norte e Sul), verifica-se que o interior sul apresenta a maior quantidade de crimes violentos letais intencionais tanto em 2014 quanto em 2015 (Tabela 33). No entanto, as maiores taxas de CVLI são encontradas na cidade de Fortaleza e na Região Metropolitana. Através do Gráfico 21 é possível verificar que capital e região metropolitana seguem o mesmo padrão de evolução de CVLI, enquanto os interiores Norte e Sul possuem padrões de evolução parecidos. O interior Sul foi a única região do Ceará que apresentou crescimento da taxa de CVLI quando são comparados os agregados anuais de 2014 e 2015. Esse aumento foi de 1,05% (Tabela 35), sendo que a maior queda ocorreu na capital Fortaleza (-17,94%).

Analisando os mesmos dados segundo as Áreas Integradas de Segurança (AIS), constata-se que a AIS 6 apresentou o maior crescimento da quantidade de crimes violentos letais intencionais (31%), seguida pela a AIS 15 (28,8%). De forma contrária, a AIS 2 diminuiu em 26,8% a quantidade desses crimes e a AIS 3 apresentou uma redução de 25,7% (Gráfico 23 e Tabela 36).

**TABELA 33**  
**EVOLUÇÃO MENSAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI)**

FORTALEZA, INTERIOR NORTE E SUL, REGIÃO METROPOLITANA E CEARÁ, JAN/2014 – DEZ/2015

MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Abr.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14	Ago.14	Set.14	Out.14	Nov.14	Dez.14	Total - 2014	Pop 14
	<b>2014</b>													
Fortaleza	174	179	222	155	180	174	163	143	156	156	169	149	2.020	2.571.896
Interior Norte	52	58	68	48	52	51	36	48	74	61	70	67	685	2.530.120
Interior Sul	77	65	91	75	64	66	86	63	69	78	86	101	921	2.494.291
Região Metropolitana	101	86	92	72	64	82	49	58	44	84	62	71	865	1.246.484
<b>Ceará</b>	<b>404</b>	<b>388</b>	<b>473</b>	<b>350</b>	<b>360</b>	<b>373</b>	<b>334</b>	<b>312</b>	<b>343</b>	<b>379</b>	<b>387</b>	<b>388</b>	<b>4491</b>	<b>8.842.791</b>
MÊS	Jan.15	Fev.15	Mar.15	Abr.15	Mai.15	Jun.15	Jul.15	Ago.15	Set.15	Out.15	Nov.15	Dez.15	Total - 2015	Pop 15
<b>2015</b>														
Fortaleza	196	126	142	130	132	125	115	158	134	139	151	122	1670	2.591.188
Interior Norte	67	52	53	62	52	48	53	59	57	49	62	58	672	2.545.748
Interior Sul	82	92	80	75	71	62	59	78	70	80	81	105	935	2.506.006
Região Metropolitana	92	70	51	69	72	52	41	60	70	72	60	74	783	1.261.517
<b>Ceará</b>	<b>437</b>	<b>340</b>	<b>326</b>	<b>336</b>	<b>327</b>	<b>287</b>	<b>268</b>	<b>355</b>	<b>331</b>	<b>340</b>	<b>354</b>	<b>359</b>	<b>4060</b>	<b>8.904.459</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**TABELA 34**

**EVOLUÇÃO MENSAL DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)**

FORTALEZA, INTERIOR NORTE E SUL, REGIÃO METROPOLITANA E CEARÁ, JAN/2014 – DEZ/2015

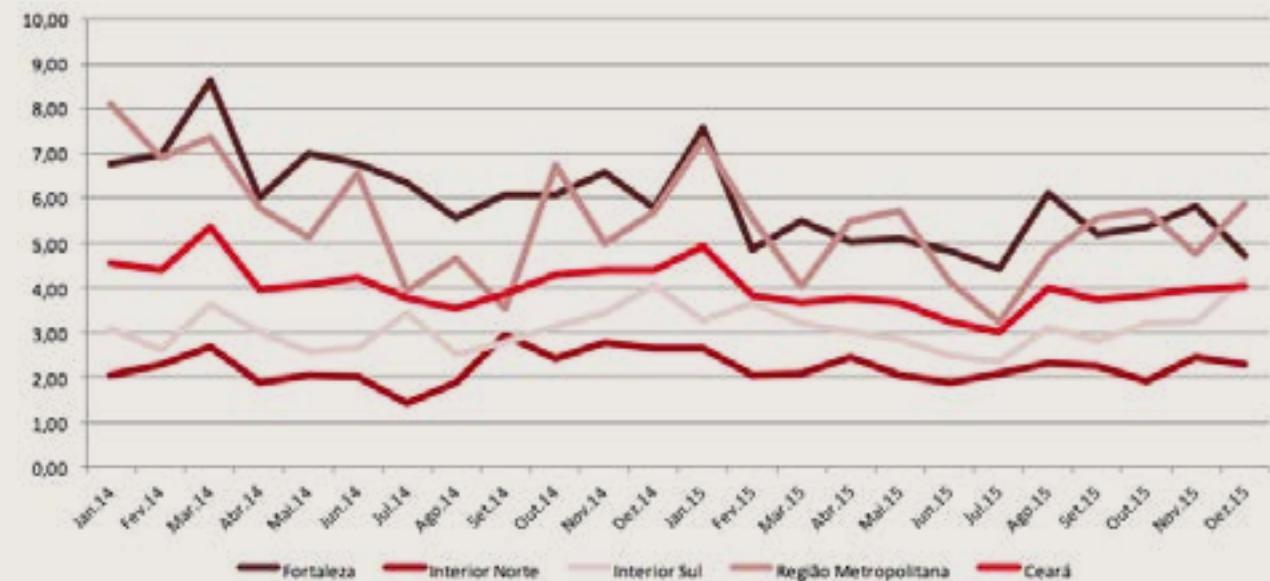
MÊS	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Abr.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14	Ago.14	Set.14	Out.14	Nov.14	Dez.14	TCVLI - 2014
	<b>2014</b>												
Fortaleza	6,77	6,96	8,63	6,03	7,00	6,77	6,34	5,56	6,07	6,07	6,57	5,79	<b>78,54</b>
Interior Norte	2,06	2,29	2,69	1,90	2,06	2,02	1,42	1,90	2,92	2,41	2,77	2,65	<b>27,07</b>
Interior Sul	3,09	2,61	3,65	3,01	2,57	2,65	3,45	2,53	2,77	3,13	3,45	4,05	<b>36,92</b>
Região Metropolitana	8,10	6,90	7,38	5,78	5,13	6,58	3,93	4,65	3,53	6,74	4,97	5,70	<b>69,40</b>
<b>Ceará</b>	<b>4,57</b>	<b>4,39</b>	<b>5,35</b>	<b>3,96</b>	<b>4,07</b>	<b>4,22</b>	<b>3,78</b>	<b>3,53</b>	<b>3,88</b>	<b>4,29</b>	<b>4,38</b>	<b>4,39</b>	<b>50,79</b>
MÊS	Jan.15	Fev.15	Mar.15	Abr.15	Mai.15	Jun.15	Jul.15	Ago.15	Set.15	Out.15	Nov.15	Dez.15	TCVLI - 2015
<b>2015</b>													
Fortaleza	7,56	4,86	5,48	5,02	5,09	4,82	4,44	6,10	5,17	5,36	5,83	4,71	<b>64,45</b>
Interior Norte	2,63	2,04	2,08	2,44	2,04	1,89	2,08	2,32	2,24	1,92	2,44	2,28	<b>26,40</b>
Interior Sul	3,27	3,67	3,19	2,99	2,83	2,47	2,35	3,11	2,79	3,19	3,23	4,19	<b>37,31</b>
Região Metropolitana	7,29	5,55	4,04	5,47	5,71	4,12	3,25	4,76	5,55	5,71	4,76	5,87	<b>62,07</b>
<b>Ceará</b>	<b>4,91</b>	<b>3,82</b>	<b>3,66</b>	<b>3,77</b>	<b>3,67</b>	<b>3,22</b>	<b>3,01</b>	<b>3,99</b>	<b>3,72</b>	<b>3,82</b>	<b>3,98</b>	<b>4,03</b>	<b>45,60</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**GRÁFICO 21**

**EVOLUÇÃO MENSAL DA TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL E CEARÁ, 2014 - 2015



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

**TABELA 35**

**COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI), HOMICÍDIO DOLOSO, LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE E ROUBO SEGUIDO DE MORTE (POR 100 MIL HAB.)**

REGIÃO METROPOLITANA, CAPITAL, INTERIOR NORTE, INTERIOR SUL E CEARÁ, 2014 – 2015

		N - 2014	Taxa - 2014	N - 2015	Taxa - 2015	Δ Taxa - 2014/2015
CVLI	Fortaleza	2020	78,54	1670	64,45	-17,94%
	Interior Norte	685	27,07	672	26,40	-2,50%
	Interior Sul	921	36,92	935	37,31	1,05%
	Região Metropolitana	865	69,40	783	62,07	-10,56%
	<b>Ceará</b>	<b>4491</b>	<b>50,79</b>	<b>4060</b>	<b>45,60</b>	<b>-10,22%</b>
HOMICÍDIO DOLOSO	Fortaleza	1958	76,13	1623	62,64	-17,73%
	Interior Norte	641	25,33	650	25,53	0,78%
	Interior Sul	894	35,84	920	36,71	2,43%
	Região Metropolitana	853	68,43	770	61,04	-10,81%
	<b>Ceará</b>	<b>4346</b>	<b>49,15</b>	<b>3963</b>	<b>44,51</b>	<b>-9,44%</b>
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	Fortaleza	33	1,28	17	0,66	-48,87%
	Interior Norte	19	0,75	8	0,31	-58,15%
	Interior Sul	12	0,48	3	0,12	-75,12%
	Região Metropolitana	6	0,48	4	0,32	-34,13%
	<b>Ceará</b>	<b>70</b>	<b>0,79</b>	<b>32</b>	<b>0,36</b>	<b>-54,6%</b>
ROUBO SEGUIDO DE MORTE	Fortaleza	29	1,13	30	1,16	2,68%
	Interior Norte	25	0,99	14	0,55	-44,34%
	Interior Sul	15	0,60	12	0,48	-20,37%
	Região Metropolitana	6	0,48	9	0,71	48,21%
	<b>Ceará</b>	<b>75</b>	<b>0,85</b>	<b>65</b>	<b>0,73</b>	<b>-13,93%</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

GRÁFICO 22

COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)

REGIÕES METROPOLITANAS, CAPITAL, INTERIOR E CEARÁ, JAN-JUL. /2014 –JAN-JUL. /2015

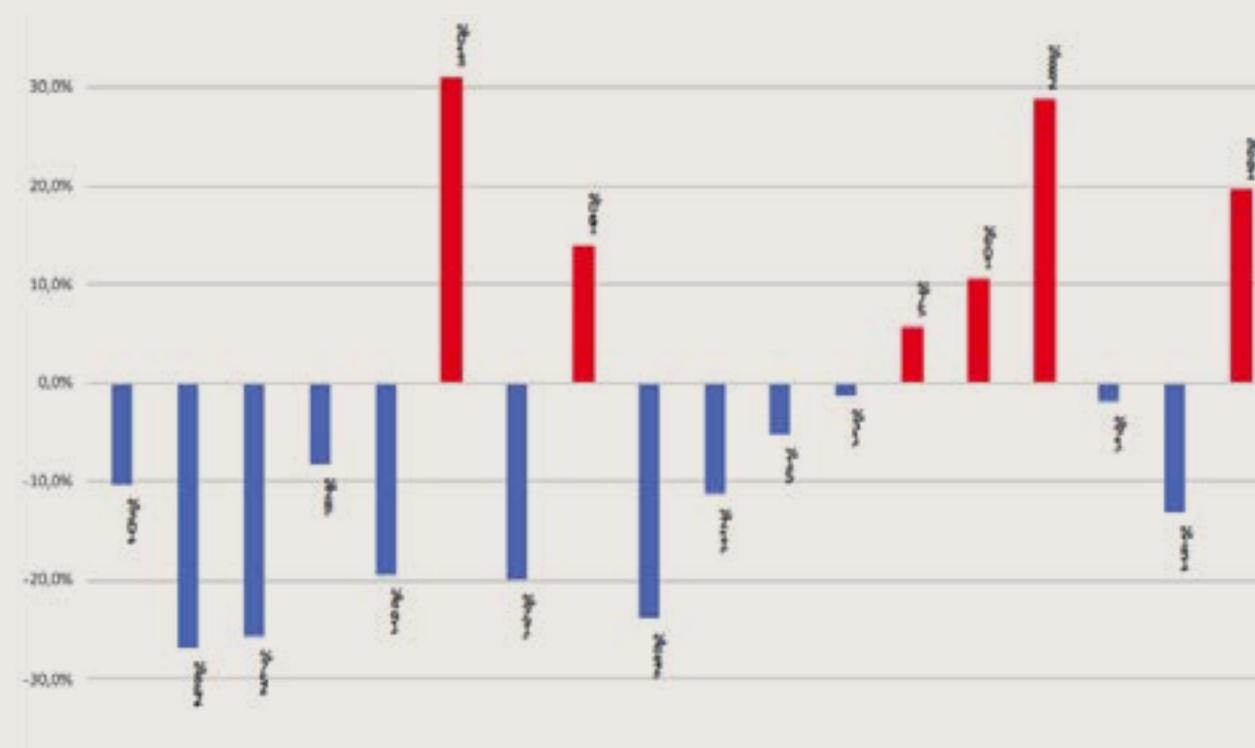


Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.

GRÁFICO 23

COMPARAÇÃO DA VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) (POR 100 MIL HAB.)

POR AIS, 2014 –2015



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.

**TABELA 36**  
**VARIAÇÃO DA**  
**CRIMINALIDADE VIOLENTA**  
**LETAL INTENCIONAL (CVLI)**

POR AIS, 2014 – 2015

	CVLI14		CVLI15		Variação Qtde 2014-2015
	Qtde.	%	Qtde.	%	
AIS 1	418	9,3%	375	9,2%	-10,3%
AIS 2	514	11,4%	376	9,3%	-26,8%
AIS 3	253	5,6%	188	4,6%	-25,7%
AIS 4	389	8,7%	357	8,8%	-8,2%
AIS 5	417	9,3%	336	8,3%	-19,4%
AIS 6	29	0,6%	38	0,9%	31,0%
AIS 7	266	5,9%	213	5,2%	-19,9%
AIS 8	301	6,7%	343	8,4%	14,0%
AIS 9	298	6,6%	227	5,6%	-23,8%
AIS 10	269	6,0%	239	5,9%	-11,2%
AIS 11	316	7,0%	300	7,4%	-5,1%
AIS 12	229	5,1%	226	5,6%	-1,3%
AIS 13	158	3,5%	167	4,1%	5,7%
AIS 14	85	1,9%	94	2,3%	10,6%
AIS 15	184	4,1%	237	5,8%	28,8%
AIS 16	106	2,4%	104	2,6%	-1,9%
AIS 17	213	4,7%	185	4,6%	-13,1%
AIS 18	46	1,0%	55	1,4%	19,6%
<b>Total</b>	<b>4491</b>	<b>100,0%</b>	<b>4060</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,6%</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.

### 3.2.1 CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL INTENCIONAL (CVLI) EM FORTALEZA

Esta seção dedica-se a detalhar as informações sobre os crimes violentos letais intencionais segundo os bairros de Fortaleza em que os eventos foram registrados. A análise se dará por meio da comparação entre o quantitativo de homicídios dolosos, lesões corporais e roubos seguidos de morte registrados nos anos de 2014 e 2015 na capital cearense e fornecidos pela SSPDS<sup>19</sup>.

O Mapa 7 apresenta a Taxa Bayesiana Empírica Local (ponderada pelas taxas de áreas contíguas) de CVLI para os anos de 2014 e 2015 nos bairros de Fortaleza. A Tabela 37, por sua vez, apresenta os números absolutos desses crimes para todos os bairros da capital e a variação percentual desse quantitativo. As taxas foram calculadas com base no total de CVLI registrados pelas instituições de segurança pública e na população dos bairros consolidada pelo IPECE a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Conforme os resultados apresentados na seção anterior, houve redução das mortes causadas por violência na capital cearense e os elementos abaixo podem auxiliar na identificação das áreas onde esse tipo de evento está concentrado e onde sofreu redução

19. Os registros de fatos ocorridos entre os meses de janeiro/14 e julho/15 foram identificados no banco de dados da SSPDS segundo o bairro da ocorrência. As informações registradas entre agosto/15 e dezembro/2015, por sua vez, foram localizadas a partir das coordenadas geográficas do local do evento. Do total de 1.670 ocorrências registradas em 2015, 704 ocorreram entre agosto e dezembro. Desse total, 609 (86,5%) foram classificados e estão presentes nesta análise. Os demais foram perdidos ou por não possuírem informações sobre as coordenadas geográficas (88) ou por terem sido localizados fora dos limites dos bairros da capital (07).

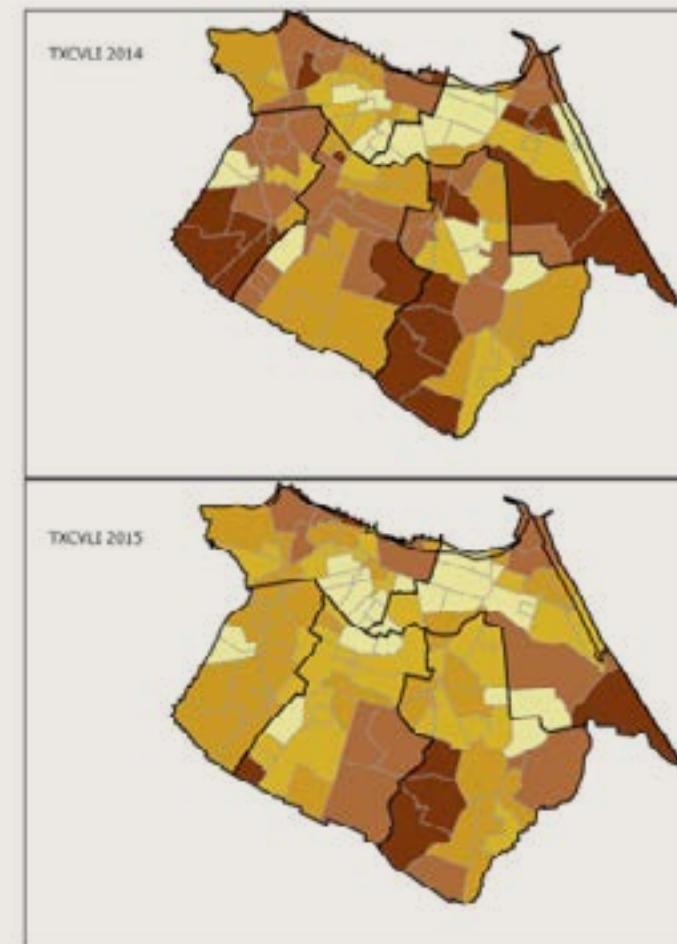
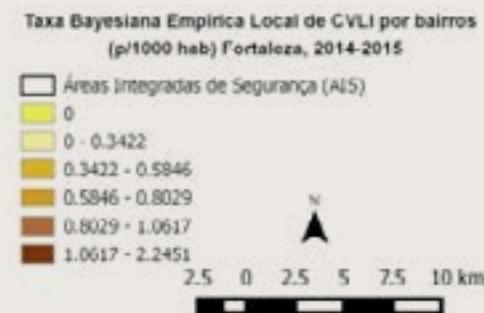
mais acentuada. De maneira geral, ao contrário do que ocorre com os crimes contra o patrimônio, o CVLI está menos concentrado em regiões centrais das capitais (Mapa 7).

Ainda que bairros como o próprio Centro (AIS 1) apresentem, relativamente aos demais bairros, elevados valores absolutos e taxa corrigida de CVLI, bairros como Sabiaguaba (AIS 3), Barroso, Jangurussu e Conjunto Palmeiras (AIS 4) figuram tanto em 2014 quanto em 2015 como regiões com elevadas taxas de mortes violentas intencionais.

Os mapas ainda corroboram a grande redução do CVLI na AIS 2, que nesse período de 12 meses viu bairros como Granja Lisboa (-37,50%), Siqueira (-42,22%) e Canindezinho (-48,94%) sofrerem grandes reduções do quantitativo de homicídios dolosos, lesões corporais e roubos seguidos de morte (Tabela 37).

**MAPA 7**  
**TAXA BAYESIANA EMPÍRICA**  
**LOCAL DE CVLI, SEGUNDO**  
**OS BAIRROS (POR GRUPOS**  
**DE 1000 HAB.)**

FORTALEZA, 2014/2015



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

TABELA 37

**NÚMERO ABSOLUTO E  
VARIÁÇÕES DE CRIMES  
VIOLENTOS LETAIS  
INTENCIONAIS (CVLI)**

BAIRROS DE FORTALEZA,  
2014 E 2015

BAIRROS	CVLI - 2014	CVLI - 2015	Δ 2014-2015
AEROLÂNDIA	17	4	-76,47
AEROPORTO (BASE AÉREA)	6	3	-50,00
ALAGADIÇO	3	4	33,33
ALDEOTA	3	4	33,33
ALTO DA BALANÇA	11	11	0,00
ÁLVARO WEYNE	19	16	-15,79
AMADEO FURTADO	3	1	-66,67
ANCURI	10	11	10,00
ANTÔNIO BEZERRA	27	16	-40,74
ARRAIAL MOURA BRASIL	6	2	-66,67
AUTRAN NUNES	23	24	4,35
BARRA DO CEARÁ	74	63	-14,86
BARROSO	55	43	-21,82
BELA VISTA	14	9	-35,71
BENFICA	6	4	-33,33
BOM FUTURO	1	3	200,00
BOM JARDIM	57	40	-29,82
BONSUCESSO	34	27	-20,59
CAIS DO PORTO	21	22	4,76
CAJAZEIRAS	3	4	33,33
CAMBEBA	8	2	-75,00
CANINDEZINHO	47	24	-48,94
CARLITO PAMPLONA	22	21	-4,55
CASTELÃO	7	5	-28,57
CENTRO	30	28	-6,67
CIDADE 2000	4	2	-50,00
CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	5	15	200,00
COAÇU	3	1	-66,67
COCO	7	4	-42,86
CONJUNTO CEARÁ	16	10	-37,50
CONJUNTO ESPERANÇA	14	7	-50,00
CONJUNTO PALMEIRAS	47	43	-8,51
COUTO FERNADES	10	6	-40,00
CRISTO REDENTOR	22	27	22,73
CURIÓ	7	9	28,57
DAMAS	1	2	100,00
DE LOURDES	7	4	-42,86
DEMÓCRITO ROCHA	9	4	-55,56
DENDÊ	4	5	25,00
DIAS MACEDO	13	8	-38,46
DOM LUSTOSA	7	11	57,14
EDSON QUEIROZ	30	23	-23,33
ENGENHEIRO LUCIANO CAVALCANTE	8	6	-25,00
ESTÂNCIA (DIONÍSIO TORRES)	4	1	-75,00
FARIAS BRITO	3	11	266,67
FÁTIMA	4	9	125,00
FLORESTA	38	30	-21,05
GENIBAU	43	28	-34,88
GENTILÂNDIA	0	0	0,00
GRANJA LISBOA	64	40	-37,50
GRANJA PORTUGAL	42	29	-30,95
GUAJERU	3	3	0,00
GUARAPES	2	1	-50,00
HENRIQUE JORGE	28	17	-39,29
ITAÓCA	9	6	-33,33
ITAPERI	14	12	-14,29
JACARECANGA	8	4	-50,00
JANGURUSSU	56	58	3,57
JARDIM AMÉRICA	5	4	-20,00

...CONTINUAÇÃO

BAIRROS	CVLI - 2014	CVLI - 2015	Δ 2014-2015
JARDIM CEARENSE	8	3	-62,50
JARDIM DAS OLIVEIRAS	38	25	-34,21
JARDIM GUANABARA	4	8	100,00
JARDIM IRACEMA	27	14	-48,15
JOÃO XXIII	5	7	40,00
JOAQUIM TÁVORA	4	3	-25,00
JÓQUEI CLUB (SÃO CRISTÓVÃO)	6	8	33,33
JOSÉ BONIFÁCIO	3	2	-33,33
JOSÉ DE ALENCAR	4	9	125,00
LAGOA REDONDA	17	24	41,18
LAGOA SAPIRANGA (COITÉ)	33	7	-78,79
MANOEL SÁTIRO	12	16	33,33
MANUEL DIAS BRANCO	8	2	-75,00
MARAPONGA	12	7	-41,67
MATA GALINHA	0	0	0,00
MEIRELES	8	6	-25,00
MESSEJANA (SEDE)	37	31	-16,22
MONDUBIM (SEDE)	57	38	-33,33
MONTE CASTELO	4	7	75,00
MONTESE	10	5	-50,00
MUCURIPE	9	11	22,22
PADRE ANDRADE (CACHOEIRINHA)	12	7	-41,67
PAN-AMERICANO	2	5	150,00
PAPICU	21	9	-57,14
PARANGABA	33	15	-54,55
PARQUE ARAXÁ	0	0	0,00
PARQUE DOIS IRMÃOS	23	29	26,09
PARQUE IRACEMA	1	2	100,00
PARQUE MANIBURA	1	1	0,00
PARQUE PRESIDENTE VARGAS	5	13	160,00
PARQUE SANTA ROSA (APOLO XI)	16	6	-62,50
PARQUE SÃO JOSÉ	15	6	-60,00
PARQUELÂNDIA	5	1	-80,00
PARREÃO	0	2	0,00
PASSARÉ	63	55	-12,70
PAUPINA	6	8	33,33
PEDRAS	4	1	-75,00
PICI (PARQUE UNIVERSITÁRIO)	46	31	-32,61
PIRAMBÚ	24	24	0,00
PLANALTO AYRTON SENNA	38	33	-13,16
PRAIA DE IRACEMA	5	3	-40,00
PRAIA DO FUTURO	25	13	-48,00
PREFEITO JOSÉ WALTER	20	25	25,00
PRESIDENTE KENNEDY	7	11	57,14
QUINTINO CUNHA	34	27	-20,59
RÓDOLFO TEÓFILO	11	5	-54,55
SABIAGUABA	9	6	-33,33
SALINAS	4	0	-100,00
SÃO BENTO	8	5	-37,50
SÃO JOÃO DO TAUAPÉ	22	23	4,55
SERRINHA	26	14	-46,15
SIQUEIRA	45	26	-42,22
VARJOTA	0	2	0,00
VICENTE PINZON	49	39	-20,41
VILA ELLERY	5	2	-60,00
VILA PERY	13	12	-7,69
VILA UNIÃO	12	7	-41,67
VILA VELHA	46	32	-30,43
<b>FORTALEZA</b>	<b>2006</b>	<b>1564</b>	<b>-22,03</b>

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará, FBSP, 2016

CONTINUA...

# 4.

## CRIMINALIDADE VIOLENTA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Para além dos dados criminais, apresenta-se nesta seção uma análise de dados socioeconômicos do Estado do Ceará, especificamente daqueles que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de modo a verificar sua evolução no período de uma década, assim como correlacioná-los com os indicadores criminais.

Uma das grandes questões que fundaram a discussão sobre o crime no Brasil é aquela que se ocupa da relação entre criminalidade e indicadores sociais e econômicos. No princípio dos anos 2000 o ponto central dessa discussão era o paradoxo criado pelo fato de que houve inegável melhora das condições de vida no país, porém, a criminalidade violenta aumentou (MISSE, 1995; SAPORI & WANDERLEY, 2001). Tais resultados contrariavam os argumentos baseados em uma associação direta e positiva entre os fenômenos e colocava aos pesquisadores da área uma questão: é possível elencar e enfrentar as causas da criminalidade, incluindo entre essas a pobreza e a vulnerabilidade social, sem assumir uma relação direta entre elas? Que mecanismos ajudariam a compreender essa relação?

Desde esse mito hoje relativamente superado, de que a pobreza era a causa do crime por expor a população vulnerável à necessidade de cometer delitos para garantir sobrevivência, às abordagens mais sofisticadas que discutem mecanismos de reprodução de uma sociabilidade dita violenta em determinados contextos sociais (MACHADO DA SILVA, 2004; ZALUAR, 1985), pesquisadores da área buscam esclarecer de que forma a vulnerabilidade social está articulada à violência e, por consequência, à criminalidade.

Com objetivo de explorar essas relações, a presente seção tem início com descrição dos resultados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o Brasil e, no detalhe, para o Ceará, apresentando a variação entre os anos de 2000 e 2010, a classificação das Unidades da Federação e os valores do indicador agregado e específico para infraestrutura, capital humano e trabalho/renda no Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza e municípios do interior.

Na segunda parte da seção, os dados municipais de óbitos por agressão (DATASUS) e de criminalidade violenta letal intencional e contra o patrimônio (SSPDS) serão analisados em sua relação com o IVS e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ambos calculados pelo IPEA a partir de dados dos Censos 2000 e 2010. Finalmente, ainda relacionando crimes a indicadores socioeconômicos, o CVLI e o CVP nos bairros de Fortaleza serão correlacionados a medidas socioeconômicas pertinentes ao ano de 2010 e fornecidas pelo IPECE.

# 4.1

## A VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi calculado e disponibilizado pelo IPEA com vistas a consolidar e disponibilizar informações que tratem de elementos socioeconômicos, mas que não estejam restritas à renda. O argumento acionado é o de que a pobreza tem várias facetas, ou é multidimensional, utilizando o conceito que se tornou conhecido na literatura sobre desenvolvimento e estratificação social. Assim, a pobreza material seria apenas um dos fatores a definir o bem-estar, a qualidade de vida e, por outro lado, a vulnerabilidade de uma população a riscos sociais, como a violação de direitos, e a vitimização criminal.

DIAGRAMA 3  
COMPONENTES DO ÍNDICE  
DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL (IVS)

### IVS - Capital Humano

- % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos
- % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família
- % de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo
- % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola
- % de crianças de 6 a 14 fora da escola
- % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa
- Mortalidade infantil
- Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais

### IVS - Infraestrutura Urbana

- % da população em domicílios com energia elétrica
- % da população em domicílios com densidade > 2
- % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
- % de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho

### IVS - Renda e Trabalho

- Taxa de atividade - 10 a 14 anos
- Taxa de desocupação - 18 anos ou mais
- % de pessoas de 18 anos ou + sem EF completo e em ocupação informal
- % de vulneráveis e dependentes de idosos
- % de vulneráveis à pobreza

Conforme metodologia explicitada pelo Ipea (<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>), o IVS é calculado a partir de registros do Censo Demográfico IBGE 2000 e 2010. A opção pelo Censo Demográfico em detrimento de registros administrativos locais ou quaisquer outras pesquisas mais recentes como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) se deu em função da necessidade de construção de um índice municipal (a amostra da

PNAD produz informações cuja representatividade é limitada às regiões metropolitanas) e com a mesma metodologia de coleta para todo o País. De tal maneira, mesmo com a divulgação dos resultados em 2015 e, portanto, com a defasagem de 05 anos em relação aos dados do último Censo, o IVS conta com informações para os anos de 2000 e 2010. O índice possui três componentes que sintetizam ativos que em falta ou deficiência expõem os indivíduos a situações de vulnerabilidade, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho (Diagrama 03), e está disponível em variados níveis de desagregação no Atlas da Vulnerabilidade Social (<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>).

A seguir, a Tabela 38 apresenta a variação em uma década do IVS geral e em suas três dimensões, para Brasil e Unidades da Federação, assim como o posicionamento dos estados em relação aos níveis de redução. Verifica-se que entre os anos de 2000 e 2010 houve redução de 26,9% do IVS nacional, sendo que a dimensão “Renda e Trabalho” foi a que experimentou maior redução, com menos 34% de vulnerabilidade no país. Observando os resultados por Unidades da Federação, o Tocantins foi o Estado que nos 10 anos analisados apresentou maior redução em relação ao indicador geral - IVS. O Ceará também experimentou melhora no quadro da população exposta a sinais de vulnerabilidade social: O IVS geral partiu de um escore de 0,530 em 2000 para 0,378 em 2010, o que representou uma queda média da vulnerabilidade social de 28,7%, ocupando a 10ª posição em termos de maior redução do IVS. Contudo, ainda assim, o estado apresenta no ano de 2010 um IVS superior à média nacional e se mantém na 16ª posição de IVS entre os estados brasileiros (Gráfico 24). Considerando as três dimensões, observa-se que o IVS Infraestrutura Urbana foi o que apresentou a menor redução em nível nacional (-16%). Nesse aspecto o Ceará apresentou uma redução maior que a média nacional (-27,9%), redução esta que foi ainda superior nos estados da região norte. Já em relação ao IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, a redução observada no Ceará situou-se um pouco abaixo da média nacional.

**TABELA 38**  
**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)**

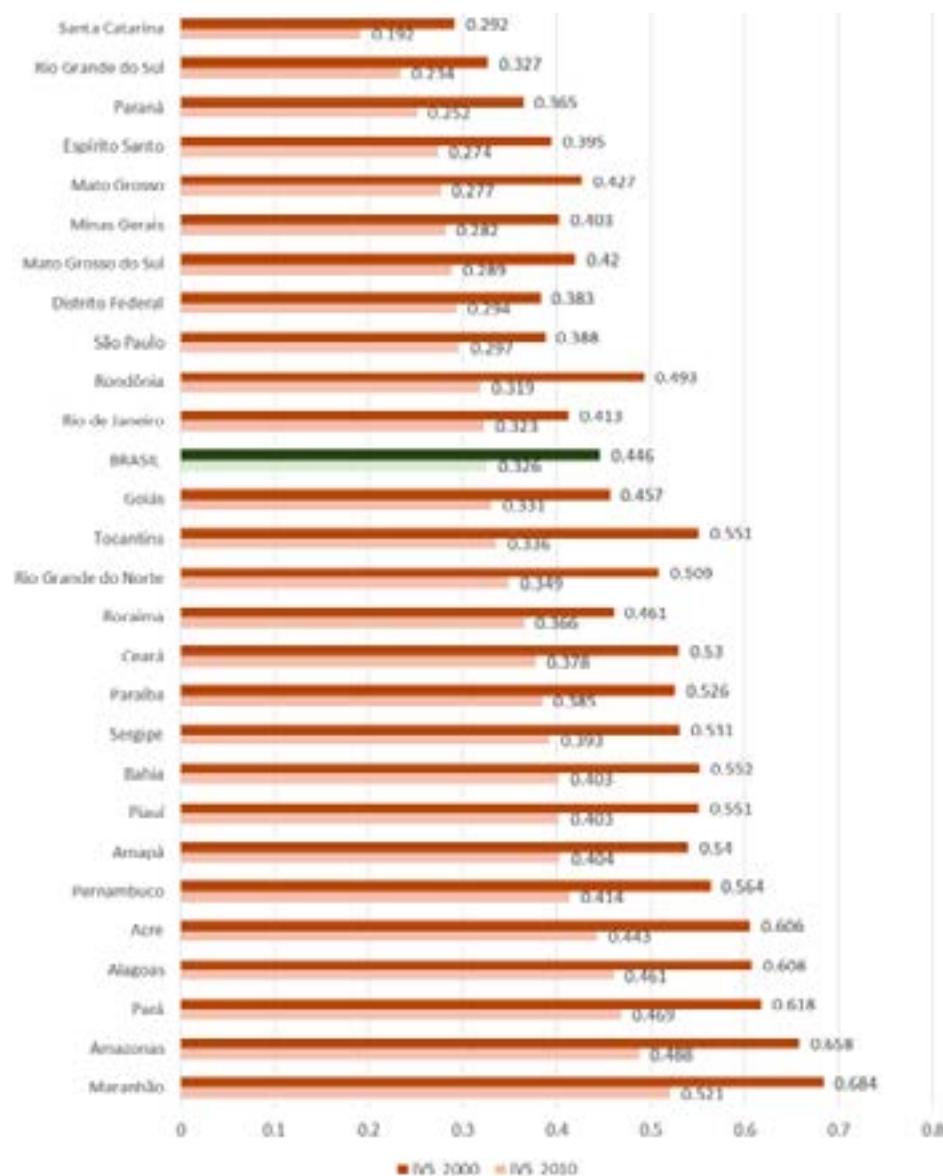
BRASIL, 2000 - 2010

ANO	IVS INFRAESTRUTURA URBANA			IVS CAPITAL HUMANO			IVS RENDA E TRABALHO			IVS			
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	Classificação (Redução)
<b>BRASIL</b>	<b>0,351</b>	<b>0,295</b>	<b>-16,0%</b>	<b>0,503</b>	<b>0,362</b>	<b>-28,0%</b>	<b>0,485</b>	<b>0,32</b>	<b>-34,0%</b>	<b>0,446</b>	<b>0,326</b>	<b>-26,9%</b>	
Tocantins	0,419	0,212	-49,4%	0,624	0,418	-33,0%	0,610	0,378	-38,0%	0,551	0,336	-39,0%	1º
Rondônia	0,4	0,231	-42,3%	0,607	0,4	-34,1%	0,472	0,325	-31,1%	0,493	0,319	-35,3%	2º
Mato Grosso	0,321	0,185	-42,4%	0,523	0,359	-31,4%	0,438	0,288	-34,2%	0,427	0,277	-35,1%	3º
Santa Catarina	0,154	0,128	-16,9%	0,366	0,253	-30,9%	0,355	0,194	-45,4%	0,292	0,192	-34,2%	4º
Rio Grande do Norte	0,33	0,217	-34,2%	0,589	0,42	-28,7%	0,607	0,411	-32,3%	0,509	0,349	-31,4%	5º
Mato Grosso do Sul	0,294	0,224	-23,8%	0,511	0,369	-27,8%	0,456	0,273	-40,1%	0,42	0,289	-31,2%	6º
Paraná	0,249	0,217	-12,9%	0,43	0,298	-30,7%	0,415	0,241	-41,9%	0,365	0,252	-31,0%	7º
Espírito Santo	0,272	0,217	-20,2%	0,462	0,319	-31,0%	0,452	0,285	-36,9%	0,395	0,274	-30,6%	8º
Minas Gerais	0,281	0,228	-18,9%	0,462	0,323	-30,1%	0,467	0,295	-36,8%	0,403	0,282	-30,0%	9º
Ceará	0,365	0,263	-27,9%	0,599	0,438	-26,9%	0,625	0,434	-30,6%	0,530	0,378	-28,7%	10º
Rio Grande do Sul	0,198	0,17	-14,1%	0,397	0,3	-24,4%	0,387	0,231	-40,3%	0,327	0,234	-28,4%	11º
Goiás	0,455	0,385	-15,4%	0,475	0,334	-29,7%	0,442	0,274	-38,0%	0,457	0,331	-27,6%	12º
Bahia	0,366	0,276	-24,6%	0,625	0,455	-27,2%	0,665	0,478	-28,1%	0,552	0,403	-27,0%	13º
Acre	0,543	0,360	-33,7%	0,744	0,564	-24,2%	0,530	0,405	-23,6%	0,606	0,443	-26,9%	14º
Piauí	0,385	0,265	-31,2%	0,636	0,471	-25,9%	0,632	0,474	-25,0%	0,551	0,403	-26,9%	15º
Paraíba	0,297	0,225	-24,2%	0,626	0,469	-25,1%	0,656	0,462	-29,6%	0,526	0,385	-26,8%	16º
Pernambuco	0,408	0,318	-22,1%	0,642	0,46	-28,3%	0,641	0,463	-27,8%	0,564	0,414	-26,6%	17º
Sergipe	0,355	0,28	-21,1%	0,635	0,467	-26,5%	0,604	0,431	-28,6%	0,531	0,393	-26,0%	18º
Amazonas	0,664	0,515	-22,4%	0,71	0,516	-27,3%	0,601	0,433	-28,0%	0,658	0,488	-25,8%	19º
Amapá	0,533	0,373	-30,0%	0,584	0,451	-22,8%	0,504	0,388	-23,0%	0,540	0,404	-25,2%	20º
Alagoas	0,392	0,324	-17,3%	0,752	0,563	-25,1%	0,679	0,495	-27,1%	0,608	0,461	-24,2%	21º
Pará	0,644	0,457	-29,0%	0,642	0,494	-23,1%	0,569	0,457	-19,7%	0,618	0,469	-24,1%	22º
Maranhão	0,694	0,526	-24,2%	0,701	0,534	-23,8%	0,656	0,503	-23,3%	0,684	0,521	-23,8%	23º
São Paulo	0,414	0,407	-1,7%	0,372	0,263	-29,3%	0,378	0,222	-41,3%	0,388	0,297	-23,5%	24º
Distrito Federal	0,434	0,412	-5,1%	0,378	0,265	-29,9%	0,336	0,204	-39,3%	0,383	0,294	-23,2%	25º
Rio de Janeiro	0,453	0,427	-5,7%	0,394	0,292	-25,9%	0,392	0,251	-36,0%	0,413	0,323	-21,8%	26º
Roraima	0,371	0,245	-34,0%	0,553	0,483	-12,7%	0,459	0,370	-19,4%	0,461	0,366	-20,6%	27º

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 24**  
**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)**

BRASIL, 2000 - 2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

# 4.2

## A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CEARÁ

Considerando a divisão territorial do Estado, segundo capital, região metropolitana de Fortaleza e interior, os dados nessa seção confirmam a tendência nacional de redução da vulnerabilidade social no estado do Ceará, para todos os três componentes do IVS (Tabela 39).

Ressalvada a distância em relação ao momento presente, o IVS de 2010 calculado para Fortaleza, Região Metropolitana e Ceará sugere que moradores dos municípios do interior estão mais expostos às vulnerabilidades socioeconômicas mensuradas pelo IVS, dado que o índice geral para o estado (0,378) é maior que o IVS da capital (0,330) e da Região Metropolitana (0,346). Observa-se justamente no interior a maior diminuição do IVS Infraestrutura Urbana, ou seja, da vulnerabilidade ligada ao acesso a serviços urbanos como luz elétrica e saneamento. Já em relação às demais dimensões, verifica-se que a redução mais expressiva da vulnerabilidade em termos de Capital Humano e de Renda e Trabalho ocorreu em Fortaleza e região metropolitana.

O IPEA calcula o IVS para os municípios, estados, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Por essa razão, para ter noção a respeito dos indicadores de vulnerabilidade em outras regiões, neste relatório, foram calculadas as médias do IVS geral e decomposto para as regiões metropolitanas do Cariri, de Fortaleza (sem a capital) e do grupo dos municípios do interior do estado (Tabela 40). O exercício foi interessante para observamos que, com exceção da infraestrutura, todas as dimensões do IVS apresentam melhor desempenho nas capitais e municípios pertencentes à região metropolitana. No caso da Infraestrutura, o IVS de Fortaleza em 2010 foi de 0,374, porém, a média dos municípios de sua região metropolitana é de 0,363 e, no interior essa média é ainda menor, 0,277.

Em relação ao porte do município, a tendência já indica uma maior disponibilidade de serviços, renda, trabalho e outros elementos que reduzem a vulnerabilidade social em municípios de maior porte. Na média, o IVS é mais baixo nos municípios de maior porte (Tabela 41). Mais uma vez, o IVS-Infraestrutura é aquele com tendências menos claras: os 09 municípios (incluindo Fortaleza) com população superior a 100.000 habitantes são aqueles com menor vulnerabilidade de infraestrutura média (Tabela 41) e menor mediana (Gráfico 26). Porém, o segundo grupo com melhores indicadores de infraestrutura no

**TABELA 39**  
**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)**

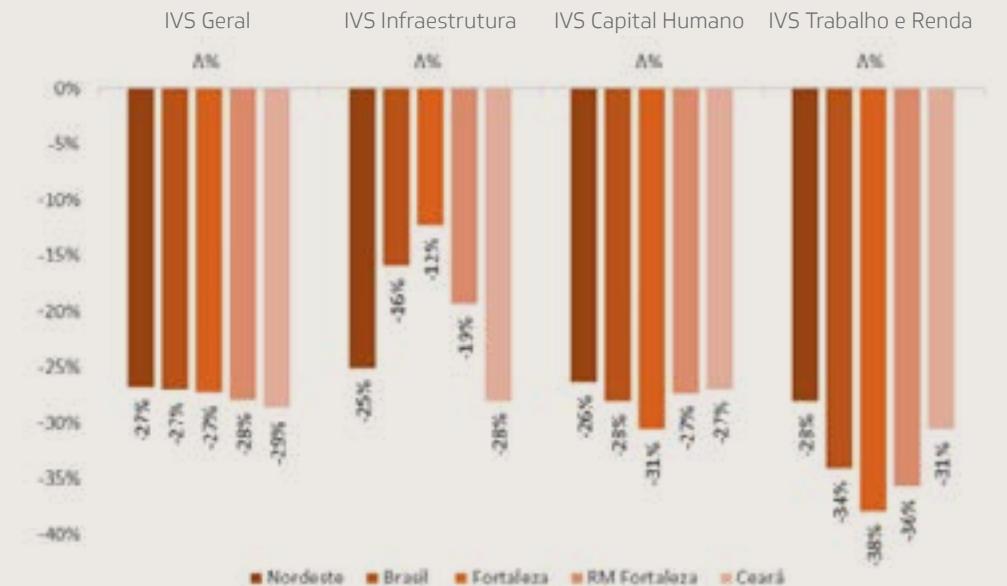
CEARÁ, FORTALEZA, RMF, NORDESTE\* E BRASIL, 2000 - 2010.

ANO	IVS INFRAESTRUTURA URBANA			IVS CAPITAL HUMANO			IVS RENDA E TRABALHO			IVS		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
<b>BRASIL</b>	<b>0,351</b>	<b>0,295</b>	<b>-16,0%</b>	<b>0,503</b>	<b>0,362</b>	<b>-28,0%</b>	<b>0,485</b>	<b>0,320</b>	<b>-34,0%</b>	<b>0,4460</b>	<b>0,3260</b>	<b>-26,9%</b>
Fortaleza	0,426	0,374	-12,2%	0,481	0,334	-30,6%	0,456	0,283	-37,9%	0,4540	0,3300	-27,3%
RM Fortaleza (inclui Fortaleza)	0,431	0,348	-19,3%	0,508	0,369	-27,4%	0,501	0,322	-35,7%	0,4800	0,3460	-27,9%
Ceará	0,365	0,263	-27,9%	0,599	0,438	-26,9%	0,625	0,434	-30,6%	0,5300	0,3780	-28,7%
Nordeste	0,399	0,299	-25,0%	0,645	0,475	-26,3%	0,641	0,461	-28,0%	0,5617	0,4119	-26,7%

\*A média da região foi calculada a partir dos valores do IVS para os estados daquela região.  
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 25**  
**VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)**

CEARÁ, FORTALEZA, RMF, NORDESTE\* E BRASIL, 2000 - 2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

\*A média da região foi calculada a partir dos valores do IVS para os estados daquela região.

**TABELA 40**  
**MÉDIA DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), SEGUNDO A DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

CEARÁ, 2010

	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho	IVS
Fortaleza*	0,374	0,334	0,283	0,330
RMF sem Fortaleza	0,363	0,476	0,422	0,420
RMC	0,210	0,454	0,499	0,388
Outros Municípios	0,277	0,516	0,537	0,443
<b>Ceará</b>	<b>0,438</b>	<b>0,434</b>	<b>0,378</b>	<b>0,263</b>

\*Indicador calculado pelo IPEA

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 41**  
**MÉDIA DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), SEGUNDO O PORTE DOS MUNICÍPIOS**

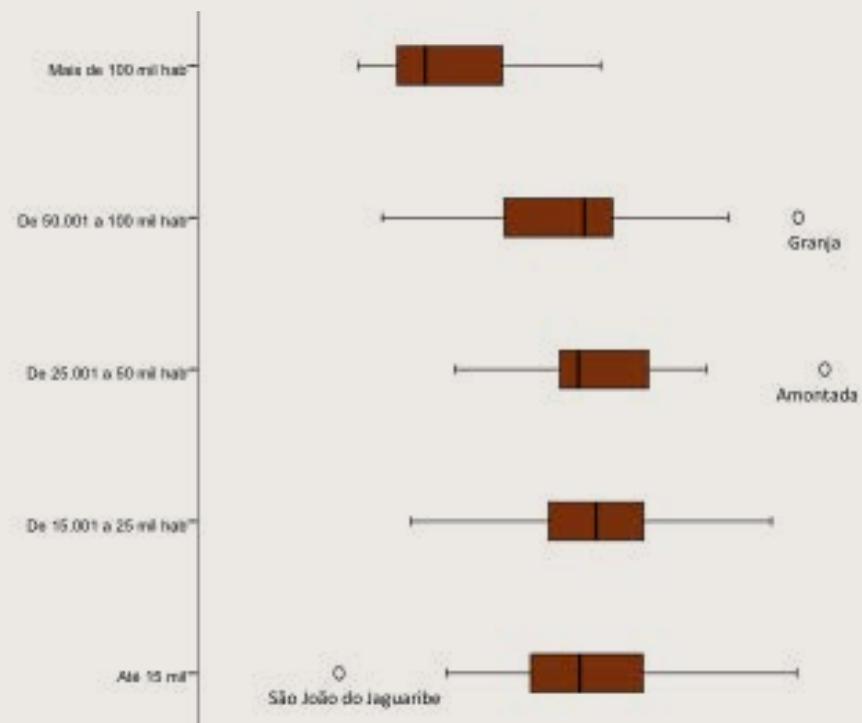
CEARÁ, 2010

	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho	IVS
Até 15 mil	0,269	0,514	0,539	0,441
De 15.001 a 25 mil hab	0,282	0,524	0,541	0,449
De 25.001 a 50 mil hab	0,295	0,512	0,532	0,447
De 50.001 a 100 mil hab	0,290	0,499	0,495	0,428
Mais de 100 mil hab	0,242	0,406	0,406	0,352
<b>Ceará</b>	<b>0,438</b>	<b>0,434</b>	<b>0,378</b>	<b>0,263</b>

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**GRÁFICO 26**  
**DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA DO**  
**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE**  
**SOCIAL (IVS), SEGUNDO O**  
**PORTE DO MUNICÍPIO**

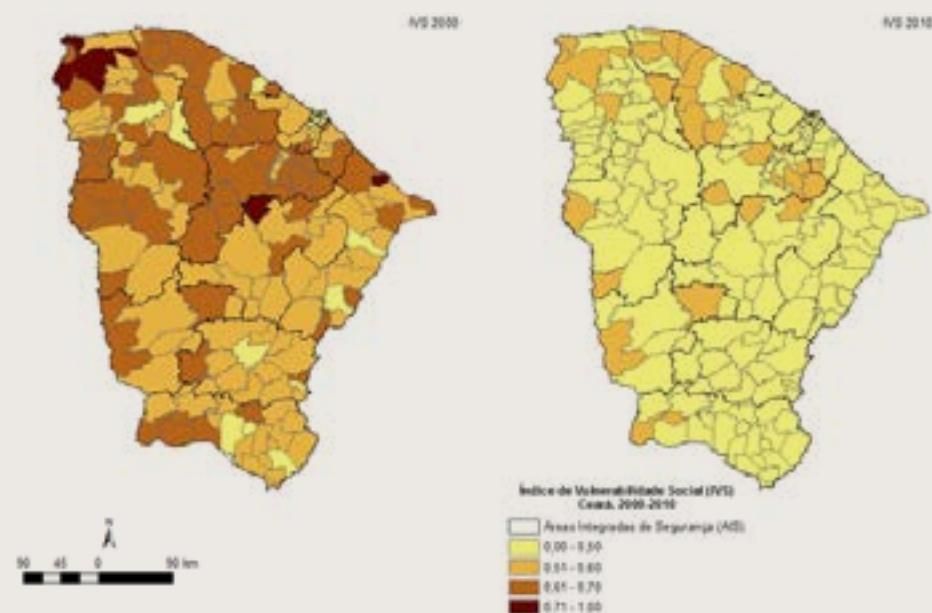
CEARÁ, 2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) /Atlas da Vulnerabilidade Social. FBSP, 2015.

**MAPA 8**  
**ÍNDICE GERAL DE**  
**VULNERABILIDADE SOCIAL**

CEARÁ, 2000-2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 42**  
**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS) DETALHADO**

BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, FORTALEZA E RM, 2000 – 2010

ANO	BRASIL			NORDESTE			CEARÁ			RM FORTALEZA			FORTALEZA		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
<b>Índice de Vulnerabilidade Social</b>	<b>0,446</b>	<b>0,326</b>	<b>-26,9%</b>	<b>0,56</b>	<b>0,41</b>	<b>-26,7%</b>	<b>0,53</b>	<b>0,378</b>	<b>-28,7%</b>	<b>0,48</b>	<b>0,346</b>	<b>-27,9%</b>	<b>0,454</b>	<b>0,33</b>	<b>-27,3%</b>
<b>IVS Capital Humano</b>	<b>0,503</b>	<b>0,362</b>	<b>-28,0%</b>	<b>0,65</b>	<b>0,48</b>	<b>-26,3%</b>	<b>0,599</b>	<b>0,438</b>	<b>-26,9%</b>	<b>0,508</b>	<b>0,369</b>	<b>-27,4%</b>	<b>0,481</b>	<b>0,334</b>	<b>-30,6%</b>
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,51	2,89	-17,7%	3,82	3,34	-12,5%	3,41	3,01	-11,7%	3,52	3,08	-12,5%	3,38	2,85	-15,7%
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	14,66	17,23	17,5%	17,92	22,79	27,1%	18,1	21,98	21,4%	20,7	19,39	-6,3%	20,25	16,82	-16,9%
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	49,86	30,39	-39,0%	64,29	41,59	-35,3%	62,86	33,99	-45,9%	46,0	24,54	-46,7%	39,7	21,96	-44,7%
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	76,21	56,85	-25,4%	72,19	55,85	-22,6%	65,94	50,32	-23,7%	62,94	51,16	-18,7%	62,92	51	-18,9%
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	6,89	3,31	-52,0%	8,27	3,26	-60,6%	6,41	3,11	-51,5%	5,47	3,78	-30,9%	5,36	3,89	-27,4%
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	15,4	11,61	-24,6%	22,19	19,01	-14,4%	20,7	19,63	-5,2%	17,99	14,27	-20,7%	15,96	11,48	-28,1%
Mortalidade infantil	30,57	16,7	-45,4%	44,16	22,72	-48,5%	41,43	19,29	-53,4%	33	16,78	-49,2%	34,57	15,76	-54,4%
Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais	13,63	9,61	-29,5%	27,42	20,03	-26,9%	26,54	18,74	-29,4%	14,44	9,2	-36,3%	11,19	6,94	-38,0%
<b>IVS Infraestrutura Urbana</b>	<b>0,351</b>	<b>0,295</b>	<b>-16,0%</b>	<b>0,40</b>	<b>0,30</b>	<b>-25,0%</b>	<b>0,365</b>	<b>0,263</b>	<b>-27,9%</b>	<b>0,431</b>	<b>0,348</b>	<b>-19,3%</b>	<b>0,426</b>	<b>0,374</b>	<b>-12,2%</b>
% da população em domicílios com energia elétrica	93,46	98,58	5,5%	87,54	97,90	11,8%	88,24	99,08	12,3%	98,24	99,59	1,4%	99,51	99,75	0,2%
% da população em domicílios com densidade > 2	39,13	27,83	-28,9%	46,72	32,10	-31,3%	46,62	34,13	-26,8%	44,21	33,34	-24,6%	42,05	31,46	-25,2%
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	8,91	6,12	-31,3%	16,07	12,06	-25,0%	15,33	10,99	-28,3%	11,63	4,88	-58,0%	5,4	1,11	-79,4%
% de vulneráveis que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	1,42	-	-	2,16	-	-	1,85	-	-	2,28	-	-	2,23	-
<b>IVS Renda e Trabalho</b>	<b>0,485</b>	<b>0,32</b>	<b>-34,0%</b>	<b>0,64</b>	<b>0,46</b>	<b>-28,0%</b>	<b>0,625</b>	<b>0,434</b>	<b>-30,6%</b>	<b>0,501</b>	<b>0,322</b>	<b>-35,7%</b>	<b>0,456</b>	<b>0,283</b>	<b>-37,9%</b>
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	9,28	7,53	-18,9%	10,76	8,39	-22,0%	11,33	7,86	-30,6%	5,1	5,01	-1,8%	4,71	5,04	7,0%
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	13,82	7,29	-47,3%	14,24	9,37	-34,2%	12,31	7,56	-38,6%	16,14	8,03	-50,2%	15,91	7,49	-52,9%
% de pessoas de 18 anos ou + sem EF completo e em ocupação informal	48,71	35,24	-27,7%	63,82	48,17	-24,5%	63,51	45,64	-28,1%	46,41	31,39	-32,4%	40,85	27,17	-33,5%
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,41	2,42	-29,0%	6,50	4,48	-31,1%	6,63	4,6	-30,6%	3,53	2,68	-24,1%	2,86	2,15	-24,8%
% de vulneráveis à pobreza	48,39	32,56	-32,7%	73,25	54,93	-25,0%	73,43	54,85	-25,3%	59,25	39,68	-33,0%	51,74	32,88	-36,5%

\*A média da região foi calculada a partir dos valores do IVS para os estados daquela região.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. FBSP, 2015.

estado é composto por aqueles de pequeno porte (com até 15.000 habitantes).

Considerando o detalhamento das três dimensões do IVS, observa-se acentuada redução dos indicadores de educação e saúde infantil, sobretudo o “percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo”, o “percentual de crianças de 06 a 14 anos fora da escola” e a “Mortalidade Infantil” que sofreram respectivamente redução de 45,9%, 51,5% e 53,4% (Tabela 42).

**TABELA 43**  
**IVS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES, 2000 – 2010**  
**(CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A REDUÇÃO)**

		IVS		
ANO		2000	2010	Δ%
	<b>BRASIL</b>	<b>0,446</b>	<b>0,326</b>	<b>-26,9%</b>
	<b>CEARÁ</b>	<b>0,530</b>	<b>0,378</b>	<b>-28,7%</b>
1º	São João do Jaguaribe	0,513	0,273	-46,8%
2º	Eusébio	0,611	0,351	-42,6%
3º	Forquilha	0,545	0,321	-41,1%
4º	Carnaubal	0,688	0,416	-39,5%
5º	Ubajara	0,579	0,351	-39,4%
6º	Russas	0,530	0,322	-39,2%
7º	Horizonte	0,594	0,365	-38,6%
8º	Sobral	0,463	0,286	-38,2%
9º	São Benedito	0,647	0,400	-38,2%
10º	Nova Russas	0,619	0,387	-37,5%
11º	Tianguá	0,597	0,378	-36,7%
12º	Pacajus	0,595	0,379	-36,3%
13º	Crato	0,477	0,306	-35,8%
14º	Cariús	0,580	0,373	-35,7%
15º	Varjota	0,621	0,401	-35,4%
16º	Groaíras	0,568	0,371	-34,7%
17º	Barbalha	0,527	0,345	-34,5%
18º	Fortim	0,715	0,470	-34,3%
19º	Massapê	0,660	0,435	-34,1%
20º	Cruz	0,616	0,407	-33,9%

**TABELA 44**  
**IVS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES, 2000 – 2010**  
**(CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A POSIÇÃO NO IVS 2010)**

		IVS		
ANO		2000	2010	Δ%
	<b>BRASIL</b>	<b>0,446</b>	<b>0,326</b>	<b>-26,9%</b>
	<b>CEARÁ</b>	<b>0,530</b>	<b>0,378</b>	<b>-28,7%</b>
1º	São João do Jaguaribe	0,513	0,273	-46,8%
2º	Sobral	0,463	0,286	-38,2%
3º	Limoeiro do Norte	0,444	0,302	-32,0%
4º	Crato	0,477	0,306	-35,8%
5º	Juazeiro do Norte	0,467	0,312	-33,2%
6º	Forquilha	0,545	0,321	-41,1%
7º	Russas	0,530	0,322	-39,2%
8º	Fortaleza	0,454	0,330	-27,3%
9º	Iguatu	0,453	0,331	-26,9%
10º	Maracanaú	0,494	0,344	-30,4%
11º	Baixio	0,490	0,345	-29,6%
12º	Barbalha	0,527	0,345	-34,5%
13º	Eusébio	0,611	0,351	-42,6%
14º	Ubajara	0,579	0,351	-39,4%
15º	Iracema	0,482	0,364	-24,5%
16º	Horizonte	0,594	0,365	-38,6%
17º	Groaíras	0,568	0,371	-34,7%
18º	Cariús	0,580	0,373	-35,7%
19º	Missão Velha	0,555	0,375	-32,4%
20º	Solonópole	0,559	0,375	-32,9%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

**TABELA 45**  
**IVS INFRAESTRUTURA, IVS CAPITAL HUMANO E IVS RENDA E TRABALHO DOS MUNICÍPIOS CEARENSES, 2000 – 2010**  
**(CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A POSIÇÃO NO IVS 2010)**

IVS Infraestrutura Urbana					IVS Capital Humano				IVS Renda e Trabalho					
ANO		2000	2010	Δ%	ANO		2000	2010	Δ%	ANO		2000	2010	Δ%
	<b>BRASIL</b>	<b>0,351</b>	<b>0,295</b>	<b>-16,0%</b>		<b>BRASIL</b>	<b>0,503</b>	<b>0,362</b>	<b>-28,0%</b>		<b>BRASIL</b>	<b>0,485</b>	<b>0,32</b>	<b>-34,0%</b>
	<b>CEARÁ</b>	<b>0,365</b>	<b>0,263</b>	<b>-27,9%</b>		<b>CEARÁ</b>	<b>0,599</b>	<b>0,438</b>	<b>-26,9%</b>		<b>CEARÁ</b>	<b>0,625</b>	<b>0,434</b>	<b>-30,6%</b>
1º	Forquilha	0,2	0,056	-72,0%	1º	Fortaleza	0,481	0,334	-30,6%	1º	Fortaleza	0,456	0,283	-37,9%
2º	Cariús	0,387	0,096	-75,2%	2º	Crato	0,531	0,356	-33,0%	2º	São João do Jaguaribe	0,731	0,352	-51,8%
3º	Sobral	0,19	0,098	-48,4%	3º	São João do Jaguaribe	0,609	0,363	-40,4%	3º	Eusébio	0,643	0,374	-41,8%
4º	Iguatu	0,166	0,104	-37,3%	4º	Maracanaú	0,499	0,377	-24,4%	4º	Maracanaú	0,556	0,377	-32,2%
5º	São João do Jaguaribe	0,199	0,104	-47,7%	5º	Sobral	0,626	0,381	-39,1%	5º	Sobral	0,573	0,379	-33,9%
6º	Ipaumirim	0,195	0,114	-41,5%	6º	Limoeiro do Norte	0,55	0,382	-30,5%	6º	Caucaia	0,579	0,382	-34,0%
7º	Tarrafas	0,285	0,115	-59,6%	7º	Juazeiro do Norte	0,585	0,383	-34,5%	7º	Horizonte	0,59	0,383	-35,1%
8º	Altaneira	0,243	0,116	-52,3%	8º	Itaíçaba	0,525	0,386	-26,5%	8º	Russas	0,645	0,384	-40,5%
9º	Morrinhos	0,35	0,118	-66,3%	9º	Barbalha	0,58	0,402	-30,7%	9º	Crato	0,607	0,398	-34,4%
10º	Baixio	0,118	0,121	2,5%	10º	Russas	0,575	0,404	-29,7%	10º	Limoeiro do Norte	0,588	0,398	-32,3%
11º	Limoeiro do Norte	0,195	0,126	-35,4%	11º	Pacajus	0,586	0,407	-30,5%	11º	Maranguape	0,598	0,404	-32,4%
12º	Juazeiro do Norte	0,176	0,129	-26,7%	12º	Ubajara	0,611	0,407	-33,4%	12º	Forquilha	0,704	0,408	-42,0%
13º	Solonópole	0,386	0,129	-66,6%	13º	Massapê	0,708	0,419	-40,8%	13º	Pacatuba	0,611	0,417	-31,8%
14º	Pacujá	0,287	0,131	-54,4%	14º	Jati	0,66	0,42	-36,4%	14º	Pacajus	0,658	0,42	-36,2%
15º	Guaramiranga	0,372	0,137	-63,2%	15º	Caucaia	0,56	0,428	-23,6%	15º	Juazeiro do Norte	0,639	0,423	-33,8%
16º	Quixeré	0,367	0,145	-60,5%	16º	Iracema	0,598	0,429	-28,3%	16º	São Gonçalo do Amarante	0,666	0,424	-36,3%
17º	Mucambo	0,364	0,149	-59,1%	17º	Palhano	0,533	0,429	-19,5%	17º	Jijoca de Jericoacoara	0,633	0,425	-32,9%
18º	Iracema	0,154	0,159	3,2%	18º	Farias Brito	0,564	0,434	-23,0%	18º	Aquiraz	0,55	0,426	-22,5%
19º	Barro	0,299	0,162	-45,8%	19º	Santa Quitéria	0,652	0,436	-33,1%	19º	Paracuru	0,709	0,427	-39,8%
20º	Crato	0,292	0,164	-43,8%	20º	Baixio	0,673	0,439	-34,8%	20º	Tianguá	0,654	0,429	-34,4%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

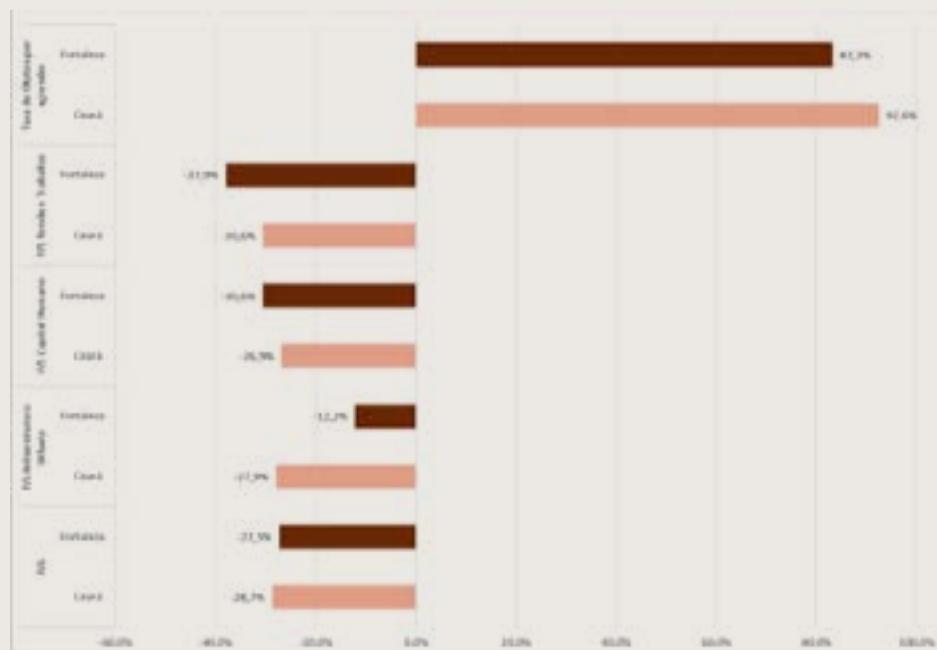
## 4.2.1 CRIMINALIDADE VIOLENTA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CEARÁ

É fato indiscutível que a vulnerabilidade social no País e, especificamente, no Ceará, diminuiu consideravelmente nos dez anos entre os Censos 2000 e 2010, porém o bom desempenho não obteve correspondência em termos de bons resultados para os indicadores de violência e criminalidade. O Gráfico 27 contrasta a variação média da taxa de óbitos por agressão por grupos de 100.000 habitantes, segundo os dados de óbitos por agressão do SUS, à variação do IVS geral e de seus componentes. A taxa de óbitos violentos no Ceará e em Fortaleza cresceu em média naqueles 10 anos, 92,56% e 83,30%, respectivamente. Em compensação, conforme indicado na seção anterior, a vulnerabilidade social tanto no estado quanto na capital diminuiu em relação ao IVS geral, alcançando redução média de respectivamente 28,68% e 27,31%.

GRÁFICO 27

VARIAÇÃO MÉDIA DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO E DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL: IVS TRABALHO E RENDA, IVS CAPITAL HUMANO, IVS INFRAESTRUTURA E IVS GERAL

CEARÁ E FORTALEZA, 2000-2010



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social. SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Saber que tais fenômenos apresentaram padrões de crescimento distintos nos últimos anos não é suficiente para auxiliar a compreender a associação entre os indicadores de criminalidade e os indicadores socioeconômicos mais utilizados no planejamento de políticas públicas no País. Por essa razão, tendo como referência o trabalho de Beato e Reis (2000) e com vistas a analisar de maneira exploratória a relação entre crime e aspectos socioeconômicos nos municípios do Estado, foram construídos cruzamentos entre variáveis taxa de óbitos por agressão em 2010, taxa de CVLI para o período de janeiro a julho de 2015 e a taxa de CVP para o primeiro trimestre de 2014. As três taxas correspondem à média de óbitos ou registros por grupos de 100.000 habitantes e foram corrigidas, de maneira a minimizar o efeito das disparidades de número de casos entre os municípios, por meio da transformação da taxa bruta em taxa bayesiana empírica ponderada pela média dos municípios vizinhos.

O padrão de concentração dos crimes, ou seja, o fato de que poucas áreas em um território reúnem a maior parte dos casos, faz com que a distribuição da criminalidade entre municípios tenha uma tendência de assimetria, ou seja, muitos municípios com poucos casos. A construção de análises de correlação de Pearson implica a normalidade da distribuição das variáveis envolvidas e, por essa razão, a última transformação a que foram submetidos os indicadores de criminalidade foi a aplicação do logaritmo linear.

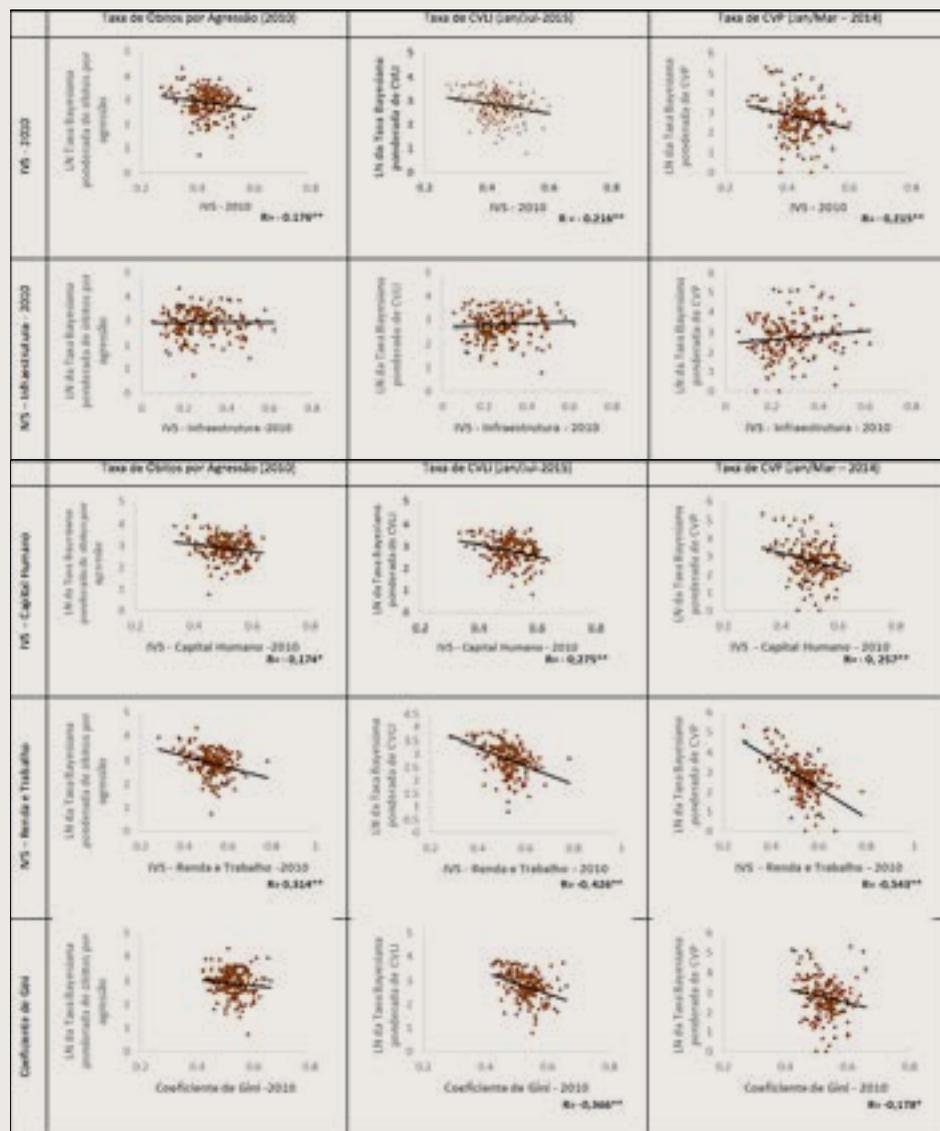
O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas, ou seja, a relação entre as variáveis em análise pode ser representada por uma linha reta. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1: o valor zero significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja, resultados negativos indicam que enquanto uma das variáveis correlacionadas sofre variação positiva, a outra tende a sofrer na média uma diminuição. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis. Cabe notar que o coeficiente de correlação indica o sentido e a intensidade da associação entre duas medidas e, não necessariamente, a existência de uma relação de causa-efeito entre elas.

Assim, no conjunto de gráficos 28 são apresentados os resultados do cruzamento e o coeficiente de correlação entre cada uma das medidas de criminalidade e o IVS e seus componentes, acompanhados do Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus componentes (renda, longevidade e educação). Todos os indicadores socioeconômicos têm como referência o ano de 2010 e foram calculados pelo IPEA a partir do Censo Demográfico. Por essa razão, considerando o intervalo de 04 e 05 anos entre as informações socioeconômicas e os registros de CVP e CVLI, respectivamente, optou-se por incluir ainda a correlação com a taxa de óbitos por agressão no ano 2010. Próximo do ponto de vista substantivo ao CVLI, o número de óbitos por agressão é um bom “termômetro” acerca da criminalidade no país. A comparação entre a relação de

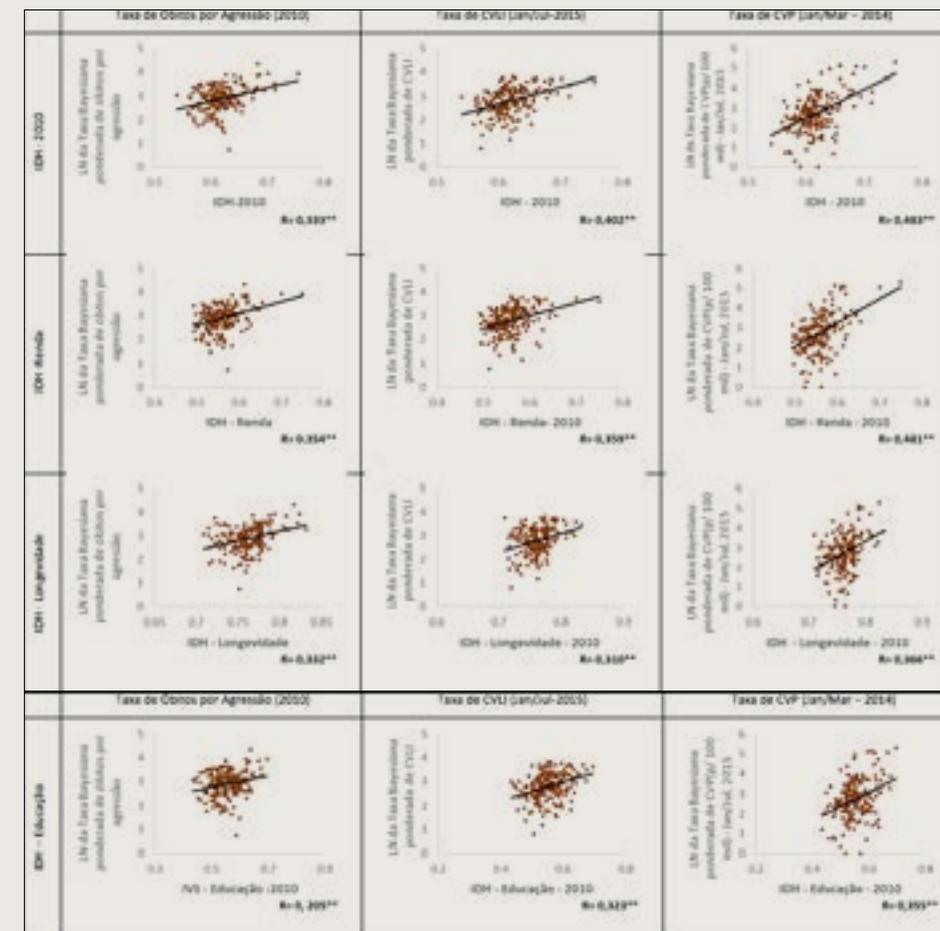
CVLI e Óbitos por agressão com os indicadores socioeconômicos permitirá verificar se o tipo de associação identificada utilizando dados de 2015 difere daquela identificada quando são comparados apenas os dados de 2010.

**GRÁFICOS 28**  
**DISPERSÃO DA TAXA BAYESIANA PONDERADA<sup>20</sup> DE ÓBITOS POR AGRESSÃO, CVLI E CVP, SEGUNDO INDICADORES SOCIOECONÔMICOS MUNICIPAIS**

CEARÁ



20. A Taxa bruta de crimes foi transformada em Taxa Bayesiana e ponderada pela taxa dos municípios limítrofes por meio do método *Queen* de contiguidade.



Fonte: (IVS, Gini e IDH) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Atlas da Vulnerabilidade Social e Atlas do Desenvolvimento Humano. / (CVLI e CVP) Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará – (R – Coeficiente de Correlação Significância Estatística - \*\* p<0.01, \* p<0.05). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Os asteriscos ao lado dos valores de R indicam a significância estatística do teste que avalia a probabilidade de que, dada a distribuição observada, não houvesse qualquer relação entre o comportamento das duas variáveis em questão. Valores identificados com apenas um asterisco (\*) são aqueles onde é possível afirmar com 95% de confiança a existência de associação entre as variáveis. Dois asteriscos (\*\*), por sua vez, sugerem a existência de correlação com nível de confiança de 99%.

**Índice de Vulnerabilidade Social:** Os gráficos e os coeficientes de correlação indicam uma associação negativa com a criminalidade. Ou seja, em média, uma elevação de 100% no IVS está associada a uma redução de 17,6% da taxa de óbitos por agressão, 27,5% do CVLI e 25,7% do CVP. Em síntese, quanto mais vulneráveis os municípios do Ceará, menores tendem a ser as taxas de crimes contra o patrimônio e letais intencionais (incluindo os óbitos por agressão).

O resultado pode ser confrontado àqueles apresentados no trabalho já mencionado de Beato e Reis (2000), onde os autores que analisavam os dados sobre Minas Gerais identificaram associação positiva entre vulnerabilidade e homicídios no estado. Contudo, observando os mapas de evolução da taxa de óbitos por agressão no estado (Mapa 1) e os mapas de distribuição do IVS em 2000 e 2010 (Mapas 8) é possível identificar possíveis razões para tais diferenças.

A criminalidade violenta no estado do Ceará evoluiu de maneira a alcançar e se tornar mais intensa em municípios mais próximos das áreas a leste do estado, afastando-se da região sertaneja. Não seria arriscado supor que a maior diversidade de atividades econômicas na capital, região metropolitana e no litoral leste favorece a dinâmica criminal naqueles municípios por meio da maior disponibilidade de alvos atrativos do ponto de vista econômico (pelo grande potencial turístico) e o maior adensamento urbano nos grandes centros.<sup>21</sup> Por outro lado, a vulnerabilidade social, apesar da redução observada nos 10 anos considerados pelo IPEA, está concentrada majoritariamente nos municípios do norte e do sertão cearense.

O componente de “infraestrutura” não apresentou correlação estatisticamente significativa com nenhuma das medidas de crime. As dimensões de “capital humano” e “renda e trabalho” também apresentaram associação negativa com o crime em suas três dimensões, seguindo a mesma tendência do IVS geral, ou seja, municípios com mais vulnerabi-

lidade em relação aos indicadores econômicos ou de desenvolvimento tendem a também apresentar menos criminalidade violenta.

**Coefficiente de Gini:** O coeficiente de Gini é um indicador que varia de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo de desigualdade de renda. Em correlação com as taxas de óbitos por agressão, CVLI e CVP o Gini não apresentou qualquer associação significativa com os dados do SUS, e mostrou-se negativamente associado ao CVP e ao CVLI, isto é, os municípios com maior desigualdade também são aqueles com menores índices de criminalidade, sendo essa associação mais intensa com o CVLI (R=-0,366) em comparação àquela observada entre Gini e CVP (R= -0,178).

**Índice de Desenvolvimento Humano:** O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida internacional amplamente utilizada para o diagnóstico socioeconômico de diferentes unidades territoriais. Tal como o IVS é constituído por três dimensões específicas que informam sobre as condições econômicas (“Renda”), de saúde (“Longevidade”) e educação (“Educação”).

Aparentemente, como parte do mesmo fenômeno discutido na seção a respeito da relação IVS e crime, os gráficos de óbitos, CVLI e CVP por IDH – geral e em suas três dimensões – apresentam correlação positiva. Ou seja, na média, municípios com maior IDH são os mesmos com maiores níveis de criminalidade violenta. As maiores correlações são encontradas na comparação da variação do IDH com os crimes contra o patrimônio, mas ainda assim, as taxas de óbitos por agressão e CVLI apresentaram associação estatisticamente significativa e positiva com todos os componentes do IDH (Gráficos 24).

21. O maior crescimento e as maiores taxas de mortes violentas (2013) verificam-se na capital e municípios da Região Metropolitana assim como à leste do Estado (macrorregião do Litoral Leste e AIS 10), em que se destacam os municípios São João do Jaguaribe, Jaguaribara, Quixeré, Jaguaratama, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Morada Nova, Russas e Limoreiro do Norte. Verificam-se ainda municípios da macrorregião Sertão Central e AIS 15, porém bem a leste, como Ibicuitinga e Quixadá. A relação completa dos municípios por AIS segue apresentada no Anexo 2.

# 4.3

## CRIMINALIDADE VIOLENTA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM FORTALEZA

A construção de análises que relacionem crime e indicadores socioeconômicos é fundamental também para a construção de conhecimento e políticas públicas de segurança em porções territoriais menores como os bairros de um município. Nesta seção, contando com dados disponibilizados pelo IPECE, seguindo a mesma metodologia adotada para a análise dos indicadores municipais, serão apresentados os resultados da análise bivariada de indicadores socioeconômicos com as taxas de CVLI e CVP<sup>22</sup> no último período disponível para cada tipo de crime, a saber, respectivamente, o ano de 2015 e o 1º trimestre/2014.

Os dados disponíveis foram consolidados pelo IPECE para os bairros de Fortaleza segundo os dados do Censo IBGE 2010 e informam sobre o “percentual de população analfabeta com 15 anos ou mais”, “índice de déficit de infraestrutura domiciliar” (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e acesso à energia elétrica), “percentual de população extremamente pobre”, segundo a definição do Ministério do Desenvolvimento Social, e a média do número de moradores por domicílio (“densidade domiciliar”).

Os resultados apresentados no conjunto de gráficos 29 oferecem elementos indispensáveis para esclarecer as peculiaridades da distribuição do fenômeno da criminalidade em áreas urbanas. De uma maneira geral, ao contrário do que ocorreu quando a distribuição da criminalidade foi observada em unidades territoriais mais amplas como municípios, a distribuição de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio assumem padrões distintos em sua relação com indicadores socioeconômicos. Assim, fica evidente, conforme mapas 09 e 10, que as regiões da capital cearense que concentram mais crimes violentos letais intencionais não correspondem àquelas onde os crimes violentos contra o patrimônio são mais frequentes.

**Percentual de população analfabeta com 15 anos ou mais de idade:** A correlação do percentual de população analfabeta com a taxa de CVLI é a mais intensa encontrada entre todos os indicadores de criminalidade e socioeconômicos neste exercício. O coeficiente de Pearson, nesse caso, indica que essas duas medidas compartilham 50,5% de sua variação nos bairros de Fortaleza. CVLI e analfabetismo estão muito correlacionados e essa associação é positiva, ou seja, comunidades com mais altos números de analfabetismo também são aquelas com mais elevados índices de criminalidade letal intencional.

Por outro lado, demonstrando que os crimes contra o patrimônio se distribuem mais em função da atratividade dos alvos que da vulnerabilidade dos moradores, verificou-se correlação negativa desse indicador com o logaritmo natural da taxa bayesiana de CVP ( $R = -0,249$ ). Essa correlação é bem menos intensa que a identificada entre analfabetismo e CVLI, contudo é revelador verificar que 24,9% da variância desses dois fenômenos

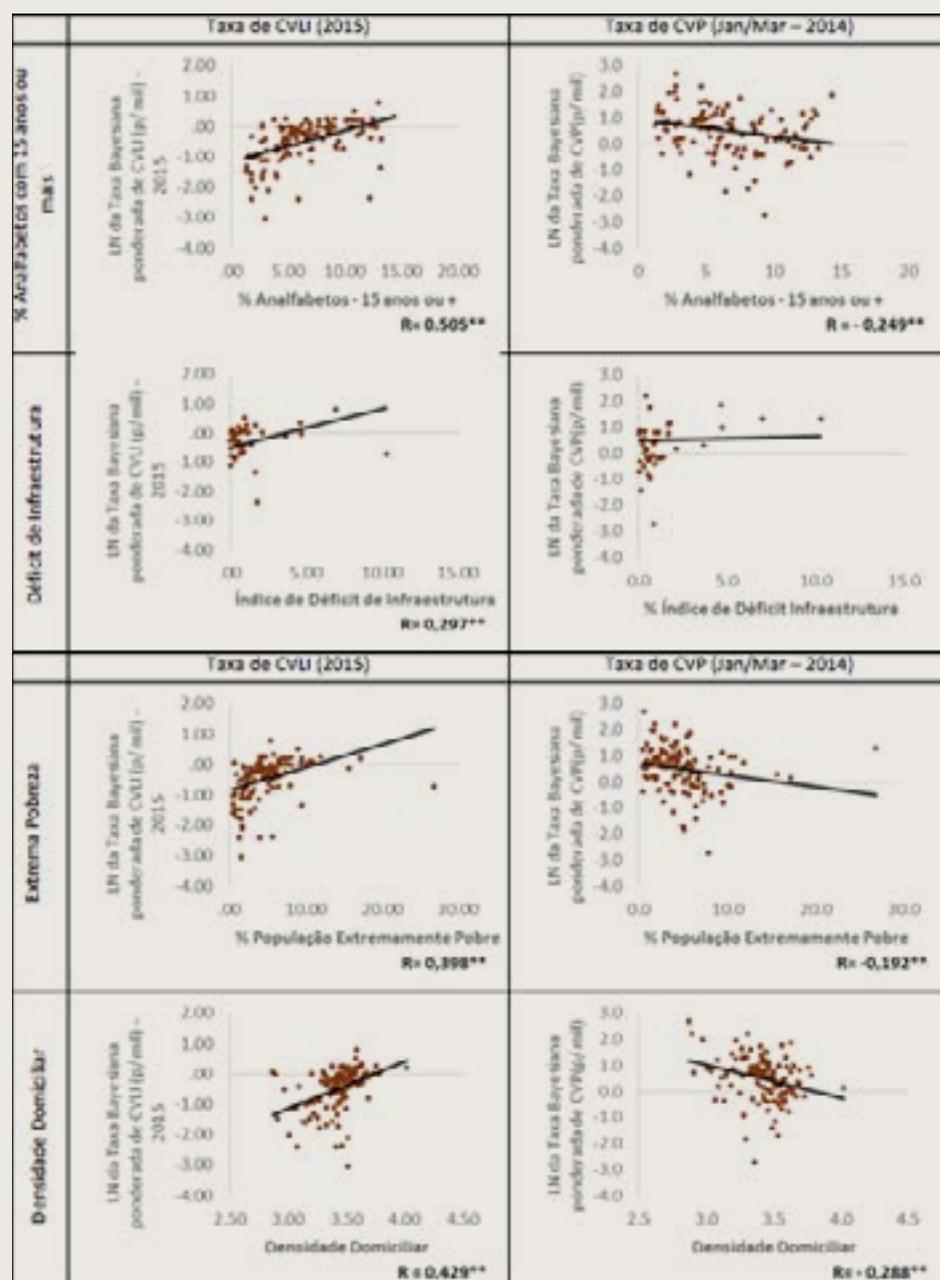
22. As taxas bayesianas empíricas ponderadas foram transformadas por meio da aplicação do Logaritmo Natural para que a distribuição das variáveis se tornasse mais próxima de uma distribuição normal e, portanto, seu uso adequado para o cálculo da Correlação de Pearson.

está associada e de maneira inversa, ou seja, bairros com mais moradores analfabetos tendem a concentrar menos crimes contra o patrimônio, indicando que estes são mais frequentes nas áreas centrais e mais valorizadas do município (Mapa 9).

## GRÁFICOS 29

### TAXA BAYESIANA EMPÍRICA LOCAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) E CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) SEGUNDO INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS BAIROS

FORTALEZA, 1º TRIM./2014  
(CVP)-2015 (CVLI)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-Ceará) / Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). FBSR, 2016.

**Déficit de infraestrutura domiciliar:** Outra informação que define de maneira muito clara o nível socioeconômico de um bairro são as condições de infraestrutura dos domicílios. O acesso a serviços como o de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e acesso à energia elétrica compõem esse indicador que, nesse caso, quanto maiores os valores, maior a deficiência do bairro em relação a esses ativos. Não foi possível identificar associação estatística significativa entre os crimes contra o patrimônio e o indicador de infraestrutura, porém, mantém correlação positiva ( $R = 0,287$ ) com a taxa corrigida de CVLI, indicando que bairros com piores condições de infraestrutura domiciliar são aqueles que em média experimentam as maiores taxas de crimes violentos letais intencionais.

**População em extrema pobreza:** São consideradas famílias em situação de extrema pobreza aquelas que possuem rendimento mensal domiciliar per capita inferior a R\$ 77,00. Neste exercício, o indicador é composto pelo percentual de moradores no bairro vivendo com tal restrição orçamentária e, mais uma vez, evidencia o padrão diferenciado da distribuição dos indicadores de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio em relação aos aspectos socioeconômicos. Ou seja, 39,8% da variação da criminalidade violenta letal intencional está associada à variação do percentual de pobreza extrema no bairro. A correlação com a criminalidade violenta contra o patrimônio é menos intensa, 19,2% mas, indica novamente a associação negativa entre esses fenômenos, ou seja, bairros com mais pobres, registraram menos ocorrências de delitos contra o patrimônio no primeiro trimestre de 2014.

**Densidade domiciliar:** A média de moradores por domicílio, ou densidade domiciliar, um indicador socioeconômico bastante utilizado para identificar áreas socialmente vulneráveis, principalmente em áreas urbanas, apresenta correlação significativa com as taxas de CVLI e CVP, sendo estas respectivamente 0,429 e -0,288. Mais uma vez, um sinal de vulnerabilidade no bairro está associado a maiores taxas de crimes contra a vida e menor incidência de roubos e outros crimes contra o patrimônio.

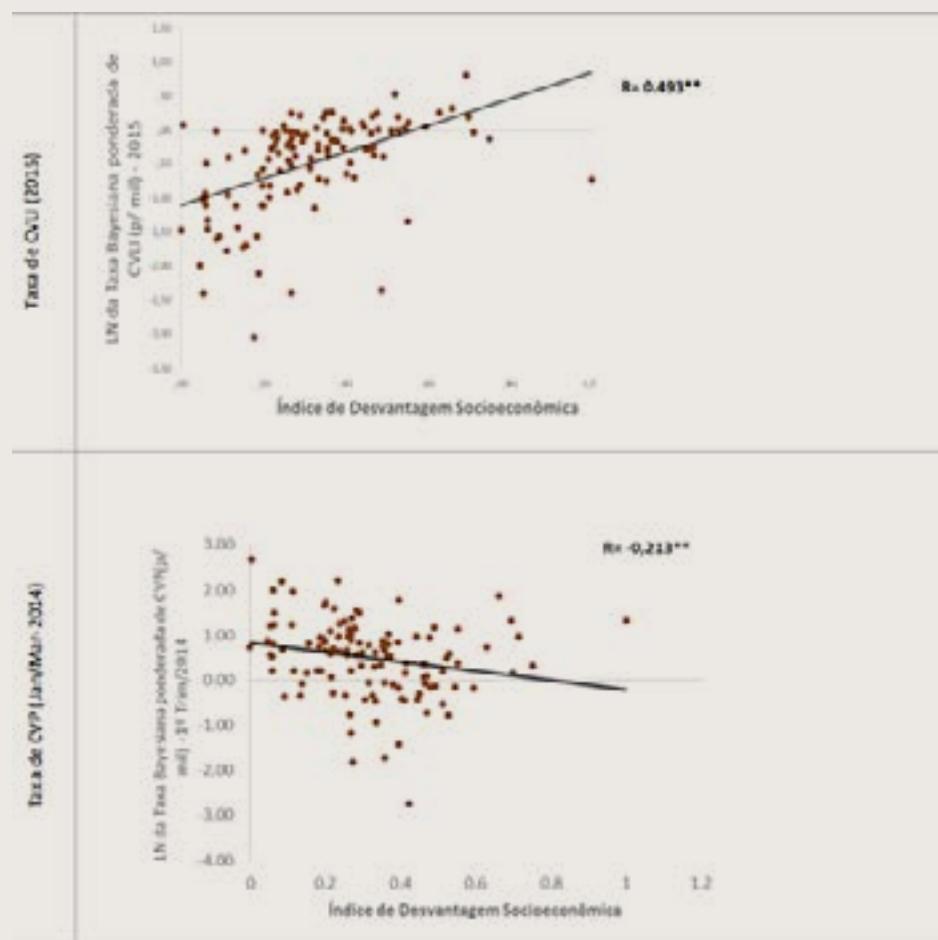
Finalmente, com o objetivo de consolidar essas informações socioeconômicas dos bairros de Fortaleza em um único indicador procedeu-se à aplicação do método das componentes principais para a realização de análise fatorial.<sup>23</sup> Tal procedimento combinou as quatro variáveis socioeconômicas disponíveis para os bairros de Fortaleza em um indicador, uma única medida, chamada neste exercício de indicador de “Desvantagem Socioeconômica”. Essa medida possui valores entre 0 e 1, partindo de bairros com menor desvantagem socioeconômica até aqueles com maior percentual de população com mais de 15 anos analfabeta, com mais deficiência de infraestrutura, maior percentual de população extremamente pobre e maior densidade domiciliar.

23. A análise fatorial tem o objetivo de reduzir os dados construindo uma única medida capaz de sintetizar as variáveis e consiste em uma eficiente técnica para identificar dimensões latentes entre variáveis distintas, substituindo as variáveis originais por scores padronizados para cada dimensão. A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O software apresenta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantos forem as dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (Hair, 2005). Todos os índices incluídos nessa análise foram elaborados a partir da técnica de análise fatorial.

GRÁFICOS 30

TAXA BAYESIANA EMPÍRICA LOCAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) E CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) SEGUNDO O ÍNDICE DE DESVANTAGEM SOCIOECONÔMICA

FORTALEZA, 1º TRIM./2014 (CVP)- 2015 (CVLI)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-Ceará) /Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE). FBSP, 2016.

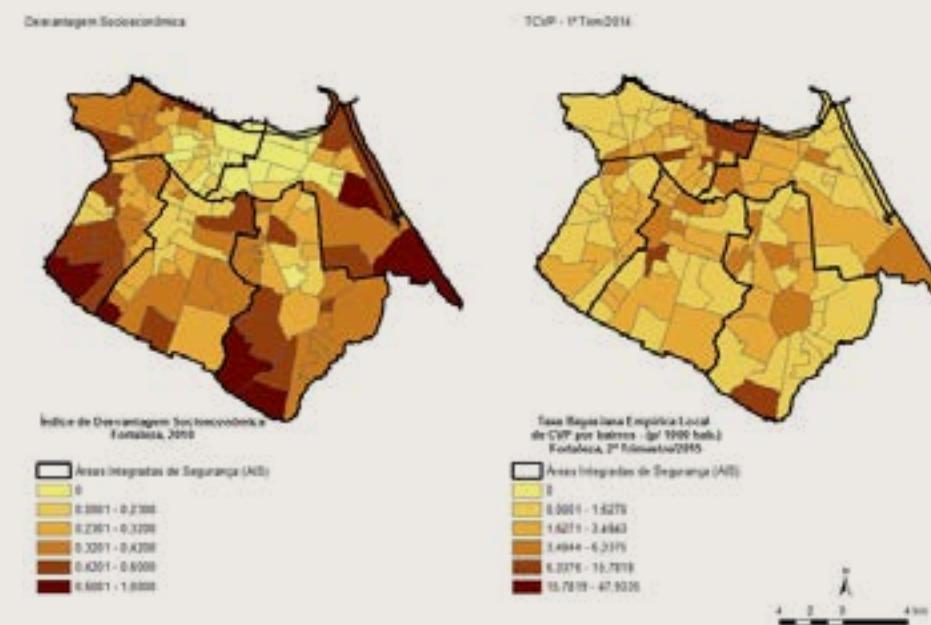
Os resultados apresentados na série de gráficos 30 confirmam e sintetizam bem a relação estabelecida entre os crimes violentos e os indicadores socioeconômicos em pequenas áreas da capital cearense. Em média, o CVLI e o Índice de Desvantagem Socioeconômica compartilham 49,3% de sua variância total e demonstram que bairros com mais desvantagem socioeconômica tendem a apresentar maior incidência de mortes violentas registradas pelas instituições de segurança pública. Por outro lado, essa relação é inversa em relação ao CVP, como foi para os indicadores que compõem o índice de desvantagem. A correlação é menos intensa para o CVP (-0,213), mas é estatisticamente significativa. Os mapas a seguir ilustram essa diferença.

MAPA 9

TAXA BAYESIANA EMPÍRICA LOCAL DE CVP E INDICADOR DE DESVANTAGEM SOCIOECONÔMICA

FORTALEZA

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE)Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.

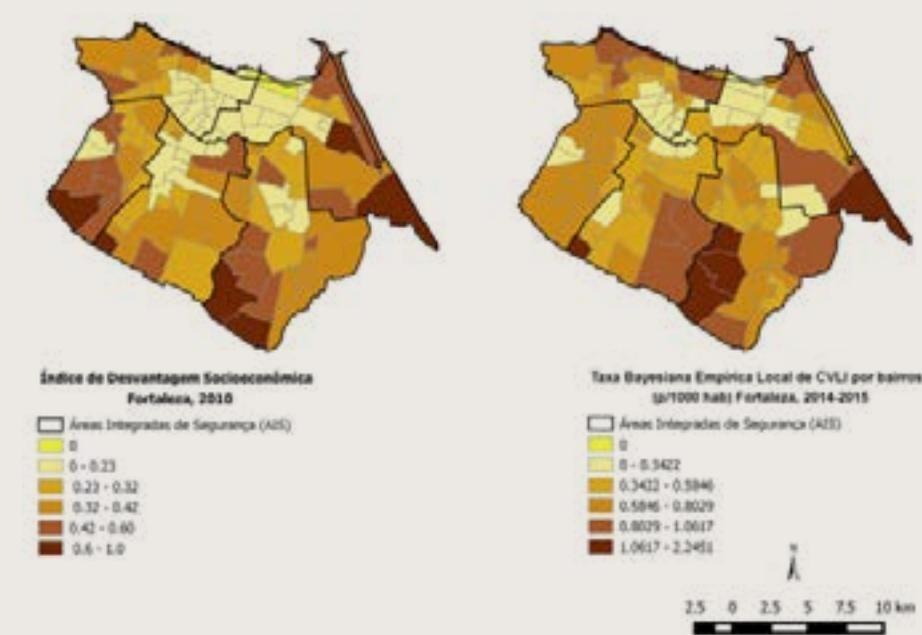


MAPA 10

TAXA BAYESIANA EMPÍRICA LOCAL DE CVLI E INDICADOR DE DESVANTAGEM SOCIOECONÔMICA

FORTALEZA

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia (IPECE)Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). FBSP, 2016.



# 5.

## NOTA COMPLEMENTAR

Como visto, o presente documento corresponde ao relatório sobre o diagnóstico socioeconômico e criminal no estado do Ceará, elaborado no ano de 2015, com vistas a subsidiar a elaboração do Plano de Ações Estratégicas do Pacto por um Ceará Pacífico. O diagnóstico procurou apresentar a evolução dos indicadores sobre violência e criminalidade a partir dos dados então disponíveis nas duas principais fontes sobre o tema, quais sejam a Saúde e a Segurança Pública. Assim, foi apresentada a evolução dos indicadores da Saúde até o ano de 2013 e dos indicadores da Segurança até 2015, anos para os quais os dados estavam então disponíveis.

Por ocasião da publicação, e considerando que no presente momento estão disponíveis os dados anuais da Saúde até 2015 e os dados anuais da Segurança até 2016, apresenta-se nesta nota complementar uma breve atualização geral dos principais resultados do diagnóstico segundo as duas fontes, de modo a indicar o cenário atual da violência e da criminalidade no Estado do Ceará.

Em síntese, o diagnóstico apontou para o crescimento da violência no Ceará ao longo dos anos 2000, com picos a partir de 2010, até que em 2014 a taxa de crimes violentos letais intencionais atingisse seu valor máximo, posicionando o Ceará e Fortaleza entre os estados e capitais mais violentos do País. Já nos anos de 2015 e 2016, verificou-se uma inflexão importante nessa tendência, com redução da taxa de crimes violentos letais intencionais no Estado, sendo a capital a área onde houve queda mais expressiva.

O perfil dos homicídios mantém-se o mesmo - as taxas são muito mais elevadas para a população jovem do sexo masculino, negra e com baixa escolaridade -, prevalecendo o emprego da arma de fogo, sobretudo nas cidades de médio e grande porte, e a concentração dos homicídios em poucas grandes cidades, especialmente Fortaleza e Região Metropolitana.

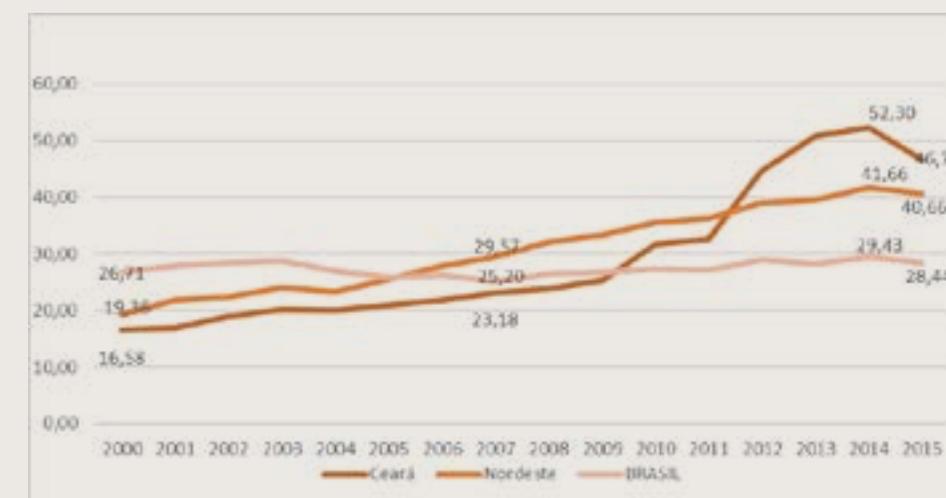
### Dados do sistema de saúde sobre homicídios: as mortes por agressão

A análise da série histórica da saúde evidencia que o País verificou crescimento de 10,2% na taxa de óbitos por agressão entre 2000 e 2014, seguido por redução de 4,4% entre 2014 e 2015, notando-se que isso não se deu de forma homogênea entre as regiões e unidades da Federação. Dentre as regiões do País, a Nordeste foi a que experimentou o maior crescimento dos óbitos causados por agressão entre 2000 e 2014, passando de 19,36 mortes para 41,66 mortes por 100.000 habitantes (+115,14%), tendência que foi interrompida no ano de 2015, com redução da taxa em 2,4%. Por sua vez, o Ceará encontra-se entre os Estados que passaram por grande elevação das taxas de óbitos por agressão entre 2000 e 2014 (+215,46%). O crescimento desse tipo de óbito no Ceará acelerou-se a partir de 2011, fazendo com que o Estado alcançasse no período 2012-2015 taxas superiores às do Nordeste e do Brasil. No ano de 2014, o estado passou a ocupar a 2ª posição no ranking nacional da taxa de óbitos causados por agressão, quando atingiu a taxa de 52,3 mortes por 100 mil habitantes, seguindo apenas Alagoas. Em 2015, após redução de 10,6% em relação ao ano anterior, o Ceará passou a ocupar a 3ª posição no ranking nacional, com taxa de 46,75, seguindo agora Alagoas e Sergipe.

GRÁFICO 31

EVOLUÇÃO ANUAL DA TAXA  
DE ÓBITOS POR AGRESSÃO  
IDENTIFICADOS PELO LOCAL  
DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA  
(POR 100 MIL HAB.)

CEARÁ, NORDESTE E BRASIL,  
2000 - 2015



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

A análise das taxas de óbitos por agressão, segundo as regiões cearenses evidencia que o seu crescimento se deu em todo o Estado, com destaque para o incremento de 240% em Fortaleza entre 2000 e 2014. Já em 2015 observa-se redução de 10,6% no Estado em todas as regiões, com queda mais acentuada na capital (-19,4%).

**TABELA 46**  
**EVOLUÇÃO ANUAL E VARIÇÃO MÉDIA DA TAXA DE ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA (POR 100 MIL HAB.)**

FORTALEZA, RMF, RMC E INTERIOR, 2000 – 2015

ANO	Fortaleza	RM Fortaleza (s/ Fortaleza)	RM Cariri	Interior	Ceará
2000	24,28	24,58	17,88	10,27	16,58
2001	24,13	21,04	20,94	11,58	17,01
2002	27,03	22,45	18,88	13,41	18,86
2003	29,87	22,25	26,86	13,24	20,13
2004	25,39	27,24	26,10	14,57	20,12
2005	30,78	23,03	24,01	14,36	20,96
2006	31,20	27,40	23,46	14,69	21,81
2007	36,40	29,68	25,06	13,49	23,18
2008	34,93	30,92	32,26	14,60	23,89
2009	34,60	30,88	29,81	17,89	25,32
2010	47,67	41,51	29,05	20,39	31,79
2011	49,42	36,80	32,30	22,01	32,71
2012	72,55	55,08	46,29	25,40	44,63
2013	83,43	63,02	44,20	28,65	50,95
2014	82,78	62,91	45,07	31,68	52,30
2015	66,73	60,04	37,53	31,75	46,75
Δ 2000-07	49,9%	20,7%	40,2%	31,4%	39,8%
Δ 2007-14	127,4%	112,0%	79,8%	134,8%	125,6%
Δ 2000-14	240,9%	155,9%	152,1%	208,5%	215,4%
Δ 2014-15	-19,4%	-4,6%	-16,7%	0,2%	-10,6%

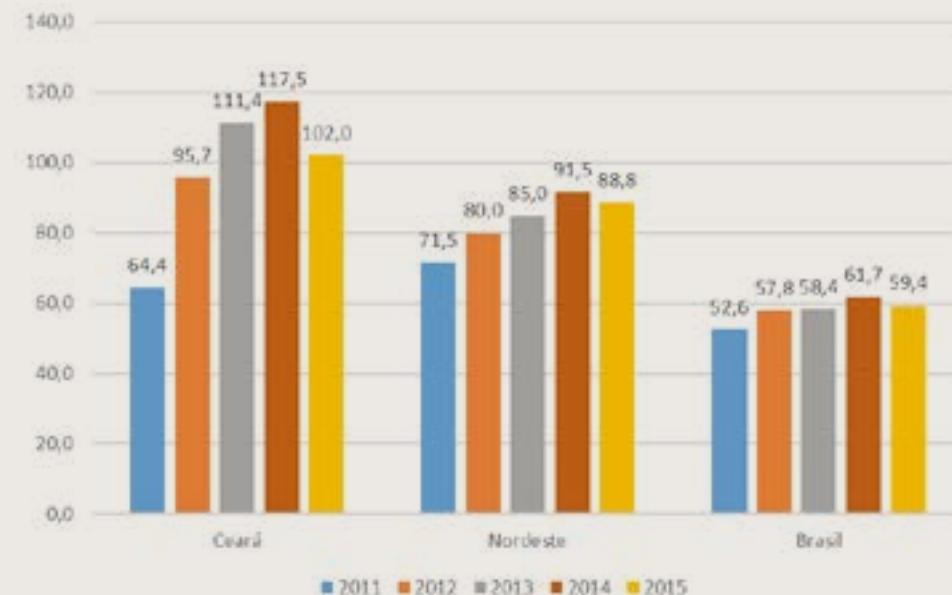
Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Censos 2000, 2010 e Estimativas Populacionais/IBGE. FBSP, 2017.

## O perfil das vítimas de homicídio

O diagnóstico indicou a maior concentração de homicídios entre os jovens (15 a 29 anos) e a maior incidência desse tipo de óbito na região Nordeste e no Ceará, em comparação à média nacional. A taxa de óbito por agressões de jovens sofreu forte elevação até o ano de 2014, quando chegou a 117,5, superando os valores do Nordeste e do Brasil. Em 2015 ocorre redução também nesta faixa etária, porém os valores permanecem elevados frente a média nacional de 59,4. Assim como se verifica no restante do País, a vitimização incide majoritariamente na população do sexo masculino: 94% das vítimas cearenses em 2015, assim como nos anos anteriores, são homens.

**GRÁFICO 32**  
**TAXA DE ÓBITOS DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO (POR 100 MIL HAB.)**

CEARÁ, NORDESTE E BRASIL, 2011-2015



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Estimativas Populacionais/IBGE: 2011 a 2013 - Estimativas preliminares efetuadas em estudo patrocinado pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa; 2014 e 2015 - Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

Apesar das limitações na caracterização racial das vítimas de homicídio com base nos indicadores da saúde, visto que o percentual de cor/raça ignorada é alto, ainda assim as informações expõem de maneira bastante contundente a maior participação da população negra na vitimização por agressão no Ceará. Em 2015, 54,5% das vítimas eram negras (53,6% de cor informada parda) em um conjunto em que 40% dos mortos não tiveram cor informada.

Observa-se ainda que as vítimas com escolaridade superior a 12 anos não chegam a 1% no Ceará, perfil que não se altera no período analisado. Em sua grande maioria, as vítimas têm baixa escolaridade: em 2015, tinham até 7 anos de estudo 73,4% das vítimas, sendo a maior parte, 39,9%, com escolaridade de 4 a 7 anos de estudo.

Considerando a distribuição das mortes por agressão segundo os grupos de municípios (por porte) e segundo a localização dos municípios nas regiões do Estado no ano de 2015, verifica-se que os 9 municípios com população superior a 100.000 habitantes concentraram 60% do total de óbitos por agressão no Estado. Essa tendência fica ainda mais clara quando se observa que, no mesmo ano, 41,5% do total de mortes no Ceará aconteceram na capital Fortaleza e 61,5% na região metropolitana de Fortaleza, incluindo a capital.

**TABELA 47**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO O PORTE DE MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	Qtde. Municípios com registro de óbitos por agressão	Óbitos por agressão	%
Até 15 mil hab.	52	39	132	3,17%
15 mil a 25 mil hab.	53	48	290	6,97%
25 mil a 50 mil hab.	43	43	492	11,82%
50 mil a 100 mil hab.	27	27	744	17,88%
+ 100 mil hab.	9	9	2.504	60,16%
<b>Total*</b>	<b>184</b>	<b>166</b>	<b>4.162</b>	<b>100,00%</b>

CEARÁ, 2015

\* 1 óbito em município ignorado (segundo local de residência da vítima), totalizando 4.163 óbitos por agressão no estado do Ceará em 2015.

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde e Estimativas Populacionais/IBGE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

**TABELA 48**  
**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS POR AGRESSÃO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

	Qtde. Municípios	Óbitos por Agressão	%
Fortaleza	1	1.729	41,53%
RMF sem Fortaleza	18	837	20,11%
RMC	9	223	5,36%
Interior	156*	1.373	32,98%
<b>Ceará**</b>	<b>184</b>	<b>4.162</b>	<b>100,00%</b>

CEARÁ, 2015

\* Dos quais 139 apresentaram registros de óbitos por agressão.

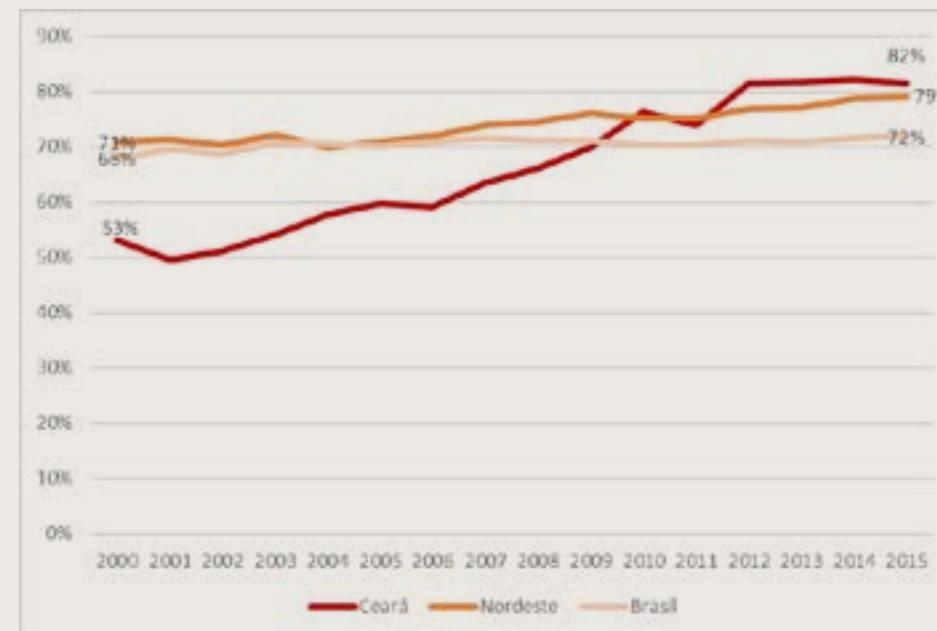
\*\* Um óbito em município ignorado (segundo local de residência da vítima), totalizando 4.163 óbitos por agressão no estado do Ceará em 2015.

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

Por fim, a arma de fogo é o meio utilizado na maioria dos homicídios do Brasil. Em 2015, dos 58.138 óbitos por agressão ocorridos no País, 72% foram perpetrados por meio de disparo de arma de fogo. No Ceará, a proporção é ainda maior e apresentou crescimento nos últimos anos, passando de 77% em 2010 para 82% em 2015.

**GRÁFICO 33**  
**PROPORÇÃO DE ÓBITOS POR AGRESSÃO POR DISPARO DE ARMA DE FOGO IDENTIFICADOS PELO LOCAL DE OCORRÊNCIA DO FATO**

CEARÁ, NORDESTE E BRASIL, 2000-2015



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

## Os registros criminais da segurança pública do Ceará

O diagnóstico contou também com a análise dos registros oficiais da segurança do Ceará. Com base nestes dados foi possível a composição de um cenário para os crimes violentos letais intencionais (CVLI) em seus três componentes - homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte -, e para os crimes violentos patrimoniais (CVP), para o período 2009-2016.

## Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

A análise dos registros criminais, considerando o conjunto dos CVLI, vem ratificar a tendência observada nos registros da Saúde em relação às mortes por agressão. A evolução da taxa anual do indicador CVLI segue a tendência de crescimento das mortes violentas até o ano de 2014. A partir de 2015, verifica-se redução dos CVLI em 9,5% em relação ao ano anterior, e o Ceará encerra o ano com taxa de 45 vítimas de CVLI por grupo de 100.000 habitantes. Em 2016, a tendência de redução se mantém e o ano se encerra com queda de 15,2% no número de vítimas de CVLI e taxa de 38 vítimas por grupo de 100.000 habitantes. A queda acentuada ocorreu sobretudo na capital, onde se verificou redução de 17% entre 2015/2014 e de 39% entre 2016/2015 no número de vítimas de CVLI.

GRÁFICO 34

**EVOLUÇÃO DA TAXA ANUAL DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS**

CEARÁ, 2009-2016



Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Estimativa Populacional/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

TABELA 49

**VARIAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS, POR REGIÃO**

2014 A 2016

ANO	2014	2015	2016	Δ% 2014-2015	Δ% 2015-2016
Capital	1.989	1.651	1.007	-17,0%	-39,0%
RM	860	771	801	-10,3%	3,9%
Interior	1.590	1.596	1.599	0,4%	0,2%
NI		1			
<b>Total</b>	<b>4.439</b>	<b>4.019</b>	<b>3.407</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-15,2%</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

**Crimes Violentos Patrimoniais (CVP)**

Ao longo da série 2009-2016 observam-se variações nos registros dos crimes violentos contra o patrimônio – CVP, indicador que reúne todos os tipos de roubo, excluídos os roubos seguidos de morte, e que pode ser desagregado segundo as seguintes categorias: roubo de veículo, roubo de carga, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de documento e roubos outros. Conforme nota técnica apresentada pela SSPDS<sup>24</sup>, as alterações pelas quais passou o Sistema de Informações Policiais, tendo em vista seu aprimoramento e migração para plataforma Web, provocaram instabilidade na produção de dados referentes aos crimes patrimoniais no ano de 2014, de modo que a comparação da evolução anual do indicador de CVP restou prejudicada. Com a nova metodologia viabilizou-se apuração mais consistente a partir do ano de 2015. A despeito das limitações, os principais resultados ao longo do período reiteram as tendências verificadas em análises sobre crimes patrimoniais. A capital e as grandes cidades concentram o maior volume de registros de ocorrências de CVP. Na capital, os bairros centrais se destacam com maiores taxas de crimes patrimoniais, embora bairros mais periféricos também apresentem taxas elevadas. Nos anos de 2015 e 2016, que apresentam os maiores valores da série, Fortaleza responde por 60% dos registros de CVP e a Região Metropolitana, incluída a capital, por 75%.

TABELA 50

**DISTRIBUIÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS PATRIMONIAIS, POR REGIÃO**

2015 A 2016

ANO	2015	2016	2015	2016
Capital	37.417	43.370	61,4%	59,7%
RM	9.232	11.288	15,1%	15,5%
Interior	11.377	14.370	18,7%	19,8%
NI	2.938	3.633	4,8%	5,0%
<b>Estado</b>	<b>60.964</b>	<b>72.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

TABELA 51

**VARIAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS PATRIMONIAIS, POR REGIÃO**

2015 A 2016

ANO	2015	2016	Δ% 2015-2016
Capital	37.417	43.370	15,9%
RM	9.232	11.288	22,3%
Interior	11.377	14.370	26,3%
NI	2.938	3.633	23,7%
<b>Estado</b>	<b>60.964</b>	<b>72.661</b>	<b>19,2%</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

24. Sistema de Informação Policial (SIP) passa por migração para plataforma Web. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/Governo do Estado do Ceará (PDF). Também em versão sintética no site: [http://www.sspds.ce.gov.br/file\\_bd?sql=FILE\\_DOWNLOAD\\_FIELD\\_ARQUIVO\\_DOWNLOAD&parametros=4738&extFile=pdf](http://www.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD&parametros=4738&extFile=pdf)

# 6.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico apontou para o crescimento da violência no Ceará ao longo dos anos 2000, com picos a partir de 2010, até que em 2014 a taxa de crimes violentos letais intencionais atingisse seu valor máximo, 50,8 por cem mil habitantes, posicionando o Ceará e Fortaleza entre os estados e capitais mais violentos do País. Nos anos de 2015 e 2016, verificou-se uma inflexão importante nessa tendência, com redução da taxa de crimes violentos letais intencionais no estado, sendo a capital e sua região metropolitana as áreas onde houve maior redução.

A análise do perfil dos homicídios mostrou que o evento não atinge igualmente a população, uma vez que as taxas são muito mais elevadas para a população jovem do sexo masculino, negra e com baixa escolaridade. Prevalece o emprego da arma de fogo, sobretudo nas cidades de médio e grande porte. Outra informação importante é a concentração dos homicídios em poucas grandes cidades, especialmente Fortaleza e Região Metropolitana.

Se por um lado o agravamento da violência ocorreu em um contexto geral do Estado em que se verificou significativa redução da vulnerabilidade social ao longo dos anos 2000, por outro, quando se aprofunda a análise de áreas específicas, identificam-se correlações entre precariedade social e altas taxas de homicídio. A análise para Fortaleza indicou que os homicídios, ao contrário dos roubos, são mais presentes em bairros deficitários em infraestrutura, mais pobres, com maior densidade domiciliar e maior taxa de analfabetismo.

Um breve olhar para os 184 municípios segundo sua situação de vulnerabilidade social, no entanto, indica para um cenário que não permite simplificações. Há realidades similares em termos socioeconômicos, seja com baixa ou alta vulnerabilidade social, que apresentam resultados díspares em relação ao nível de violência. Mas, sem dúvida, os maiores municípios se destacam pelas elevadas taxas de homicídio, em movimento que atingiu também aqueles que apresentaram bom desempenho em termos de redução da vulnerabilidade.

Se a relevante redução verificada em 2015 e 2016 ocorreu em contexto de implementação do Programa Em Defesa da Vida, que integrou e racionalizou os esforços policiais a partir de um sistema de metas e bonificação por resultados, a interrupção da tendência de redução observada em 2017 aponta para o desafio de enfrentar outros fatores, alguns deles de ordem nacional, que concorrem para o agravamento da violência. Nesse sentido, o plano de ações do Pacto por um Ceará Pacífico está focado nos principais desafios cearenses, apoiado nas linhas de ação das experiências exitosas nacionais e internacionais, tais como aperfeiçoamento da gestão das polícias, melhoria das condições de trabalho dos profissionais da segurança, incremento do efetivo da perícia técnica, qualificação da investigação de homicídios, controle de armas e ações de prevenção social.

# BIBLIOGRAFIA

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>.

ATLAS da Vulnerabilidade Social. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>.

BEATO, C. C.; REIS, I. A.. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 385-405.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Juventude. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA – Texto para discussão 1848. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2015.

GARCIA FILHO, C.; SAMPAIO, J. J. C. Interfaces entre a história da violência e a constituição do território no Ceará: um esforço de síntese e periodização. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1209-1221, 2014.

KAHN, T. Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, 152-164 Fev/Mar 2013.

LEVITT, S. D. Understanding why crime fell in the 1990s: four factors that explain the decline and six that do not. **Journal of economic perspectives**, v. 18, n. 1, p. 163-190, 2004.

HAIR, J. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JENKS, G. The data model concept in statistical mapping. International Cartographic Association ed. International Yearbook of Cartography 7, p. 186 - 190, 1967.

MACHADO DA SILVA, L. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. (Org.). **Metrópoles: entre a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo, FASE, 2004.

MISSE, M. **Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil**: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Série Estudos, Rio de Janeiro, n. 91, 1995.

SÁ, L. A condição de 'bichão de favela' e a busca por 'consideração': uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, nº 2, abr/mai/jun 2011, pp. 339-355.

SACHSIDA, A; MENDONÇA, M. J. C. **Combate do homicídios no Brasil**: o que funciona em São Paulo funciona na Bahia? IPEA - Texto para discussão 1979. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SAPORI, F. Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago./dez., 2012, pp. 133-158.

SAPORI, L; WANDERLEY, C. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. A violência do cotidiano. **Cadernos Adenauer**, ano 2, n. 1, 2001.

SOARES, G. As co-variadas políticas das mortes violentas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, mar. 2005, p. 192-212.

SOUSA, G. S. et. al. Determinantes sociais e sua interferência nas taxas de homicídio em uma metrópole do nordeste brasileiro. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 17, supl. 2, p. 194-203, 2014.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE – SIM. Consolidação da base de dados de 2011. Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora Revan, UFRJ Editora, 1985.

## ANEXOS

### - TABELAS 1 A 3

## APÊNDICE

### - CARTILHA Cada Vida Importa

**ANEXO 1**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS**  
**MUNICÍPIOS DO ESTADO**  
**DO CEARÁ SEGUNDO OS**  
**TERRITÓRIOS**

<b>REGIÃO METROPOLITANA</b>	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante
<b>INTERIOR NORTE</b>	Acarape, Acaraú, Alcântaras, Amontada, Apuiarés, Aracoiaaba, Ararendá, Aratuba, Barreira, Barroquinha, Baturité, Bela Cruz, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Capistrano, Caridade, Cariré, Carnaubal, Catunda, Chaval, Coreaú, Crateús, Croatá, Cruz, Forquilha, Frecheirinha, General Sampaio, Graça, Granja, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Guarimiranga, Hidrolândia, Ibiapina, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itapiúna, Itarema, Itatira, Jijoca de Jericoacoara, Madalena, Marco, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Miraima, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Mulungu, Nova Russas, Novo Oriente, Ocara, Pacoti, Pacujá, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Paramoti, Pentecoste, Pires Ferreira, Poranga, Redenção, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, São Benedito, São Luís do Curu, Senador Sá, Sobral, Tamboril, Tejuçuoca, Tianguá, Trairi, Tururu, Ubajara, Umirim, Uruburetama, Uruoca, Varjota, Viçosa do Ceará
<b>INTERIOR SUL</b>	Abaiera, Acopiara, Aiuaba, Altaneira, Alto Santo, Antonina do Norte, Aracati, Araripe, Arneiroz, Assaré, Aurora, Baixo, Banabuiú, Barbalha, Barro, Beberibe, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Cariús, Catarina, Cedro, Choró, Crato, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Farias Brito, Fortim, Granjeiro, Ibareta, Ibicuitinga, Icapuí, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Iracema, Itaiçaba, Jaguaribama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Milhã, Missão Velha, Mombaça, Morada Nova, Nova Olinda, Orós, Palhano, Parambu, Pedra Branca, Penaforte, Pereiro, Piquet Carneiro, Porteiras, Potengi, Potiretama, Quiterianópolis, Quixadá, Quixelô, Quixeramobim, Quixeré, Russas, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, São João do Jaguaribe, Senador Pompeu, Solonópolis, Tabuleiro do Norte, Tarrafas, Tauá, Umari, Várzea Alegre

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social/ SSPDS-Ceará

**ANEXO 2 (A)**  
**DIVISÃO DAS ÁREAS**  
**INTEGRADAS DE**  
**SEGURANÇA (AIS) SEGUNDO**  
**OS MUNICÍPIOS (ATÉ**  
**2016) E QUE SERVIU DE**  
**BASE PARA A ANÁLISE**  
**APRESENTADA NESTE**  
**RELATÓRIO**<sup>24</sup>

<b>AIS 1 A 6</b>	Fortaleza
<b>AIS 7</b>	Caucaia, São Gonçalo do Amarante,
<b>AIS 8</b>	Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba
<b>AIS 9</b>	Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Horizonte, Pacajus, Pindoretama
<b>AIS 10</b>	Alto Santo, Aracati, Beberibe, Ererê, Fortim, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Jaguaribama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte
<b>AIS 11</b>	Abaiera, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri
<b>AIS 12</b>	Alcântaras, Barroquinha, Camocim, Cariré, Carnaubal, Chaval, Coreaú, Croatá, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Granja, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú, São Benedito, Senador Sá, Sobral, Tianguá, Ubajara, Uruoca, Viçosa do Ceará
<b>AIS 13</b>	Acarape, Aracoiaaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Boa Viagem, Canindé, Capistrano, Caridade, Guarimiranga, Itapiúna, Itatira, Madalena, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Paramoti, Redenção,
<b>AIS 14</b>	Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Pires Ferreira, Poranga, Reriutaba, Santa Quitéria, Tamboril, Varjota
<b>AIS 15</b>	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga, Milhã, Morada Nova, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópolis
<b>AIS 16</b>	Acopiara, Baixo, Cariús, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro, Tarrafas, Umari, Várzea Alegre
<b>AIS 17</b>	Acaraú, Amontada, Apuiarés, Bela Cruz, Cruz, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Miraima, Morrinhos, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama
<b>AIS 18</b>	Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Mombaça, Parambu, Piquet Carneiro, Quiterianópolis, Tauá

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-Ceará).

24. A partir de 2017, as AIS foram reconfiguradas para 22 AISs no Estado, sendo 10 na capital, 3 na Região Metropolitana e 9 no Interior, conforme Anexo 2 (b).

**ANEXO 2 (B)**  
**DIVISÃO ATUAL DAS**  
**ÁREAS INTEGRADAS DE**  
**SEGURANÇA (AIS) NO**  
**ESTADO DO CEARÁ**

<b>FORTALEZA</b>	
<b>AIS 1</b>	Cais do Porto, Vicente Pinzón, Mucuripe, Aldeota, Varjota, Praia de Iracema e Meireles.
<b>AIS 2</b>	Conjunto Ceará I e II, Genibaú, Granja Portugal, Bom Jardim, Granja Lisboa e Siqueira.
<b>AIS 3</b>	Messejana, Ancuri, Pedras, Barroso, Jangurussu, Conjunto Palmeiras, Curió, Lagoa Redonda, Guajeru, São Bento, Palpina, Parque Santa Maria e Coaçu.
<b>AIS 4</b>	Centro, Moura Brasil, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, Vila Ellery, Monte Castelo, Farias Brito, São Gerardo, e Jacarecanga.
<b>AIS 5</b>	Parangaba, Vila Pery, Itaoca, Itaperi, Dendê, Pan Americano, Jardim América, Benfca, Demócrito Rocha, Couto Fernandes, Montese, Damas, Bom Futuro, Vila União, José Bonifácio, Parreão, Fátima, Serrinha e Aeroporto.
<b>AIS 6</b>	Antônio Bezerra, Quintino Cunha, Olavo Oliveira, Padre Andrade, Bela Vista, Pres. Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Parque Araxá, Rodolfo Teófilo, Bom Sucesso, João XXIII, Jôquei Clube, Henrique Jorge, Autran Nunes, Pici e Dom Lustosa.
<b>AIS 7</b>	Edson Queiroz, Sabiaguaba, Cambéa, José de Alencar, Parque Iracema, Parque Manibura, Sapiranga, Cidade dos Funcionários, Cajazeiras, Alto da Balança, Aerolândia, Boa Vista, Dias Macedo, Parque Dois Irmãos e Passaré.
<b>AIS 8</b>	Barra do Ceará, Vila Velha, Jardim Guanabara, Cristo Redentor, Pirambu, Floresta e Jardim Iracema.
<b>AIS 9</b>	Conjunto Esperança, Canidezinho, Vila Manoel Sátiro, Presidente Vargas, Parque São José, Maraponga, Jardim Cearense, Parque Santa Rosa, Mondubim, Planalto Ailton Senna e Conjunto José Walter
<b>AIS 10</b>	Papicu, Lourdes, Cidade 2000, Praia do Futuro I e II, Manoel Dias Branco, Guararapes, Engenheiro Luciano Cavalcante, São João do Tauape, Salinas, Joaquim Távora e Dionísio Torres.
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA</b>	
<b>AIS 11</b>	Caucaia e São Gonçalo do Amarante
<b>AIS 12</b>	Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Guaiuba e Itaitinga
<b>AIS 13</b>	Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Horizonte, Pacajus, Chorozinho
<b>INTERIOR</b>	
<b>AIS 14</b>	Camocim - Barroquinha - Chaval - Granja - Martinópolis - Uruoca - Senador Sá - Tianguá - Viçosa do Ceará - Ubajara - Ibiapina - São Benedito - Graça - Carnaubal - Guaraciaba do Norte - Croatá - Sobral - Moraújo - Massapê - Santana do Acaraú - Forquilha - Groaíras - Cariré - Pacujá - Mucambo - Frecheirinha - Coreaú - Alcântara - Meruoca.
<b>AIS 15</b>	Canindé - Caridade - Paramoti - Itatira - Madalena - Boa Viagem - Baturité - Palmácia - Pacoti - Redenção - Acarape - Barreira - Aracoiaaba - Ocara - Baturité - Itapiúna - Capistrano - Aratuba - Mulungu - Guarimiranga.
<b>AIS 16</b>	Crateús - Ipueiras - Nova Russas - Ararendá - Poranga - Ipaporanga - Tamboril - Independência - Novo Oriente - Pires Ferreira - Ipu - Reriutaba - Varjota - - Monsenhor Tabosa - Catunda - Hidrolândia - Santa Quitéria.
<b>AIS 17</b>	Itapipoca - Amontada - Trairi - Paraipaba - Paracuru - Tururu - Miraima - Itapajé - Irauçuba - Tejuçuoca - General Sampaio - Apuiarés - Pentecoste - São do Luís do Curu - Uruburetama - Umirim - Acaraú - Itarema - Cruz - Jijoca de Jericoacoara - Bela Cruz - Marco - Morrinhos.
<b>AIS 18</b>	Aracati - Beberibe - Fortim - Itaiçaba - Icapuí-Russas - Palhano - Jaguaruana-Jaguaribe - Potiretama - Ererê - Iracema - Pereiro - Nova Jaguaribara-Limoeiro do Norte - Alto Santo - Quixeré - São João do Jaguaribe - Tabuleiro do Norte.
<b>AIS 19</b>	Crato - Farias Brito - Altaneira - Nova Olinda - Santana do Cariri - Juazeiro do Norte - Caririáçu - Barbalha - Jardim - Campos Sales - Salitre - Araripe - Potengi - Assaré - Antonina do Norte - Brejo Santo - Aurora - Barro - Mauriti - Milagres - Missão Velha - Abaiera - Porteiras - Jati - Penaforte.
<b>AIS 20</b>	Senador Pompeu - Pedra Branca - Milhã - Dep. Irapuan Pinheiro - Solonópolis - Ibicuitinga - Morada Nova - Quixadá - Choró - Ibareta - Banabuiú - Quixeramobim Jaguaribama.
<b>AIS 21</b>	Iguatu - Acopiara - Quixelô - Saboeiro - Jucás - Tarrafas - Cariús - Várzea Alegre - Icó - Orós - Umari - Cedro - Lavras da Mangabeira - Baixo - Granjeiro - Ipaumirim.
<b>AIS 22</b>	Tauá - Quiterianópolis - Parambu - Arneiroz - Aiuaba - Catarina - Mombaça - Piquet Carneiro .

## ANEXOS 3

## PERFIL DOS HOMICÍDIOS (MORTES POR AGRESSÃO) SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, POR PORTE, COM DESTAQUE PARA OS QUE APRESENTAM AS MAIORES TAXAS

ATÉ 15 MIL HABITANTES													
	Taxa de Óbitos por Agressão - 2012 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão - 2013 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão Sexo da Vítima / 2012		Taxa de Óbitos por Agressão Faixa Etária da Vítima / 2012		Percentual Óbitos por Agressão Cor/Raça da Vítima / 2013		Percentual de Óbitos por Agressão Escolaridade da Vítima / 2013				Meio Utilizado - % com uso de arma de fogo/2013
			Masculino	Feminino	15 a 19 anos	20 a 29 anos	% Branco(a)	% Negro(a)	% Sem Esc	% 1 a 7 anos de esc	% 8 a 11 anos de esc	% 12 anos ou mais de esc	
São João do Jaguaribe	64.20	127.73	131.79	0.00	0.00	253.59	10.00	80.00	0.00	20.00	10.00	0.00	100.00
Ibicuitinga	51.63	67.28	99.82	0.00	0.00	135.87	12.50	75.00	12.50	25.00	0.00	0.00	87.50
Jaguaribara	65.72	64.27	129.51	0.00	295.57	104.22	14.29	85.71	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Pacoti	8.56	50.60	16.97	0.00	0.00	0.00	16.67	66.67	0.00	50.00	16.67	0.00	66.67
Aratuba	35.08	43.55	69.43	0.00	72.62	0.00	0.00	100.00	20.00	20.00	20.00	0.00	40.00
Mulungu	25.26	41.00	49.65	0.00	0.00	50.35	20.00	60.00	20.00	60.00	0.00	0.00	80.00
Penaforte	23.58	34.62	48.00	0.00	115.87	0.00	0.00	100.00	0.00	66.67	33.33	0.00	33.33
Palmácia	8.11	31.69	16.22	0.00	0.00	44.54	25.00	50.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Antonina do Norte	28.34	27.89	59.10	0.00	0.00	192.68	50.00	50.00	0.00	100.00	0.00	0.00	50.00
Guaramiranga	50.56	25.58	100.35	0.00	0.00	143.47	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Ibaretama	30.82	22.81	59.72	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	33.33
Milhã	15.31	22.72	15.34	15.29	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	33.33	0.00	33.33
Quixelô	26.83	19.94	53.32	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	33.33	0.00	0.00	0.00	66.67
Poranga	16.61	16.39	33.39	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00
Ipauimirim	16.56	16.32	33.12	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	0.00	50.00
General Sampaio	0.00	15.17	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Choró	46.22	15.16	90.18	0.00	0.00	46.90	0.00	100.00	0.00	50.00	50.00	0.00	50.00
Ererê	28.89	14.20	57.55	0.00	147.28	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Altaneira	42.66	13.90	88.24	0.00	0.00	95.69	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Umari	13.22	13.05	26.48	0.00	0.00	84.67	0.00	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00
Jati	0.00	12.88	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00
Moraujo	0.00	11.91	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Tarrafas	11.28	11.17	22.54	0.00	0.00	71.43	0.00	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Palhano	0.00	10.96	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Catunda	0.00	9.79	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00
Potengi	9.57	9.39	19.71	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Groaíras	28.72	9.37	58.23	0.00	0.00	175.85	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00
Ararendá	47.33	9.33	95.75	0.00	0.00	188.56	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Abaíara	18.49	9.02	37.26	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
Chaval	15.77	7.77	32.09	0.00	0.00	46.86	0.00	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00
Miraíma	53.81	7.54	104.26	0.00	0.00	94.25	100.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00
Frecheirinha	7.59	7.46	15.47	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Iracema	50.70	7.14	73.41	28.58	78.25	40.52	0.00	100.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00
Mucambo	0.00	6.98	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Meruoca	0.00	6.96	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00
São Luís do Curu	24.08	0.00	32.24	15.98	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Uruoca	22.91	0.00	45.41	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Paramoti	8.80	0.00	17.11	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Deputado Irapuan Pinheiro	10.87	0.00	21.65	0.00	0.00	80.45	.	.	.	.	.	.	.
Senador Sá	14.20	0.00	28.37	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Apuiarés	21.22	0.00	41.79	0.00	0.00	43.54	.	.	.	.	.	.	.
Ipaporanga	8.80	0.00	17.67	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Arneiroz	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Granjeiro	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Pires Ferreira	9.65	0.00	19.18	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Pacujá	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Baixio	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Potiretama	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Barroquinha	6.87	0.00	13.57	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Itaíçaba	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Martinópolis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.
Alcântaras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	.	.	.	.	.	.	.

(.) Para municípios em que não foi registrado óbito no ano de 2013

■ Taxa acima da taxa do Estado do Ceará em 2013 ■ Taxa acima da taxa nacional em 2013

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); FBSP.

15 A 25 MIL HABITANTES													
	Taxa de Óbitos por Agressão - 2012 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão - 2013 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão Sexo da Vítima / 2012		Taxa de Óbitos por Agressão Faixa Etária da Vítima / 2012		Percentual Óbitos por Agressão Cor/Raça da Vítima / 2013		Percentual de Óbitos por Agressão Escolaridade da Vítima / 2013				Meio Utilizado - % com uso de arma de fogo/2013
			Masculino	Feminino	15 a 19 anos	20 a 29 anos	% Branco(a)	% Negro(a)	% Sem Esc	% 1 a 7 anos de esc	% 8 a 11 anos de esc	% 12 anos ou mais de esc	
Quixeré	57.66	131.82	115.33	0.00	45.75	152.52	7.14	85.71	7.14	46.43	3.57	0.00	89.29
Chorozinho	42.22	72.97	83.26	0.00	0.00	140.65	7.14	28.57	7.14	78.57	0.00	7.14	92.86
Acarape	51.04	49.97	103.41	0.00	170.26	109.77	0.00	25.00	12.50	75.00	0.00	0.00	87.50
Jaguaretama	56.06	49.89	99.30	11.39	158.81	71.71	0.00	100.00	0.00	55.56	0.00	0.00	88.89
Araripe	23.98	47.24	48.19	0.00	43.52	0.00	10.00	70.00	40.00	40.00	0.00	0.00	50.00
Itapiúna	21.04	46.37	41.43	0.00	0.00	93.40	11.11	66.67	0.00	66.67	11.11	0.00	100.00
Tururu	40.41	45.98	64.96	13.98	0.00	116.46	0.00	57.14	14.29	85.71	0.00	0.00	14.29
Saboeiro	25.51	44.21	38.86	12.56	60.86	43.16	0.00	85.71	0.00	42.86	14.29	0.00	85.71
Alto Santo	42.41	41.75	72.40	12.17	0.00	99.40	14.29	85.71	14.29	28.57	28.57	0.00	85.71
Pindoretama	15.59	40.54	31.19	0.00	51.79	29.21	0.00	25.00	0.00	87.50	12.50	0.00	87.50
Santana do Cariri	17.42	40.13	34.62	0.00	0.00	70.77	28.57	71.43	14.29	57.14	14.29	0.00	28.57
Uruburetama	19.72	38.52	39.26	0.00	44.31	51.39	0.00	62.50	0.00	87.50	12.50	0.00	87.50
Jucás	25.02	36.96	42.18	8.24	0.00	27.50	11.11	88.89	0.00	33.33	0.00	0.00	55.56
Barreira	10.02	34.36	20.15	0.00	0.00	28.34	0.00	71.43	14.29	71.43	0.00	14.29	71.43
Nova Olinda	47.99	33.54	97.45	0.00	0.00	150.72	20.00	80.00	0.00	60.00	0.00	0.00	60.00
Solonópole	16.88	33.29	33.74	0.00	56.72	0.00	0.00	100.00	16.67	16.67	0.00	0.00	50.00
Orós	32.87	32.55	57.85	9.15	0.00	89.85	28.57	71.43	0.00	57.14	0.00	0.00	85.71
Farias Brito	31.82	31.55	54.01	10.41	0.00	95.30	16.67	66.67	33.33	66.67	0.00	0.00	33.33
Banabuiú	45.75	28.13	90.66	0.00	49.50	71.94	0.00	100.00	20.00	20.00	0.00	0.00	40.00
Varjota	5.64	27.74	11.39	0.00	0.00	0.00	20.00	80.00	40.00	40.00	0.00	0.00	60.00
Salitre	19.13	25.04	38.04	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00	75.00	0.00	0.00	100.00
Tejuçuoca	0.00	22.12	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	25.00	75.00	0.00	0.00	50.00
Jijoca de Jericoacoara	16.91	21.87	33.74	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	25.00	75.00	0.00	0.00	0.00
Assaré	22.09	21.75	35.81	8.72	40.49	60.64	20.00	80.00	60.00	20.00	0.00	0.00	40.00
Umirim	15.77	20.67	30.75	0.00	0.00	0.00	0.00	50.00	0.00	100.00	0.00	0.00	50.00
Catarina	20.80	20.33	31.46	10.32	0.00	75.43	0.00	100.00	0.00	50.00	25.00	0.00	50.00
Porteiras	26.72	19.86	54.65	0.00	62.62	37.69	33.33	0.00	0.00	66.67	33.33	0.00	33.33
Quiterianópolis	4.96	19.51	10.03	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	25.00	25.00	0.00	75.00
Fortim	32.82	19.23	65.23	0.00	60.79	149.70	0.00	100.00	0.00	66.67	0.00	0.00	100.00
Caridade	53.17	18.84	105.15	0.00	0.00	54.45	25.00	75.00	25.00	50.00	0.00	0.00	50.00
Piquet Carneiro	31.61	18.55	62.77	0.00	0.00	37.81	33.33	66.67	0.00	33.33	33.33	0.00	100.00
Monsenhor Tabosa	29.83	17.66	60.07	0.00	56.24	119.05	0.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	33.33
Coreaú	13.48	17.66	18.03	8.96	0.00	26.61	25.00	75.00	0.00	25.00	25.00	0.00	25.00
Irauçuba	13.19	17.24	25.96	0.00	77.94	25.21	50.00	50.00	25.00	50.00	0.00	0.00	75.00
Ibiapina													

25 A 50 MIL HABITANTES													
	Taxa de Óbitos por Agressão - 2012 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão - 2013 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão Sexo da Vítima / 2012		Taxa de Óbitos por Agressão Faixa Etária da Vítima / 2012		Percentual Óbitos por Agressão Cor/Raça da Vítima / 2013		Percentual de Óbitos por Agressão Escolaridade da Vítima / 2013				Meio Utilizado - % com uso de arma de fogo/2013
			Masculino	Feminino	15 a 19 anos	20 a 29 anos	% Branco(a)	% Negro(a)	% Sem Esc	% 1 a 7 anos de esc	% 8 a 11 anos de esc	% 12 anos ou mais de esc	
Itaitinga	70,63	114,04	117,04	22,20	233,34	104,04	0,00	30,23	4,65	72,09	13,95	0,00	90,70
Tabuleiro do Norte	64,36	103,27	132,24	0,00	74,29	157,98	3,23	93,55	3,23	35,48	3,23	0,00	96,77
Pentecoste	55,83	76,83	104,91	5,65	55,37	127,08	0,00	39,29	3,57	85,71	10,71	0,00	64,29
Senador Pompeu	75,81	75,03	115,64	37,28	190,99	168,47	5,00	95,00	5,00	40,00	0,00	0,00	70,00
Jaguaruana	42,93	72,35	86,06	0,00	29,02	113,45	0,00	87,50	12,50	41,67	8,33	0,00	70,83
Missão Velha	46,34	68,46	88,02	5,72	83,87	82,16	41,67	58,33	8,33	58,33	8,33	0,00	66,67
Pedra Branca	40,41	60,97	67,38	14,09	66,90	87,86	0,00	88,46	7,69	26,92	11,54	0,00	61,54
Redenção	26,26	59,07	45,30	7,45	36,35	66,53	0,00	6,25	6,25	75,00	0,00	6,25	87,50
Baturité	53,16	55,05	102,02	5,81	85,37	103,57	0,00	100,00	0,00	63,16	0,00	0,00	78,95
São Gonçalo do Amarante	39,88	51,90	65,26	13,54	61,84	58,76	4,17	33,33	4,17	87,50	4,17	0,00	87,50
Guaiúba	8,09	51,36	16,05	0,00	0,00	0,00	0,00	38,46	23,08	61,54	15,38	0,00	92,31
Mombaça	37,30	48,28	65,57	9,28	0,00	43,68	0,00	100,00	4,76	28,57	4,76	0,00	80,95
Jaguaribe	43,71	37,48	83,43	5,70	61,29	90,17	7,69	84,62	15,38	30,77	15,38	0,00	76,92
Paracuru	31,00	36,45	61,87	0,00	90,04	34,70	0,00	33,33	8,33	75,00	8,33	8,33	83,33
Ubajara	12,31	36,14	18,62	6,10	0,00	0,00	16,67	75,00	8,33	41,67	0,00	0,00	58,33
Novo Oriente	10,85	35,62	21,98	0,00	0,00	24,47	10,00	90,00	20,00	30,00	10,00	0,00	60,00
Caririáçu	45,33	33,56	93,36	0,00	0,00	146,02	22,22	66,67	11,11	66,67	11,11	0,00	55,56
Paripaba	35,79	31,83	63,92	6,63	31,32	54,80	0,00	70,00	0,00	60,00	30,00	0,00	70,00
Campos Sales	26,27	25,90	54,80	0,00	0,00	114,10	14,29	85,71	14,29	57,14	0,00	0,00	42,86
Itarema	36,32	25,32	70,32	0,00	22,87	67,40	20,00	80,00	10,00	40,00	20,00	0,00	60,00
Milagres	21,27	24,57	43,25	0,00	36,32	60,00	0,00	100,00	0,00	71,43	0,00	0,00	42,86
Ocara	4,10	24,17	8,00	0,00	0,00	24,21	0,00	83,33	0,00	16,67	16,67	0,00	66,67
Cedro	16,25	24,04	32,90	0,00	0,00	26,18	16,67	83,33	16,67	33,33	0,00	0,00	50,00
Brejo Santo	28,13	23,30	58,00	0,00	0,00	77,63	18,18	81,82	0,00	90,91	0,00	0,00	81,82
Aracoiaba	11,72	23,09	23,28	0,00	0,00	22,38	0,00	66,67	0,00	66,67	0,00	0,00	66,67
Ipueiras	10,59	20,96	21,64	0,00	0,00	19,02	25,00	62,50	25,00	62,50	0,00	0,00	25,00
São Benedito	33,46	19,71	63,21	4,41	40,68	54,97	22,22	77,78	11,11	33,33	0,00	0,00	33,33
Ipu	7,39	19,42	9,95	4,88	23,07	0,00	12,50	75,00	37,50	62,50	0,00	0,00	37,50
Santa Quitéria	35,03	18,45	55,88	14,05	107,60	87,17	0,00	100,00	0,00	25,00	25,00	0,00	87,50
Marco	11,83	15,42	23,20	0,00	0,00	21,16	0,00	100,00	25,00	75,00	0,00	0,00	75,00
Mauriti	17,84	15,34	35,73	0,00	0,00	13,03	14,29	71,43	14,29	71,43	0,00	0,00	14,29
Amontada	27,31	14,55	47,86	5,16	20,78	28,64	0,00	100,00	16,67	83,33	0,00	0,00	33,33
Guaraciaba do Norte	18,33	12,88	31,81	5,17	48,24	17,17	60,00	40,00	0,00	40,00	0,00	20,00	60,00
Santana do Acaraú	13,11	9,64	25,87	0,00	0,00	18,74	0,00	100,00	0,00	66,67	0,00	0,00	0,00
Lavras da Mangabeira	6,44	9,54	12,85	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	66,67	0,00	0,00	66,67
Parambu	6,42	9,54	13,17	0,00	0,00	21,65	33,33	33,33	33,33	0,00	0,00	0,00	66,67
Massapê	16,65	8,14	33,59	0,00	0,00	45,68	0,00	100,00	33,33	33,33	0,00	0,00	0,00
Independência	23,42	7,71	39,18	7,78	0,00	75,23	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
Várzea Alegre	2,57	7,57	5,29	0,00	25,85	0,00	0,00	100,00	0,00	33,33	0,00	0,00	100,00
Jardim	7,48	7,39	15,29	0,00	0,00	20,85	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Nova Russas	22,43	6,31	46,22	0,00	64,10	21,02	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00
Tamboril	19,69	3,89	39,67	0,00	0,00	26,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Bela Cruz	9,60	3,14	18,88	0,00	0,00	18,06	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

( ) Para municípios em que não foi registrado óbito no ano de 2013  
 ■ Taxa acima da taxa do Estado do Ceará em 2013 ■ Taxa acima da taxa nacional em 2013

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde; Censo 2010 e Estimativas Populacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); FBSP.

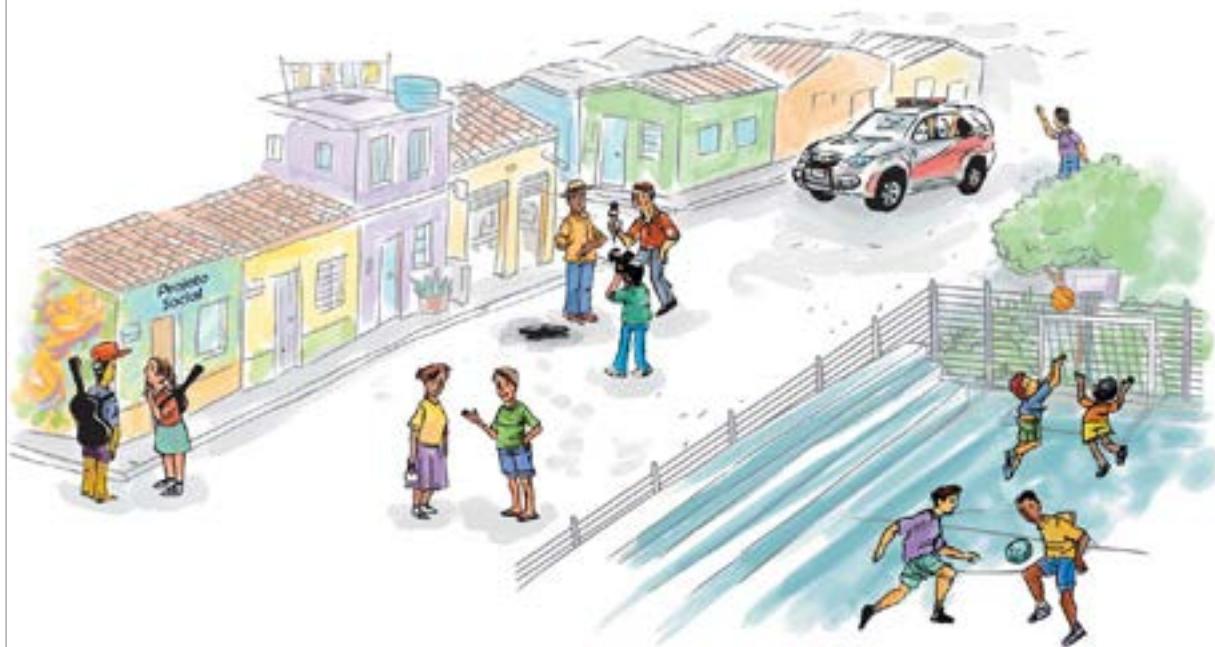
50 A 100 MIL HABITANTES													
	Taxa de Óbitos por Agressão - 2012 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão - 2013 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão Sexo da Vítima / 2012		Taxa de Óbitos por Agressão Faixa Etária da Vítima / 2012		Percentual Óbitos por Agressão Cor/Raça da Vítima / 2013		Percentual de Óbitos por Agressão Escolaridade da Vítima / 2013				Meio Utilizado - % com uso de arma de fogo/2013
			Masculino	Feminino	15 a 19 anos	20 a 29 anos	% Branco(a)	% Negro(a)	% Sem Esc	% 1 a 7 anos de esc	% 8 a 11 anos de esc	% 12 anos ou mais de esc	
Eusébio	89,60	99,08	171,35	8,31	145,29	249,71	8,16	26,53	2,04	91,84	6,12	0,00	93,88
Aquiraz	71,17	89,26	120,83	19,23	132,89	116,72	1,47	42,65	4,41	86,76	2,94	0,00	89,71
Horizonte	82,17	87,48	157,84	6,83	182,15	172,87	1,89	43,40	1,89	83,02	7,55	0,00	90,57
Morada Nova	45,37	75,46	83,97	6,50	49,85	85,78	2,13	89,36	6,38	31,91	2,13	0,00	78,72
Russas	44,62	73,53	87,73	2,75	55,87	128,57	9,26	88,89	3,70	44,44	9,26	0,00	94,44
Quixadá	46,20	70,25	91,16	2,40	77,75	82,12	1,69	91,53	3,39	27,12	6,78	1,69	83,05
Limoeiro do Norte	51,55	55,78	94,28	10,46	39,16	117,51	3,13	90,63	6,25	34,38	0,00	0,00	87,50
Pacatuba	26,52	51,46	53,86	0,00	40,34	58,05	0,00	40,00	5,00	72,50	12,50	2,50	87,50
Barbalha	45,96	48,43	83,59	10,32	37,07	125,97	10,71	89,29	0,00	71,43	14,29	0,00	71,43
Cascavel	44,44	47,88	80,45	8,84	71,80	91,07	12,12	27,27	3,03	90,91	6,06	0,00	84,85
Pacajus	66,64	46,61	126,22	9,14	92,69	107,26	0,00	38,71	9,68	67,74	12,90	0,00	87,10
Canindé	22,60	41,86	40,24	5,27	36,51	31,20	3,13	78,13	3,13	62,50	6,25	0,00	56,25
Acopiara	25,11	41,78	46,29	3,87	21,37	35,34	9,09	90,91	9,09	59,09	9,09	0,00	59,09
Boa Viagem	70,04	41,04	135,80	3,80	125,49	111,06	9,09	77,27	9,09	45,45	9,09	0,00	77,27
Quixeramobim	21,68	34,41	38,16	5,39	25,30	55,03	7,69	84,62	0,00	53,85	3,85	0,00	73,08
Icó	27,31	32,89	52,96	2,96	44,61	44,46	13,64	81,82	13,64	40,91	4,55	0,00	72,73
Itapagé	54,96	31,87	110,76	0,00	97,90	131,81	12,50	68,75	12,50	56,25	25,00	6,25	43,75
Beberibe	21,84	27,22	39,39	4,00	58,31	11,63	0,00	28,57	14,29	85,71	0,00	0,00	78,57
Crateús	16,42	26,99	33,66	0,00	42,45	25,74	10,00	90,00	10,00	55,00	0,00	5,00	35,00
Tianguá	18,43	26,35	31,44	5,63	12,71	38,07	15,79	84,21	10,53	42,11	0,00	0,00	57,89
Aracati	44,06	25,09	89,22	0,00	42,89	106,29	5,56	77,78	0,00	55,56	0,00	0,00	83,33
Acaraú	1,70	18,29	3,36	0,00	0,00	9,00	18,18	81,82	9,09	63,64	0,00	0,00	54,55
Tauá	19,54	15,72	39,78	0,00	18,43	33,46	22,22	66,67	0,00	44,44	22,22	0,00	77,78
Trairi	20,97	14,94	33,37	7,85	0,00	21,67	0,00	25,00	12,50	75,00	0,00	0,00	62,50
Viçosa do Ceará	12,41	13,86	21,14	3,57	14,66	20,76	12,50	62,50	12,50	50,00	12,50	0,00	25,00
Granja	15,23	7,49	30,01	0,00	0,00	34,44	25,00	75,00	0,00	25,00	25,00	0,00	50,00
Camocim	8,21	4,85	16,60	0,00	0,00	26,88	0,00	100,00	0,00	33,33	33,33	0,00	33,33

ACIMA DE 100 MIL HABITANTES													
	Taxa de Óbitos por Agressão - 2012 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão - 2013 (p/100.000 hab.)	Taxa de Óbitos por Agressão Sexo da Vítima / 2012		Taxa de Óbitos por Agressão Faixa Etária da Vítima / 2012		Percentual Óbitos por Agressão Cor/Raça da Vítima / 2013		Percentual de Óbitos por Agressão Escolaridade da Vítima / 2013				Meio Utilizado - % com uso de arma de fogo/2013
			Masculino	Feminino	15 a 19 anos	20 a 29 anos	% Branco(a)	% Negro(a)	% Sem Esc	% 1 a 7 anos de esc	% 8 a 11 anos de esc	% 12 anos ou mais de esc	
Maracanaú	71,23	85,81	139,15	6,41	175,79	152,66	3,74	32,09	3,21	80,21	10,16	1,07	85,03
Fortaleza	72,55	83,43	147,30	6,69	223,59	143,81	3,90	32,83	2,40	79,19	12,17	0,99	88,87
Caucaia	53,85	64,36	103,14	6,42	133,17	117,49	4,50	40,09	3,60	82,43	8,56	0,00	88,29
Juazeiro do Norte	55,55	48,61	108,21	8,17	80,79	137,64	14,17	81,10	3,94	66,14	12,60	0,79	75,59
Sobral	30,55	44,01	57,54	5,04	89,75	51,72	9,20	87,36	5,75	63,22	5,75	2,30	71,26
Crato	41,95	40,29	85,01	3,07	66,40	93,90	13,73	84,31	0,00	66,67	13,73	0,00	64,71
Maranguape	28,98	35,71	54,71	3,40	56,98	63,66	2,33	39,53	2,33	88,37	9,30	0,00	81,40
Itapipoca	23,47	31,91	46,76	0,00	31,30	44,70	7,69	87,18	12,82	66,67	12,82	2,56	56,41
Iguatu	18,34	19,99	36,										

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

# CADA VIDA IMPORTA

Evidências e recomendações para  
prevenção de homicídios na adolescência



2016

Comitê Cearense pela Prevenção de  
Homicídios na Adolescência

---

## CADA VIDA IMPORTA

Evidências e recomendações para  
prevenção de homicídios na adolescência



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

### MESA DIRETORA

#### Presidente

Zezinho Albuquerque

#### 1º Vice-presidente

Tin Gomes

#### 2º Vice-presidente

Daniel Oliveira

#### 1º Secretário

Sérgio Aguiar

#### 2º Secretário

Manoel Duca

#### 3º Secretário

João Jaime

#### 4º Secretário

Joaquim Noronha

#### Recomendações

Ângela Pinheiro  
Antonio Silva Lima Neto  
Benjamim Lucas  
Caio Feitosa  
Camila Holanda  
Clarissa Freitas  
Daniele Negreiros  
Florencio de Queiroz Neto  
Helena Martins  
Gualter Bezerra  
Joaquim Araújo  
Rafael Barros  
Raimundo Madeira  
Renata Soares  
Renato Roseno  
Thiago de Holanda

#### Projeto gráfico, diagramação e finalização

Yuri Leonardo

#### Ilustrações

Rafael Limaverde

## COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

#### Presidente

Ivo Gomes

#### Relator

Renato Roseno

#### Membros das comissões técnicas

Augusta Brito

*Deputada estadual - Presidenta da Comissão de Juventude*

Bethrose Fontenele

*Deputada estadual - Presidenta da Comissão de Infância e Adolescência*

Zé Ailton Brasil

*Deputado estadual - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania*

#### Secretária-executiva

Ranne Almeida

#### Conselho consultivo

Ângela Pinheiro

Antonio Silva Lima Neto

## CADA VIDA IMPORTA

Fortaleza, a quinta capital do Brasil em população, com 2,6 milhões de habitantes, tem o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). E o Ceará, a oitava unidade da federação mais populosa, com 8,9 milhões de moradores estimados em 2016, está em terceiro lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária de 12 a 18 anos. Em 2015, 816 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos no território cearense, sendo 387 apenas na capital Fortaleza, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

No entanto, a violência letal não se agravou de um ano para o outro. As estatísticas revelam que o problema se intensificou ao longo de mais de uma década, principalmente na adolescência. Há um desconforto com os números da violência, mas também com as interpretações disponíveis sobre a questão, ainda insuficientes ou carregadas de estereótipos. É preciso lançar luz sobre um cenário sombrio, analisar em detalhes um fenômeno que não está satisfatoriamente claro.

O incômodo provocado pelas posições que o Ceará e Fortaleza ocupam no ranking de assassinatos de adolescentes levou a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado e várias outras instituições do poder público e da sociedade civil a somarem esforços e expertises visando compreender esse fenômeno, por meio da criação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

A criação do colegiado é uma tentativa de conhecer o problema em profundidade, fugindo de análises superficiais e deterministas, para propor recomendações aos diversos níveis de poder e à sociedade, cujos representantes foram acionados desde o início dos trabalhos. O Comitê é, portanto, uma instância de estudo, debate, mobilização e projeção, congregando diversos atores e instituições num esforço interinstitucional pela vida.

### METODOLOGIA

A equipe trabalhou com reuniões ordinárias e extraordinárias, pesquisa de campo, audiências públicas, seminários, grupos focais, consulta aos órgãos governamentais e articulação com organizações da sociedade. Ao tratar das mortes violentas na adolescência, é preciso se debruçar sobre a vida de meninos e meninas, diagnosticando os problemas para indicar as soluções de curto, médio e longo prazos.

O comitê procurou observar a fundo a trajetória de vida dos adolescentes que foram atravessadas pela violência letal e precoce, a partir da análise de quatro importantes aspectos da vida: individual, familiar, comunitário e institucional.

Muito mais do que apresentar estatísticas de diferentes instituições, que corroboram umas às outras e já são bastante contundentes, o comitê se dedicou ao diagnóstico e à interpretação da situação para

propor recomendações a partir da compreensão sobre o indivíduo, a família, a comunidade onde vive ou viveu e as instituições que estão ou estavam ao redor dele.

Foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados em sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio. A pesquisa mais abrangente feita no Ceará sobre homicídios na adolescência reuniu 24 profissionais, selecionados entre 4.266 inscritos com base em critérios objetivos de análise de currículo e entrevista. A equipe de pesquisadores foi formada por pessoas com mestrado, doutorado e pós-doutorado, profissionais de diversas áreas de formação. O questionário contou com 139 perguntas sobre as circunstâncias do evento trágico, a trajetória de vida, a retaguarda que tiveram ou deixou de existir e a representação das famílias sobre o adolescente morto.

Pelo menos 1.638 pessoas participaram de 11 audiências públicas em sete municípios para discutir os homicídios na adolescência: Fortaleza, onde ocorreram cinco audiências públicas; Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Sobral, Juazeiro do Norte e Quixadá. As audiências se constituíram em momentos importantes para agrupar uma diversidade grande de participantes. Em cada uma delas, o comitê deu ênfase à escuta dos moradores das respectivas áreas.

Foram realizados três seminários que discutiram temas ligados ao debate sobre violência, como acesso a armas de fogo; consumo e comércio de drogas; cultura da violência, justiça e políticas públicas de segurança, com a presença de especialistas de renome estadual e nacional.

Além disso, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência formou grupos específicos para discutir a questão da violência. Os grupos focais envolveram familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sob acusação de homicídio; profissionais dos serviços socioassistenciais; trabalhadores das áreas de educação e saúde; agentes de segurança pública e operadores do sistema de justiça.

O conjunto de recomendações aqui postas é resultado de um esforço coletivo e da soma de um ano intenso de trabalho para evitar que a violência continue fazendo tantas vítimas. O trabalho se voltou para a prevenção de homicídios na adolescência, mas os desdobramentos podem e devem ter uma repercussão positiva não apenas na faixa etária de 10 a 19 anos.

O foco das recomendações é para um grupo populacional específico, os adolescentes, mas o compromisso é com a vida de todos, independentemente da geração. Implementadas as propostas ora apresentadas, o comitê acredita que a redução de crimes de morte vai se estender para além da infância, adolescência e juventude, porque cada vida importa.

## DADOS GERAIS DA PESQUISA

### A pesquisa nos sete municípios



**37%** das famílias mudaram-se ou não foram encontradas com base nas informações de endereços disponibilizadas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, nas 7 cidades.



**9%** se recusaram a participar da pesquisa.

### A pesquisa em Fortaleza



**40%** das famílias não foram encontradas.



**10%** das famílias se recusaram a participar da pesquisa.

Municípios	Quantidade de adolescentes mortos (12 a 18 anos) residentes em 7 cidades (SSPDS)	Quantidade de casos encontrados e entrevistados
Fortaleza	292	146
Juazeiro do Norte	24	16
Sobral	20	16
Maracanaú	32	14
Caucaia	28	15
Horizonte	13	9
Eusébio	9	8
<b>TOTAL</b>	<b>418</b>	<b>224</b>



### Sexo

Masculino: **97,95%** Feminino: **2,05%**

**16,5 anos**

é a média de idade das vítimas nas sete cidades

### Cor

Pardos e Pretos: **69%** Brancos: **29%** Outros: **2%**

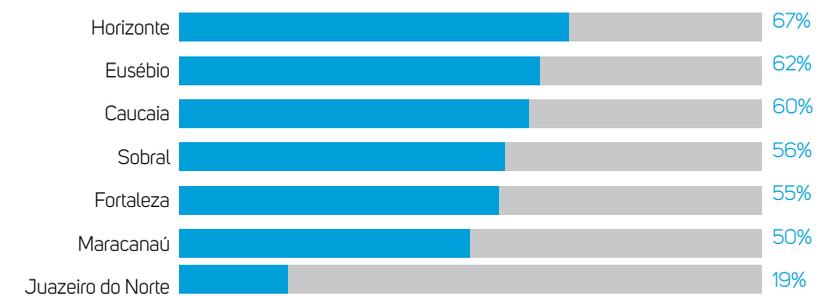
Em Sobral e Juazeiro do Norte, foram buscados casos de homicídio registrados em 2014 e 2015, diferentemente dos outros municípios, onde a pesquisa contemplou os casos apenas de 2015. Embora o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência trabalhe com a faixa etária de 10 a 19 anos, a pesquisa fez o recorte de idade para 12 a 18 anos. O levantamento, realizado em sete cidades do Ceará com as maiores taxas de assassinatos nessa faixa etária, não representa a realidade de todos os 184 municípios do Estado. As respostas sobre os casos pesquisados foram analisadas distintamente por cada uma das sete cidades. Mesmo não apresentando um perfil médio sobre a violência letal intencional entre adolescentes no Ceará, a pesquisa consiste em estudo socioantropológico cuja metodologia pode ser aplicada na tentativa de compreensão do fenômeno e busca de soluções para o problema nos outros municípios do Estado.

## EVIDÊNCIA 1: Vulnerabilidade de quem cuida

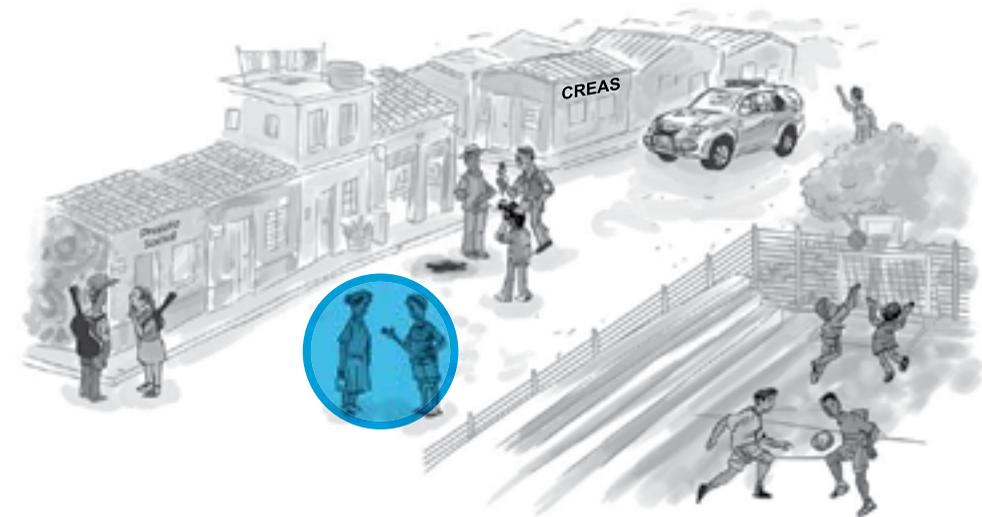


Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães que, em sua maioria, são mulheres jovens. Em Fortaleza, 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência, portanto em situação peculiar de desenvolvimento. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos. Nas demais cidades, a pesquisa revelou um quadro semelhante, com exceção de Juazeiro do Norte.

### Gravidez na adolescência



## RECOMENDAÇÃO 1: Apoio e proteção às famílias vítimas de violência



Após o assassinato dos adolescentes, muitos familiares, sobretudo as mães, apresentam adoecimento psíquico, agravado por situações de intimidações e ameaças que fragilizam ainda mais a dinâmica familiar, comunitária e socioeconômica. Recomenda-se:

- 1.1** À Secretaria da Saúde do Estado e às Secretarias Municipais de Saúde: elaborar um protocolo intersectorial (saúde, assistência e segurança) de atenção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio, que inicie na notificação à rede de proteção social para garantir o atendimento psicossocial aos familiares;
- 1.2** A todas as secretarias municipais e estaduais responsáveis pela política de proteção social, segurança e cidadania: aderir ao protocolo intersectorial acima mencionado e se responsabilizar pelas ações definidas;
- 1.3** À Secretaria da Justiça e à Defensoria Pública do Ceará: garantir atendimento jurídico e psicossocial às famílias de adolescentes assassinados, por meio dos programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios;
- 1.4** Às instâncias executoras de políticas públicas para mulheres: em articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e com organizações comunitárias, realizar atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família, proporcionando escolarização e profissionalização para garantia de direitos e projetos de vida de forma autônoma e digna.

## EVIDÊNCIA 2: Falta de atendimento à rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados



Os amigos e familiares (tios, irmãos e primos) dos adolescentes assassinados são vítimas em potencial da violência letal, logo precisam de atenção prioritária da rede de atendimento. Em **Fortaleza**, 64% dos adolescentes mortos tiveram amigos assassinados.

### Amigos assassinados



## RECOMENDAÇÃO 2: Ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável ao homicídio



A falta de infraestrutura comunitária e a ausência de programas e projetos, com objetivo de prevenir e reduzir homicídios, podem agravar a violência nessas áreas. É necessário que se desenvolvam ações de prevenção, por meio de programas e projetos, que foquem na rede de amigos e familiares dos adolescentes que foram assassinados. Recomenda-se:

**2.1** À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social: aprimorar o censo e o mapa de riscos sociais, incluindo todas as variáveis diretamente relacionadas aos homicídios de adolescentes (como circulação de armas de fogo no território, ameaças, conflitos no território), para que as equipes interdisciplinares dos Centros de Referência e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Cras e Creas) possam trabalhar as demandas sociais desses adolescentes e dos seus familiares;

**2.2** Ao Governo do Estado e Prefeituras: destinar orçamento aos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, para que, a partir dos Fundos Estadual e Municipais da Infância e da Adolescência, possam investir em iniciativas de prevenção e redução de homicídios de adolescentes, em parceria com organizações da sociedade civil nos territórios vulneráveis;

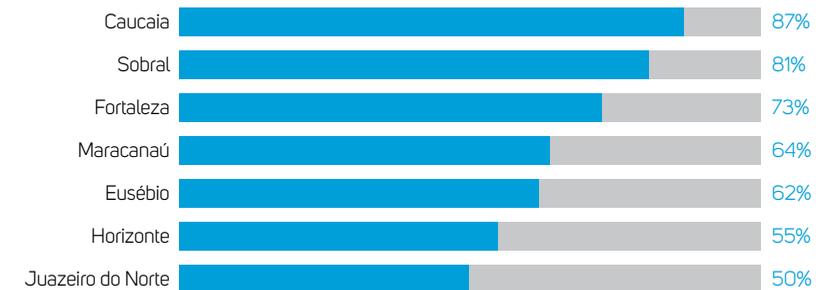
**2.3** Reformular o marco legal para transferências voluntárias entre Estado e municípios, sendo a existência de um plano integrado de prevenção de homicídios de adolescentes condição para o recebimento de tais transferências.

### EVIDÊNCIA 3: Territórios vulneráveis aos homicídios

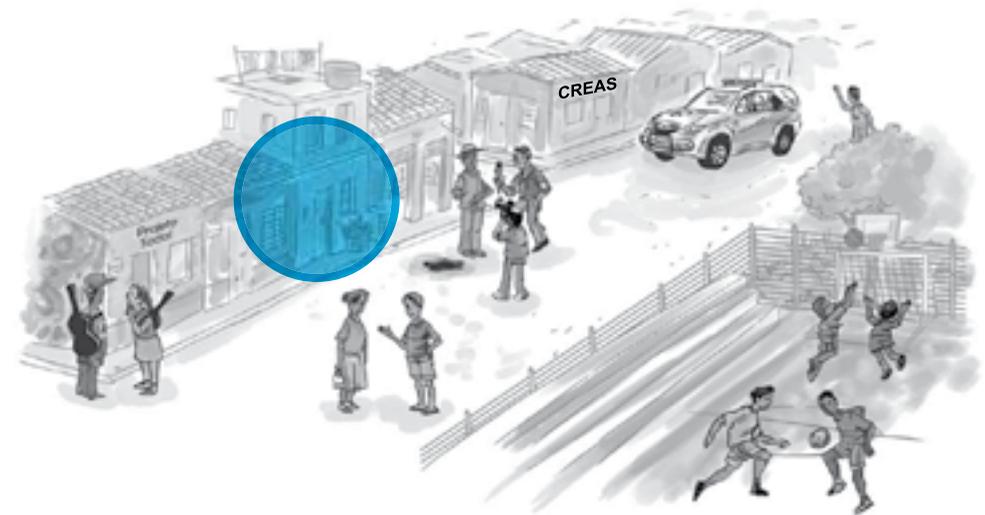


Os homicídios de adolescentes não se dão de maneira homogênea nas cidades. Em Fortaleza, 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. Quase um terço dos homicídios de adolescentes da cidade foi entre moradores de 52 comunidades (onde vive 13% da população da capital em uma área equivalente a 4% de Fortaleza). A maioria dos adolescentes morreu no próprio bairro. Esses bairros apresentam infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal. Em **Caucaia**, 87% dos adolescentes foram mortos no bairro onde viviam.

#### Mortes no próprio bairro



### RECOMENDAÇÃO 3: Qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios



Melhoria das condições de habitabilidade, regularização fundiária, iluminação, infraestrutura e equipamentos sociais são intervenções que visam integrar territórios vulneráveis à cidade, considerando as dimensões espaciais e sociais. Intervenções urbanas com participação comunitária são imprescindíveis para a prevenção de homicídios. Recomenda-se:

**3.1** Às Prefeituras: identificar os assentamentos precários, realizar planos diretores e desenvolver uma política de intervenção específica para essas áreas;

**3.2** Estabelecer e/ou regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) em territórios vulneráveis aos homicídios;

**3.3** Garantir terras para construção de habitações e equipamentos sociais - Zonas Especiais de Interesse Social em terrenos vazios;

**3.4** Promover a urbanização integrada dos assentamentos precários, de acordo com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU);

**3.5** Garantir segurança jurídica de posse (regularização fundiária) aos moradores dos assentamentos precários;

**3.6** Garantir a equidade na distribuição do orçamento público por regiões, priorizando aquelas com maiores índices de vulnerabilidade;

**3.7** Estabelecer Zonas Especiais de Interesse Social para reduzir as barreiras legais de investimentos em assentamentos precários;

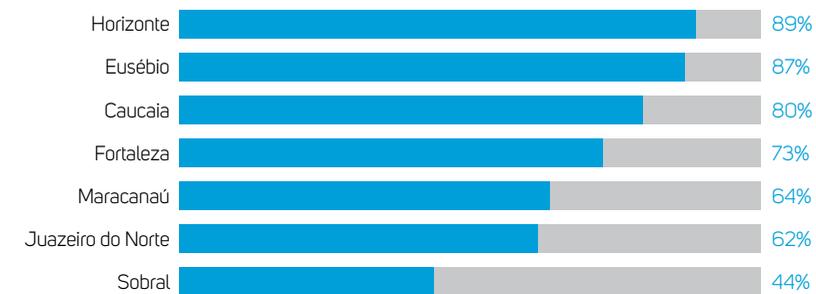
**3.8** Ao Governo do Estado: apoiar técnica e financeiramente os municípios e monitorar os investimentos em assentamentos precários.

### EVIDÊNCIA 4: Abandono escolar

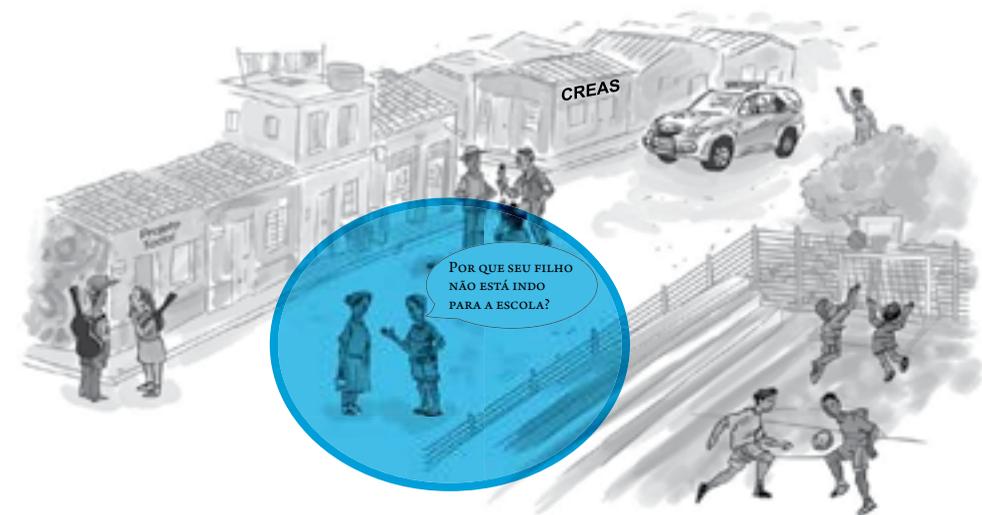


O abandono da escola surge como um sinal de alerta ao aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Com exceção de **Sobral**, com 44%, todas as cidades apresentaram percentuais acima de 60% de abandono escolar há pelo menos seis meses antes da morte.

#### Afastamento da escola



### RECOMENDAÇÃO 4: Busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar



A resposta ao abandono escolar, engajando os profissionais do sistema educacional, deve fazer parte da estratégia de prevenção de homicídios de adolescentes. Recomenda-se:

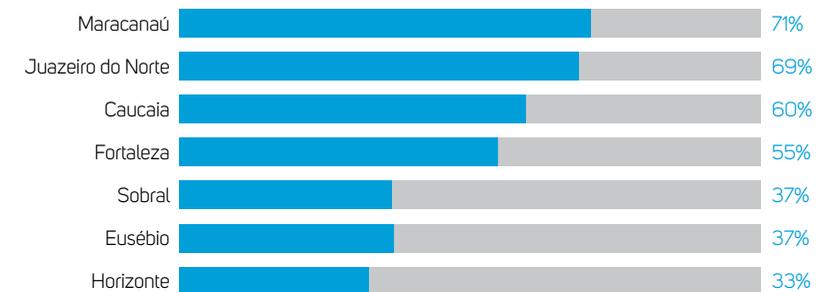
- 4.1** À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: monitorar a frequência escolar e realizar busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em parceria com os Conselhos Tutelares e os Centros de Referência da Assistência Social (Cras);
- 4.2** À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: fortalecer o acompanhamento pedagógico aos professores e orientação educacional aos alunos com a manutenção e ampliação de programas de coordenação de área curricular e tutoria (diretores de turma) para as redes de ensino fundamental, tornando as escolas mais interessantes, adequadas e contextualizadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes nos territórios;
- 4.3** À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: mapear as escolas e implementar, naquelas localizadas em territórios com maior concentração de homicídios, programa específico de ingresso ou retorno de adolescentes mais vulneráveis, com acompanhamento socioassistencial e psicopedagógico individualizado;
- 4.4** À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: abrir as escolas nos fins de semana para atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer, nos territórios mais vulneráveis aos homicídios;
- 4.5** À Secretaria da Educação Básica e às Secretarias Municipais de Educação: implementar a Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002, que cria as comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas da rede pública e privada do estado do Ceará – juntamente com formação continuada em mediação de conflitos para profissionais de educação.

### EVIDÊNCIA 5: Experimentação precoce de drogas



A experimentação de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, tem acontecido nos primeiros anos da adolescência. Em **Juazeiro do Norte**, 69% dos adolescentes assassinados haviam experimentado algum tipo de droga (lícita ou ilícita) entre 10 e 15 anos. Seguem os percentuais para as demais cidades:

#### Experimentação de drogas



### RECOMENDAÇÃO 5: Prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias



O paradigma de política hegemônica de combate às drogas tem levado a conflitos armados, ao encarceramento e ao extermínio da juventude. Uma abordagem não criminalizante sobre essa temática é essencial para prevenir o uso precoce e abusivo de drogas. Recomenda-se:

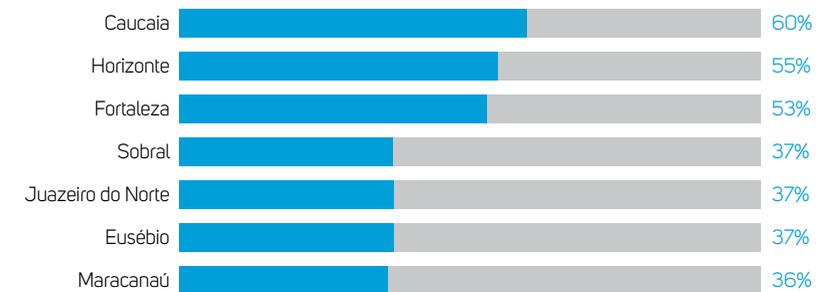
- 5.1** Às Secretarias Municipais de Saúde: ampliar e adequar a rede de atendimento psicossocial álcool e drogas (Caps-AD) para atendimento a adolescentes que fazem uso abusivo de drogas;
- 5.2** À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: estimular o financiamento de serviços comunitários que adotem metodologias pautadas na abordagem da redução de danos;
- 5.3** À Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas: desenvolver um trabalho de orientação para os profissionais da rede socioassistencial e educacional para atuar junto às famílias de adolescentes sobre os efeitos do uso abusivo de drogas;
- 5.4** À Secretaria da Saúde do Estado: ampliar a rede pública de atendimento especializado para adolescentes usuários de substâncias psicoativas;
- 5.5** Às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação: ampliar a abordagem do Programa Saúde na Escola (PSE) incluindo a saúde mental e a prevenção ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

## EVIDÊNCIA 6: Vida comunitária conflituosa

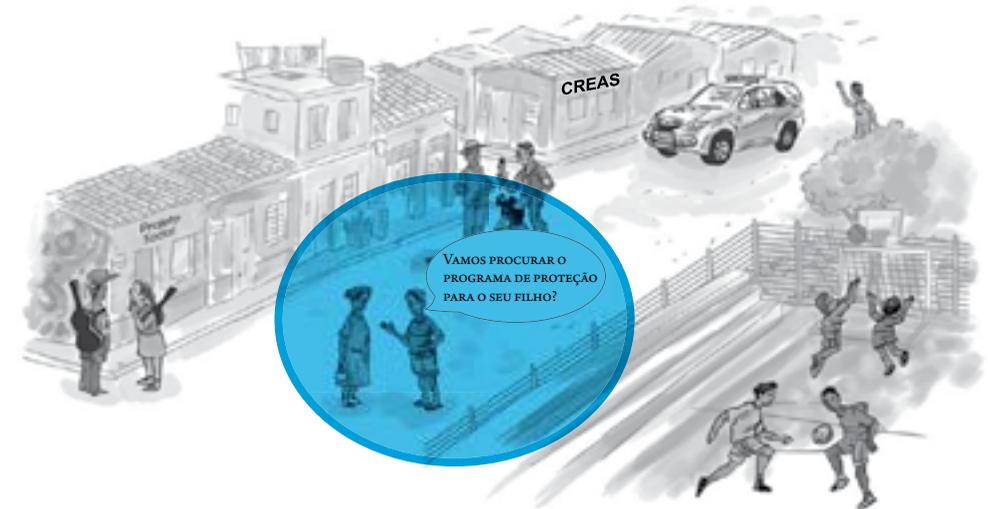


A vivência de muitos adolescentes é permeada por conflitos nos territórios onde residem. Tais conflitos, por vezes banais, iniciados em desentendimentos pontuais, levam a confrontos violentos, ameaças e tentativas de homicídio. 60% dos adolescentes mortos em **Caucaia** haviam sofrido ameaças.

### Antecedentes de ameaça



## RECOMENDAÇÃO 6: Mediação de conflitos e proteção a ameaçados



Identificar conflitos pessoais e compreender a formação e as dinâmicas de grupos rivais compõem a estratégia para uma intervenção através da mediação de conflitos interpessoais, a fim de prevenir homicídios na adolescência. Recomenda-se:

- 6.1** Ao Governo do Estado: mapear a dinâmica dos conflitos entre gangues nos diversos territórios das cidades cearenses.
- 6.2** Ao Governo do Estado: formar equipes e desenvolver métodos eficazes nos territórios mais violentos. Investimento em ações, mediação de conflitos e práticas restaurativas para gestão de conflitos nas escolas e comunidades.
- 6.3** Ao Governo do Estado: desenvolver um programa de atendimento especializado em que arte-educadores e educadores sociais realizem oficinas artísticas, culturais e esportivas com adolescentes, de forma capilarizada, que favoreçam a construção de projetos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade, em territórios mais vulneráveis aos homicídios;
- 6.4** Às Prefeituras: notificar os casos de agressões e lesões corporais contra adolescentes, por meio das Unidades de Saúde, Escolas e Conselhos Tutelares;

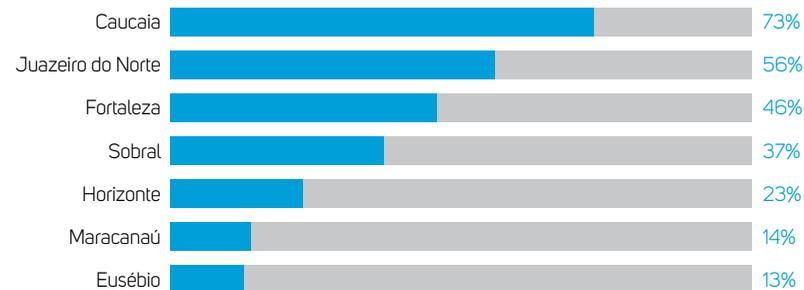
- 6.5** Aos Conselhos Tutelares: realizar busca ativa aos adolescentes ameaçados de morte, para o devido encaminhamento à rede de proteção (Acolhimentos institucionais e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - Ppcaam);
- 6.6** Ao Governo do Estado: ampliar, em debate com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, outras estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de morte, junto à Secretaria da Justiça, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, fortalecendo um Sistema Estadual de Proteção a Pessoas;
- 6.7** Ao Governo do Estado e às Prefeituras: apoiar atividades culturais organizadas pelos jovens em espaços públicos, respeitando a autonomia e a diversidade de linguagens artísticas e fortalecendo ou criando espaços de participação nos quais os adolescentes se sintam pertencentes à comunidade para que desenvolvam competências de convivência que tanto ajudem a administrar conflitos de forma não violenta como a buscar apoio quando se sentirem ameaçados.

## EVIDÊNCIA 7: Insuficiência do atendimento socioeducativo



O Sistema Socioeducativo não tem alcançado seu objetivo de reorientar os projetos de vida de adolescentes em conflito com a lei, ao contrário, tem violado direitos, ampliando a trajetória de conflitualidade dos adolescentes. Foram verificadas nas cidades diferenças substanciais entre os percentuais dos adolescentes mortos que cumpriram medidas, variando de 13% no **Eusébio** a 73% em **Caucaia**.

### Passagem pelo Sistema Socioeducativo



## RECOMENDAÇÃO 7: Atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas



É necessário que o Governo do Estado, o Poder Judiciário e as Prefeituras busquem cooperação para o pleno cumprimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituição de práticas restaurativas e diminuição da privação de liberdade. Recomenda-se:

**7.1** Ao Governo do Estado, à Superintendência do Sistema Socioeducativo e ao Tribunal de Justiça: criar Núcleos de Atendimento Integral (NAI) para o acompanhamento das medidas socioeducativas nas cidades que abrigem unidades para o cumprimento de medidas provisórias;

**7.2** Às Prefeituras: estabelecer mecanismos de cooperação da sociedade civil com o Sistema Único de Assistência Social (Suas) para acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida Comunitária);

**7.3** À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social: desenvolver sistema de informação integrado entre as Prefeituras e o Governo do Estado para melhorar o acompanhamento dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto;

**7.4** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e ao Tribunal de Justiça: criar delegacias e varas especializadas da infância e adolescência nos municípios do interior do Estado;

**7.5** Aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: criar e implementar os planos municipais de atendimento socioeducativo;

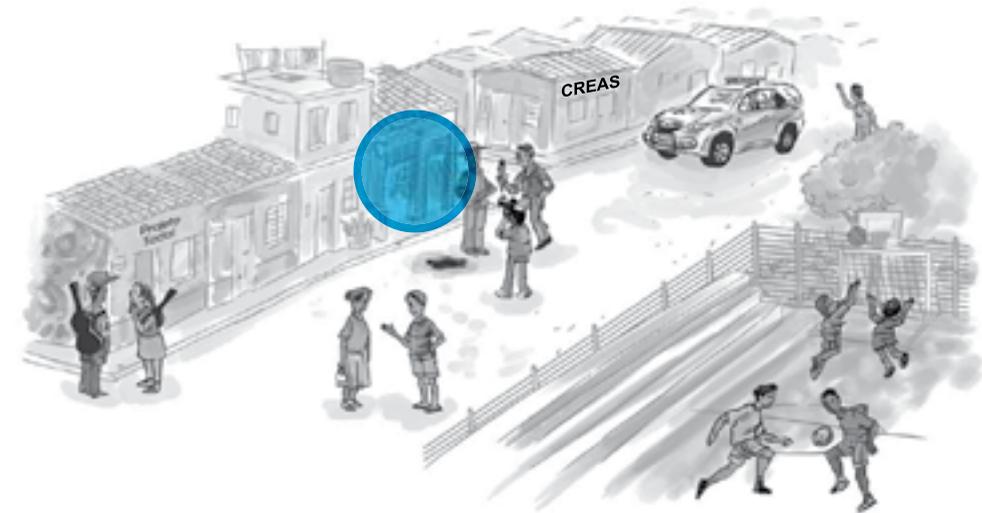
**7.6** Aos Núcleos de Atendimento Integral: promover a adoção de princípios de justiça restaurativa em todo o processo socioeducativo.

## EVIDÊNCIA 8: Falta de oportunidade de trabalho formal / renda



78% dos adolescentes assassinados tiveram experiência com trabalho, de maneira formal ou informal, mas na maioria dos casos essa experiência não aconteceu de forma protegida, como prevê a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 - Lei do Aprendiz. Em todas as cidades pesquisadas, nenhum adolescente trabalhou como estagiário ou aprendiz, com exceção de **Fortaleza**, em que somente 2% dos adolescentes vítimas de homicídio tiveram essa experiência.

## RECOMENDAÇÃO 8: Oportunidades de trabalho com renda



Evitar a evasão escolar em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, proteger o adolescente que ingresse no mercado mediante a observância dos parâmetros legais e promover o direito à profissionalização em sintonia com as expectativas dos adolescentes são condições relevantes para evitar a exposição a situações de risco. Recomenda-se:

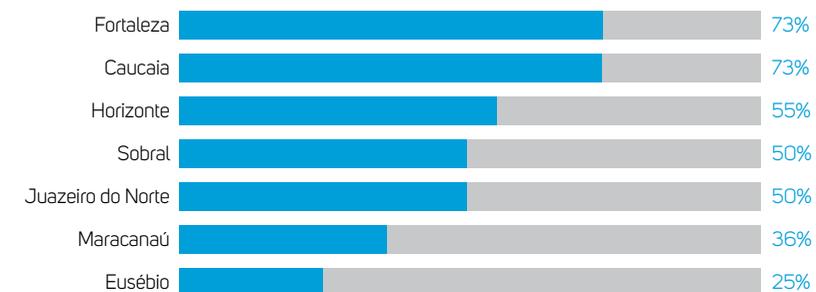
**8.1** À Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, à Coordenadoria de Juventude e às Secretarias de Educação do Estado e dos municípios: promover o direito à profissionalização a partir da integração entre educação básica e educação profissionalizante, a partir dos 14 anos de idade, com estrita observância à Lei do Aprendiz, respeitadas as demandas e necessidades dos adolescentes.

## EVIDÊNCIA 9: Interação violenta com a polícia

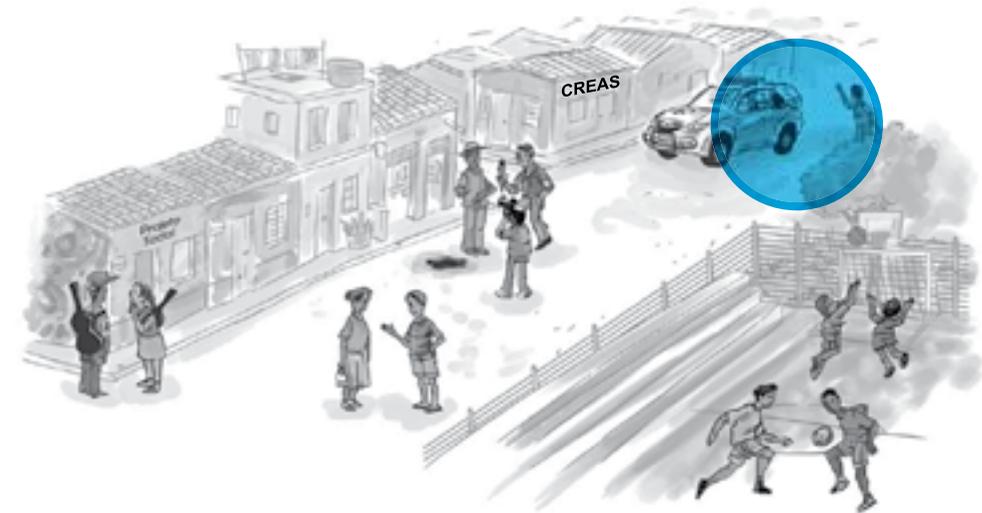


Existe uma relação de conflitualidade entre polícia e comunidade, marcada por intimidação, indiferença e sobretudo violência contra os jovens. As abordagens policiais revelam uma estigmatização de adolescentes negros e pobres. Em **Fortaleza e Caucaia**, segundo os familiares, 73% dos adolescentes vítimas de homicídios sofreram violência policial.

### Antecedentes de violência policial



## RECOMENDAÇÃO 9: Formação de policiais na abordagem ao adolescente



Agentes da polícia alegaram que a agressividade policial na abordagem é potencializada por um grau maior de reatividade dos adolescentes. É necessária postura e abordagem adequada da polícia para reduzir a violência exercida na interação com esses jovens. Recomenda-se:

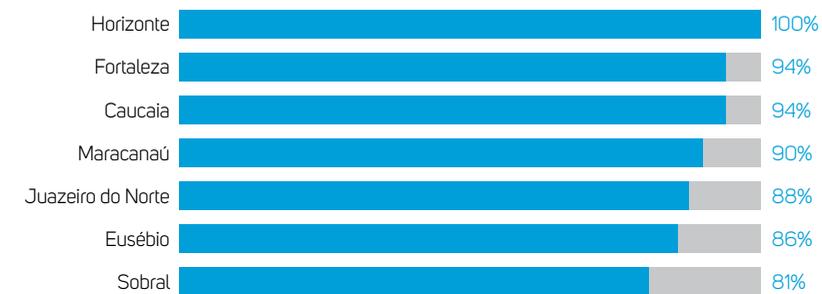
- 9.1** Ao Governo do Estado: fortalecer as estratégias de segurança comunitária, promovendo a articulação entre os agentes de segurança pública e as redes de serviços socioassistenciais, de saúde e de organizações comunitárias nos territórios vulneráveis para redução e mediação de conflitos;
- 9.2** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: formar policiais, desde o recrutamento, para uma abordagem adequada e não violenta com adolescentes, para a redução de casos de agressão, adotando Procedimento Operacional Padrão (POP) específico para abordagem de crianças e adolescentes;
- 9.3** À Controladoria Geral de Disciplina do Estado: implementar mecanismos de prevenção a abordagens violentas a crianças e adolescentes;
- 9.4** À Controladoria Geral de Disciplina do Estado: respeitar o princípio da prioridade absoluta aos procedimentos em que a vítima da denúncia seja criança e/ou adolescente;
- 9.5** Ao Governo do Estado: implementar a Portaria Interministerial Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça nº2, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública, sobretudo as diretrizes relativas à saúde e à educação em direitos humanos;
- 9.6** Ao Governo do Estado: informar e fortalecer as comunidades quanto aos seus direitos frente a serviços e abordagens de agentes da segurança pública;
- 9.7** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: adotar a Resolução conjunta nº 2, do Conselho Superior de Polícia e Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, que dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial.

## EVIDÊNCIA 10: Violência armada

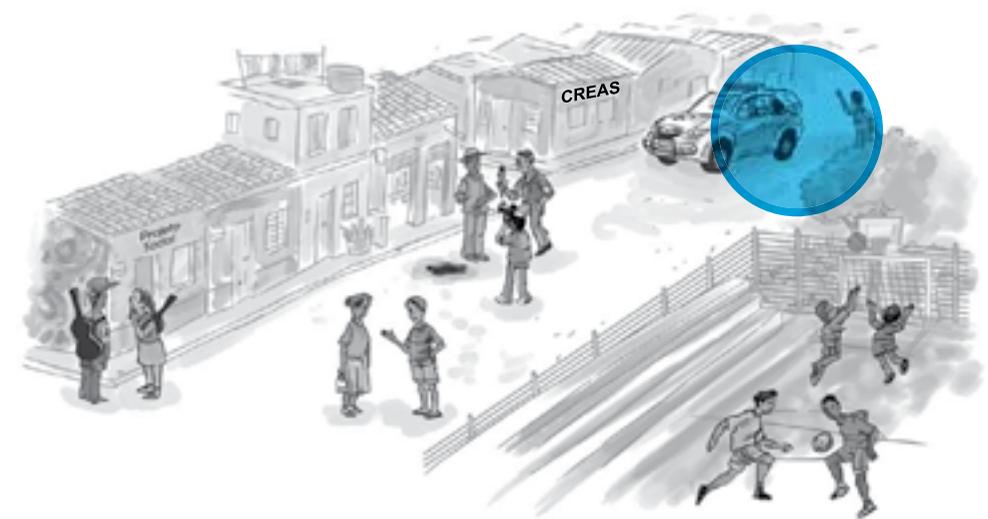


As armas de fogo têm importância fundamental no incremento das mortes de adolescentes. Em **Horizonte**, todos os adolescentes vítimas de homicídios foram mortos por arma de fogo. Nas demais cidades, os percentuais superam 80%.

### Vítimas de arma de fogo



## RECOMENDAÇÃO 10: Controle de armas de fogo e munições



A grande circulação e o fácil acesso a armas de fogo e munições contribuem para que os conflitos interpessoais desencadeiem violência letal. Recomenda-se:

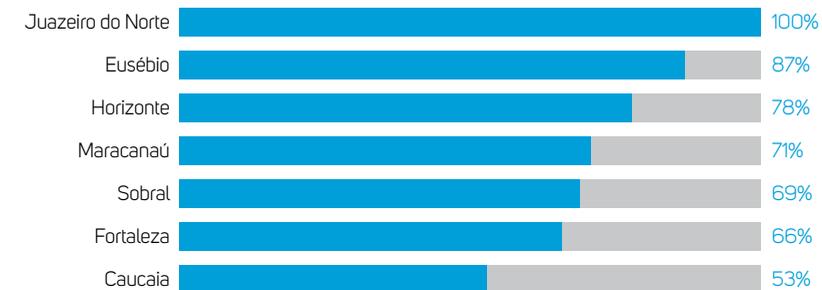
- 10.1** Ao Governo do Estado: criar um Plano Estadual de Controle de Armas de Fogo e Munições que dê transparência às informações sobre venda de armas, bem como sobre a origem das armas apreendidas e o procedimento para destruição destas;
- 10.2** Às Prefeituras: criar iniciativas para entregas voluntárias de armas de fogo e munições;
- 10.3** Ao Tribunal de Justiça: garantir o controle das armas de fogo e munições sob custódia do Estado.

### EVIDÊNCIA 11: Cultura da violência em programas policiais

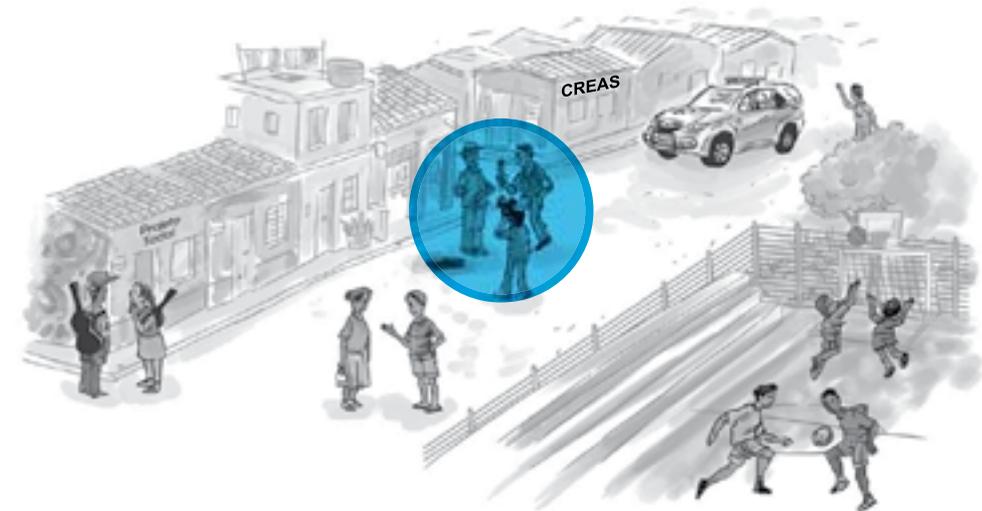


Programas que se utilizam da espetacularização da violência, da estigmatização e da criminalização de adolescentes pobres e negros, bem como da violação da legislação vigente no País e do desrespeito a direitos contribuem para uma abordagem superficial de um problema complexo como a violência urbana e para o fortalecimento da cultura punitivista. Em **Juazeiro do Norte**, 100% dos assassinatos foram apresentados em programas policiais. Nas demais cidades, mais da metade dos casos foram apresentados:

#### Mortes em programas policiais



### RECOMENDAÇÃO 11: Mídia sem violações de direitos



A excessiva exposição da violência na mídia, de forma espetacularizada, colabora para a difusão de uma cultura que promove o medo e a não observação dos direitos humanos, tendo em vista a frequente exposição e criminalização de adolescentes e suas famílias, incitando julgamentos tendenciosos. Recomenda-se:

**11.1** Ao Governo do Estado, às Prefeituras e às empresas estatais: proibir publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas que violem direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising;

**11.2** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, às Secretarias Municipais de Segurança e/ou às Guardas Municipais: não permitir a exposição indevida da imagem de suspeitos ou acusados que estejam sobre a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público;

**11.3** Às empresas de comunicação/Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão: adequar a exibição de programas policiais ao horário protegido, conforme o artigo 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo novas formas de abordagem do tema da violência e assegurando os direitos constitucionais dos envolvidos;

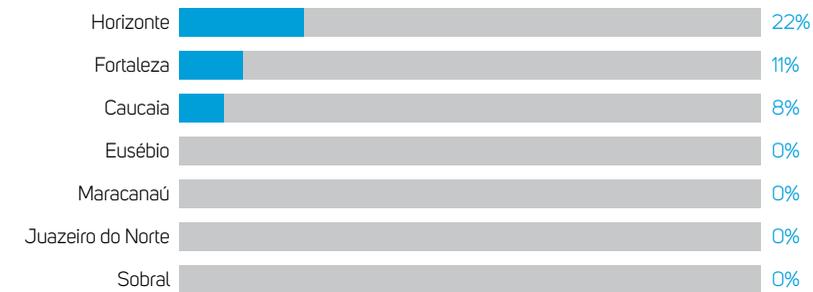
**11.4** Ao Ministério Público: desenvolver programa de monitoramento das violações de direitos humanos da mídia cearense, instaurar inquéritos civis públicos para analisar casos de desrespeito à legislação em vigor; adotar providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras e à reparação de danos morais coletivos, eventualmente ocorridos.

## EVIDÊNCIA 12: Sensação de injustiça



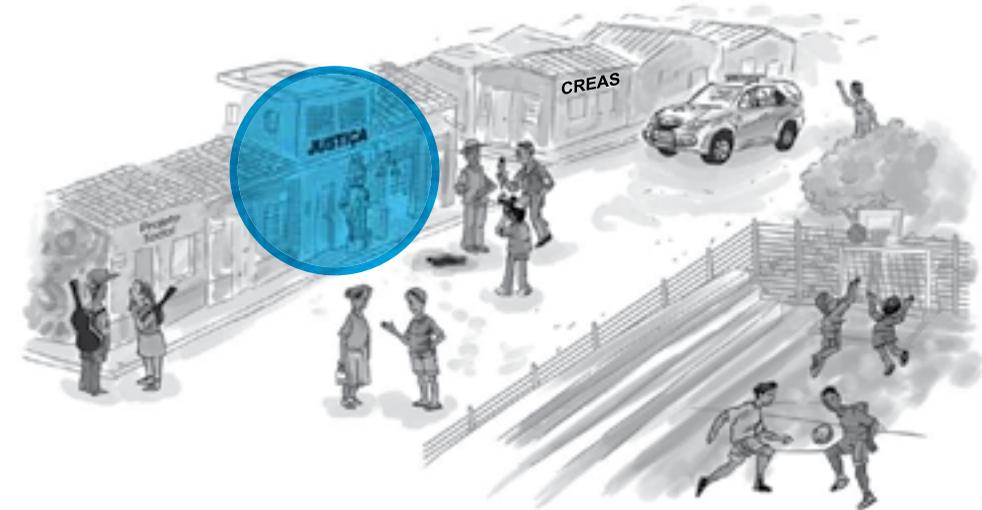
Segundo as famílias, em Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Eusébio, nenhuma pessoa foi presa ou detida pela morte do adolescente. O maior percentual de responsabilização pelos crimes foi em **Horizonte**, mas ainda baixo: 22%.

### Responsabilização do agressor



Em levantamento feito na Comarca de Fortaleza, foram analisados 1.524 processos de homicídios de adolescentes dos últimos cinco anos protocolados no sistema de Justiça. Até o fim de 2016, houve responsabilização dos agressores em apenas 2,8% dos casos.

## RECOMENDAÇÃO 12: Responsabilização dos homicídios



A sensação de injustiça destacada pelas famílias na pesquisa é resultado da massiva ausência de resposta estatal, o que compreende proteção e assistência aos familiares da vítima, investigação policial dos crimes e responsabilização judicial dos envolvidos. Essa realidade afronta sobretudo o princípio constitucional da prioridade absoluta na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. É importante estabelecer procedimentos detalhados e contínuos de investigação, elucidação e julgamento desses crimes. Recomenda-se:

**12.1** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: estabelecer protocolo e sistema unificado de registro das ocorrências do crime, que integre Segurança Pública e Sistema de Justiça, garantindo precisão das informações das vítimas e de seus familiares (nome da vítima, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, endereço completo, cor);

**12.2** À Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: dar prioridade à investigação de maneira qualificada dos homicídios contra crianças e adolescentes;

**12.3** Ao Governo do Estado: fortalecer a capacidade técnico-científica da Perícia Forense do Estado na elucidação dos homicídios;

**12.4** Ao Tribunal de Justiça: garantir normas e procedimentos que assegurem o acompanhamento prioritário dos processos jurídicos dos homicídios, cujas vítimas são crianças ou adolescentes;

**12.5** Ao Governo do Estado: criar um comitê territorial institucional para prevenção de homicídios na adolescência em cada uma das áreas integradas de segurança do Estado;

**12.6** À Assembleia Legislativa, ao Governo do Estado e ao Fundo das Nações Unidas para a Infância: manutenção do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com a função de monitorar as recomendações do presente documento e sistematizar as informações sobre homicídios na adolescência, produzidas pelos comitês territoriais a serem estabelecidos pelo Governo do Estado.







## **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

### **FICHA INSTITUCIONAL**

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Cássio Thyone A. de Rosa  
PRESIDENTE

#### **CONSELHEIROS**

Elizabeth Leeds  
PRESIDENTE DE HONRA

Arthur Trindade Maranhão Costa  
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira  
Elisandro Lotin de Souza  
Jésus Trindade Barreto Jr.  
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro  
Marlene Inês Spaniol  
Paula Ferreira Poncioni  
Paulo C. Pinheiro Sette Câmara  
Roberto Maurício Genofre  
Yolanda Salles D. Catão

#### **CONSELHO FISCAL**

Edson M. L. S. Ramos  
Sérgio Roberto de Abreu  
Sílvia Ramos de Souza

#### **DIRETOR PRESIDENTE**

Renato Sérgio de Lima

#### **DIRETORA EXECUTIVA**

Samira Bueno

#### **COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL**

Patrícia Nogueira Pröglhöf

#### **CONSULTORA SÊNIOR DE PROJETOS**

Olaya Hanashiro

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Cauê Martins  
David Marques  
Marina Pinheiro  
Roberta Astolfi  
Marina dos Santos (estagiária)

#### **EQUIPE ADMINISTRATIVA**

Amanda Gouvea  
Débora Lopes  
Elaine Rosa  
Karina Nascimento  
Sueli Bueno

#### **COLABORADORAS**

Cristina Neme  
Isabela Sobral

### **FICHA TÉCNICA**

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

Renato Sérgio de Lima

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Cristina Neme  
COORDENAÇÃO TÉCNICA  
David Marques  
Luís Flávio Saporì  
Valéria Cristina de Oliveira